



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Elisabete Marin Ribas

Arquivo de casal:
uma questão de proveniência

Marília
2024

Elisabete Marin Ribas

Arquivo de casal:
uma questão de proveniência

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação como parte das exigências para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Marília.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Troitiño Rodriguez

Marília
2024

Ficha catalográfica:

M339a	<p data-bbox="539 999 1206 1137">Marin Ribas, Elisabete Arquivo de casal : uma questão de proveniência / Elisabete Marin Ribas. -- Marília, 2024 228 p. : il., tabs., fotos</p> <p data-bbox="539 1178 1206 1283">Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Sonia Maria Troitiño Rodriguez</p> <p data-bbox="539 1323 1206 1424">1. arquivo de casal. 2. arquivo pessoal. 3. arquivo de família. 4. arquivo privado. 5. princípios arquivísticos. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Elisabete Marin Ribas

Arquivo de casal :
uma questão de proveniência.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Marília.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Troitinho
Rodriguez
FFC - Unesp-Marília
Orientadora

Prof. Dr. José Francisco Guelfi Campos
UFMG
Titular

Prof.^a Dr.^a Telma Campanha de
Carvalho Madio
FFC - Unesp-Marília
Titular

Prof.^a Dr.^a Mariangela Spotti Lopes
Fujita
FFC - Unesp-Marília
Suplente

Prof.^a Dr.^a Rubia Martins
FFC - Unesp-Marília
Titular

Prof. Dr. Renato de Mattos
UFF
Suplente

Prof.^a Dr.^a Patricia Ladeira Penna
Macêdo
UNIRIO
Titular

Prof. Dr. Marcos Antonio de Moraes
IEB-USP
Suplente

Marília, 02 de abril de 2024.

Para Fred,
parceiro em todos os momentos da vida.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este jamais poderia ser feito de forma solitária. Para sua finalização, eu contei com o apoio de tantas pessoas e instituições, que talvez seriam necessárias mais 200 páginas, apenas para que os agradecimentos fossem devidamente registrados. Ciente de que, infelizmente, nem todos os nomes estarão aqui registrados, ousou elencar aqueles de quem, sem a ajuda direta, esta tese não seria possível.

Começo agradecendo a minha mãe, Lurdes Benedita Oste Ribas, e a meu pai, Geraldo Marin Ribas, que abriram mão de tantas coisas, para que eu pudesse estudar. Eles me ensinaram coisas da vida que não estavam na escola e me deram o presente de ser irmã de Luciana Marin Ribas, minha companheira e inspiração, por sua inteligência e integridade. Também agradeço ao meu cunhado, Luiz Casemiro, que sempre me lembra que viver vale a pena.

Foi pela minha família que aprendi a acreditar em Deus. Sendo uma pessoa espiritualizada, agradeço a Ele pela força diária e pela dádiva da vida. Aproveito para agradecer às minhas colegas de missão religiosa: Eneida, Luiza, Solange, Cida, Kelly, Angela, Viviane e Juliana, as quais me animaram nos momentos mais difíceis e cobriram minhas ausências, enquanto eu, muitas vezes, usava o final de semana para escrever este trabalho.

Contei com o apoio de profissionais de tantas áreas, que cuidavam da minha casa, da minha saúde e bem-estar, das coisas cotidianas da vida, que fazem toda a diferença, quando precisamos nos dedicar a uma empreitada como é a escrita de um doutorado. Agradeço à Maria Aparecida Ferreira de Andrade, profissional exemplar que cuida de tantos aspectos da minha vida, a quem jamais poderei agradecer em palavras; ao Dr. Daniele Riva e às suas secretárias, Cleide Ana de Souza e Kelly Aparecida Mathias Barbosa; ao Dr. Marco Antonio Landgraf de Vasconcelos e suas secretárias, Iracema e Marli; Angela Souza; Renata J. Rigos Alves e Yassussi Nagao. Agradeço, por fim, a todos os profissionais da empresa Use Táxi, os quais me auxiliaram no transporte seguro de minhas inúmeras idas e vindas para trabalhos realizados, em tantos locais de São Paulo e região.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Sonia Maria Troitiño Rodriguez, pelos ensinamentos e pela paciência. Estudar e trabalhar, concomitantemente, não foi fácil, de modo que, sem o apoio dela, assim como de sua compreensão quanto à dificuldade

do cumprimento de prazos, não teríamos chegado ao fim. Agradeço de forma especial à sua família, Julio, Beatriz e Miguel, que, de forma generosa, abriram mão da presença e companhia dela, para que ela pudesse me orientar, em tantas noites e finais de semanas.

Agradeço ao PPGCI – Unesp, em seu corpo técnico, que, durante e posteriormente à pandemia de COVID-19, não parou por nenhum momento, atendendo a todos os pedidos de documentação necessária, a distância, de forma gentil e eficiente. Também agradeço ao corpo de professores, especialmente àqueles com quem eu pude trabalhar em projetos e acompanhar disciplinas e palestras que tanto contribuíram com a expansão de meus conhecimentos e minha atualização profissional. Fica meu muito obrigada ao professor Carlos Candido de Almeida e à professora Helen de Castro Silva Casarin, atuais coordenadores do Programa, assim como à professora Marta Lígia Pomim Valentim, coordenadora do programa no meu ingresso. Certamente, muito da excelência do programa, devemos aos coordenadores, professores e área técnica do PPGCI-Unesp.

À professora Maria Leandra Bizello e à minha orientadora, Sonia Maria Troitiño Rodriguez, pela disciplina *Arquivo, memória e informação: uma abordagem epistemológica*; às professoras Luana Maia Woida, Tamara de Souza Brandão Guaraldo e Maria Eugênia Porém, pela disciplina *Informação e Comunicação na gestão organizacional para a diversidade: sentidos, discursos e práticas sociais*; à professora Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano, pela disciplina *Gestão da informação orgânica: a abordagem informacional dos documentos de arquivo*; aos professores Carlos Francisco Bitencourt Jorge e Marta Lígia Pomim Valentim, pela disciplina *Gestão da inteligência e do conhecimento em organizações competitivas e inovadoras*; aos professores Mariângela Spotti Lopes Fujita e Isidoro Gil-Leiva, pela disciplina *Tópicos Especiais: Indexação e representação em sistemas de informação*. De programas vinculados à USP, agradeço aos professores Lucia Maciel Barbosa de Oliveira e André Vieira de Freitas Araújo, pela disciplina *Dinâmicas Culturais Contemporâneas*. E à professora e amiga Inês Gouveia, pela disciplina *Patrimônio Cultural, Lutas e Movimentos Sociais*, e por tudo o mais que nos aventuramos juntas.

Agradeço, ainda em relação à Unesp, ao corpo técnico da área de internacionalização, pela atenção, apoio e gentileza e à Dr.^a Flávia Bastos, pela excelência na gestão do sistema de bibliotecas e repositórios de referência da Unesp.

Agradeço aos colegas do Programa: Maria Blassioli Moraes, Antonio Gouveia de Sousa, Noemi Andreza Penha, Wilson Veronez, Rodrigo Fukuhara, Gisele Sanches, Jean Marcel Caum Camoleze, Fábio Robal, Heloá Cristina Camargo de Oliveira e Richele Vignoli.

Agradeço à Banca do Exame de Qualificação, composta pelas professoras Tânia de Luca e Patricia Ladeira Penna Macêdo, pelas sugestões e incentivo. Também agradeço à Banca de Defesa, composta pelas professoras Patricia Ladeira Penna Macêdo, Telma Campanha de Carvalho Madio, Rubia Martins e pelo professor José Francisco Guelfi Campos.

Agradeço aos colegas e coordenadores dos grupos de pesquisa dos quais fiz parte: "Acervos: dimensões do documento, da memória e do patrimônio" (PPGCI - Unesp); "Patrimônios Culturais, Museus e Direitos Humanos" (IEB-USP) e "Grupo Multidisciplinar de Estudo e Pesquisa em Arte e Educação – GMEPAE" (ECA-USP). De forma especial, agradeço aos professores Nílson José Machado e Marisa Ortega, coordenadores do SEED – FE-USP, primeiro grupo no qual tive a boa experiência de trocas e partilhas pessoais e científicas.

Agradeço ao Professor Alexandre Pacheco da Silva, da FGV, e à pesquisadora Tatiane Guimarães, pelas oportunidades de aprendizado e diálogo junto aos dilemas dos direitos autorais e tantos outros direitos conexos.

Agradeço aos colegas das redes colaborativas nas quais eu atuo, mas de que, em muitos momentos, precisei me afastar: REDARQ-SP e Rede Arquivos de Mulheres (RAM).

Agradeço à USP, pela formação na graduação, especialização e mestrado. De modo especial, agradeço à Prof.^a Dr.^a Sandra Nitrini e à Prof.^a Dr.^a Johanna Wilhelmina Smit, pelas orientações das etapas anteriores ao doutorado.

Também agradeço à Prof.^a Dr.^a Maria Angela Borges Salvadori, pela inspiração, ainda nas carteiras de minha formação no antigo curso técnico do magistério. Por ela, agradeço a todos os professores que tive!

Agradeço à FFCL-Unesp, câmpus de Marília, duplamente: foi aqui, no acervo da Biblioteca, que eu encontrei parte importante do *corpus* de estudo do meu mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada, na época dedicado à análise das aulas de História da Arte do escritor e professor Osman Lins. Agora, como aluna do PPGCI, finalizo a etapa do meu doutoramento.

Agradeço ao professor e amigo, Alexandre Antoniazzi, pela amizade, apoio emocional e pelas aulas de italiano, preparatórias para minha volta aos estudos. E às professoras Mónica Garcia e Isabel Gomes, pelas aulas de espanhol e pelo encorajamento generoso!

Agradeço ao corpo docente do IEB e aos colegas do Instituto, em especial do Arquivo do IEB, que me apoiaram durante os quatro anos de meus estudos. De maneira especial, Juliana Frutuoso Vieira, por tantos auxílios que não seriam possíveis elencar; Paulo José de Moura, pela digitalização de documentos que me auxiliaram na análise da tese; Valéria Valente, por aceitar assumir o Atendimento à Pesquisa do Arquivo do IEB, sem o qual a finalização desta tese não seria possível. Por fim, às minhas duas chefes, durante esse período: Denise de Almeida Silva e Dina Elisabete Uliana, pessoas e profissionais com cujo apoio incondicional contei. Sem o auxílio a generosidade delas, este trabalho não teria se tornado uma realidade.

Agradeço aos bolsistas e estagiários de todos os projetos da USP, com os quais tive o privilégio de atuar, aprender e, sobretudo, me recarregar da energia de sua juventude. De forma especial, agradeço aos meus estagiários diretos que estiveram comigo, nos últimos intensos quatro anos: Guilherme Lassabia de Godoy, Beatriz de Jesus Correa, Tatiane Sayuri Ogawa e Letícia Cescon da Rosa. Obrigada por correrem ao meu lado, me apoiarem e segurarem minha mão, em tantos momentos difíceis! Um dia vocês foram meus estagiários; hoje, com muita honra, são meus colegas de profissão!

Agradeço aos professores, funcionários e alunos da BYU – EUA, em especial ao professor Rex, o qual sempre me encorajou em minha pesquisa e me possibilitou conhecer de perto a estrutura da *Family Search*, em Utah.

Agradeço aos amigos e parceiros de aventuras, na organização de arquivos: Luciana Amaral, Marlene Laky, Thais Bayer, Flávio Mariano, Viviane Morais Mariano, Alessandra Barbosa, Milton Vedoato Filho, Luísa Valentini, Elizama Almeida de Oliveira, Joana Barros e Luis Ludmer.

Agradeço à SBPSP, pela confiança e apoio, especialmente aos meus coordenadores, Regina Lacorte Giansesi, Yone Vitorello Castelo, Cassio Rotenberg, Carmen C. Mion e Bernardo Tanis. Também agradeço aos colegas Irene Pereira, Maria do Carmo, Marcos Paulo Ribeiro dos Santos, Fernanda Ferreira e Diógenes Gomes dos Santos. Agradeço à Casa do Povo, nas pessoas de Paula Salles, Marcela Amaral e Benjamin Seroussi, e aos queridos colegas Alice Bispo e Gabe Fernandes.

Agradeço à Casa Sueli Carneiro, nas pessoas de Ionara Lourenço e Bianca Santana. Agradeço ao Itaú Cultural, nas pessoas de Tania Rodrigues, Fernando Oliveira Fernandes, Ícaro Santos Mello, Sofia Fan, Claudinei Ferreira, Carmen Cristina F. Luccas, Andréia de Fátima Briene, Guilherme Gonçalves Miranda Silva, Luciana Modé e Jader Rosa.

Agradeço aos professores e pesquisadores que me ajudaram com suas leituras, sugestões e palavras de apoio: Aracy Amaral, Marina Mazze Cerchiaro, Max Luiz Gimenes, Christiano Key Tambascia, Ívina Flores Melo, Samanta Pereira da Paixão, Vanessa Martins do Monte, Phablo Facchin, Priscila Rosa Martins, Silvana Ramos, Livia Beatriz Almeida Pacito, Marcos Antonio de Moraes, Mariana Diniz Mendes, Alexandre de Freitas Barbosa, Antonio Dimas, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Maria de Lourdes Eleutério, Marcos Galindo Lima, Daniele Chaves Amado, Carolina Gonçalves Alves e Adelina Maria Alves Novaes e Cruz.

Agradeço, de forma especial, à Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Duarte Lanna, pela confiança, incentivo, amizade e oportunidades.

Agradeço a todos aqueles que atuaram para que o acervo do IEB fosse a riqueza que ele é hoje. De modo especial: Prof.^a Dr.^a Telê Ancona Lopes, Prof.^a Dr.^a Flávia Toni, Prof.^a Dr.^a Marta Rossetti Baptista, Prof.^a Dr.^a Yedda Dias Lima, Prof. Dr. Antonio Candido, Prof.^a Dr.^a Gilda de Mello e Souza, Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda, Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso, Rosemarie Erika Hoch e Maria Inês Bento.

Agradeço a todas as famílias doadoras dos acervos do IEB, especialmente àquelas que cederam tempo e direitos autorais para a produção e desenvolvimento desta pesquisa. De forma especial, sou grata à Lina Chamie, pois foi graças à doação do acervo de seus pais ao IEB, da sua confiança em nosso trabalho e de conversas generosas que pudemos ter, que a ideia desta tese surgiu.

Registro, de maneira especial e com grande pesar, que, na escrita deste trabalho, perdemos Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo. Sem elas, as reflexões aqui não existiriam.

Por fim, agradeço e dedico esta tese a Frederico Antonio Camillo Camargo, meu marido, meu amigo e meu parceiro de vida e de trabalho. Ao meu lado, em nosso dia a dia, dividimos nosso amor pelo patrimônio cultural e pelo conhecimento. Sem seu apoio incondicional, este trabalho, assim como tantos outros, não seriam possíveis.

No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos Andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Por que essas narrativas não nos entusiasmam? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente?

Ailton Krenak (2019, p.18-19)

RESUMO

Esta tese busca refletir sobre um possível novo conceito para a Arquivologia, a ser nomeado *arquivo de casal*, termo que integraria o escopo dos chamados *arquivos privados*. O reconhecimento do problema se deu por meio do contato com os acervos pessoais de intelectuais do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB-USP), composto atualmente pelos arquivos dos seguintes casais: Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e João Guimarães Rosa; Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins; Lídia Besouchet e Newton Freitas; Emilie Chamie e Mário Chamie; Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido. Até o presente, o tratamento documental aplicado a esses conjuntos se deu de forma individualizada; entretanto, o trabalho técnico cotidiano de organização do acervo para abertura à pesquisa pública sempre evidencia intersecções entre os fundos. A formulação do conceito de *arquivo de casal* resultaria na ampliação da teoria da Arquivologia e, conseqüentemente, originaria nova prática de tratamento documental a ser aplicado a arquivos de titulares que firmaram parcerias em várias convergências da vida, abrindo-se espaço para a criação e classificação de um novo tipo de fundo, o qual passaria a ser nomeado a partir do nome de ambos os titulares da documentação e conceituado como *arquivo de casal*. Para tal, o principal eixo norteador dessa proposta de análise estará baseado nos *princípios da proveniência, ordem original, respeito aos fundos, organicidade e integridade ou indivisibilidade arquivística*. Além da reflexão, delimitação e caracterização do conceito *arquivo de casal*, realizou-se revisão de literatura que abarcou a revisitação de conceitos consolidados na área. Dessa forma, foram reexaminados os princípios arquivísticos previamente citados, além de certos termos, como: (i) *arquivos privados*; (ii) *arquivos pessoais* e (iii) *arquivos de família*. Com base na recapitulação de tais conceitos, buscou-se identificar os fundamentos que caracterizam o *arquivo de casal*. Por fim, foram aplicados os métodos de identificação documental e análise dos dados institucionais de incorporação e instrumentos de pesquisa dos fundos sob a custódia do IEB-USP, bem como a contextualização histórica da instituição de guarda.

Palavras-chave: arquivo de casal; arquivo pessoal; arquivo de família, arquivo privado; princípios arquivísticos.

ABSTRACT

This thesis seeks to reflect on a possible new concept for Archivology, to be named couples archive, term that would integrate the scope of the so-called private archives. The recognition of the problem arises from the contact with personal collections of intellectuals at the Archive of Instituto de Estudos Brasileiros da USP (Institute of Brazilian Studies at USP/IEB-USP), which currently comprises the following couples archives: Aracy de Carvalho Guimarães Rosa and João Guimarães Rosa; Julieta de Godoy Ladeira and Osman Lins; Lídia Besouchet and Newton Freitas; Emilie Chamie and Mário Chamie; Gilda de Mello e Souza and Antonio Candido. Up to now, the archival treatment applied to those collections has been carried out on an individual basis; however, the daily technical work of organizing collections for public research always reveals intersections between the fonds. Formulating the concept of couples archive would lead to the expansion of the theory of Archivology and, consequently, originate a new practice for archival treatment to be applied to archives of individuals that have established partnerships in several life convergences, creating space for the development and classification of a new type of fonds, which would be now named after both individuals, thus conceptualized as couples archive. To this end, the main guiding axis of this analytical proposal is based on the principles of provenance, original order, respect des fonds, organicity, and archival integrity or indivisibility. Besides theorizing, delimiting, and characterizing the couples archive concept, we have conducted a literature review which revisited consolidated concepts in the field. In this manner, we have gone over the aforementioned archival principles, as well as certain terms such as: (i) private archives; (ii) personal archives and (iii) family archives. Based on the reassessment of those concepts, we sought to identify the fundamentals that characterize a couples archive. Lastly, we have employed the methods of documentary identification and analysis of institutional data of acquisition and research tools of fonds under the custody of IEB-USP, as well as the historical contextualization of the archival institution.

Keywords: couples archive; personal archive; family archive; private archive; archival principles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Tela de referência de <i>website</i> da Torre do Tombo, com entrada de pesquisa para Fundos e Coleções que compõem o acervo. Destaque para a entrada “Pessoas Singulares”.....	70
Figura 02 – Tela de referência da área de pesquisa designada como “Pessoas Singulares”.....	71
Figura 03 – Tela de referência da área de pesquisa designada como “ <i>Research by Topic</i> ”. Destaque para a entrada “ <i>People</i> ”.....	74
Figura 04 – Tela de referência da área de pesquisa designada como “ <i>Women</i> .” Destaque para a entrada “ <i>Notable Women</i> ”.....	75
Figura 05 – Página dedicada a Madeleine Albright, Secretária de Estado nomeada pela gestão Clinton.....	76
Figura 06 – Página descritiva da “ <i>Abraham Lincoln Papers</i> ”, no <i>website</i> da “ <i>Library of Congress</i> ”.....	77
Figura 07 – Tela de referência à área designada como “Genealogia e História Local” do <i>website</i> da “Torre do Tombo”, em Portugal.....	92
Figura 08 – Tela de referência à área designada como “Genealogia” do <i>website</i> da “Torre do Tombo”, em Portugal.....	92
Figura 09 – Detalhe da tela de referência à área designada como “Genealogia”, voltada ao público jovem, do <i>website</i> da “Torre do Tombo”, em Portugal.....	93
Figura 10 – Detalhe da tela de referência à área que trará potenciais fundos e coleções para a elaboração de genealogias, do <i>website</i> da “Torre do Tombo”, em Portugal.....	94
Figura 11 – Tela do Arquivo Nacional dos EUA, onde se veem coleções doadas, das quais destacamos um exemplo de documentação familiar.....	103
Figura 12 – Tela principal do <i>website</i> do “ <i>National Archives</i> ”, dos EUA. Destaque para a entrada “ <i>Genealogists</i> ”	104
Figura 13 – Tela de referência à área designada como “ <i>Resourches for Genealogists</i> ”, do <i>website</i> do “ <i>National Archives</i> ”, dos EUA	105
Figura 14 – Exemplo de nota explicativa deixada por Antonio Candido, onde se lê: “Peça esboçada por Gilda / (A.C.)”.....	122
Figura 15 – Exemplo de nota explicativa deixada por Julieta de Godoy Ladeira, onde se lê: “Cartas de escritores e ensaistas. Há cartas de Esdras do Nascimento e de Lygia F. Telles”.....	122
Figura 16 – Caderno de João Guimarães Rosa presente no Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.....	128

Figura 17 – Exemplo de nota explicativa deixada por Julieta de Godoy Ladeira, onde se lê: “Amiga de OL no tempo de Paris, da Aliança Francesa”	133
Figura 18 – Carta de Celso Ferreira, enviada ao casal de amigos Lídia Besouchet e Newton Freitas	142
Figura 19 – Caderno de estudos de Antonio Candido, com anotações de Gilda.....	152
Figura 20 – Caderno de estudos presente no Fundo Antonio Candido, com anotações e desenhos atribuídos a Gilda	154
Figura 21 – Texto “Os deuses malditos”, em que Gilda e Antonio Candido compõem juntos	156
Figura 22 – Estilização de arquivo de casal, considerando dois fundos individualizados.....	163
Figura 23 – Estilização de arquivo de casal, considerado como um único fundo, a partir da soma de dois fundos.....	163
Figura 24 – Estilização de arquivo de casal, com intersecção entre dois fundos, de modo a criar um novo fundo.....	164
Figura 25 – Estilização de arquivo de casal, como novo fundo a ser criado, considerando o fluxo de produção documental – reflexão avançada.....	165
Figura 26 – Aplicação de proposta de identificação de arquivo de casal, a partir de exemplo retirado do acervo do Arquivo IEB-USP.....	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Definições do <i>princípio da proveniência</i> , presentes nas principais obras de referência, no Brasil.....	33-34
Quadro 02 – Variações do <i>princípio da proveniência</i> : definições do <i>princípio à ordem original</i> , presentes em obras de referência, no Brasil.....	35-36
Quadro 03 – Variações do <i>princípio da proveniência</i> : definições do <i>princípio do respeito aos fundos</i> , presentes em obras de referência, no Brasil.....	36-37
Quadro 04 – Definições de <i>organicidade</i> , presentes nas principais obras de referência do Brasil.....	45-46
Quadro 05 – Definições de <i>indivisibilidade e/ou integridade arquivística</i> presentes nas principais obras de referência, no Brasil.....	49-51
Quadro 06 – Princípios que orientam quanto ao arranjo de “papéis privados”, segundo Schellenberg.....	60-61
Quadro 07 – Levantamento da presença e identificação do termo <i>arquivos privados</i> , tendo como base o histórico do desenvolvimento da Arquivologia, partindo do manual de José Jamón Cruz Mundet (1994).....	61-63
Quadro 08 – Definições do conceito de <i>arquivo privado</i> , presentes nas principais obras de referência, no Brasil.....	64-65
Quadro 09 – Paralelo entre o conceito de <i>arquivo privado</i> e <i>arquivo de família</i> , no Brasil, a partir de <i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i> (2005).....	84
Quadro 10 – Fundos e coleções documentais da Torre do Tombo, sugeridos para genealogistas.....	94
Quadro 11 – Lista de arquivos de família, disponíveis para pesquisa na Torre do Tombo.....	95
Quadro 12 – Paralelo entre eixos e diretrizes da política de acervos do IEB-USP.....	116-117
Quadro 13 – Identificação de arquivos de casais presentes no acervo do IEB – USP.....	120-121
Quadro 14 – Definição de <i>arquivo de casal</i> , a partir da definição de <i>arquivo pessoal</i>	171-172

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Cronologia de cartas trocadas durante o processo de doação do acervo pessoal de Osman Lins junto ao IEB, coordenado por Julieta de Godoy Ladeira.....	135
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

AEL – Arquivo Edgard Leuenroth

AEM – Arquivo dos Escritores Mineiros

AN – Arquivo Nacional

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ARQ-SP – Associação de Arquivistas do Estado de São Paulo

BBM – Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

CEDAE – Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulalio”

CEDAP – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa

CEDEM – Centro de Documentação e Memória

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivo

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

ICA – *International Council on Archives*

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

iFHC – Instituto Fernando Henrique Cardoso

IMS – Instituto Moreira Salles

NARA – *National Archives and Records Administration*

RAM – Rede Arquivos de Mulheres

SAA – *Society of American Archivists*

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 Identificação do problema de pesquisa, hipóteses e objetivos	22
1.2 Justificativa da pesquisa.....	23
1.3 Metodologia da pesquisa.....	27
2 REVISITANDO OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS	30
1.1 Princípio da proveniência, ordem original e respeito aos fundos	33
1.2 Princípio da organicidade	45
1.3 Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística	49
3 ARQUIVOS PRIVADOS, PESSOAIS E DE FAMÍLIA: QUESTÕES TERMINOLÓGICAS	56
3.1 Arquivos privados: uma definição.....	56
3.2 Arquivos pessoais: uma definição	66
3.3 Arquivos de família: uma definição.....	83
3.3.1 O caso do Brasil	83
3.3.2 Os arquivos de família na perspectiva ibérica	88
3.3.3 Os arquivos de família nos EUA	99
4 ESTUDO DE CASO – IEB USP	107
4.1 Contextualização da instituição de guarda – o IEB-USP	107
4.2 O Serviço de Arquivo do IEB-USP	110
4.3 A política de acervos do IEB	114
4.4 Arquivos de casais no Arquivo do IEB-USP.....	120
4.4.1 Aracy de Carvalho e João Guimarães Rosa.....	124
4.4.2 Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins.....	129
4.4.3 Lídia Besouchet e Newton Freitas	138
4.4.4 Emilie Chamie e Mário Chamie	145
4.4.5 Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido	149
5 ARQUIVOS DE CASAIS	159
5.1 Arquivo de casal: por uma definição	160
5.2 Arquivo de casal: características.....	173
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	178

REFERÊNCIAS	183
APÊNDICES	198
Apêndice A – Arquivos de casais: identificação de casos para além do IEB-USP	198
Apêndice B – Mapeamento de casais no Brasil, que detêm/detiveram parcerias na vida e no trabalho.....	221
Apêndice C – Mapeamento de casais no exterior, que detêm/detiveram parcerias na vida e no trabalho.....	225
Apêndice D - Mapeamento de casais que, no andamento da pesquisa, se separaram.....	228

1 INTRODUÇÃO

Desde o final da década de 1960, os *arquivos privados* vêm recebendo maior atenção em estudos da Arquivologia e alimentado investigações em outras áreas, como História, Literatura, Antropologia, Artes, Filosofia, Educação, Economia etc., como apontam Angela de Castro Gomes (2012), Paulo Roberto Elian dos Santos (2012a) e Patricia Ladeira Penna Macêdo (2018).

Paralelamente, também é perceptível um crescimento nos volumes de recolhimento e guarda desses arquivos, em instituições originalmente concebidas para esse tipo de atividade ou em espaços inicialmente dedicados ao tratamento de arquivos públicos que expandiram seu escopo de atuação para a recepção dos chamados *arquivos privados de interesse público*. Cada vez mais, é possível rastrear a incorporação de arquivos dessa natureza, em várias entidades, inclusive em grandes instituições oficiais do país, entre as quais destacamos o Arquivo Nacional (AN)¹ e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), nos quais a função primária é a recepção de arquivos administrativos de caráter público. Estudos de Renato Crivelli Duarte e Maria Leandra Bizello (2018, 2021), Ana Beatriz Colombo e Sonia Maria Troitiño Rodriguez (2019, 2021), bem como a reflexões de Fernando Henrique Cardoso (2005) nos auxiliam no levantamento desses dados.

O interesse aumentado, a ampliação de locais de recepção e guarda e o processamento técnico dessa natureza de arquivo suscitam, portanto, a percepção de características específicas desses conjuntos. Com isso, impõem-se novos problemas para o tratamento documental e a necessidade de formulação e adoção de estratégias mais adequadas para o entendimento e o processamento desses materiais, na sua especificidade, tendo como base, eventualmente, uma teoria arquivística ligeiramente estendida ou adaptada para esse fim. Um desses problemas, na nossa visão, é alcançar uma melhor caracterização e aprimorar o tratamento documental do que aqui será conceituado como *arquivo de casa*.

¹ A exemplo disso, ressalta-se que, em 2021 foi lançado o Centro de Referência de Acervos Presidenciais. Arquivo Nacional. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/novo-portal-reune-acervos-dos-presidentes-da-republica. Acesso em: 07 out. 2023.

1.1 Identificação do problema de pesquisa, hipóteses e objetivos

O problema-base desta pesquisa provém diretamente do trabalho prático diário de organização simultânea de fundos de pessoas que foram casadas entre si. Nesses processos, irrompeu reiteradamente uma mesma questão: a atribuição previamente realizada² de um documento a um dos fundos, quando ele claramente tem relação com funções realizadas conjuntamente pelos cônjuges ou com contextos de que ambos participaram, é de fato legítima e devemos aceitá-la passivamente? Ou, ao contrário, é preciso superar essa divisão esquemática, inflexível e, muitas vezes, arbitrária, de maneira a incrementar a significação informacional dos documentos?

Esta tese, portanto, propõe uma reflexão sobre a necessidade e a possibilidade de criação de um novo conceito – *arquivo de casal* –, motivada pelas seguintes indagações:

1. Constituiria o *arquivo de casal* um conjunto único de documentos de mesma origem, o qual, durante o procedimento padrão de institucionalização de *arquivos pessoais* ou no momento do processamento técnico, teria sido indevidamente desmembrado, mesmo tendo sido construído conjuntamente, no decorrer da vida doméstica de seus titulares e das operações de guarda associadas?

2. Um *arquivo de casal* separado em dois fundos pessoais individualizados daria origem a perdas informacionais e interferiria no desenvolvimento de pesquisas que teriam tais acervos como fonte?

3. Seria o *arquivo de casal*, na verdade, um espaço de interseção entre os fundos pessoais dos cônjuges?

4. Como realizar o tratamento documental de um *arquivo de casal*, de modo a sanar os problemas identificados, respeitando-se princípios como o da *proveniência*, *ordem original*, *respeito aos fundos*, *organicidade* e *indivisibilidade ou integridade arquivística*?

² Em geral, os acervos incorporados em instituições de custódia já estão delimitados em termos de titularidade. No caso dos casais, quando um cônjuge sobrevive ao outro, prioritariamente, é ele quem efetua as separações. Familiares ou terceiros de confiança também podem assumir esse papel. Tais especificidades serão trabalhadas ao longo de nossa investigação, tendo como principal aporte os estudos de Aguinalde (1991, 2013), Bellotto (2006) e Schellenberg (2006).

Diante de tais questões, desponta um problema prático a ser resolvido, cuja solução, supomos, passa pela consideração de proposta a ser amparada em um conceito formulado à luz da teoria arquivística e que poderá promover significativos avanços junto aos *arquivos privados*. Isso será feito. Tendo-se como prioridade o apoio junto ao *princípio da proveniência*.

Nosso objetivo é ampliar a teoria pela introdução de uma possível nova categoria atinente aos *arquivos privados*, a qual chamaremos de *arquivo de casa*. Se a criação do conceito for efetivamente validada, ele estará localizado no mesmo nível dos *arquivos de família* e dos *arquivos de pessoas*. Neste trabalho, pretendemos identificá-lo como conceito a ser reconhecido, discutir e delimitar suas características e explorá-lo, a partir de *corpus* selecionado junto ao Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), configurando, assim, um estudo de caso.

Isso posto, passaremos a justificar a pertinência da pesquisa, sua colaboração para a Arquivologia e possível impacto na área.

1.2 Justificativa da pesquisa

Por reconhecer que os arquivos estão a serviço da sociedade na qual estão inseridos e manter-se ciente do intenso dinamismo pelo qual as sociedades passam, a Arquivologia, ciência dedicada aos estudos dos arquivos e de seus documentos, é constantemente impelida a acompanhar tais mudanças. Segundo José Ramon Cruz Mundet,

[...] podemos conceptuar la archivística como una ciencia emergente. Es ciencia por cuanto posee un objeto, los archivos en su doble consideración: los fondos documentales y su entorno; posee, además, un método, compuesto por un conjunto de principios teóricos y procedimientos prácticos, cuya evolución constante la perfilan con mayor nitidez día a día. Y un fin: hacer recuperable la información documental para su uso (Cruz Mundet, 1994, p. 64).³

³ Em livre tradução: “[...] podemos conceituar a arquivística como uma ciência emergente. É ciência, porque tem um objeto, os arquivos, na sua dupla consideração: os acervos documentais e seu ambiente; possui também um método, composto por um conjunto de princípios teóricos e procedimentos práticos, cuja constante evolução o delinea com maior clareza dia a dia. E um objetivo: tornar a informação documental recuperável para seu uso” (Cruz Mundet, 1994, p. 64).

Neste século XXI, verificamos uma aceleração na dinamicidade social e, conseqüentemente, a imposição de novos desafios a serem enfrentados pela Arquivologia. O sociólogo espanhol Manuel Castells (1999, p. 39) aponta que “[u]ma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado” e classifica nossa sociedade como uma *sociedade em rede*. Nas palavras de Castells, os avanços tecnológicos e a informação estão intimamente ligados ou, melhor dizendo, interconectados, e são peças-chave dessa vitalidade social. Aldo Barreto (2003), pioneiro da Ciência da Informação, no Brasil, apresenta nossa era sob o nome de *sociedade da informação*, reconhecendo que nessa nomenclatura se encontra a consideração de um “[...] espaço em que se torna universal o acesso aos conteúdos de informação dos estoques de documentos, para todos os habitantes de uma realidade” (Barreto, 2003, s.p.).

Em outras palavras, além do dinamismo e da tecnologia presentes nas reflexões de Castells, importa, para Barreto, a questão do acesso e da representação informacional associada aos interesses do usuário dessa informação, sendo esse um sujeito social ativo. Voltando um pouco no tempo, na década de 1950, Theodore R. Schellenberg (2006) já abordava os desafios a serem enfrentados pelos arquivos e arquivistas modernos. Ele contextualiza seu conceito, no tempo e na história, quando enfatiza que

[n]ão se deve ser aceita uma definição que não corresponda à realidade. Uma definição que tenha surgido da observação de material da Idade Média não poderá atender às necessidades dos arquivistas que trabalham principalmente com documentos modernos (Schellenberg, 2006, p. 40).

Em suma: quando a sociedade muda, a Arquivologia deve acompanhá-la e, com isso, surge a necessidade de ampliação de termos, conceitos, definições e caracterizações, considerando-se os arquivos e seus documentos. Também por essa razão, vimos colocar em exame a proposta de criação do conceito de *arquivo de casal*, o qual, até então, não existe na teoria arquivística, mas cuja existência pode ser legitimada por novas experiências de trabalho com a organização de *arquivos pessoais*, encontrando ainda correspondência em áreas afins.

Na Biblioteconomia, área irmã da Arquivologia, não é rara a atribuição de dupla titularidade, representada por um casal, a uma coleção de livros. No Brasil, um

exemplo disso é a Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin⁴ (BBM), hoje sob a guarda da Universidade de São Paulo (USP). Noutro âmbito, o Instituto Moreira Salles (IMS) guarda gravuras, desenhos e aquarelas do século XVI ao XIX pertencentes à Coleção Martha e Erico Sticckel⁵. Entretanto, é sabido que parte dos manuais de Arquivologia leva em conta que, devido à questão da seleção, as coleções possuem caráter artificial, que nada mais é do que a delimitação daquilo que será incorporado, a partir de um tema ou de interesses curatoriais institucionais ou pessoais, enquanto os fundos teriam caráter natural ou orgânico (Schellenberg, 2006, p. 270).

Acreditamos que vale pararmos por um minuto e nos debruçarmos sobre esses conceitos. Bellotto (2006, p. 128-129), recapitulará o conceito de fundo junto a manuais e autores franceses, holandeses, espanhóis, ingleses e norte-americanos, e resumirá:

Admite-se como fundo o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outras instituições, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim (Bellotto, 2006, p. 128).

A autora apontará o fundo como conjunto documental que caracteriza a composição de arquivos como espaço de guarda, e traçará paralelo comparativo com outras instituições, como bibliotecas, museus e centros de documentação:

As entradas paulatinas, entendidas como desenvolvimento de coleção, acabam constituindo, no caso da biblioteca, do museu e do centro de documentação, uma reunião artificial dos mais variados tipos. Já o arquivo, por suas próprias coordenadas de definição, é uma reunião orgânica: seu acervo faz-se natural e cumulativamente (Bellotto, 2006, p. 40).

A dicotomia fundo e coleção, nem sempre tão simples de ser delimitada nos arquivos, suscita estudos até os dias de hoje. Exemplo disso está em Fukuhara e Troitiño (2022), que nos auxilia em nossa reflexão:

⁴ Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/hist%C3%B3ria/>. Acesso em: 07 out. 2023.

⁵ Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/martha-e-erico-sticckel/>. Acesso em 13 jan. 2024. A Biblioteca do IEB-USP é depositária da coleção de livros do casal, também identificada por ambos os nomes. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/martha-e-erico-sticckel/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

Não obstante, na comunidade arquivística, a dualidade entre fundo/arquivo e coleção tem sido constante, um debate contínuo que persiste desde pelo menos o surgimento do *respect des fonds*, no século XIX. Se na Biblioteconomia o termo coleção costuma ter uma conotação positiva, na Arquivologia, por vezes, a coleção é vista como algo menor, “[...] material impuro ou de segunda classe” (KIESLING, 2004 apud YEO, 2012, p. 50, tradução nossa). Sir Hilary Jenkinson (1980) afirma que todo arquivo é um conjunto de documentos, mas nem todo conjunto de documentos é um arquivo; com isso está claramente sinalizando para a diferença entre arquivo e coleção. A forma natural de acumulação dos documentos é apontada pelo autor como a qualidade essencial para distinguir o arquivo dos conjuntos de registros colecionados (JENKINSON, 1980). Seria da competência do arquivista, assim, discernir o joio do trigo, a coleção do fundo (Fukuhara; Troitiño, 2022, p. 3-4).

Dessa forma, observa-se que os fundos são agrupamentos documentais próprios e intrinsecamente ligados aos arquivos e à teoria arquivística: sua natureza está diretamente associada à Arquivologia. Embora as coleções estejam presentes em arquivos, por seu caráter seletivo e, em alguns casos, temático, ela se distancia da natureza arquivística.

Essa breve explanação sobre a classificação de acervos documentais será aprofundada adiante, contudo, é apresentada aqui, pois visa a introduzir como a Arquivologia tratou essas questões até os dias de hoje, indicando que uma eventual ampliação dessas conceituações pode vir a ser útil para contemplar situações em que a produção e a acumulação de documentos, de maneira orgânica, envolva duas pessoas relacionadas por um vínculo afetivo, criativo e/ou legalmente reconhecido.

A identificação de uma nova categoria social a ser considerada junto à Arquivologia – os casais – vem sustentar uma necessidade de alargamento conceitual que veja além da configuração do conjunto individual, como é o caso do conceito de *arquivo pessoal*, e de uma categoria supostamente coletiva, como é o de *arquivo de família*. Como este último é muito atrelado às casas reais e à manutenção de poder, na Europa, é preciso que a Arquivologia repense, por exemplo, como as especificidades do casamento, na contemporaneidade, têm influência no processo de produção e acumulação documental, tendo em vista, inclusive, que eventos como separações e mortes podem desestabilizar novamente a configuração dos arquivos com tais especificidades. Estudos dedicados a configurações familiares e ao estabelecimento de relacionamentos, no Brasil, de Thales de Azevedo (1961, 1980), auxiliam nossa reflexão, posto que versam sobre parcerias conjugais permeadas socialmente pela religião e manutenção de poderio financeiro e de *status* social, que vão do namoro ao casamento.

As novas configurações de agrupamentos sociais, a dinamicidade informacional pela qual passamos e os desafios tecnológicos sempre atualizados, conforme apresentam Castells (1999), Barreto (2003) e Schellenberg (2006), são questões que precisam ser constantemente avaliadas e revisitadas pela Arquivologia. O que a presente tese almeja é, em função da proposta de reflexão fundamentada na definição de *arquivo de casal*, ampliar as discussões e promover a revisão de conceitos, de modo que a área esteja, assim como os arquivos, cada vez mais próxima da sociedade a qual ela, como ciência, deve servir.

1.3 Metodologia da pesquisa

Trabalhar na identificação de um possível novo conceito – por nós denominado *arquivo de casal* – exigiu que mais de um método de pesquisa fosse empregado. Primeiramente, fez-se necessária uma revisão de literatura que, tendo como escopo dicionários, glossários, vocabulários, enciclopédias e manuais da área de Arquivologia, propiciasse localizar o termo *arquivo de casal*. Como ele não foi encontrado em nenhuma das fontes selecionadas, procedeu-se ao mapeamento de termos a ele ligados, com base em análise comparativa da teoria e da prática de tratamento documental adotadas nas seguintes correntes arquivísticas: (i) Espanha e Portugal; (ii) Estados Unidos da América e (iii) Brasil.

A partir de levantamento exploratório não exaustivo, focado nas similaridades e diferenças que distinguem o processamento de *arquivos privados* em cada um dos países supracitados, foram revistos os princípios arquivísticos, inicialmente considerando os *princípios da proveniência, ordem original e de respeito aos fundos*, ampliando-se a recapitulação, em um segundo momento, para os *princípios da organicidade e da indivisibilidade ou integridade arquivística*. É importante destacar a existência de várias vertentes e escolas, como a canadense, a australiana, a francesa, a holandesa, a italiana e a alemã, entre outras.

Utilizaremos, para nossa argumentação teórica, as escolas brasileira, norte-americana e ibérica – portuguesa e espanhola –, sendo as duas últimas devido às proximidades históricas, que se refletem, por exemplo, nas semelhanças burocráticas e, conseqüentemente, de produção documental, muitas delas decorrentes da

colonização brasileira por parte de Portugal, e da Espanha, na América Latina. Em alguns temas pontuais, em função da relevância de estudos e estudiosos, lançou-se mão de nomes de referência para a Arquivologia para além das escolas definidas como bases, sendo que, nesses casos, o desvio metodológico foi devidamente apontado e justificado. Também se levaram em conta proximidades linguísticas, especialmente entre a língua portuguesa e a espanhola. Essa discussão está desenvolvida no capítulo “Revisitando os princípios arquivísticos”.

Ainda no processo de revisão, foi possível apreender que, para além da categoria genérica *arquivos privados*, era necessário valer-se de algumas subcategorias, tais como os *arquivos pessoais* ou *de pessoas* e os *arquivos de família* ou *familiares*. A recapitulação de tais conceitos está elaborada no capítulo “Arquivos privados, pessoais e de família: questões terminológicas”, e seguiu o mesmo recorte metodológico que o capítulo anterior, dedicado aos princípios arquivísticos.

Passamos ao estudo de caso que se propôs problematizar as características levantadas a partir da teoria revisitada, no escopo de dez *arquivos pessoais* que compõem o Serviço de Arquivo do IEB-USP, os quais constituem cinco conjuntos que poderiam ser interpretados como arquivos de casais: (1) Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e João Guimarães Rosa; (2) Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins; (3) Lídia Besouchet e Newton Freitas; (4) Emilie Chamie e Mário Chamie; (5) Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido. Esses acervos foram, ao longo dos anos, efetivamente organizados de forma individualizada.

Entretanto, a repetida constatação da existência de interconexões entre os fundos⁶ pertencentes a cônjuges, bem como a ocorrência de produção e acumulação documental conjunta dão abertura à possibilidade de visualizarmos, para cada vínculo matrimonial, um único fundo a ser categorizado como um *arquivo de casal*, passível de ser tratado e consultado como uma massa oriunda de uma única proveniência. Nesse momento, além da análise e caracterização dos conjuntos, aplicou-se o método de análise documental sobre os processos administrativos da USP concernentes aos acervos mencionados, tendo especial atenção aos protocolos de incorporação dos dez fundos. Também se lançou mão de instrumentos de pesquisa e de informações

⁶ Vale ressaltar que nosso estudo se restringe a arquivos de casais. Entretanto, é fato que outros tipos de fundos, mesmo de entidades diferentes, sempre mantêm interconexões entre si, com possibilidades de inúmeras ramificações. Por isso, mais uma vez, chama-se a atenção para a aplicação da teoria arquivística.

retiradas do *site* oficial do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Os dados obtidos poderão ser encontrados no capítulo “Estudo de caso – IEB-USP”.

A ausência do termo *arquivo de casal* nos levou a balizá-lo e caracterizá-lo, de modo a delimitá-lo e apresentá-lo como um possível novo conceito a ser adotado na Arquivologia, junto aos *arquivos privados*. Nesse ponto, foram selecionados e apontados os principais atributos que o qualificam como um *arquivo de casal*, levando-se em conta sua gestão, produção e tipos documentais, estando em guarda doméstica e/ ou institucionalizada. Toda a reflexão estará concentrada no capítulo “Arquivos de Casais”. De sorte a demonstrar a existência de arquivos de casais e o potencial impacto desta pesquisa para além do recorte de análise de dados circunscrito no IEB⁷, de maneira exploratória e não exaustiva, exemplos de arquivos de casais foram levantados em várias instituições oficiais de guarda de acervos, tendo como recorte geográfico os Estados Unidos, Portugal e Brasil, recorte este que dialoga com nossa base teórica e metodológica. Os acervos encontrados gerariam *arquivos de casais*, conforme nosso estudo aponta. Parte deles estará na seção “Apêndice A – Arquivo de casais: identificação de casos para além do IEB-USP”. Para esse fim, foram considerados acervos institucionalizados e nossa reflexão parte de dados coletados *on-line*, com base em seus *sites* com informações biográficas dos titulares, históricos dos acervos e instrumentos de pesquisa. Os demais mapeamentos realizados estarão em “Apêndices B, C e D”.

⁷ As informações que foram coletadas e não compõem os capítulos de nossa pesquisa estão estruturadas em “Apêndices” e serão disponibilizadas, pois tivemos por objetivo apontar acervos com perfil semelhante aos aqui estudados, como forma de estimular futuras pesquisas e reflexões na área. O mapeamento traz exemplos nacionais e internacionais, em guarda institucionalizada ou em guarda doméstica, de casais de titulares vivos e já falecidos. Além disso, durante o desenvolvimento da tese, houve casais que eram observados e que, no decorrer dos quatro anos de trabalho, se separaram, mas seguiram identificados e apontados, tendo em vista que esse movimento é caro à reflexão sobre a gestão dos arquivos de casais e deve ser considerado como dado.

2 REVISITANDO OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS

Partindo da constatação de que “[...] arquivos pessoais são arquivos” (Camargo, 2009, p. 27), a presente tese buscará, neste capítulo, balizar a sua argumentação, em função dos princípios arquivísticos, os quais, segundo Heloísa Liberalli Bellotto (2006, p. 88), “[...] estão na base da teoria arquivística e constituem o marco principal da diferença entre a arquivística e as outras ‘ciências’ documentárias”. Iremos nos apoiar inicialmente no chamado *princípio da proveniência*, considerado por grande parte dos estudiosos – como, por exemplo, Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos (1996), Bellotto (2006), José Ramon Cruz Mundet (1994, 2011, 2012), Antonia Heredia Herrera (2013)⁸ –, como o princípio a partir do qual todos os demais derivam e se sustentam. Além dele, outros princípios que acreditamos orientar nosso trabalho serão revisitados, sendo eles o da *ordem original*, o de *respeito aos fundos*, o da *organicidade* e o da *indivisibilidade ou integridade arquivística*.

Mesmo buscando pautar a nossa reflexão acerca dos arquivos de casais a partir de conceituações arquivísticas consolidadas, é importante destacar, de modo antecipado, que não existe um pleno consenso na terminologia arquivística. Conforme assevera Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 19, tradução nossa), “[...] a escassa normalização terminológica segue sendo um dos problemas fundamentais da Arquivologia”⁹. Entretanto, o que poderia ser uma deficiência da área, ao nosso olhar, reflete a importância do desenvolvimento de novos estudos, tendo como ponto de partida as palavras de Cruz Mundet, para quem a Arquivologia é “[...] uma ciência em formação e seu estudo, por consequência, deve estar sujeito a critérios intelectuais, racionais e científicos”¹⁰ (1994, p. 17, tradução nossa). Ainda assim, os princípios arquivísticos, do ponto em que estamos hoje, constituem um pilar incontornável para amparar a reflexão sobre o conceito em discussão.

É vasta a lista de autores que consideram os princípios arquivísticos como fundamentos de toda a Arquivologia e a diferenciam como ciência. Trabalhos teóricos

⁸ Fora de nosso recorte metodológico de análise, destacamos os trabalhos de Duranti (2015), pesquisadora italiana, que hoje atua no Canadá.

⁹ Do original: “[...] la escasa normalización terminológica sigue siendo uno de los problemas fundamentales de la Archivística” (Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 19).

¹⁰ Do original: “[...] una ciencia en formación y su estudio, por consiguiente, debe estar sujeto a criterios intelectuales, racionales, científicos” (Cruz Mundet, 1994, p. 17).

e práticos, os quais envolvam a reflexão e a organização de arquivos e seus documentos, não devem ser realizados sem terem, como horizonte, tais princípios como basilares. Algumas autoras, como Troitiño (2023), têm se dedicado a eles, e são pelas palavras dela que iniciamos nossa reflexão:

Do ponto de vista epistemológico, os princípios arquivísticos fazem parte do arcabouço teórico e sintetizam o conhecimento basilar próprio da ciência que lhes compete, a Arquivologia. Proporcionam identidade à ciência dos arquivos, na medida em que estipulam os fundamentos necessários para o desenvolvimento de método próprio, os quais, em conjunção com procedimentos específicos, viabilizam a prática e a produção de conhecimento arquivístico (Troitiño, 2023, p. 40).

Ela completará sua argumentação, ao nos lembrar que

[t]odo princípio arquivístico fundamental deriva de uma ou mais características inerentes ao documento de arquivo, remetendo ao respeito (preservação) de seus elementos essenciais. Objetiva, assim, a manutenção dos traços identitários dos registros, ao longo da trajetória custodial e diante das intervenções realizadas sobre os fundos e seus documentos (Troitiño, 2023, p. 42).

Dessa forma, nosso trabalho atuará, à luz da Arquivologia, por meio de seus princípios e conceitos, como os de *fundo* e de *documento*, tendo como foco sua aplicação junto aos *arquivos pessoais*.

Santos (2012a), em diálogo com Ana Maria Camargo, já realçava o desafio do emprego dos princípios arquivísticos junto aos *arquivos pessoais*:

Para Camargo (1988; 1998) as dificuldades de aplicação dos princípios fundamentais da arquivística revela-se de forma especial na questão dos arquivos pessoais que oferecem uma variedade de peculiaridades que nos obrigam a rever princípios e conceitos. Para a autora, são três os pontos mais controvertidos:

1º a recontextualização dos documentos opera pelo próprio titular do arquivo ou por seus sucessores;

2º a própria constituição do universo coberto pelo arquivo que, nesse caso, envolve além daquelas ações que o vinculam às instituições sociais, outras “juridicamente irrelevantes”, cujas regras e formas são menos visíveis, como “relações de amizade e amor, opções intelectuais, obsessões e tantas outras”;

3º a inexistência de parâmetros normativos transforma o trabalho de classificação e descrição num esforço em que o levantamento de áreas de ação, funções e atividades como categorias classificatórias dos documentos é, simultaneamente, a construção de uma biografia (Santos, 2012a, p. 56).

Vemos que, no caso do *arquivo de casal*, o segundo ponto nos remete a características dos vínculos estabelecidos pelos titulares, os quais podem ser legalmente reconhecidos (ou não) e são permeados por “[...] relações de amizade e amor” (Santos, 2012a, p. 56) (ou não). E, apesar das citadas “peculiaridades” presentes nos *arquivos pessoais*, concordamos com Macêdo (2018), quando a autora pergunta:

[...] será que esses conjuntos documentais, que apresentam características de produção e acumulação expressas na necessidade individual, são tão diferentes assim dos conjuntos orgânicos provenientes das instituições públicas e/ou privadas, que não seja possível utilizar, na sua organização, os mesmos princípios? (Macêdo, 2018, p. 12-13).

Nossa proposta é a de que, sim, isso é possível¹¹. E, estando a problemática dos *arquivos de casais* centrada no reconhecimento destes, com base em dois conjuntos individuais, seja como um único conjunto resultante de uma soma simples, seja como um novo conjunto, fruto de uma parceria estabelecida após o vínculo do casamento, adotaremos inicialmente, como linha condutora, a revisitação do *princípio da proveniência*, alertando que, muitas vezes, o *princípio do respeito à ordem original* e o *princípio de respeito aos fundos* são tomados como sinônimos ou se imiscuem entre si. Por isso, eles serão apresentados conjuntamente, a partir da seção a seguir.

Ressaltamos que, durante o presente capítulo, em alguns momentos, exemplos pontuais e questionamentos serão evidenciados como recurso reflexivo, tendo em vista a revisão dos princípios e sua aplicação, quanto ao que iremos considerar como um *arquivo de casal*. Contudo, a aplicabilidade e considerações de tais princípios junto a um *arquivo de casal* serão mais bem examinadas no capítulo “Arquivos de casais”, de modo a demonstrar, de forma pormenorizada, nossa tese. Será também nesse capítulo que nosso estudo se aprofundará na representação de casais, em nossa sociedade. Somos cientes das múltiplas possibilidades de configuração, representação e oficialização dessa parceria e, apesar de, em muitos momentos, o termo ser apresentado como sinônimo do vínculo matrimonial, reconhecemos e respeitamos sua pluralidade.

¹¹ Neste ponto, é importante frisar que certas obras, como *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*, de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart (2007), e *Arquivos pessoais: histórias, preservação e memória da ciência*, organizado por Maria Celina Soares de Mello e Silva e Paulo Roberto Elian dos Santos (2012b), trazem exemplos de trabalhos que procuram aplicar técnicas de organização de *arquivos pessoais* à luz da teoria arquivística.

1.1 Princípio da proveniência, ordem original e respeito aos fundos

O *princípio da proveniência* é considerado como conceito fundamental para a Arquivologia. Diversos autores, como Martín-Pozuelo Campillos (1996), Bellotto (2006), Cruz Mundet (1994, 2012), Heredia Herrera (2013) e Troitiño (2023)¹², assim o conceituam. Iniciamos nossa reflexão pelo mapeamento de conceitos, levando em conta os seguintes dicionários brasileiros:

Quadro 01 – Definições do *princípio da proveniência* presente nas principais obras de referência, no Brasil

Autores	Definição	Obra de origem	Ano de publicação
Associação dos Arquivistas Brasileiros; CENADEM.	<u>Princípio de proveniência:</u> Princípio segundo o qual os arquivos (1) originários de uma instituição ou de uma pessoa não devem ser misturados aos de origem diversa. Termos equivalentes: principle of provenance, respect des fonds (I); principe du respect des fonds, principe de provenance (F); princípio de procedência, respect des fonds (E). (p. 85, grifos dos autores)	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística:</i> contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	1990
Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos	<u>Princípio de proveniência:</u> Princípio segundo o qual os arquivos (1) originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa. Termos equivalentes: principle of provenance, principle of “respect des fonds” (I); principe de provenance, respect des fonds, (F); princípio de	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	1996, 2012

¹² Novamente, faz-se necessário apontar os estudos de Duranti (2015).

Autores	Definição	Obra de origem	Ano de publicação
	procedência (E). (p. 61, grifos dos autores)		
Gildenir Carolino Santos; Célia Maria Ribeiro	- Não apresenta o conceito -	<i>Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática</i>	2003
Arquivo Nacional (Brasil)	Princípio da proveniência Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo (1) produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos (p. 136)	<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>	2005
Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	Princípio da proveniência <i>principle of provenance, respect des fonds</i> ARQ. Princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os documentos ou os arquivos originários de uma instituição, de uma corporação, de uma família ou de uma pessoa não devem ser incorporados a documentos ou arquivos de outras procedências; inclui, às vezes, o princípio do respeito à ordem original; princípio do respeito aos fundos, respeito aos fundos = integridade dos fundos, princípio do respeito à estrutura arquivística, princípio do respeito à ordem original, proveniência, proveniência territorial (p. 291)	<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i>	2008

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 01 sintetiza as várias definições encontradas no vocabulário oficial da arquivística brasileira, que se mostra mais adepta ao termo *princípio da proveniência* e, apesar das variações conceituais, nos parece que tem decantado e mais bem estruturado o conceito, com o passar do tempo. Em Arquivo Nacional (2005)

e Cunha e Cavalcanti (2008), utilizam-se termos como “básico” e “fundamental”, os quais reforçam nossa argumentação. Os dicionários de 1990, 1996 e 2012 trazem semelhanças, devido a serem uma mesma publicação atualizada, ao longo das diferentes edições. Em todos os verbetes mapeados, acham-se, junto ao *princípio da proveniência*, os princípios da *ordem original* e/ou de *respeito aos fundos*, muitas vezes tomados como sinônimos. Por isso, eles serão apresentados nos Quadros 02 e 03.

Quadro 02 – Variações do *princípio da proveniência*: definições do *princípio da ordem original* presentes em obras de referência, no Brasil

Autores	Definição	Dicionário de origem	Ano de publicação
Associação dos Arquivistas Brasileiros; CENADEM.	<u>Princípio do respeito à ordem original</u> : Princípio segundo o qual os arquivos (1) devem conservar a ordenação estabelecida no órgão de origem. Termos equivalentes: registry principle, principle of respect for original order (I); principe du respect de l'ordre primitif (F); princípio de procedência (E). (p. 85, grifos dos autores)	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</i> : contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	1990
Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos	<u>Princípio do respeito à ordem original</u> : Princípio que, levando em conta as relações estruturais e funcionais que presidem a gênese dos arquivos (1), garante sua organicidade . Termos equivalentes: principle of respect for original order, registry principle (I); principe du respect de l'ordre primitif (F); principio de respeto al orden original (E); princípio de respeito pela ordem original (P). (p. 61-62, grifos dos autores)	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	1996
Gildenir Carolino Santos; Célia Maria Ribeiro	Princípio do respeito à ordem original - Não apresenta o conceito -	<i>Acrônimos, siglas e termos técnicos</i> : arquivística, biblioteconomia,	2003

Autores	Definição	Dicionário de origem	Ano de publicação
		documentação, informática	
Arquivo Nacional (Brasil)	Princípio do respeito à ordem original Princípio segundo o qual o arquivo(1) deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu. (p.137)	<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>	2005
Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	Princípio do respeito à ordem original Original order, principle of respect for original order, principle of sancity of the original order, registry principle, restoration of the original order, sancity of the original order. ARQ princípio arquivístico fundamental, segundo o qual os arquivos que procedem, isto é, que provêm de uma mesma origem, devem manter o mesmo arranjo (ou ordenação) estabelecido pelo órgão de origem; princípio de reconstituição da ordem original, restabelecimento da ordem original = integridade dos fundos, princípio da proveniência, princípio do respeito à estrutura arquivística. (p. 291)	<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i>	2008

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 03 – Variações do *princípio da proveniência*: definições do *princípio de respeito aos fundos*, presentes em obras de referência, no Brasil

Autores	Definição	Dicionário de origem	Ano de publicação
Associação dos Arquivistas Brasileiros; CENADEM.	<u>Princípio do respeito aos fundos:</u> Ver: princípio da proveniência . (p. 85, grifos dos autores)	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento</i>	1990

Autores	Definição	Dicionário de origem	Ano de publicação
		de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	
Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos	<u>Princípio do respeito aos fundos:</u> Ver: princípio da proveniência. (p. 61, grifos dos autores)	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	1996
Gildenir Carolino Santos; Célia Maria Ribeiro	Princípio do respeito aos fundos - Não apresenta o conceito -	<i>Acrônimos, siglas e termos técnicos:</i> arquivística, biblioteconomia, documentação, informática	2003
Arquivo Nacional (Brasil)	Princípio do respeito aos fundos - ver princípio da proveniência. (p. 137)	<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>	2005
Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	Princípio do respeito aos fundos - Não apresenta o conceito -	<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i>	2008

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 02 mostra que, no Brasil, de maneira predominante, o *princípio da ordem original* apresenta-se como subsidiário ao *princípio da proveniência*, enquanto o Quadro 03 trata o *princípio de respeito aos fundos* praticamente como um sinônimo. Em outras palavras, segundo os dados demonstram, o *princípio de respeito aos fundos*, diretamente ligado à tradição arquivística francesa de *respect des fonds*, é o menos adotado no Brasil¹³. Vê-se, junto aos dicionários brasileiros, que as entradas do termo são registradas, mas é feita uma remissiva para o *princípio da proveniência*. Essa característica também será percebida por Francisco Alcides Cougo Júnior

¹³ Registra-se, novamente, uma problemática identificada a partir das traduções, que não será aqui longamente trabalhada, porém, existe e deve ser considerada.

(2018), o qual destacará sua importância, ao mesmo tempo que identifica seu uso, em sinonímia com o *princípio da proveniência*:

O princípio de respeito aos fundos é o mais básico preceito arquivístico, um dos poucos aceitos e enunciados quase que universalmente. Legitimado pelo campo arquivístico através de forte presença prática e teórica, o conceito é também um dos pilares do ensino e da pesquisa em Arquivologia. Sua consolidação terminológica pode ser expressa em certa unanimidade conceitual que o perfaz como o mais sólido substrato teórico do conhecimento na área, imediatamente acima de todos os demais preceitos conceituais e regramentos metodológicos existentes. Em linhas gerais, ele pode ser definido como sinônimo do princípio da proveniência [...]. (Cougo Junior, 2018, p. 343).

Macêdo (2018) já assinala o que aqui é focado em mais de um momento, em seu estudo dedicado à aplicação do *princípio da ordem original aos arquivos pessoais*.

A autora salienta:

Destacamos também a dificuldade da área em separar o princípio de respeito à ordem original dos princípios de proveniência e de respeito aos fundos (Macêdo, 2018, p. 19).

E:

O próprio princípio de respeito à ordem original [...] em muitos trabalhos de referência não é reconhecido como um princípio autônomo. A formulação deste como um subprincípio ou parte de outro princípio arquivístico é comum para alguns autores (Macêdo, 2018, p. 23).

Para fins de comparação com outra linha terminológica, Cruz Mundet (2011), em seu *Diccionario de Archivística*, considerará apenas dois princípios, sendo o de *proveniência*¹⁴ e o da *ordem original*:

Principio de procedencia
(ing. *Principle of provenance*; fr. *Respect des fonds*; al. *Provenienzprinzip*, *Fondsprinzip*; pt. *Princípio de procedencia*; cat. *Principi de provinença*; eus. *Jatorriarenprintzipio*; gal. *Principio de procedencia*)
m. (Del fr. *Respect des fonds*) Principio fundamental de la Archivística enunciado por el archivero e historiador francés Natalis de Wally, jefe de la sección administrativa de los Archivos Departamentales del Ministerio del Interior, en la circular de 24 de abril de 1981 titulada: *Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives departamentales et comunales*. En dicho texto se enunciaba la noción de fondo de archivo, consistente en “reunir los documentos por fondos, es decir, reunir todos los documentos que provienen de un cuerpo, de un establecimiento, de una familia o de un

¹⁴ É oportuno lembrar que, em espanhol, a tradução de *proveniência* será “procedencia”.

individuo, y arreglar estos fondos con sujeción a un orden determinado... Los documentos que apenas se relacionan con un establecimiento, un cuerpo o una familia, no deben mezclarse con el fondo de ese establecimiento, de ese cuerpo, de esa familia". Un poco más tarde el autor aclararía que "la clasificación general por fondos es la única verdaderamente apropiada para asegurar el pronto cumplimiento de un orden regular y uniforme... Si en vez de este método, del cual pude decir que se funda en la naturaleza de las cosas, se propone un orden teórico... los archivos caerán en un desorden difícil de remediar. En cualquier clasificación distinta de ésta se corre el grave riesgo de no saber dónde se encuentra un documento". **De este modo nació el principio de procedencia o respeto de los fondos, el primer fundamento teórico de la Archivística** que dará lugar al periodo de pleno desarrollo o mayoría de edad. En esencia consiste en respetar el origen de los fondos, es decir, en mantener agrupados, sin mezclarlos con otros, los documentos de cualquier naturaleza procedentes de una entidad, ya sea una administración pública, privada, una persona, familia..., respetando la estructura o clasificación propia de dicha entidad (Cruz Mundet, 2011, p 289-290, grifos nossos).¹⁵

Principio de respeto al orden original

(ing. *Principle of respect for original order*; fr. *Respect de l'ordre primitif*; al. *Registaturprinzip*; pt. *Princípio de proveniência/respeito pela orden original*; cat. *Principi de respecte a l'ordre original*; eus. *Jatorrizkoordinarenerrespetokoprintzipio*; ga. *Prinzipio de respecto á orde orixinal*)

(Del al. *Registaturprinzip*) m. **Principio de la Archivística, complementario del de procedencia**, enunciado por H. von Seybel, director de los Archivos del Estado de Prusia, partiendo de los planteamientos de su coetáneo en 1881: *Regulativ für die Ordnungsbearbeitungen im Geheimen Staatsarchiv*, enunció nuevo principio: el *registaturprinzip*. En esencia dispone que los documentos de cada fondo deben mantenerse en el orden que leshubiera dado la oficina de origen u organismo productor. Así nace el denominado principio de respeto al orden original de los documentos, que indica el necesario respeto al que se ha dado en origen a los documentos. Este principio permite conservar las relaciones existentes y la relevancia probatoria que se puede deducir del contexto de los documentos (Cruz Mundet, 2011, p 290-291, grifos nossos).¹⁶

¹⁵ Em livre tradução: Princípio de proveniência (ing. Principle of provenance; fr. Respect des fonds; al. Provenienzprinzip, fondsprinzip; pt. Princípio de procedencia; cat. Principi de provenença; eus. Jatorriaren printzipio; gal. Principio de procedencia) m. (Del fr. Respect des fonds) Princípio fundamental da Arquivística enunciado pelo arquivista e historiador francês Natalis de Wally, chefe da seção administrativa do Arquivo Departamental do Ministério do Interior, na circular de 24 de abril de 1981, intitulada: Instruções para a ordem e a classificação dos arquivos departamentais e comunitários. Nesse texto, foi enunciada a noção de fundo arquivístico, que consiste em "reunir documentos por fundos, ou seja, reunir todos os documentos provenientes de um órgão, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e organizar esses fundos sob uma determinada ordem... Documentos que apenas se relacionam a um estabelecimento, um órgão ou uma família, não devem ser misturados com o fundo desse estabelecimento, desse órgão, dessa família". Posteriormente, o autor elucidaria que "a classificação geral por fundos é a única verdadeiramente adequada para garantir o pronto cumprimento de uma ordem regular e uniforme... Se em vez deste método – o qual, pode-se dizer, é baseado na natureza das coisas – propõe-se uma ordem teórica... os arquivos cairão numa desordem difícil de remediar. Em qualquer classificação diferente dessa existe um sério risco de não saber onde se encontra um documento". **Nascia, assim, o princípio da proveniência ou respeito aos fundos, o primeiro fundamento teórico da Arquivística**, que dará origem ao período de pleno desenvolvimento ou maioridade. Sua essência consiste em respeitar a origem dos fundos, ou seja, guardar documentos de qualquer natureza de uma entidade, seja uma administração pública, uma administração privada, uma pessoa, uma família..., respeitando a estrutura ou classificação própria da referida entidade.

¹⁶ Em livre tradução: Princípio de respeito à ordem original (ing. Principle of respect for original order; fr. Respect de l'ordre primitif; al. Registaturprinzip; pt. Princípio de proveniência/respeito pela orden

No dicionário do autor espanhol, vemos novamente a complementaridade do *princípio da ordem original* em relação ao *princípio da proveniência*, assim como praticamente uma sinonímia entre *proveniência* e *princípio de respeito aos fundos*. Mantendo nossa análise quanto à corrente espanhola, ao recorrermos a Martín-Pozuelo Campillos (1996), é possível identificar que a autora, a nosso ver, avança na explanação e especificação do *princípio da proveniência*, desdobrando-o de forma a evidenciar dois aspectos:

La mayor parte de los autores parecen coincidir en conceder un doble valor al denominado Principio de Procedencia, por lo que podemos establecer su doble contenido; queda por determinar si ambos valores corresponden a un único principio o si, por el contrario, representan principios diferentes implícitos en el genérico de procedencia como íntimamente relacionados, pero con un contenido formalmente diferente:

1 – El respecto al origen de los fondos.

2 – El respeto a la estructura de aquellos fondos y al orden de los documentos en el interior de los mismos.

[...]

La filosofía de ambos valores se recoge, entendiéndolo, en un postulado fundamental, el respecto a la procedencia, con un doble enunciado: el respeto a la procedencia de los fondos o grupos de documentos generados por una única institución, y el respeto a la estructura que dicha institución dio en origen a los documentos que integran dicho fondo. De tal manera que ambos enunciados derivan en significaciones distintas sostenidas por diversos conceptos, que se traducen por tanto en diferentes pasos en el tratamiento de la documentación de archivo (Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 24, grifos nossos).¹⁷

original; cat. Principi de respecte a l'ordre original; eus. Jatorrizko ordenaren errespetoko printzipio; ga. Prinzipio de respecto á orde orixinal) (Del al. Registraturprinzip) m. **Princípio da Arquivologia, complementar ao da proveniência**, enunciado por H. von Seybel, diretor dos Arquivos do Estado Prussiano, baseado nas abordagens do seu contemporâneo, em 1881: *Regulative für die ornungsarbeiten im gehermen Staatsarchiv*, enunciou um novo princípio: o *registrarprinzip*. Dispõe basicamente que os documentos de cada fundo devem ser mantidos na ordem que o órgão de origem ou a organização produtora lhes atribuiu. Assim nasce o chamado princípio do respeito à ordem original dos documentos, que indica o respeito necessário que foi dado aos documentos, em suas origens. Esse princípio permite preservar as relações existentes e a relevância probatória que pode ser deduzida do contexto dos documentos.

¹⁷ Em livre tradução: A maioria dos autores parece concordar em atribuir um duplo valor ao chamado Princípio de Proveniência, pelo que podemos estabelecer o seu duplo conteúdo; resta determinar se ambos os valores correspondem a um único princípio ou se, pelo contrário, representam princípios diferentes implícitos no genérico de proveniência como intimamente relacionados, mas com conteúdo formalmente diferente:

1 – Respeito à origem dos fundos.

2 – Respeito à estrutura desses fundos e pela ordem dos documentos neles contidos.

[...]

Está incluída a filosofia de ambos os valores, entendendo, num postulado fundamental, o respeito pela proveniência, com uma dupla afirmação: respeito pela proveniência dos fundos ou grupos de documentos gerados por uma única instituição, e respeito à estrutura que a instituição em questão deu durante a origem dos documentos que compõem o referido fundo. Dessa forma, ambas as afirmações apresentam significados diferentes apoiados em conceitos diferentes, que se traduzem, portanto, em

O basilar estudo de Maria-Paz Martín-Pozuelo Campillos (1996) recapitula as especificidades relativas à origem dos documentos, apontando para conceitos-chave – como o de *fundo* e de *produtores de documentos* –, a partir da análise de várias correntes arquivísticas, como a francesa, focada nos “*respect des fonds*” ou a italiana, que apresenta o “*principio de territorialità*”, ampliando, dessa forma, a importância do *principio da proveniência*, que atuará junto a outros princípios arquivísticos. Segundo a autora (1996, p. 20), para os arquivistas franceses, o entendimento do princípio consiste em manter agrupados documentos que advêm de uma administração, uma instituição ou uma pessoa, sem misturá-los a outros documentos de outros fundos.

Aqui, novamente, apontamos para nosso interesse junto aos *arquivos pessoais*. Martín-Pozuelo Campillos (1996), Cruz Mundet (2011) e Bellotto (2006), ao avaliarem as características do *principio da proveniência*, evocarão os estudos de Michel Duchein, arquivista francês, o qual, apesar de fugir do nosso recorte metodológico, é citação incontornável ao nosso referencial de base. Seja para Bellotto (2006), seja para os autores espanhóis, o artigo “O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos” (Duchein, 1986) será importante apoio para o aprofundamento do conceito de *fundo*, fundamental para o desenvolvimento da análise quanto à aplicação do *principio da proveniência*:

A dificuldade de definir os Fundos em relação à hierarquia dos organismos produtores de arquivo fez-se praticamente sentir desde a sua origem e é fundamental. Exemplo: é fácil definir Fundos de arquivo de uma abadia de um hospital de um tribunal “o conjunto de documentos cujo acréscimo é efetuado no exercício das suas atividades”. Não há nenhuma dificuldade de interpretação, porque a abadia, o hospital, o tribunal são organismos bem definidos, possuindo uma personalidade jurídica precisa e estável. Mas paralelamente a casos tão simples como estes existem inumeráveis variedades de casos cuja complexidade funcional e laços de subordinação entre os diversos níveis do organismo dificultam a definição do Fundos (Duchein, 1986, s.p.).

Acreditamos que, no caso do *arquivo de casal*, estamos exatamente diante de um cenário que apresenta “complexidade funcional” e, sobretudo, “laços de subordinação entre os diversos níveis do organismo” difíceis de serem estabelecidos, pois, em uma primeira análise, nosso estudo identifica uma relação que podemos

etapas diferentes no tratamento da documentação de arquivos (Martín-Pozuelo Campillos, 1996, p. 24, grifos nossos).

chamar supostamente de horizontal e conjunta, advinda do estabelecimento de uma parceria. Dessa forma, Michel Duchein (1986) vem nos alertar para a dificuldade de definição de produtores e origem de produção documental, um embaraço que limitará o próprio conceito e definição de *fundo* e esbarrará no respeito ao *princípio da proveniência*. A partir dessa reflexão, nós nos damos conta da necessidade de ampliação de nossa análise, de forma a nos atermos a conceitos expandidos, para além dos dicionários utilizados.

Com Bellotto (2006), relembremos que tal princípio

[...] fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor. Por esse princípio, os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou **pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda de documentos**. Arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter a individualidade, dentro de seu contexto orgânico de produção, não devendo ser mesclados, no arquivo, a outros de origem distinta (Bellotto, 2006, p. 88, grifos nossos).

Schellenberg (2006), por sua vez, ao refletir sobre a proveniência, tangenciará o *princípio de ordem original*, apesar de não o mencionar nesses termos:

[...] quanto mais a coleção é o produto de atividades contínuas, mais importante é o seu arranjo original e mais própria se torna a aplicação do princípio básico da arquivística da “proveniência” pelo qual os documentos devem ser preservados na ordem que lhes atribuíram seus criadores (Schellenberg, 2006, p. 271)¹⁸

Ainda em nossa revisão quanto à aplicabilidade dos *princípios da proveniência e do respeito à ordem original*, segundo o manual do arquivista espanhol Cruz Mundet, é possível nos aprofundarmos, tendo em vista que

[!]a organización de un archivo responde a una **necesidad doble**: proporcionar una estructura lógica al fondo documental, de modo que represente la naturaleza del organismo reflejado en él, y facilitar la localización conceptual de los documentos. Encuanto al primer aspecto, todo fondo es el resultado de la acción administrativa de un ente que a lo largo de

¹⁸ Do original: “The more a collection is the product of extended activities, the more significant is its original arrangement, and the more applicable is the basic archival principle or provenance that records should be preserved in the order given them by their creators” (Schellenberg, 1957, p. 3) Em um estudo que envolve a revisão de conceitos arquivísticos, mais uma vez faz-se necessário apontar que, para além das questões de terminologia já apontadas, é necessário considerar questões de tradução ou uso de termos por determinadas correntes e autores. Schellenberg (2006), por exemplo, em seu *Arquivos Modernos*, traduzido ao português, na parte dedicada aos arquivos privados, trabalhará com termos como *coleção artificial* e *coleção natural*, sendo que, no caso deste último, em nosso estudo, trataremos como *fundo*.

su historia desempeña una serie de funciones, para lo cual se dota de una estructura administrativa, variables ambas en el tiempo. Organizar el fondo de un archivo consiste en dotarlo de una estructura que reproduzca el proceso mediante el cual los documentos han sido creados. Pero además, atendiendo a la función primordial, nos referimos a la informativa, debe facilitar la localización de los documentos, **proporcionando con su estructura organizativa la información suficiente para orientar las búsquedas con acierto, conexclusividad, sin ambigüedades de ningún género**; es decir, todas y cada una de las unidades archivísticas, todas y cada una de las series que lo integran, tienen asignada una ubicación conceptual posible y no otra, de manera que la interrogación **al esquema organizativo de un fondo documental siempre encontrará respuesta cabal, siguiendo un camino lógico dentro del mismo y sólo uno, sin dar lugar a la ambigüedad ni a la disyuntiva** (Cruz Mundet, 1994, p. 229, grifos nossos).¹⁹

Essa necessidade dupla à qual o pesquisador espanhol se refere se concilia com as ideias apontadas anteriormente por Martín-Pozuelo Campillos (1996, p. 24). A citação de Cruz Mundet (1994), a despeito de não tratar explicitamente do *princípio da proveniência*, vem, a nosso ver, reforçar algumas reflexões que tangenciamos, de uma forma ou de outra, até aqui: (i) a centralidade do *princípio da proveniência* junto à Arquivologia; (ii) que, a depender da corrente, a proveniência abarcará os *princípios da ordem original* e do *respeito aos fundos*; (iii) que haverá escolas e autores que consideração o *princípio da ordem original* e do *respeito aos fundos* como princípios autônomos e que se encontram em uma mesma linha hierárquica que o da *proveniência* e que (iv) a organização de arquivos, à luz da Arquivologia, evita ambigüidades, as quais, quando presentes no tratamento do fundo, gerarão problemas de recuperação informacional.

Para nosso estudo, tais questões são caras, com especial atenção à presença de ambigüidades. Observando-se que, no caso do *arquivo de casal*, existem dois produtores de documentos unidos por um vínculo conjugal, como foi possível registrar até aqui, todas as definições do *princípio da proveniência* apresentadas insistem num

¹⁹Em livre tradução: A organização de um arquivo responde a uma dupla necessidade: fornecer uma estrutura lógica ao acervo documental, para que represente a natureza do organismo nele refletido, e facilitar a localização conceitual dos documentos. Quanto ao primeiro aspecto, todo fundo é o resultado da ação administrativa de uma entidade que, ao longo da sua história, desempenha uma série de funções, para as quais está dotada de uma estrutura administrativa, ambas variáveis ao longo do tempo. Organizar o acervo de um arquivo consiste em dotá-lo de uma estrutura que reproduza o processo de criação dos documentos. Mas, além disso, tendo em conta a função primária, referimo-nos à informativa, deve facilitar a localização dos documentos, fornecendo com a sua estrutura organizacional informações suficientes para orientar as buscas, de forma correta, com exclusividade, sem ambigüidades de qualquer espécie. Ou seja, a cada uma das unidades arquivísticas, a cada uma das séries que a compõem, foi atribuída uma localização conceitual possível e nenhuma outra, de modo que a questão do esquema organizacional de um acervo documental será sempre encontrar uma resposta completa, seguindo um caminho lógico dentro dela e apenas um, sem dar origem a ambigüidades ou dilemas (Cruz Mundet, 1994, p. 229).

mesmo ponto: não é possível simplesmente somar, de modo integral, os fundos dos dois indivíduos que representam o casal. Entretanto, mantê-los completamente separados nos parece dar margem a outro problema: quando um documento é produzido por ambos os membros do casal²⁰, posto ser oriundo de uma função desempenhada conjuntamente, a prática tradicional obriga a guardá-lo em um dos fundos, pois, culturalmente, não é corrente a noção de posse compartilhada de documentos. Acreditamos também que atribuir determinadas funções de dupla responsabilidade a apenas um dos membros do casal é algo que precisa ser superado, especialmente quando se leva em conta um recorte de gênero. Para ficar menos abstrato, exemplificamos: em determinados recortes históricos e socioculturais, documentos ligados à criação dos filhos muitas vezes são atribuídos à guarda da mãe, creditado como um trabalho feminino.

A “escolha” de em qual fundo será depositado o documento ou, melhor dizendo, os documentos produzidos e acumulados pelo casal, não pode ser subjetiva. Somos cientes, especialmente tendo em vista estudos pós-modernos ligados à Arquivologia, que autores como Joan M. Schwartz e Terry Cook (2002) nos mostram que há um poder inerente aos arquivos e aos profissionais que ali atuam, o qual começa nos processos de avaliação e alcançam as práticas de guarda:

Historians since the mid-nineteenth century, in pursuing the new scientific history, needed an archive that was a neutral repositories off acts. Until very recently, archivists obliged by extolling their own professional myth of impartiality, neutrality, and objectivity. Yet archives are established by the powerful to protector enhance their position in society. Through archives, the past is controlled. Certain stories are privileged and others marginalized. And archivists are an integral part of this story-telling (Schwartz; Cook, 2002, p. 1).²¹

Sabemos desse poder e não somos inocentes, quanto ao fato de que os profissionais e as instituições atuam ativamente junto aos acervos que têm sob a sua

²⁰ Ressalta-se que, aqui, estamos atuando na esfera de documentação física e não digital ou natodigital, que não será completamente alheia à nossa reflexão, mas apresentará determinadas especificidades, as quais não serão por nós trabalhadas, no presente estudo.

²¹Em livre tradução: “Os historiadores, desde meados do século XIX, em busca da nova história científica, precisavam de um arquivo que fosse um repositório neutro de fatos. Até muito recentemente, os arquivistas eram obrigados a exaltar seu próprio mito profissional de imparcialidade, neutralidade e objetividade. No entanto, os arquivos são criados pelos poderosos para proteger ou melhorar sua posição, na sociedade. Por meio dos arquivos, o passado é controlado. Certas histórias são privilegiadas e outras marginalizadas. E os arquivistas são parte integrante dessa narrativa” (Schwartz; Cook, 2002, p. 1).

guarda. Mas nosso ponto aqui é que as decisões tomadas, especialmente no tratamento dos arquivos pessoais, não podem ser arbitrárias.

Posto isso e seguindo nossa linha de raciocínio, além da revisitação aos princípios aqui discutidos, também é necessário absorver conceituações importantes da Arquivologia, como a de *fundo*, e questões relacionadas à produção de documentos, bem como das funções oriundas de tal produção. Tais conceituações e implicações de uso, no nosso estudo, serão aprofundadas no capítulo “Arquivos de casais”. A esta altura, podemos formular que aplicar o *princípio da proveniência* à estrutura dos arquivos de casais tem como meta prevenir as ambiguidades da origem documental e, portanto, zelar pela manutenção das características orgânicas da produção e acumulação documental, as quais também precisam ser consideradas. Mas ainda há pontos que precisam de apoio e embasamento teórico. Para isso, passaremos à revisão do *princípio de organicidade*.

1.2 Princípio da organicidade

Assim como feito na seção anterior, partiremos da identificação do *princípio de organicidade* junto aos mesmos dicionários até aqui trabalhados. Vale destacar que, em um primeiro momento, no levantamento realizado em tais obras, a organicidade não foi identificada como um princípio. Ou seja, nos dicionários brasileiros, existe o conceito ligado ao termo *princípio de proveniência*, contudo, isso não se dará, quando buscarmos por *princípio de organicidade*. Este apenas será localizado, quando buscado pela entrada da palavra *organicidade*. Assim, partiremos dela:

Quadro 04 – Definições de *organicidade* presentes nas principais obras de referência, no Brasil

Autores	Definição	Obra de origem	Ano de publicação
Associação dos Arquivistas Brasileiros; CENADEM.	- Não apresenta o conceito -	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para</i>	1990

Autores	Definição	Obra de origem	Ano de publicação
		estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	
Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos	ORGANICIDADE Qualidade segundo a qual os arquivos (1) refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas. (p. 57, grifos dos autores)	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	1996
Gildenir Carolino Santos; Célia Maria Ribeiro	- Não apresenta o conceito -	<i>Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática</i>	2003
Arquivo Nacional (Brasil)	organicidade Relação natural entre documentos de um arquivo (1) em decorrência das atividades da entidade produtora . (p. 127, grifos dos autores)	<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>	2005
Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	Organicidade ARQ “[...] qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (CAMA, p. 57) (p. 270)	<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i>	2008

Fonte: Elaborado pela autora.

A inexistência, tanto como princípio quanto como termo isolado – *organicidade* –, também é verificável no *Diccionario de Archivística*, de Cruz Mundet (2011), o que nos levou à procura do que chamamos de conceito expandido, em manuais como o de Bellotto (2006). Explicita a autora:

Princípio da organicidade: as relações administrativas orgânicas refletem-se nos conjuntos documentais. Organicidade é a qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade

produtora/ acumuladora em suas relações internas e externas (Bellotto, 2006, p. 88).

O *princípio da organicidade* orienta o trabalho de tratamento arquivístico, na medida em que obriga que os documentos sejam avaliados e classificados, de acordo com o seu contexto de produção e a função que desempenham no processo em que tiveram origem e ao qual servem para conformar:

O fato é que há organicidade, porque há naturalidade na produção de documentos arquivísticos. Nesse sentido, a vinculação existente entre as diferentes unidades e partes de um arquivo pode ser entendida como consequência lógica das atividades de uma determinada entidade. Logo, a quebra do princípio da organicidade, em última instância, transforma algo que reflete o resultado de um agrupamento natural, na reunião artificial de documentos (Troitiño, 2023, p. 52).

No caso do *arquivo de casal*, é preciso buscar evitar essa artificialidade, quando do seu tratamento, pois procuramos comprovar que se trata de um *fundo* e não de uma *coleção*. Uma das dificuldades com a qual deparamos está em que o âmbito conjugal muitas vezes é regido sob o espaço da privacidade, e as funções desempenhadas pelos indivíduos que compõem o casal nem sempre são objetivas ou simples de serem identificadas, sobretudo em um contexto de institucionalização desses acervos. Diferentemente, nos arquivos públicos, organogramas e fluxogramas, além de normativas estruturadas, auxiliam na manutenção da organicidade desse tipo de acervo, no momento de sua organização arquivística.

Schellenberg (2006, p. 41) considera que a chamada naturalidade inerente na produção documental e oriunda das funções desempenhadas pelo titular do fundo é característica essencial dos arquivos. Em suas palavras: “As características essenciais dos arquivos relacionam-se, pois, com as razões pelas quais os documentos vieram a existir e com as razões pelas quais foram preservados”. Dessa forma, o tratamento documental aplicado no momento de preservação deverá refletir as funções e razões pelas quais determinado documento foi criado.

No caso do *arquivo de casal*, para além de possíveis subjetividades de razões de produção inerentes ao foro privado, existe a duplicidade de guarda, marcada pelos membros do casal. Como visto, seja nos dicionários de referência, seja em Troitiño (2023, p. 52) e Bellotto (2006, p. 88), as definições e reflexões nos socorrem no avanço de raciocínio, ao estabelecerem a produção documental, em função das

atividades de uma *entidade*, palavra central em todos os conceitos encontrados. Identificamos, assim, outro termo caro à nossa busca pela aplicação da teoria arquivística, a ponto de Schellenberg (2006) deter-se nele e alertar que “[...] é preciso lembrar que o termo ‘entidade’ aplica-se também a organizações como igrejas, firmas comerciais, associações, ligas e até mesmo a famílias” (Schellenberg, 2006, p. 41). Nessa lógica, a manutenção da organicidade documental junto aos arquivos pessoais de casais deveria ter em vista a manutenção das funções, oriundas de uma entidade definida a partir do casal, ao invés de nos voltarmos, como foi feito até o momento, a uma busca por atribuições direcionadas a cada membro do casal.

A *organicidade* está diretamente ligada ao *princípio da proveniência* dos documentos. Para *arquivos pessoais* tradicionais e autônomos, a *organicidade* deriva da produção documental advinda das funções desempenhadas pelo titular do arquivo, e que tomamos como uma atividade natural, desempenhada de maneira individual e diretamente associada ao produtor e acumulador da documentação. Para um eventual *arquivo de casal*, a *organicidade* precisará ser extraída de atividades e eventos ligados simultaneamente a ambos os membros da relação, ou seja, de dois titulares desempenhando uma mesma função, enquanto casal.

No caso do *arquivo de casal*, a produção aponta para o par conjugal, que terá, na sua composição, ao menos dois indivíduos produtores, de forma conjunta, unidos por uma mesma entidade: o casal. Entretanto, é importante lembrar que, apesar das atividades conjuntas, é fato que, paralelamente, há a produção documental, de modo individualizado, regrada por determinadas atividades, como, por exemplo, exames médicos. No caso da parceria estabelecida, o casal não tem como produzir coletivamente exames médicos e será possível identificar a produção individual de cada membro, muitas vezes antes e durante o casamento.

Essa delimitação já é mais complicada de se identificar, na produção de exames médicos dos filhos ou animais de estimação, advindos após o estabelecimento do casal. Nesses casos, a produção documental relacionada ao cuidado dos filhos e bichos domésticos estará ligada a qual dos indivíduos que compõem o casal? Todavia, esse problema se resolve, quando a atribuição se der a partir da *entidade casal*.

O mesmo raciocínio que desenvolvemos até aqui se amplia para o princípio da *indivisibilidade ou integridade arquivística*, no qual nos deteremos, na sequência.

1.3 Princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística

Seguindo o mesmo método de apresentação de dados adotado até esta seção, partiremos dos dicionários brasileiros que têm nos servido de base teórica. Devido à proximidade dos termos que compõem o conceito – *indivisibilidade e integridade* –, eles serão dispostos em um mesmo quadro (Quadro 05) e serão analisados um ao lado do outro, individualizadamente. Não restringimos nosso mapeamento exclusivamente à consideração deste como princípio arquivístico, porque ele não foi localizado dessa forma, da mesma maneira como ocorreu ao *princípio de organicidade*.

Quadro 05 – Definições de *indivisibilidade e/ ou integridade arquivística* presentes nas principais obras de referência, no Brasil

Autores	Definição de indivisibilidade	Definição de integridade	Obra de origem	Ano de publicação
Associação dos Arquivistas Brasileiros; CENADEM.	- Não apresenta o conceito -	INTEGRIDADE DOS FUNDOS Característica derivada do princípio da proveniência , segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação , destruição não autorizada ou acréscimo indevido. Termos equivalentes: archival integrity (I); intégrité des fonds (F); integridade de la archivalía. (p. 61, grifos dos autores)	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</i> : contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa	1990
Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo / Secretaria de	INDIVISIBILIDADE ARQUIVÍSTICA Ver: integridade arquivística . (p. 43)	INTEGRIDADE ARQUIVÍSTICA Característica derivada do princípio da proveniência , segundo a qual um fundo deve ser preservado sem	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	1996

Autores	Definição de indivisibilidade	Definição de integridade	Obra de origem	Ano de publicação
Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos		dispersão, mutilação, alienação , destruição não autorizada ou acréscimo indevido. Termos equivalentes: archival integrity (I); intégrité des fonds (F); integridade de la archivalía (E); integridade do fundo ou núcleo (P). (p. 45, grifos dos autores)		
Gildenir Carolino Santos; Célia Maria Ribeiro	- Não apresenta o conceito -	- Não apresenta o conceito -	<i>Acrônimos, siglas e termos técnicos:</i> arquivística, biblioteconomia, documentação, informática	2003
Arquivo Nacional (Brasil)	- Não apresenta o conceito -	Integridade arquivística: Objetivo decorrente do princípio da proveniência que consiste em resguardar um fundo de misturas com outros, de parcelamentos e de eliminações indiscriminadas. Também chamado integridade do fundo. (p. 108, grifos dos autores)	<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística</i>	2005

Autores	Definição de <i>indivisibilidade</i>	Definição de <i>integridade</i>	Obra de origem	Ano de publicação
Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	Indivisibilidade arquivística => integridade dos fundos. (p. 200)	[...] integridade arquivística => integridade dos fundos. i. dos arquivos => integridade dos fundos, [...]. i. dos fundos <i>archival integrity</i> arq norma arquivística fundamental, que tem origem no princípio da proveniência. Segundo esta norma, os fundos (núcleos) de arquivos devem ser mantidos na ordem original, sem desmembramento, nem eliminação não autorizada e sem acréscimo de elementos estranhos ao núcleo original, a fim de conservar seu valor probatório e informativo; integridade arquivística, integridade dos arquivos, o princípio da proveniência, princípio do respeito à estrutura arquivística, princípio do respeito à ordem original, proveniência. (p. 208, grifos dos autores)	<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i>	2008

Fonte: Elaborado pela autora.

A disposição do Quadro 05 nos mostra que há apenas duas entradas, quanto ao termo *indivisibilidade arquivística*, e, em ambos os casos, há a remissiva para *integridade arquivística* e *integridade dos fundos*. No desenvolvimento do significado de *integridade arquivística*, é perceptível, em todas as obras, a valorização de conceitos como *fundo(s)* e de algumas palavras, como *alienação*, *eliminação*, além de importante relação direta estabelecida com o *princípio da proveniência*. No dicionário de Cunha e Cavalcanti (2008), além da perda informacional, aponta-se para a perda

de valor probatório, que entendemos não se aplicar de forma restrita aos *arquivos pessoais*²². Mas a relação entre o *princípio da integridade* arquivística novamente vai se dar diretamente ao *princípio da proveniência*, tangenciando o *princípio da ordem original*.

Da escola espanhola, o *Diccionario de Archivística*, de José Ramón Cruz Mundet (2011), nos mesmos moldes das obras de referência brasileiras, em um primeiro momento trará o termo a partir da palavra “integridad” (integridade), a qual nos remete à caracterização do conceito de *fundo*, e, no segundo ponto de sua explanação, associará o termo aos *princípios arquivísticos*:

Integridad

(ing. *Integriy*; fr. *Intègritée*; al. *Integrität*; pt. *Integridade*; cat. *Integritat*; eus. *Osotasun*, *integritate*; gal. *Integradide*)

(Del lat. *Integritas*, *-atis*) f.

1. Referido a un documento o a una agrupación documental, que está completo, que no carece de ninguna de sus partes, que no ha sido modificado ni alterado.
2. **Princípio** según nel cual una agrupación documental resultante de una misma actividad debe conservarse como tal, sin divisiones, mutilaciones ni añadidos, salvo por transferencia, para proteger el valor probatorio e informativo.
3. Propriedad o característica consistente en que el activo de informatización no há sido alterado de manera no autorizada (RD 3/2010 ENS) (Cruz Mundet, 2011, p 215-216, grifo nosso).²³

Belloto (2006) concebe o *princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística* como um princípio arquivístico, argumentando que

[...] os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não-autorizada ou adição indevida. Esse princípio deriva do princípio da proveniência (Bellotto, 2006, p. 88).

²² Na esfera pública, os documentos são produzidos para o auxílio administrativo e como prova de determinadas ações. Devido a regras e normativas aplicadas a essa produção, o primeiro valor atribuído a tais documentos é o de prova. Na esfera dos arquivos pessoais, a ausência dessas normativas e regulamentos, muitas vezes, vem questionar esse valor, pois sua produção documental é atribuída a demandas casuais. Entretanto, há certos autores, especialmente na contemporaneidade, os quais virão questionar o que consideram como um excesso de atenção à questão probatória e uma desvalorização do caráter testemunhal, inerente a todos os documentos, incluindo os que compõem os arquivos pessoais. Macêdo (2018, p. 104) analisa, de maneira atenta, tais questões e apresenta estudos de Cox (1996), McKemish (1996), Harris (2001) e Hobbs (2016).

²³ Em livre tradução: Integridade (ing. *Integriy*; fr. *Intègritée*; al. *Integrität*; pt. *Integridade*; cat. *Integritat*; eus. *Osotasun*, *integritate*; gal. *Integradide*) (Del lat. *Integritas*, *-atis*) f. 1. Refere-se a um documento ou agrupamento documental completo, que não perdeu nenhuma de suas partes, que não foi modificado ou alterado. 2. Princípio segundo o qual um conjunto documental resultante da mesma atividade deve ser preservado como tal, sem divisões, mutilações ou acréscimos, exceto por transferência, para proteger o seu valor probatório e informativo. 3. Propriedade ou característica que consiste na não realização de alteração desautorizada do bem informatizado.

Dessa maneira, conforme registrado por Bellotto, a relação entre o *princípio da proveniência* e o *princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística* se torna inequívoca. Troitiño (2023) analisará tal princípio em diálogo estendido com Bellotto (2002), quando aponta:

Segundo Bellotto (2002), o princípio da indivisibilidade ou da integridade arquivística remete ao fato de que fundos de arquivo devem ser sempre mantidos reunidos, sem dispersões, mutilações ou eliminação não autorizada. Assim, como nas referências anteriormente citadas, a autora reforça o fato de este ser um princípio decorrente do princípio da proveniência (Troitiño, 2023, p. 65).

E complementa:

Em si, este é mais um princípio em conexão direta com o princípio de proveniência e integrante da fundamentação da teoria de fundos. A noção de preservação e completude do todo com suas partes compõem o entendimento de integridade (Troitiño, 2023, p. 63).

A questão da indivisibilidade é ainda mais importante e relevante, em nosso cenário, dado que nos parece que a manutenção dos fundos de ambos os membros do casal em uma mesma instituição ou em guarda doméstica é uma decisão que auxilia a preservação da integridade arquivística.

Quando do momento do tratamento documental, a integridade também deve ser valorizada. E é preciso estar especialmente atento, quando se trabalha com documentos privados e, em nosso caso, pessoais. Se, no âmbito dos arquivos públicos, há normas e legislação quanto à avaliação e descarte, no contexto dos arquivos privados, somos carentes de tais regulamentações²⁴. Bellotto sintetiza bem a questão:

²⁴ Aponta-se que a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, voltada para a política nacional de arquivos, rege os arquivos públicos e dedica espaço para os arquivos privados. Entretanto, há um limite na regulamentação, especialmente no âmbito privado, visto que normas muito impositivas trariam característica de governos absolutistas, o que não estaria alinhado ao regime democrático brasileiro, em especial, após a promulgação da Constituição de 1988. Por isso, o artigo 12 – que trará que “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (Brasil, 1991) – busca identificar a importância de tais acervos. Os demais artigos da lei versam sobre a proteção desses arquivos, porém, como a própria Bellotto apontará, em diálogo com profissionais de várias escolas arquivísticas, sabe-se que nenhum movimento radical deve ser efetivado, levando-se em conta que poderia ser interpretado como um ato de censura e coerção, tido como uma interferência abusiva do Estado na esfera privada (Bellotto, 2006, p. 258).

As questões de recolhimento, sonegação e destruição de papéis apresentam facetas mais complexas quando se trata da área privada. Isto porque atos ligados aos deslocamentos de fundos, aos critérios de avaliação, à proibição de expurgo indiscriminado e de exportação podem ser determinados por leis municipais, estaduais e federais, com validade nas suas respectivas jurisdições, quando o que está em causa são documentos produzidos pelo poder público. No caso dos acervos privados é apenas por sensibilização, por persuasão, por especiais interesses e concessões que certos acervos podem ser resgatados para a pesquisa histórica.

Há casos em que as famílias fazem uma triagem dos documentos, destruindo os que [aviltam] a imagem do titular; o mesmo ocorrendo com empresas temerosas de que lhes empane a atual imagem publicitária. Também pode ocorrer a supervalorização de uma documentação por parte dos herdeiros, no sentido da possibilidade de venda dos papéis familiares, emprestando-lhes uma importância informacional que muitas vezes não possuem. O Estado nada pode obrigar nesse sentido (Bellotto, 2006, p. 258).

A seleção documental que fira relações orgânicas e naturais de produção e acumulação documental transforma o *status* do conjunto documental de fundo para coleção, o que nosso estudo procura prevenir, afinal, o que queremos defender é que os arquivos de casais são arquivos²⁵. Além disso, analisando as características intrínsecas do acervo, novamente chegamos ao mesmo dilema de guarda documental, já suscitado, quando nos detemos nos princípios anteriormente trabalhados: no caso do arquivo de casal, ao selecionarmos em qual dos fundos independentes dos indivíduos que compõem um casal um determinado documento produzido ou acumulado, de forma conjunta, será alocado, estamos efetivamente realizando um procedimento de mutilação do arquivo que ficou destituído do documento, mesmo havendo o titular participado do contexto da sua produção. Posto isso, a nosso ver, no caso do *arquivo de casal*, a atenção ao *princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística* caminha tanto ao lado do *princípio de proveniência* como do *princípio de organicidade* e, desse modo, ao respeitá-los, asseguramos que os arquivos de casais sejam arquivos, porque é por meio de tais princípios que alcançamos a correta salvaguarda do *status* de fundo, tanto durante o recolhimento institucional quanto na etapa de tratamento documental.

Por todos os princípios arquivísticos até aqui apresentados e pelos conceitos que consolidam a área, novamente chegamos à seguinte consideração: o tratamento dos documentos do *arquivo de casal* deve ser feito pautado na ciência que se dedica

²⁵ Parafrazeando Camargo (2009), que afirma que “arquivos pessoais são arquivos”, frase que fundamenta e permeia toda a nossa tese.

à análise dos fundos e de suas partes. Da mesma maneira com que iniciamos este capítulo, almejamos reforçar que “[...] arquivos pessoais são arquivos” (Camargo, 2009, p. 27), e é deles que advém nossa proposição dos arquivos de casais, lembrando que estes, para deterem o *status* de arquivos, devem ser tratados à luz da Arquivologia. Logo,

[c]omo resultado natural e necessário do processo que lhes deu origem, os documentos de arquivo obedecem a uma lógica puramente instrumental, ligada às demandas imediatas do ente produtor. Dessa condição decorrem postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas: a necessidade de preservar a integridade do fundo e o sistema de relações que os documentos mantêm entre si e com o todo; o respeito à proveniência; a primazia do contexto sobre o conteúdo (ou do valor probatório sobre o valor informativo), nas operações de arranjo e descrição; e a impermeabilidade do arquivo em face de seu uso secundário (Camargo, 2009, p. 28).

Nesse primeiro movimento de análise junto aos princípios arquivísticos, detectou-se a necessária ampliação de nossa investigação. Inicialmente pautada no *princípio da proveniência*, aprimoramos nossa revisão primordialmente para os princípios de *ordem original e de respeito aos fundos*, e, em um segundo momento, para os *princípios da organicidade e da indivisibilidade ou integridade arquivística*. Deste ponto em diante, iremos nos deter na revisão de termos consolidados na área que alicerçam, dialogam e muitas vezes se imiscuem entre si, sendo essenciais para nossa reflexão acerca da caracterização do *arquivo de casal*. São eles os conceitos de *arquivo privado, arquivo pessoal e arquivo de família*.

3 ARQUIVOS PRIVADOS, PESSOAIS E DE FAMÍLIA: QUESTÕES TERMINOLÓGICAS

Além dos princípios arquivísticos, outros termos consagrados também ajudarão a orientar nosso estudo. São eles: (i) *arquivos privados*; (ii) *arquivos pessoais ou arquivos de pessoas* e (iii) *arquivos familiares ou arquivos de família*. Para garantir o seu devido aproveitamento, efetuamos uma compilação de seus significados, usos e interpretações, em parte de produção científica que a eles se dedicou, assim como em dicionários, manuais, glossários e outras produções de referência. Eles serão abordados nas seções “Arquivos privados: uma definição”, “Arquivos pessoais: uma definição” e “Arquivos de família: uma definição”. É oportuno alertar, uma vez mais, que muitos desses termos são tratados de maneira tão próxima nas escolas arquivísticas nas quais nos baseamos, que as subdivisões pelas quais optamos não são estanques e, sempre que necessário, apresentaremos as aproximações e comparações entre os três conceitos, em mais de uma seção.

3.1 Arquivos privados: uma definição

O surgimento dos arquivos evidencia a necessidade humana de guardar, sistematizar e recuperar registros criados no contexto de uma coletividade. Com o passar da história, as sociedades se expandiram e se tornaram mais complexas, e uma das formas de gerenciar essa complexidade se concretizou no modo como os sistemas governamentais passaram a administrar espaços territoriais e grupos sociais. Schellenberg (2006) enfatiza a relação entre a estruturação de governos e a criação de arquivos, especialmente os públicos e institucionais, quando aponta que uma das primeiras razões para a criação dos arquivos se dá mediante “[...] a necessidade prática de incrementar a eficiência governamental” (Schellenberg, 2006, p. 30).

Assim, de caráter inicialmente coletivo, e, conseqüentemente, de natureza pública, a institucionalização dos arquivos e o trabalho com seus documentos auxiliaram na gestão pública. O tratamento aplicado à documentação, para além de apoio à governança, deve se ater à manutenção do caráter probatório que os

documentos de arquivo devem ter. Além disso, a práxis arquivística do tratamento de acervos documentais levou a reflexões sobre os métodos de organização dos arquivos. Teoria e prática foram se estruturando. Exemplo disso é o estabelecimento da teoria das três idades e, com ela, a fixação do valor documental diretamente associado a cada idade. Conforme assinala Charles Braibant (*apud* Bellotto, 1986, p. 10), tais documentos passam de “arsenal da administração” para “celeiro da história”. Sobre isso, Schellenberg (2006) nos lembra que, em especial, “[o]s historiadores viram que tais documentos, na sua totalidade, refletem não apenas a expansão e o funcionamento de um governo, mas também o desenvolvimento de um país” (Schellenberg, 2006, p. 31-32), e finaliza suas considerações, resumindo que os documentos preservados em arquivos “[...] constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação” (Schellenberg, 2006, p. 33).

Sinteticamente, os primeiros arquivos nasceram da necessidade de oferecer apoio à administração e de preservar a integridade documental dos papéis produzidos por instituições públicas. Mas não só a história das instituições tem a sua história. As ações dos indivíduos na sua vida privada também geram documentos. Por essa razão, a Arquivologia passou a analisar igualmente condições de produção, acumulação e guarda documental, no âmbito da intimidade, valendo apontar que a grande diferenciação entre os conjuntos públicos e privados deveria se concentrar na custódia e no acesso.

Dessa forma, especialmente no século XX, fez-se necessário, dentro da Arquivologia, a ampliação dos estudos que também abarcassem os *arquivos privados*, mesmo que, quantitativamente, eles fossem preservados em menor número, quando comparados aos arquivos públicos. Um exemplo desse movimento pode ser verificado no livro *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, de Schellenberg (2006), cuja versão original de 1955 receberá mais tarde “dois capítulos adicionais”, os quais “[...] versam sobre o arranjo e descrição de papéis e arquivos privados” (Schellenberg, 2006, p. 21), conforme registra Nilza Teixeira Soares, tradutora da versão em português da obra, publicada no Brasil em 1973.²⁶

²⁶ Os dois capítulos foram inicialmente publicados como artigos, em 1957 e 1958, na revista australiana *Archives and Manuscripts*. Seus títulos foram mantidos, quando da incorporação no livro *Arquivos modernos: princípios e técnicas* (*Modern Archives: Principles and Techniques*): “Arrangement of private papers” (Arranjo de papéis ou arquivos privados) e “Description of private papers” (Descrição de papéis ou arquivos privados).

Schellenberg (2006), Bellotto (2006) e Cruz Mundet (1994) escreveram obras tidas como referência para o presente estudo, por abordarem os *arquivos privados* com base na teoria arquivística, assim como caracterizá-los. No escopo dos conjuntos documentais que compõem os *arquivos privados*, destacam-se os *arquivos pessoais* e os *arquivos de família*, que serão mais bem discutidos nas seções “Arquivos pessoais: uma definição” e “Arquivos de família: uma definição”, do presente capítulo.

Em relação aos *arquivos privados*, sua conceituação em manuais usados como referências conduz ao seguinte panorama: no Brasil, Bellotto (2006, p. 250-260) ocupar-se-á primeiramente do conceito e da caracterização dos documentos privados para, em seguida, discutir os *arquivos privados*. Para conceituar um *arquivo privado*, a autora lança mão da legislação brasileira, tendo como base a Lei nº 8.159 (Brasil, 1991), especialmente quanto ao seu artigo 11. A partir dele, Bellotto afirma:

Ao mencionar claramente que os documentos são produto das atividades pessoais ou institucionais no âmbito privado, esta definição toca no ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo: sua organicidade (Bellotto, 2006, p. 253).

Ecoa nas palavras de Bellotto a importância da revisitação dos princípios arquivísticos que realizamos, dentre os quais ela realça o da *organicidade*, pois, conforme a autora, tal princípio auxiliará no estabelecimento do conceito de *fundo*, definição também fundamental no âmbito dos *arquivos privados*. Sua argumentação alinha-se com a nossa pesquisa, quando diz que, “[s]e, no âmbito dos arquivos públicos, é preciso não confundir coleções com fundos, na dos privados esse cuidado deve ser redobrado” (Bellotto, 2006, p. 253).

A problemática do tratamento de *arquivos privados* como coleções é constante, no início da teoria arquivística, de tal modo que, no clássico manual de Schellenberg (2006), o autor em nenhum momento usa a nomenclatura de *fundo*, quando trata dos *arquivos privados*. O arquivista norte-americano usará a expressão “collections of private papers”²⁷ (coleções de papéis privados), em toda a sua explanação. Tendo em vista que trabalhamos com uma tradução para o português e que, nesse processo, palavras e frases muitas vezes não expressam exatamente o que o autor em sua língua materna programava dizer, mesmo assim acreditamos que se trata de uma

²⁷ Na tradução brasileira de 2006, que utilizamos, temos “coleções de papéis privados”. O texto original foi consultado com base no artigo, “Arrangement of Private Papers” (Schellenberg, 1957).

sobreposição de terminologia advinda da biblioteconomia, porque, segundo o próprio Schellenberg (2006, p. 269), “[a]té bem pouco tempo, nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários”. Originalmente sob a guarda das bibliotecas, tais documentos eram tratados de forma avulsa ou classificados como coleções. E o arquivista norte-americano conclui: “Só nos últimos anos é que os bibliotecários estão lidando com coleções que, em quase todos os sentidos, são semelhantes a grupos de arquivos” (Schellenberg, 2006, p. 269). Em suma: o que hoje chamamos de *arquivos privados*, em muitos momentos, não apenas estiveram sob a guarda de bibliotecas, mas também receberam tratamento de coleções e documentos avulsos, a partir da Biblioteconomia.²⁸

Ao buscar avançar na caracterização dos *arquivos privados*, focado em reconhecê-los como arquivos, Schellenberg dirá que se trata

[...] das coleções de documentos produzidos por entidades de várias espécies, instituições culturais, comerciais, igrejas etc., que muitas vezes consistem em peças que têm uma relação orgânica entre si (Schellenberg, 2006, p. 270).²⁹

Vemos que Schellenberg aponta para a *organicidade*, característica fundamental para que documentos componham *arquivos* e *fundos*, e também evidenciada por Bellotto (2006, p. 253), conforme anteriormente evidenciado. Além disso, ele fará associação junto à produção documental, quando ressalta que os *arquivos privados* advêm de instituições de origem privada, trazendo exemplos costumeiros, como, por exemplo, instituições religiosas³⁰. Na sequência de sua caracterização, seu manual adota princípios próprios para o arranjo dos *arquivos privados*, os quais, por sua vez, novamente tangenciam conceitos consolidados da Arquivologia. Apresentamos, no Quadro 06, a correspondência entre o texto de

²⁸ Registra-se que nosso estudo reconhece e valoriza as ações de guarda, muitas delas centradas em bibliotecas e equipes de bibliotecários, pois, se assim não houvesse ocorrido, muitos acervos privados teriam se perdido.

²⁹ Apesar de se apegar ao termo *coleção*, a nosso ver, Schellenberg refere-se a *fundo*, conceito diferente, tal qual utilizamos e demonstramos em nosso estudo. Nesse sentido, verifica-se que, nos capítulos dedicados aos arquivos privados, Schellenberg recorre à mesma prática de usar um termo por outro e, assim como há um sentido homônimo entre *coleção* e *fundo*, o autor optará por empregar, em parte de sua obra, a palavra *arquivo*, ao se referir a *fundo*.

³⁰ Duchein (1986) igualmente o fará, quando da caracterização dos fundos, em relação aos seus produtores, utilizada anteriormente em nossa pesquisa.

Schellenberg e os princípios arquivísticos consolidados e reconhecidos pela Arquivologia. O autor salienta: “As coleções de documentos privados, quer naturais, quer artificiais, devem ser arranjadas de acordo com os seguintes princípios” (Schellenberg, 2006, p. 272):

Quadro 06 – Princípios que orientam quanto ao arranjo de “papéis privados”, segundo Schellenberg

Perspectiva schellenberguiana	Princípio arquivístico atribuído
<p>1 – Como regra geral, cada coleção deve ser reunida como uma unidade separada e integral, da mesma maneira que um grupo de arquivos originários de uma fonte específica é conservado como uma unidade integral. Cada coleção é uma entidade por si mesma, e como tal deve ser tratada. A coleção não deve ser dividida em partes, para formar outras coleções. Papéis relativos a um importante personagem não devem ser retirados para formar uma nova coleção. Não se deve, tampouco, fazer uma coleção separada de determinados tipos de papéis, tais como livros de contas. Não há justificativa para se mutilar uma coleção de papéis privados (Schellenberg, 2006, p. 272-273).</p>	<p>Proveniência, organicidade e integridade ou indivisibilidade.</p>
<p>2 – Se, no mesmo repositório, tanto se encontram coleções documentais privadas como arquivos públicos, os dois tipos de materiais devem ser guardados em depósitos separados ou ao menos em partes separadas do depósito. A intercalação de papéis privados com arquivos públicos é uma falta imperdoável, na profissão arquivística (Schellenberg, 2006, p. 273).</p>	<p>Proveniência.</p>
<p>3 – As coleções devem ser separadas por classes, somente se houver áreas disponíveis para cada classe. [...] Em geral, as coleções de papéis privados têm sido arranjadas: a) em relação aos assuntos; b) em relação aos lugares (arranjo geográfico); c) em relação ao tempo (arranjo cronológico); d) tipo de documentos incluídos, ou e) uma combinação de temas, lugares, tempo e outros fatores (Schellenberg, 2006, p. 273-274).</p>	<p>Organicidade. Também relaciona técnicas de arranjo e ordenação documental.</p>
<p>4 – As coleções devem ser normalmente colocadas nos depósitos na ordem em que são recolhidas. Uma coleção consiste em todos os papéis derivados de uma determinada fonte. Comumente tais papéis são trazidos para o repositório de uma única vez. Quando se dá o caso de adições a uma coleção, essas</p>	<p>Respeito à ordem original.</p>

Perspectiva schellenberguiana	Princípio arquivístico atribuído
adições consistem em lotes de papel de pouca importância que escaparam, quando se fez o primeiro recolhimento. Quando as adições são demasiado grandes, havendo dificuldade em se colocar junto do primeiro material, devem ser tratadas como coleções separadas (Schellenberg, 2006, p. 277).	

Fonte: Elaborado pela autora.

Os *princípios* que Schellenberg apresenta são diferentes dos *princípios arquivísticos*, soando mais como orientações e recomendações para a devida organização dos conjuntos de documentos privados.

Se Schellenberg (2006) transita entre os conceitos de *coleção*, *fundo* e *arquivo*, ao se referir a *arquivos privados*, José Ramón Cruz Mundet (1994), ao fazer um histórico da área, apontará a presença dos *arquivos privados* como contraponto aos *arquivos públicos*. Dispomos tais considerações de Cruz Mundet (1994) no Quadro 07:

Quadro 07 – Levantamento da presença e identificação do termo *arquivos privados*, tendo como base o histórico do desenvolvimento da Arquivologia, partindo do manual de José Ramón Cruz Mundet (1994)

Período Histórico da Arquivologia	Textos, com grifos nosso
Grécia e Roma antiga	<p>(4) En ambas civilizaciones se contempla el principio de autenticidad documental y su consiguiente vigor legal. Así, los documentos conservados em los archivos públicos eran auténticos y, aun los privados alcanzaban tal categoría, cuando su custodia era encomendada a aquéllos (como es el caso, por ejemplo, del Metroon). La autenticidad y el valor legal de los documentos estaban garantimos por determinados procedimientos administrativos: el (<i>cvidimus</i>) o certificación a que en Roma eran sometidas las copias, como condición inexcusable para transferirles autenticidad.</p> <p>(5) Un nuevo concepto que, como casi todos los demás, acompañará en adelante al de archivo es su carácter público. Si bien existían archivos privados: familiares, religiosos, económicos, etc., es el público, dependiente de las instituciones del Estado, el archivo por antonomasia.</p> <p>[...]</p>

Período Histórico da Arquivologia	Textos, com grifos nosso
	<p>Algo también les unía, desde el punto de vista conceptual, como lo hacía – por extensión – con toda la civilización antigua, y es que el archivo – como indica Briceño – en esta gil debería definirse como lugar sagrado, y al amparo de esa sacralidad, los papeles tanto públicos como privados obtenían custodia y seguridad.</p> <p>(Cruz Mundet, 1994, p. 28-30, grifos nossos)</p>
Idade Média	<p>La noción de archivos públicos continuaba ausente del panorama europeo. Aun los que siglos después se considerarán como tales, estaban conceptuados como reales. La desaparecida noción de archivos públicos fue reemplazada por la de autenticidad en dos formas diferentes. Por una parte, la autenticidad de un documento estaba en función de ciertas formalidades diplomáticas tales como laredacción, la autoridad de procedencia y el sello, encuanto representación física y notoria de la autoridad que lo ha expedido. Como quiera que los documentos reales y señoriales en su jurisdicción eran, en todo caso y circunstancia, auténticos, la confirmación por parte de estas autoridades confería tal carácter a los emanados de particulares y de corporaciones. Por otra parte, la necesidad de autenticar los actos privados fue un elemento decisivo para la restauración de la institución notorial que, como depositaria de la fe pública, confiere autenticidad a sus documentos en el ámbito del derecho privado, procesal, administrativo y mercantil. A medida que nos acercamos a los siglos postreros medievales, la creciente complejidad administrativa, el desarrollo urbano, el incremento de las actividades económicas y sociales, van delineando un panorama archivístico más rico, también desde el punto de vista tipológico. Aun que no se puede hablar todavía de sistemas archivísticos globales y coordinados, sí se detectan embriones en diversos niveles.</p> <p>Por lo que hace a los poderes centrales y a la especialización sectorial de sus órganos administrativos, produjeron a lo largo de los siglos XIV y XV la creación de fondos documentales diferenciados, al tiempo que los archivos de la Corona suponen la base para la creación de los futuros archivos del Estado. Los entes locales, en plena expansión, configuran un segundo tipo de archivos, compuestos por una documentación propia y de volumen creciente. Los archivos eclesiásticos, tanto del clero regular como del secular, constituyen ya una de las redes más potentes y mejor estructurada y coordinada de fondos documentales. Por último, los privados, existentes pero mal conocidos, cerrarían el panorama tipológico medieval.</p> <p>(Cruz Mundet, 1994, p. 33-34, grifos nossos)</p>
Antigo Regime	<p>(2) El campo de actuación de la archivística se há extendido al de la Administración. Las necesidades informativas de las administraciones modernas implican el tratamiento</p>

Período Histórico da Arquivologia	Textos, com grifos nosso
	<p>adecuado de la documentación. Los archiveros han acudido en su auxilio, pasando de supreocupación por lo histórico a una concepción global del servicio de archivo, mediante la acuñación de un nuevo concepto, el del «ciclo vital de los documentos».</p> <p>Éste abarca desde sugestión en las oficinas hasta su conservación definitiva para la historia, con todos los passos intermedios; en consecuencia ámbito de acción del archivero se extiende al máximo y leconvierte, además, en técnico de la Administración. Por otra parte, la nueva percepción social no se reduce al ámbito de las instituciones públicas, sino que se extiende al de los archivos de empresas y en general al de los <u>privados</u>.</p> <p>(Cruz Mundet, 1994, p. 51, grifos nossos)</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

No trabalho de Cruz Mundet, vemos claramente como a Arquivologia e seu desenvolvimento caminham junto à própria história da civilização, especialmente tendo como análise a Europa Ocidental. Conforme as sociedades e seus sistemas de governança vão se estruturando, as noções de público e privado, coletivo e individual vão mudando, até alcançarem as formulações atuais. Ainda com o mesmo autor, em seu *Diccionario de Archivística* (Cruz Mundet, 2011), chegamos à definição de “archivo privado” (arquivo privado), que nos parece estar alinhada à Idade Contemporânea, a qual não consta no mapeamento apresentado no Quadro 07. Localizada como definição ampliada a partir da entrada do verbete “archivo” (arquivo), temos, nas palavras do pesquisador espanhol, a seguinte definição: “21. *Archivo privado*: el relativo a una persona física o jurídica de carácter privado” (Cruz Mundet, 2011, p. 83).³¹

O foco entre pessoa física e jurídica, também estará em dicionários e glossários brasileiros, conforme ordenamos no Quadro 08:

³¹ Em livre tradução: Arquivo privado: aquele relativo a uma pessoa física ou jurídica de caráter privado.

Quadro 08 – Definições do conceito de *arquivo privado* presentes nas principais obras de referência, no Brasil

Autores	Definição	Obra de origem	Ano de publicação
Associação dos Arquivistas Brasileiros; CENADEM.	Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas. Termos equivalentes: <i>privaterecords</i> , <i>privatearchives</i> (I); <i>archives privées</i> (F); documentos privados, <i>archivo privado</i> (E) (p. 19-20, grifos dos autores)	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa</i>	1990
Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo/Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos	Conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas. Termos equivalentes: <i>non-public archives</i> , <i>private archives</i> , <i>private records</i> (I); <i>archives privées</i> (F); <i>archivo privado</i> (E); <i>espólio</i> [quando de pessoa física]. (p. 8, grifos dos autores)	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	1996; 2012
Gildenir Carolino Santos; Célia Maria Ribeiro	[Tradução (ing) – <i>Private records / non-public archives / Private archives</i>] – 1. Conjuntos de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não e [sic] instituições públicas; 2. Conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, familiares ou pessoas físicas, em decorrência de suas atividades específicas, que possuam uma relação orgânica, perceptível através do processo de acumulação. (p. 23)	<i>Acrônimos, siglas e termos técnicos: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática</i>	2003
Arquivo Nacional (Brasil)	Arquivo (1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado	<i>Dicionário brasileiro de</i>	2005

Autores	Definição	Obra de origem	Ano de publicação
	arquivo particular. (p. 35, grifos dos autores)	<i>terminologia arquivística</i>	
Murilo Bastos da Cunha; Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	a. privado <i>non-public archives, private archives, private records.</i> ARQ documentos pertencentes a pessoas físicas e jurídicas de direito privado, bem como a entidades não governamentais. Os arquivos de empresas, bancos e comércios são denominados arquivos empresariais; arquivo particular => arquivo empresarial, arquivo familiar, arquivo pessoal, coleção. (p. 29)	<i>Dicionário de biblioteconomia e arquivologia</i>	2008

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos dicionários de terminologia arquivística publicados em 1990, 1996 e 2012, para além da identificação de instituições privadas, quer físicas, quer jurídicas, há a abordagem da questão de guarda, sendo essa possível em instituições públicas e privadas. Essa característica também estará em Santos e Ribeiro (2003), os quais praticamente utilizam, em sua primeira conceituação, as mesmas palavras dos dicionários anteriormente tratados. Na segunda conceituação da obra, é reforçado o caráter orgânico e cumulativo que deve refletir de tais arquivos, aproximando-os da caracterização do conceito de *fundo*, em diálogo direto com os *princípios arquivísticos*.

No dicionário publicado pelo Arquivo Nacional (2005), vemos a aproximação do conceito de arquivo privado a partir de sua associação ao termo *entidade*, característica que nos parece cara à nossa reflexão, conforme abordado no capítulo precedente.

Em Cunha e Cavalcanti (2008), foalzam-se arquivos especializados, dos quais, de nosso interesse, estão os *arquivos pessoais* e o que por eles será chamado de *arquivo familiar*. E, como já identificado anteriormente, há a aproximação entre o conceito de coleção, diferentemente da obra de Santos e Ribeiro.

De certa forma, assim como vemos no Quadro 07, no qual Cruz Mundet (1994), ao mencionar as eras da nossa civilização, apresentará o que podemos considerar como ampliação da concepção de arquivos, seus tratamentos e guarda, no Quadro 08, como as definições estão dispostas cronologicamente, é possível perceber

também a expansão do conceito de *arquivo privado*, tanto nas considerações da Arquivologia quanto na sua representação junto à sociedade. Dentro do reconhecimento da atuação dos indivíduos em sociedade, na contemporaneidade, percebe-se um crescente interesse pelos *arquivos pessoais* ou *de pessoas*. Neles nos deteremos agora.

3.2 Arquivos pessoais: uma definição

Segundo já expresso anteriormente, na Arquivologia os *arquivos pessoais* estão no escopo dos chamados *arquivos privados*. Entretanto, seja pelo desenvolvimento da Arquivologia como ciência (Cruz Mundet, 1994, p. 58), seja pelo avanço dos estudos históricos e culturais, os *arquivos pessoais* têm tido destaque e alimentam, para além das áreas dedicadas às ciências documentárias, estudos no âmbito da Literatura, Artes Visuais, Música, Filosofia, Educação, Política, Antropologia, Sociologia, História, Ciências Biológicas, dentre tantas outras, corroborando as ideias de Aurelio Tanodique, para quem a Arquivologia se coloca como “[...] um ramo auxiliar de outras ciências ou disciplinas”³² (Tanodi *apud* Cruz Mundet, 1994, p. 62).

Dentro dessa mesma Arquivologia, os *arquivos pessoais*, durante muito tempo, não detiveram do mesmo reconhecimento, não dispuseram do mesmo valor documental, nem receberam a mesma atenção, no que tange ao desenvolvimento de novos estudos e métodos de organização, quando comparados aos arquivos administrativos, especialmente aqueles inseridos em arquivos públicos. Mas, seja pela valorização histórica do indivíduo em meio à sociedade, seja porque o século XXI herdou do século precedente uma vasta massa documental, fato é que os *arquivos pessoais* vêm ganhando destaque, nas últimas décadas, conforme argumenta Angela de Castro Gomes (2012):

[...] embora no campo das reflexões especializadas sobre arquivos, possa se encontrar um debate a respeito do *status* dessa documentação desde as décadas iniciais do século XX, só mais recentemente, no Brasil e no mundo, passou-se a compartilhar de maneira mais ampla esse tipo de afirmativa, com

³² Do original: “[...] una rama auxiliar de otras ciencias o disciplinas” (A. Tanodi *apud* Cruz Mundet, 1994, p. 62).

todos os seus desdobramentos na teoria e na prática arquivísticas e também historiográficas. Isso porque era extremamente comum, mesmo em instituições muito reconhecidas, atribuir-se o *status* de arquivo apenas aos conjuntos documentais de natureza pública, vale dizer, que tivessem sido produzidos e acumulados por instituições públicas. Em muitas situações, como vários estudiosos apontam, mesmo estando presentes em instituições arquivísticas ou de guarda de memória, como as bibliotecas, a documentação acumulada por indivíduos não era reconhecida como um arquivo ou, na melhor das hipóteses, era entendida como um arquivo “menor” e de segunda classe ante o que seria um verdadeiro “arquivo”. [...] O pleno reconhecimento do estatuto de arquivo para os arquivos pessoais, que pode, à primeira vista, parecer banal, está longe disso. Para tanto, é bom vê-lo imbricado com uma série de grandes transformações no campo da história, das ciências sociais, da teoria literária e, naturalmente, da teoria arquivística. De forma econômica, pode-se lembrar que o “retorno” dos indivíduos à história e o valor que se passou a dar à sua subjetividade, entendida como seus valores, crenças, sensibilidades e perspectivas cognitivas, são fenômenos das últimas décadas do século XX, associando-se, de maneira particular, ao que se tornou conhecido como a “nova” história política e cultural, e também a uma antropologia cultural que ganhou historicidade. Uma autêntica mudança de paradigma, que rejeitou matrizes estruturalistas de vários tipos, dialogando com mudanças que ocorriam nas ciências sociais, de forma geral, e na história, em particular, cuja propriedade eram as interpretações dos atores que diretamente experimentam os eventos sociais, sempre políticos-culturais (Gomes, 2012, p. 10).

No Brasil, impressiona a quantidade – e vale dizer aqui, qualidade – das instituições oficiais de salvaguarda de *arquivos pessoais*. Para listarmos de forma exploratória e não exaustiva apenas algumas das instituições brasileiras especializadas em *arquivos pessoais*, elencamos: a Fundação Casa de Jorge Amado (FCJA), em Salvador; a Casa-Museu Magdalena e Gilberto Freyre, em Recife; a Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo, em Natal; o Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural, localizado na PUC-RS, em Porto Alegre; a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, o Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, o Instituto Moreira Salles (IMS) e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil de Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV), no Rio de Janeiro; o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) e o Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulalio” (CEDAE), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas; o Arquivo dos Escritores Mineiros (AEM), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte; o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), sob a guarda da UNESP de Assis e, em São Paulo, o Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM – UNESP), a Fundação

Fernando Henrique Cardoso e o Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).³³

No âmbito dos estudos acadêmicos, tanto oriundos destes centros de guarda e pesquisa quanto das universidades brasileiras, destacam-se os trabalhos feitos por autoras aqui já citadas, como é o caso das pioneiras Ana Maria de Almeida Camargo (2007, 2009) e Angela de Castro Gomes (1998, 2004, 2012). Novas gerações deram continuidade às reflexões e debates sobre as especificidades profissionais desempenhadas pelos titulares das documentações, dando origem a termos que agregam especializações e especificações, tais como arquivos de cientistas, arquivos de escritores e arquivos de políticos. Apesar de toda lista correr o risco de ser reducionista ou pecar por lacunas, apontamos alguns nomes de pesquisadores brasileiros dedicados aos *arquivos pessoais*: Eneida Maria de Souza (2011a, 2011b, 2012), Joëlle Rouchou (2011, 2013), José Francisco Guelfi Campos (2014, 2017; 2018, 2019, 2020), Lucia Maria Velloso de Oliveira (2012, 2021), Luciana Quillet Heymann (1997, 2012, 2013), Maria Celina Soares de Mello e Silva (2012b), Maria Teresa Santos Cunha (2019), Patrícia Ladeira Penna Macêdo (2018), Paulo Roberto Elian dos Santos (2012a, 2012b), Priscila Fraiz (1998; 2001), Reinaldo Marques (2015), Renato Crivelli Duarte (2018), Sonia Maria Troitiño Rodriguez (2017, 2019, 2021), Silvana Goulart (2007), Tania Regina de Luca (2017) e Wander Mello Miranda (2011b). Heloísa Liberalli Bellotto (2006), referência recorrente do nosso estudo, apesar de não se dedicar exclusivamente a trabalhos com *arquivos pessoais*, também nos auxiliará no escopo de definições, conforme será mais bem explicitado adiante.

Na Europa e nos Estados Unidos, verifica-se que a organização dos *arquivos pessoais* e a sua classificação são permeadas pelo conceito de *arquivos de família*. No Brasil, por sua vez, os *arquivos de família* são uma classificação rara. Uma maior reflexão sobre essa relação entre *arquivo pessoal* e *arquivo de família* será levada a cabo na seção “Arquivos de família: uma definição” do presente capítulo.

A despeito de não compor a corrente arquivística de análise, mas sendo fundamental aos atuais estudos sobre *arquivos pessoais*, registramos os trabalhos de Sue McKemmish (1996, 2013), arquivista e estudiosa australiana. Seu artigo “Evidence of me...” (McKemmish, 1996) é um texto de referência para aqueles que se

³³ Esse arrolamento não considerou a profusão de outros espaços públicos, como arquivos municipais, estaduais e nacionais que detêm a guarda dos chamados arquivos privados de interesse público, já tratados em nosso capítulo introdutório.

ocupam dos estudos a respeito de *arquivos pessoais*. Atualmente, a Austrália constitui um dos referenciais a serem considerados, quando dos estudos dedicados aos *arquivos pessoais*. Nessa linha, analogamente, argumenta Duchein:

[...] en nuestros países de vieja cultura europea, donde los archivos han existido desde hace muchos siglos, y donde hay una tradición archivística sólida, tal vez la inquietud no es todavía muy evidente. Pero en países como Estados Unidos o Canadá, donde la tradición cultural y administrativa de los archivos es mucho más reciente, se puede decir que el debate sobre el papel de la profesión archivística y sobre su porvenir, ocupa en este momento el primer lugar de las preocupaciones de los archiveros (Duchein *apud* Cruz Mundet, 1994, p. 55).³⁴

Da Europa, Duchein identifica a inquietude dos profissionais de arquivos, em países como EUA e Canadá. Na nossa visão, atualmente, isso pode ser estendido, por exemplo, aos estudos australianos e à África do Sul, cujos trabalhos de Verne Harris (2001) – atual responsável pela área de acervos documentais da Fundação Nelson Mandela – vêm dialogar com as reflexões de McKemmish.

Voltando a Duchein: provenientes dos países destacados por ele, nosso estudo considerará o norte-americano Richard J. Cox (1996, 2017), que recentemente teve parte de sua obra publicada no Brasil, pela editora UFMG³⁵, e o canadense Terry Cook (1998), autor de relevo nos estudos pós-modernos, além de promotor de instigantes reflexões acerca do advento dos *arquivos pessoais* junto à Arquivologia. Deste último, realçamos o artigo “Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno” (Cook, 1998), publicado no Brasil, pela revista *Estudos Históricos*, que dedicou, em 1998, seu número 21 aos arquivos pessoais. Mesmo com quase vinte anos desde sua publicação, o periódico segue sendo uma importante referência e seus artigos advêm do seminário³⁶ que celebrava os 25 anos do CPDOC-FGV.

³⁴ Em livre tradução: em nossos países de velha cultura europeia, onde os arquivos existem há muitos séculos e onde há uma tradição arquivística sólida, pode ser que uma inquietude não seja tão evidente. Porém, em países como os Estados Unidos ou Canadá, onde a tradição cultural e administrativa dos arquivos é algo muito mais recente, pode-se perceber que o debate sobre o papel da profissão de arquivistas e seu futuro ocupa, neste momento, o primeiro lugar das preocupações dos arquivistas (Duchein *apud* Cruz Mundet, 1994, p. 55).

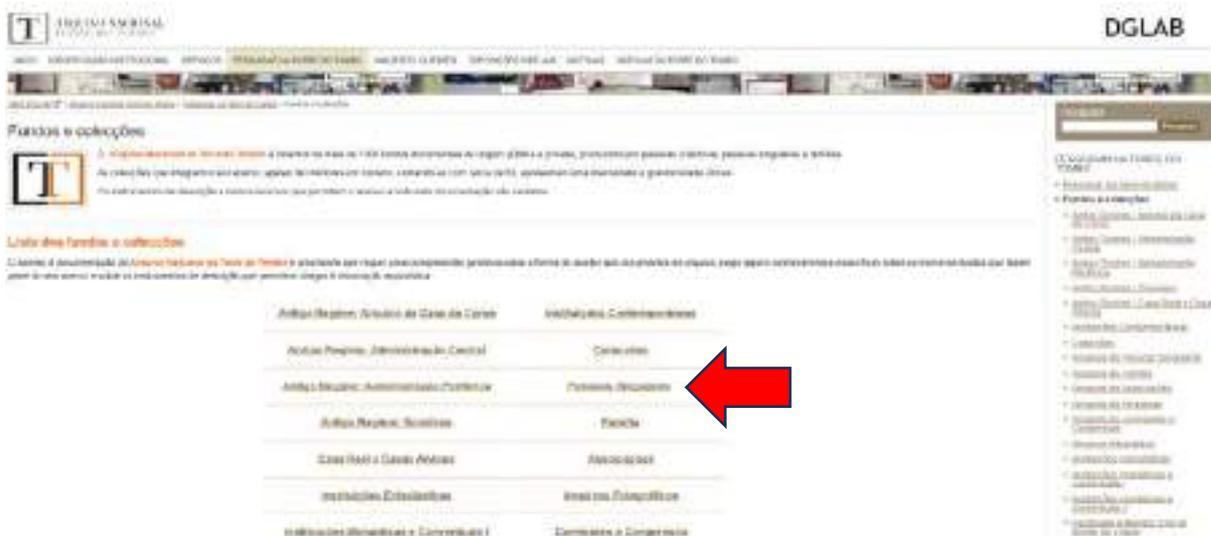
³⁵ Sob o título *Arquivos pessoais: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações* (Cox, 2017).

³⁶ Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, promovido pelo CPDOC-FGV, em parceria com o IEB-USP, realizado na semana de 17 a 21 de novembro de 1997, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Salienta a Apresentação do dossiê, publicado na revista *Estudos Históricos*: “Nesse seminário, pioneiro na sua concepção, reuniram-se nomes de destaque tanto na área arquivística quanto no campo das

Devido às características das escolas portuguesa e espanhola, as quais tratam arquivos pessoais e familiares de forma muito próxima (mas com preferência pelos acervos de família), os estudiosos dessas nacionalidades estarão registrados na próxima seção de nossa tese. A citada proximidade terminológica, de certo modo, estará refletida em algumas de suas instituições de guarda, seja em relação às linhas de estudos adotadas, seja quanto à composição de seus acervos. Na Espanha, destacamos a Fundação Olga Gallego³⁷, que leva o nome da renomada arquivista, professora e historiadora espanhola, dedicada aos estudos sobre a Galícia. A instituição hoje realiza pesquisas e eventos que fomentam vasta gama de produção a propósito de arquivos pessoais e de família, além de deter acervo da mesma natureza.

Na Torre do Tombo, arquivo nacional português, presume-se que o termo equivalente ao que tomamos, no Brasil, como arquivos pessoais vem a ser “Pessoas Singulares”, segundo vemos nomeado em seu *website*:

Figura 01 – Tela de referência de *website* da Torre do Tombo, com entrada de pesquisa para Fundos e Coleções que compõem o acervo. Destaque para a entrada “Pessoas Singulares”

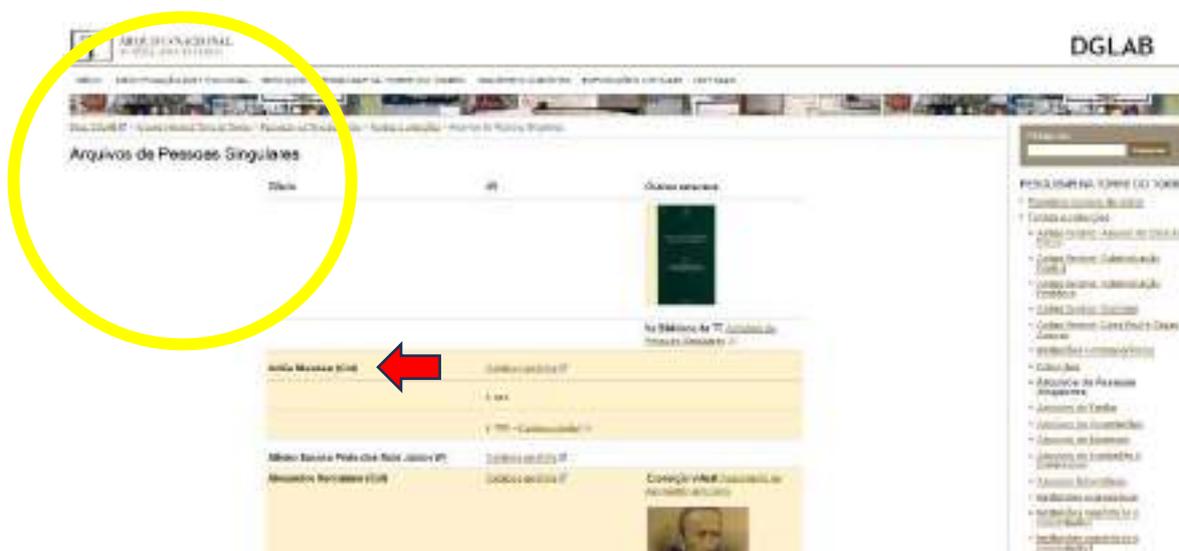


Fonte: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ciências sociais, para refletir sobre o tema dos arquivos pessoais a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Seu objetivo principal era lançar alguma luz sobre a especificidade desse tipo de conjunto documental dentro da área de arquivos e assim permitir o avanço das discussões teóricas e metodológicas que envolvam seu tratamento e usos” (*Estudos Históricos*, n. 21, p. 04, 1998).

³⁷Mais informações podem ser obtidas no *site* da instituição: <https://www.fundacionolgallego.gal/>

Figura 02 – Tela de referência da área de pesquisa designada como “Pessoas Singulares”



Fonte: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/arquivos-de-pessoas-singulares/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

A lista de conjuntos documentais é vasta. Percebe-se, em algumas entradas, a opção pelo uso do título de nobreza, como, por exemplo, “Duque de Saldanha” e “Visconde de Santarém”. Há também conjuntos nomeados a partir de tipologias documentais, como é o caso da coleção “Cartas a D. João de Castro”. Há nomenclaturas que destoam da padronização do conjunto dedicado a pessoas, como “Descolonização de Cabo Verde – Governo de Transição”, “Movimento Estudantil Antes e Pós 25 de Abril” e “Arquivo Salazar”, sendo que, nos dois primeiros, salta aos olhos serem eventos e não pessoas e, no último, a palavra “arquivo”, usada antes do nome do ditador português, também soa algo peculiar.

No contexto da nossa análise, tais marcas vêm corroborar aquilo que já expusemos, com o apoio de Schellenberg (2006), Belloto (2006), Cruz Mundet (2012) e Duchein (1986), a respeito da dificuldade de diferenciação entre fundos e coleções, especialmente quanto a arquivos privados, sem a devida aplicação da teoria arquivística. Por isso, na Torre do Tombo – conforme é possível ver, na Figura 02, identificamos como um válido esforço que os conjuntos sejam identificados como fundos (seguidos da letra “F”) ou coleções (seguidos da abreviação “Col”).

Vale ressaltar que, no caso português, os arquivos de pessoas não se concentram exclusivamente sob a guarda do Estado. Exemplo disso é a Fundação

Mário Soares e Maria Barroso, sediada em Lisboa³⁸. Instituição de foro privado, ela foi inicialmente criada, em 1991, para a guarda do legado documental do ex-presidente português. Mais tarde, a instituição passa a receber, para além dos acervos de seus titulares, outros arquivos pessoais. Em 2020, após revisão de regulamentos e diretrizes internas, a entidade passou também a se automear em função de Maria Barroso, esposa de Mário Soares. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente da República, ao criar seu próprio instituto – o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), hoje Fundação Fernando Henrique Cardoso – se disse inspirado na instituição portuguesa:

A Fundação Mário Soares deu um tratamento, na medida do possível, eletrônico à documentação, digitalizou-a, abriu espaço para que outros arquivos se juntassem ao seu acervo. Na última vez que estive em Lisboa, Mário Soares me disse que a sua Fundação acolheu mais setenta arquivos de terceiros, o que é quase um arquivo nacional! (Cardoso, 2005, p. 27).

Cardoso (2005) tratará a experiência portuguesa como mais próxima da realidade brasileira, diferenciando-as da experiência norte-americana que, segundo ele, pela observação de tratamento dado aos acervos presidenciais, se volta para a monumentalização da memória. Heymann (1997) tratará tal questão em seu vasto trabalho com arquivos de pessoas públicas:

Se o conjunto documental acumulado já é produto de um processo de monumentalização da memória do indivíduo, sua transformação em arquivo doado abre espaço para um novo processo de seleção/subtração que coloca em destaque a questão da compatibilidade entre memória individual e memória coletiva ou histórica (Heymann, 1997, p. 50).

No Arquivo Nacional dos EUA, é fato que os arquivos pessoais de seus presidentes receberão, no âmbito público e no âmbito privado, tal monumentalização, procurando refletir, por meio da história de seus titulares presidentes, a história coletiva dos EUA como nação. Na esfera privada, cada presidente, após as gestões respectivas, consolidará uma fundação própria para a guarda de seu legado político e documental. Na instância pública, haverá leis desde a década de 1970 e guias

³⁸ Aprofundamento da análise estará no “Apêndice A”. Além da Fundação Barroso, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e os arquivos dos presidentes dos EUA comporão diálogo nesta seção.

atualizados até 2020, normatizando tais acervos³⁹. Com isso, observa-se cada vez mais uma atenção direcionada a tais arquivos, ampliando normas de regulamentação quanto ao recolhimento, tratamento e guarda também para os papéis de vice-presidentes e primeiras-damas⁴⁰. E, além do acolhimento aos arquivos de gestão de seus presidentes, o Arquivo Nacional estadunidense abrigará também outros conjuntos de documentos de pessoas, assim classificados atualmente, em seu *site*:

- Americans with Disabilities
- Genealogy
- Ethnic Heritage
- Human Rights
- Presidents and Famous People
- Women⁴¹

Há vários modos de acesso *on-line* ao acervo do Arquivo Nacional dos EUA. Uma delas apresentará os conjuntos pela chamada “Research by Topic” (pesquisa por tópico), como é possível ver na Figura 03. A entrada para a classificação advém de tópico identificado como “People” (Pessoas).

³⁹ Ver *Guidance on Presidential Records from National Archives and Records Administration*. [2020]. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/guidance-on-presidential-records-from-the-national-archives-and-records-administration-2020.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

⁴⁰ Novamente, aponta-se a reflexão ampliada no “Apêndice A”.

⁴¹ Em livre tradução: “Americanos com deficiência; Genealogia; Herança étnica; Direitos humanos; Presidentes e pessoas famosas; Mulheres.” Disponível em: <https://www.archives.gov/research/topics>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Figura 03 – Tela de referência da área de pesquisa designada como “*Research by Topic*”. Destaque para a entrada “*People*”



Fonte: <https://www.archives.gov/research/topics>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Embora não seja possível recuperar as categorizações de “pessoas” utilizadas pelo Arquivo Nacional dos EUA previamente a esta pesquisa, parece-nos que o modelo atual está ligado às sensibilidades do nosso tempo e se estrutura com base em demandas contemporâneas, especialmente quanto a minorias em representação.⁴² Um exemplo disso será a entrada a partir de “Women” (Mulheres), tendo em vista que, nos últimos anos, estudos de gênero têm logrado atenção, na academia e fora dela.⁴³

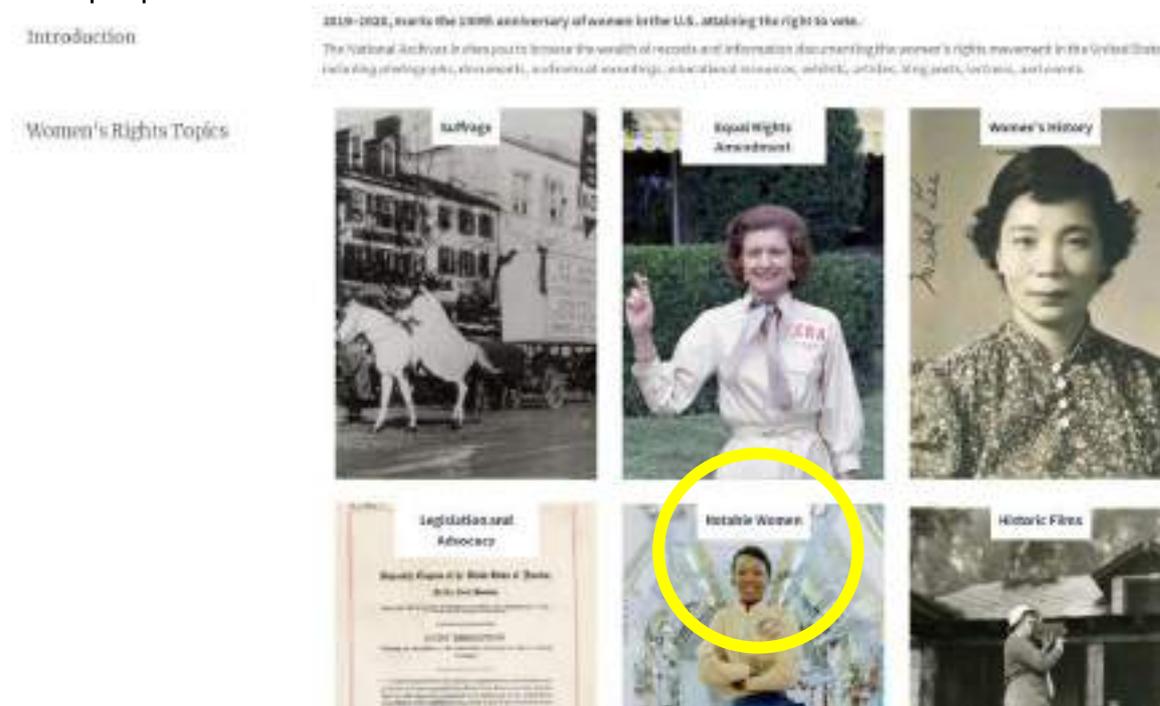
Entretanto, ao contrário do que ocorre no Brasil, onde estudiosas e redes colaborativas buscam se debruçar sobre arquivos de mulheres, no Arquivo Nacional dos EUA, identificamos a ausência da guarda de arquivos de mulheres, quando pensamos que arquivos são a acumulação da produção natural e orgânica de documentos, os quais reflitam as atividades de seu titular. Vemos que há um recorte

⁴²Registramos que a entrada para “Genealogy” (Genealogia), será tratada na seção “Os arquivos de família nos EUA”.

⁴³ Dentre estudiosas estrangeiras, destaque para as pesquisas de Joan Scott (2011), especialmente quanto à história das mulheres, e Jaqueline Vassallo (2016), dedicada a estudos de gênero e documentação. No Brasil, na mesma linha, apontamos para os trabalhos de Ana Paula Simioni e Maria de Lourdes Eleutério (2018), bem como iniciativas de ações coletivas, como a Rede Arquivos de Mulheres (RAM).

temático, que se diferencia da Arquivologia e dos arquivos. Explicamos: a entrada “Women” leva a outras entradas, conforme a Figura 04 nos mostra:

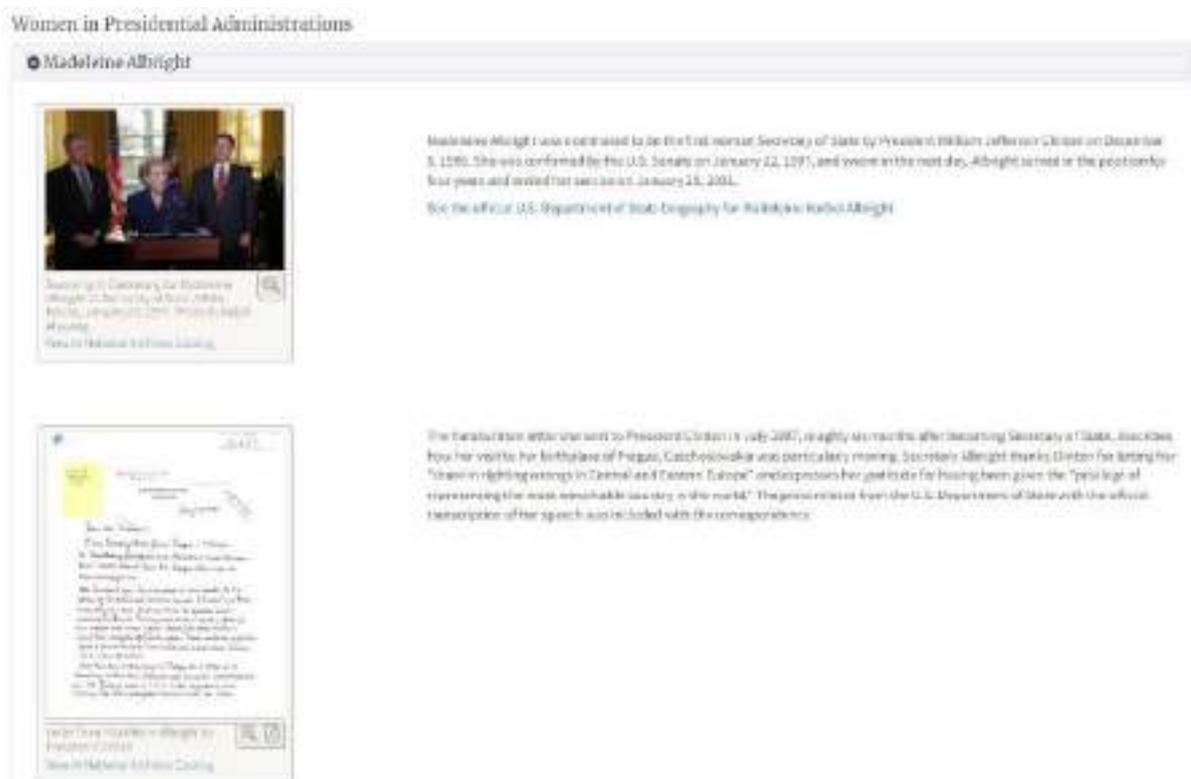
Figura 04 – Tela de referência da área de pesquisa designada como “Women.” Destaque para a entrada “Notable Women”



Fonte: <https://www.archives.gov/women>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Ao escolhermos tópicos como “Notable Women” (Mulheres Notáveis), chegaremos a novas listas de nomes de mulheres, como “Women in Presidential Administrations” (Mulheres nas Administrações Presidenciais). Nessa lista, identificamos que, pelos nomes das mulheres selecionadas, o que visualizamos não são os arquivos pessoais dessas mulheres, todavia, documentos de sua autoria ou a elas ligados, reunidos com base nos arquivos das gestões presidenciais, por exemplo, sob a guarda do Arquivo Nacional norte-americano. Tomaremos como exemplo a página dedicada a Madeleine Albright, secretária de Estado da gestão Clinton, a qual pode ser verificada na Figura 05.

Figura 05 – Página dedicada a Madeleine Albright, Secretária de Estado nomeada pela gestão Clinton



Fonte: <https://www.archives.gov/women/notable-women> . Acesso em: 10 jan. 2024.

O *site* nos leva a seleções de documentos artificialmente montadas e que possuem seu valor informacional, porém, que não são representantes dos arquivos pessoais da titular da página em destaque. A proveniência dos documentos escolhidos a partir de Madeleine Albright advém do arquivo da gestão Clinton. O mesmo fenômeno acontece nas páginas dedicadas a veteranos de guerra, os quais, apesar de serem instrumentos de valorização de memória individual e coletiva, segundo nos ensina Heymann (1997, p. 50), e deterem seus valores históricos, são passíveis de serem tidos como exemplos de recursos de monumentalização da memória, traço característico da escola arquivística norte-americana. À vista do conceito de *fundo*, podemos questionar se os próprios arquivos dos presidentes que ficam sob a custódia do Arquivo Nacional dos EUA realmente são arquivos dos indivíduos que ocuparam o cargo máximo do executivo estadunidense ou se, em realidade, são antes os fundos das suas gestões.

Além disso, a proximidade entre arquivo e biblioteca, discutida por Schellenberg (2006), reflete-se nas práticas de arquivamento e nomeação de acervos vigentes nas

The Manuscript Division seeks to acquire, preserve, and make available for research use personal papers and organizational records documenting the scope and diversity of the American experience. With more than twelve thousand collections and over seventy-three million items, the collections touch up on nearly every aspect of American history and culture. The Manuscript Division's holdings are strongest in American national government, federal judiciary, diplomacy, military history, American literature, women's history, Black history, history of science, and history of the Library of Congress.⁴⁵

Assim como no Arquivo Nacional dos EUA, a Library of Congress define linhas de pesquisa histórica, valorizando igualmente a história das mulheres, como exemplificamos anteriormente. Schellenberg (2006), na década de 1950⁴⁶, aponta a guarda de documentos em bibliotecas, especialmente no caso de acervos privados, como é a maioria dos conjuntos sob a guarda da Library of Congress. Na tradição da escola norte-americana, tais documentos são chamados de “manuscripts” (manuscritos), mesmo nome atribuído à divisão responsável pela guarda documental na Library of Congress:

Até bem pouco tempo, nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. [...] Esses papéis eram comumente chamados de “manuscritos históricos” [...] (Schellenberg, 2006, p. 269).

Assim como nosso estudo, Schellenberg identifica um crescimento e, conseqüentemente, a necessidade de tratamento especializado que dê conta de organizar um fundo documental de origem privada, respeitando-se as suas características, sobretudo as relações orgânicas:

Só nos últimos anos é que os bibliotecários estão lidando com coleções, em que quase todos os sentidos, são semelhantes a grupos de arquivos. Trata-se das coleções de documentos produzidos por entidades de várias espécies, instituições culturais, comerciais igrejas etc., que muitas vezes consistem em peças que têm uma relação orgânica entre si. Como a quantidade de papéis

⁴⁵Em livre tradução: “A Divisão de Manuscritos busca adquirir, preservar e disponibilizar para uso em pesquisa documentos pessoais e registros organizacionais que documentem o escopo e a diversidade da experiência americana. Com mais de doze mil coleções e mais de setenta e três milhões de itens, as coleções abordam quase todos os aspectos da história e da cultura americanas. As participações da Divisão de Manuscritos são mais fortes no governo nacional americano, judiciário federal, diplomacia, história militar, literatura americana, história das mulheres, história negra, história da ciência e história da Biblioteca do Congresso”. Disponível em: <https://www.loc.gov/research-centers/manuscript/about-this-research-center/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

⁴⁶ É conveniente lembrar que se trata de tradição mais longínqua.

privados existente aumentou demasiadamente, os bibliotecários foram forçados a recorrer a métodos adequados ao tratamento de tal massa de papéis, ou seja, aos métodos do arquivista. Assim, muito se aproximaram o bibliotecário e o arquivista em sua metodologia, particularmente no que diz respeito a material documentário de comum interesse para ambos (Schellenberg, 2006, p. 269).

Vale destacar que, no âmbito de instituições privadas e especializadas em legados pessoais, há nos Estados Unidos outras fundações para além daquelas ligadas a seus ex-presidentes. Um exemplo é a Fundação Mary Pickford⁴⁷, organização dedicada à custódia do legado documental e memória da atriz de mesmo nome. A fundação foi por nós escolhida, porque, conforme se lê na apresentação institucional disponível no *site* oficial da entidade, ao contrário de zelar pela guarda integral do acervo da titular – esforço verificável em várias instituições brasileiras –, itens do acervo de vários tipos documentais foram entregues para instituições como a *Academy of Motion Picture Arts and Sciences* (Academia de Artes e Ciências Cinematográficas), mais especificamente, para a sua biblioteca, local de guarda desse tipo de documentação. Além disso, filmes foram entregues para a Library of Congress:

It was Pickford herself who decided to preserve her films by housing them at the Library of Congress, with the hope that they would be of interest and scientific value for future generations. As early as 1934, Pickford donated a collection of her costumes to what is now the Museum of Natural History in Los Angeles and the Foundation has maintained that connection by gifting more of her costumes to that institution. In January of 1979, just before her death, she placed her substantial collection of photographs, documents and other memorabilia at the Academy of Motion Picture Arts and Sciences library to establish The Mary Pickford Collection for use by students and scholars. In 1983, the Mary Pickford Foundation granted money as well as documents, scrapbooks, materials and memorabilia to the Academy's Mary Pickford Collection.⁴⁸

Em suma: no caso dos EUA, desde as reflexões de Schellenberg, que vêm da década de 1950, até as práticas de instituições de guarda, na atualidade, é preciso

⁴⁷ Mais dados estão disponíveis em: <https://marypickford.org/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

⁴⁸ Em livre tradução: Foi a própria Pickford quem decidiu preservar seus filmes, abrigando-os na Biblioteca do Congresso, na esperança de que fossem de interesse e valor científico para as gerações futuras. Já em 1934, Pickford doou uma coleção de seus trajes para o que hoje é o Museu de História Natural de Los Angeles, e a Fundação manteve essa conexão, doando mais de seus trajes para essa instituição. Em janeiro de 1979, pouco antes de sua morte, ela colocou sua coleção substancial de fotografias, documentos e outras recordações na biblioteca da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, a fim de estabelecer a Coleção Mary Pickford, para uso de estudantes e acadêmicos. Em 1983, a Fundação Mary Pickford concedeu dinheiro, bem como documentos, álbuns de recortes, materiais e recordações para a Coleção Mary Pickford da Academia. Disponível em: <https://marypickford.org/mary-pickford-foundation/about-the-foundation/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

reconhecer que nem sempre aquilo que é categorizado ou nomeado como arquivo de pessoas constitui efetivamente *arquivo*, diferentemente do que vem ocorrendo no Brasil. Nos EUA, em muitas circunstâncias, legados documentais são tratados como coleções (com adições e subtrações não naturais) e, por essa razão, sua presença em determinados locais, como bibliotecas e museus, como espaços de salvaguarda, será comum.

Isso não é uma exclusividade norte-americana e acontece igualmente no Brasil⁴⁹. Todavia, nos Estados Unidos, estamos diante de uma característica específica que parece estar centrada na questão da monumentalização da memória, conforme já apontado em autores como Heymann (1997) e Cardoso (2005)⁵⁰. Analisa-se que, no ímpeto da manutenção de uma memória e valorização de um legado, é frequente em instituições estadunidenses a consolidação de “monumentos”, tornando-as então centros de documentação e memória, e não arquivos.

Então, o que seria o *arquivo pessoal*? Fetichizado por alguns, desprezado por outros, segundo Bellotto,

[a] conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os gestos de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento (Bellotto, 2006, p. 256).

Vemos uma definição bastante generosa, quando comparada a outras que coletamos em dicionários e glossário, quando existem. Bellotto surpreende pela larga explanação dedicada aos *arquivos pessoais*.

Dialoga com Bellotto a definição de Lúcia Maria Velloso de Oliveira, a qual salienta:

⁴⁹ Exemplo dessa fragmentação ocorrerá com acervos pessoais, por exemplo, como de Osman Lins, que apresentaremos adiante, na seção “Arquivos de casais no Arquivo do IEB-USP”.

⁵⁰ Não cabe ao presente trabalho ampliar sua análise, junto à filosofia. Entretanto, não é possível seguir adiante, sem ressaltar que certos autores, como Guy Debord (1967), em sua obra *A sociedade do espetáculo*, auxiliariam nas reflexões sobre as práticas estadunidenses de guarda de arquivos pessoais.

Entendo “arquivo pessoal” como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social.

Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo (Oliveira, 2012, p. 33).

Por outro lado, no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, a definição é concisa: “**arquivo pessoal**: Arquivo de pessoa física” (Arquivo Nacional, 2005, p. 34).

No dicionário de Cunha e Cavalcanti (2008), encontramos referência ao International Council on Archives (ICA):

[arquivo] **pessoal** – *personal archive, personal paper*. ARQ arquivo de “documentos privados acumulados por um indivíduo, a ela pertencente e dos quais pode dispor a seu bel-prazer” (ICA); documentos pessoais, documentos privados, papéis pessoais. ↔ arquivo privado, dados pessoais, papéis (Cunha; Cavalcante, 2008, p. 29).

Já no *Dictionary of Archives Terminology (Dicionário de Terminologia Arquivística)* da Associação dos Arquivistas Norte-Americanos, o desdobramento do termo não é muito mais amplamente descrito, quando comparado às obras brasileiras:

personal archive

n. (also personal archives)

a set of documents in any format that provides evidence of an individual's activities.

Notes

The difference between personal papers and personal archive or personal archives seems to be one of usage by community. Archivists are the primary users of the term personal papers while non archivists use personal archive or personal archives to refer to the same concept.⁵¹

⁵¹ PERSONAL ARCHIVE. In: SAA – Society American Archivist. *Dictionary of Archival Terminology*. [s/l], 23 set. 2023. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/entry/personal-archive.html>. Em livre tradução: arquivo pessoal. n. (também arquivos pessoais) um conjunto de documentos em qualquer formato que forneça evidências das atividades de um indivíduo. Notas: A diferença entre documentos pessoais e arquivo pessoal ou arquivos pessoais parece ser uma questão de uso pela comunidade. Os arquivistas são os principais usuários do termo documentos pessoais, enquanto os não arquivistas usam arquivo pessoal ou arquivos pessoais, para se referir ao mesmo conceito.

Da escola espanhola, o *Diccionario de Archivística* de Cruz Mundet (2011) não apresenta entrada para termos como “archivo de persona” ou palavras similares.

A brevidade do verbete em glossários de alguns países, como o Brasil, por exemplo, onde se pôde constatar tantos estudos, nos leva a concluir que, realmente, apesar da ampla gama de trabalhos dedicados aos *arquivos pessoais*, existe ainda uma marginalização deles, junto à teoria arquivística. Concordamos com Macêdo (2018), quando ela afirma que

[o] próprio reconhecimento tardio da área em torno da importância e do tratamento dos arquivos pessoais frente aos princípios arquivísticos levou-os para um espaço de fronteira distante dos rígidos entendimentos teóricos. Essas reflexões ainda hoje são percebidas, e são problematizadas (Macêdo, 2018, p. 19).

Em nossa revisitação de conceitos e caracterizações que corroborem nossa linha de pesquisa, vale a pena nos debruçarmos ainda sobre as palavras de Paulo Roberto Elian dos Santos, em sua reflexão a propósito dos *arquivos pessoais*:

Os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida, e adquirem valor testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural. Valorizado pelos historiadores, o arquivo pessoal se distingue pela capacidade de apresentar, em meio às ações que revelam os vínculos do indivíduo com as instituições sociais, aquelas ligadas ao universo das relações de amizade e de amor, escolhas intelectuais, obsessões etc. No entanto, se por um lado, os arquivos pessoais passaram a exercer forte fascínio entre os historiadores, por outro, também se constituíram em fonte permanente de desafios para os arquivistas, a partir do momento em que foram abrigados nos arquivos públicos, convivendo com os conjuntos documentais de origem institucional (Santos, 2012a, p. 49).

Dessa forma, na busca pela ampliação da reflexão que considere os *arquivos pessoais* como arquivos, passaremos à conceituação do conceito de *arquivo de família*, o qual, em muitos momentos, foi identificado como praticamente um sinônimo ou uma extensão do conceito de *arquivo pessoal*.

3.3 Arquivos de família: uma definição⁵²

Como vimos até agora, as definições de *arquivos privados* e *arquivos pessoais* dialogam, muitas vezes, entre si e com o conceito de *arquivo de família*. Identificam-se também variações do termo, como *arquivos familiares* e, quando ligados às casas reais, denominações como *arquivos da nobreza* ou *arquivos nobiliárquicos*⁵³.

Esta seção estará estruturada na apresentação das definições de *arquivo de família* e das suas características, bem como no levantamento de instituições de guarda e pesquisas, a partir das três localidades que balizam nossa metodologia de análise: Brasil, Europa (especificamente Portugal e Espanha) e EUA. Tal separação se dá como recurso didático, para podermos analisar melhor cada caso, porque foi possível identificar que as experiências internacionais, especialmente as da Europa, valorizam a classificação dos *arquivos de família*, em detrimento dos *arquivos pessoais*.

Na Europa, de maneira mais expressiva, os conjuntos documentais possuem como traço evidente a condição de legado documental transmitido de geração a geração (Camargo; Goulart, 2007, p. 29) e estão diretamente ligados aos regimes monárquicos. Exemplo disso encontramos em Portugal, em instituições como a Casa de Mateus, localizada em Vila Real, e, na Espanha, Archivo Historico de la Nobleza, na cidade de Toledo. No Brasil, por sua vez, privilegia-se a individualização de fundo, que reflete a vida de um único titular, produtor e receptor de documentos. Apesar de mais raros, estudos e arquivos de família, quando encontrados no Brasil, serão mencionados. Por fim, nos EUA, há uma linha tênue entre *arquivos pessoais* e *arquivos de família*. Novamente, instituições e estudos foram levantados, de modo a embasar nossa argumentação.

Iniciaremos nossa análise pelo Brasil.

3.3.1 O caso do Brasil

⁵² Registra-se que parte do presente tópico se encontra publicado em Rodriguez e Ribas (2022).

⁵³ Destaca-se que a presença de títulos da nobreza também estava em fundos e coleções de pessoas, na Torre do Tombo, tratado na seção anterior de nossa tese.

Como vem sendo apontado nesta tese, em muitos momentos, seja na apresentação de subconjuntos que compõem os *arquivos privados*, seja em razão de uma quase sinonímia entre *arquivos pessoais* e *arquivos familiares*, os três conceitos muitas vezes se imiscuem. No Brasil, das três categorizações – *arquivos privados*, *arquivos pessoais* e *arquivos de família* –, os *arquivos de família* são os menos referenciados em instituições de guarda ou em estudos científicos. No levantamento que fizemos, incluímos também produção bibliográfica de outras áreas para além da Arquivologia. Apresentaremos, a seguir, os significados coletados em dicionários, glossários e manuais da área.

No *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional, 2005), temos as seguintes definições que se inter-relacionam, na medida em que o *arquivo privado* alude à família e o *arquivo de família* remete a *arquivo privado*:

Quadro 09 – Paralelo entre o conceito de *arquivo privado* e *arquivo de família*, no Brasil, a partir do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional, 2005)

Verbetes	<i>Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005)</i>
arquivo privado	Arquivo(1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular. (p. 35, grifo nosso)
arquivo de família	Arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens. Também chamado arquivo familiar ou arquivo familiar. (p. 29, grifos nossos)

Fonte: Elaborado pela autora.

O *Dicionário de Terminologia Arquivística*, publicado em 1990, e o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, em 1996, ambos coordenados por Camargo e Belloto, não trarão a definição de *arquivo de família* ou termos correlatos. A obra estará restrita apenas ao verbete dedicado a *arquivos privados*, sem fazer qualquer menção aos *arquivos de família*, o mesmo ocorrendo na obra de Santos e Ribeiro (2003). Em Cunha e Cavalcanti (2008, p. 26), o verbete se restringe a indicar que “a. de família = arquivo familiar”, e, caso nossa leitura não esteja equivocada devido à diagramação

da obra, ele está registrado dentro do verbete *arquivo*. No mesmo tópico, um pouco adiante da entrada “a. de família”, haverá nova entrada, a partir de “a. familiar”⁵⁴, que, como ocorrido no verbete de *arquivo pessoal*, remeterá ao ICA. Observe-se, na obra:

a. familiar *estate archives, family and estate archives, family archives* ARQ
 Conjunto de documentos acumulados, relativos a ou produzidos por uma ou mais famílias relacionadas, bem como por seus membros individuais (baseado em ICA, p. 21); arquivo de família, arquivo patrimonial ↔ arquivo pessoal, arquivo privado, papéis (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 27).

Em relação aos manuais, Heloísa Liberalli Belloto (2006) toca no tema dos *arquivos de família*, ao caracterizar os documentos de arquivo:

Os documentos de arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma **família** ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânica entre si [...] (Bellotto, 2006, p. 37, grifo nosso).

Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, ao focalizarem as principais características do arquivo de Fernando Henrique Cardoso⁵⁵, abordam igualmente o tema:

O conceito de **arquivo familiar** só se aplicaria, no nosso entendimento, a documentos de determinadas propriedades que se transmitem, de geração para geração, a membros da mesma família, o que raramente ocorre no Brasil (Camargo; Goulart, 2007, p. 29, grifos nossos).

Quanto a trabalhos científicos em Arquivologia que se debruçam sobre os *arquivos de família*, no Brasil, destaca-se o estudo de Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro Azevedo (2020)⁵⁶. A autora, paralelamente a pesquisas sobre os chamados arquivos de teatro, vem contribuindo com reflexões sobre a importância dos *arquivos de família*, especialmente no âmbito dos artistas circenses e na consolidação de

⁵⁴ Explica-se que os desdobramentos do termo de entrada *arquivo* são longos, tomando cerca de seis páginas, e é em meio a várias acepções de arquivo(s) que chegamos à designação de *arquivo familiar*.

⁵⁵ O arquivo Fernando Henrique Cardoso encontra-se sob a guarda da Fundação Fernando Henrique Cardoso. O tratamento do acervo do ex-presidente originou publicações importantes, como a de Camargo e Goulart (2007), já citada anteriormente.

⁵⁶ Como registro, aponta-se que o artigo “Família e resistência política no espelho do teatro: Jorge Andrade e Oduvaldo Viana Filho”, publicado na *Revista de Cultura Vozes*, v. 92, n. 4, p. 157-174, 1998, de Elizabeth R. Azevedo, apesar de levar no título a palavra “família”, trata de um conceito mais amplo e não se aplica aos arquivos de família, conforme buscado no recorte desta tese.

núcleos cênicos brasileiros. Além dela, o artigo de Isabel Cristina Borges de Oliveira (2010) examina processos de indexação aplicados junto à coleção família Barbosa de Oliveira, sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) da Fundação Casa de Rui Barbosa. É sobre esse mesmo acervo que versa a produção de autora igualmente dedicada a arquivos pessoais, Lucia Maria Velloso de Oliveira (2017, 2021), bem como outros trabalhos científicos orientados pela autora. Mais recentemente, um estudo de Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias (2023), ao lado de outros autores, tem ampliado a reflexão sobre produção e identificação documental, tendo, como *corpus*, *arquivos de família* sob a guarda do Arquivo Municipal de Niterói.

Na área de História, o livro de Darrel E. Levi (1977) dedica-se à família Prado. Sob o título *A família Prado*, publicado no Brasil, em 1977, Levi, um brasileiro norte-americano, percebe, assim como nós, a falta de estudos a respeito da estrutura familiar e, conseqüentemente, de *arquivos de família*, no Brasil. Recorremos às próprias palavras do pesquisador, para corroborar nossa alegação:

Desde os primeiros anos da década de 60, uma “nova história familiar” manifestou-se como um gênero historiográfico. Ela é largamente interpretada e tem contornos mal definidos, mas seus praticantes partilham a suposição comum de que “a família é... uma instituição extremamente fundamental e durável; ela fornece uma espécie de denominador comum, ou linha básica, para toda uma cultura cujas várias partes podem diferir substancialmente em outros aspectos”. Os interesses desse novo campo abrangem desde os padrões familiares nacionais e regionais à exploração da vida familiar de certas classes e grupos em específicos tempos e espaços, pedagogia e história da mulher. Com tão diversos interesses, a história familiar é por força eclética [sic] em seus métodos, recorrendo, para esboçá-la à demografia, sociologia, antropologia como seus instrumentos conceituais e metodológicos.

Se nos Estados Unidos e na Europa a nova história familiar pode ser situada em sua adolescência problemática, uma nova história familiar latino-americana está em sua primeira infância. Em parte, isto é devido à necessidade compelida para a pesquisa há longo tempo levada a cabo em outras regiões nos mais fundamentais tópicos políticos, econômicos e sociais. Além disso, suspeita-se que a persistência de fortes tradições agrárias e católicas na América Latina fizeram da família um fenômeno mais aceito e imutável que em qualquer outro lugar do mundo ocidental. No caso do Brasil, os intelectuais parecem não ter especulado acerca da natureza da família até a inquietação da última metade do século dezenove, quando seu interesse se enfocou na ameaça colocada à “pureza” da elite familiar branca pela existência continuada da escravidão. Não parece haver, por exemplo, nenhum equivalente na história brasileira para o interesse sobre a peculiar educação das crianças manifestada nos princípios da colonização pelos puritanos da Nova Inglaterra.

Em épocas recentes, sociólogos e antropólogos, mais que os historiadores, têm dado atenção mais analítica à família na sociedade latino-americana. Como resultado, há mais conhecimentos sobre as condições

contemporâneas que sobre as origens históricas da cultura familiar. A inclusão, pela primeira vez, de um painel sobre “Estrutura Familiar na América Latina e no Caribe”, no encontro anual de 1973 da Associação Histórica Americana, entretanto, oferece a esperança de que esta situação possa ser parcialmente remediada em um futuro próximo.

Dado o estado dos arquivos e da pesquisa no Brasil, o estudioso da história familiar encontra alternativas muito mais restritas que seus colegas da América do Norte e da Europa. Os padrões tradicionais brasileiros de alfabetização altamente restrita e de elite dominante, ademais, tornam a pesquisa histórica extremamente difícil nos grupos de classe média e baixa. Além disso, a literatura secundária sobre a história da família brasileira é esparsa e amplamente desinformada, segundo os recentes avanços conceituais e metodológicos. Enquanto a nova história familiar desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa se move em áreas sempre mais especializadas, torna-se mais apropriado abordar a história familiar brasileira por um de seus pontos mais acessíveis, a história das famílias de elite (Levi, 1977, p. 15-18).

Apesar de longa, a citação é utilizada, pois ela nos é cara. O brasilianista estrangeiro identifica aquilo que nosso estudo também aventou, com base em nossa análise junto aos arquivos e à Arquivologia: não há uma tradição de estudos históricos e guarda de arquivos de família, no Brasil⁵⁷.

Ainda em nosso levantamento, localizamos estudos focados em tipos documentais, como álbuns fotográficos de família. Exemplo disso está em Cristina Ribeiro dos Santos e Ana Cristina de Albuquerque (2014), reflexão que se dedica a álbuns de fotografia, focando-se na dicotomia público *versus* privado, temática comum em estudos que se debruçam sobre *arquivos privados*. Entretanto, o trabalho não aborda acervos de família. Caso semelhante se dá na obra *Retratos de Família*, de Miriam Moreira Leite (2000), historiadora que também fará a análise de fotografias, sem expandir a reflexão sobre as estruturas e características dos *arquivos de família*.

Quanto às instituições de guarda, existem poucos espaços dedicados a *arquivos de famílias*, no Brasil. As poucas ocorrências, muitas vezes, circunscrevem-se às famílias das elites. Como frisado anteriormente, identificou-se a coleção da família Barbosa de Oliveira⁵⁸, sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Uma pesquisa como a de Levi (1977), por exemplo, assentada na história de uma família, deverá se haver com o *arquivo*

⁵⁷ Ressalta-se que, em nosso recorte de análise, para além dos já citados estudos de Thales de Azevedo (1961, 1980), muitas vezes circunscrito ao núcleo familiar, a partir do estabelecimento do casamento, não foram considerados estudos de certas áreas, como Antropologia, Sociologia ou Psicologia, sendo que tais áreas detêm ampla gama de pesquisas acerca do tema família.

⁵⁸ Disponíveis em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=131&ID_M=113. Acesso em: 10 jan. 2024.

peçoal de Caio Prado Jr., no qual figuram registros documentais de seus antepassados, assim como de seus filhos,⁵⁹ ou com a Coleção Veridiana Prado, ambos no Arquivo IEB-USP. Há ainda documentos e livros de Paulo Prado depositados na Biblioteca Mário de Andrade⁶⁰. Vê-se, assim, no caso do potencial arquivo da família Prado, sua fragmentação a partir da individualização de seus membros.

No Brasil, o arquivo que mais se assemelha às casas reais europeias se encontra hoje sob a guarda do Museu Imperial. Junto ao setor referente ao Arquivo Histórico do Museu, está o Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Informa o *site* da instituição:

O Arquivo da Casa Imperial do Brasil foi doado ao governo brasileiro, em 1948, pelo príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, para que se tornasse repositório público no Museu Imperial, dando cumprimento à vontade expressada por seu pai, o príncipe do Grão Pará, primogênito da princesa Isabel. Trata-se do arquivo particular da família imperial. A documentação foi organizada pelo historiador Alberto Rangel, contratado pelo conde d' Eu, quando ainda se encontrava na Europa, no Castelo d'Eu. O inventário foi publicado nos Anais do Biblioteca Nacional, em 1939, sob o título: *Inventário do Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d' Eu*.⁶¹

Dessa forma, a escassez de arquivos familiares sistematicamente reconhecidos, estudados ou institucionalizados demonstra que o conceito de *arquivo de família* não está enraizado em nossa história e cultura, diferentemente do que ocorre na Península Ibérica, como analisaremos em seguida.

3.3.2 Os arquivos de família na perspectiva ibérica

Ao realizarmos o levantamento sobre *arquivos de família* em Portugal e na Espanha, deparamos com muitos estudos, instituições e, especialmente na Espanha, especificações quanto aos tipos de família. Na vertente espanhola, dos *arquivos de*

⁵⁹ Em princípio, por não se configurar, aparentemente, como um legado documental, o arquivo pessoal de Caio Prado Jr. segue sendo tratado como um arquivo pessoal, ao invés de ser tomado como o arquivo da família Prado.

⁶⁰ Relatos de pesquisa podem ser lidos em Lima (2020).

⁶¹ Instrumentos de Pesquisa | Arquivo Histórico – Museu Imperial. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/catalogos/>. Acesso em: 07 out. 2023.

família de desdobram os chamados *archivos nobiliárquicos*. Num primeiro exame no *Diccionario de Termonología Archivística*⁶² espanhol, encontramos novamente a relação direta entre *archivo privado* e *archivo de familia*. A novidade será a presença do termo *archivo nobiliárquico*:

ARCHIVO PRIVADO

Conjunto orgánico de documentos producidos y/o recibidos en el ejercicio de sus funciones por las **personas físicas** o jurídicas e nel transcurso de actividades no regidas por el derecho público⁶³ (grifos nossos)

ARCHIVO FAMILIAR

Es el archivo privado que reúne los fondos documentales de una o varias familias relacionadas y de sus miembros, relativos a asuntos privados, principalmente la administración de sus bienes y, ocasionalmente, a sus actividades públicas.⁶⁴

ARCHIVO NOBILIARIO

Es el archivo familiar de una o varias familias de la nobleza. (V. Archivo Privado).⁶⁵

Como visto anteriormente, a definição de *archivo privado* na Espanha baseia-se, assim como em alguns estudos brasileiros, na oposição ao conceito de público. Em outras palavras: será considerado privado aquilo que não é regido pelo direito público. O verbete contempla pessoas físicas e jurídicas, sem se referir à ideia de família. No caso dos *archivos de familia*, este será composto por vários arquivos de seus membros.

Dentre estudos e estudiosos, destaca-se Francisco Borja de Aguinagalde (1991, 2013), um dos principais representantes da chamada Real Academia de la Historia de España. Suas obras são, na maioria, relatos de experiência que contam

⁶² *Diccionario de Termonología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023.

⁶³ ARCHIVO PRIVADO. In: *Diccionario de Termonología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023. Em livre tradução: ARQUIVO PRIVADO. Conjunto orgânico de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício das suas funções por pessoas físicas ou jurídicas, no decorrer de atividades não regidas pelo direito público.

⁶⁴ ARCHIVO FAMILIAR. In: *Diccionario de Termonología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023. Em livre tradução: ARQUIVO DE FAMÍLIA - É o arquivo privado que reúne os fundos documentais de uma ou mais famílias relacionadas e de seus membros, referentes a assuntos privados, principalmente à administração de seus bens e, ocasionalmente, de suas atividades públicas.

⁶⁵ ARCHIVO NOBILIARIO. In: *Diccionario de Termonología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023. Em livre tradução: ARQUIVO NOBILIÁRIO- É o arquivo familiar de uma ou várias famílias da nobreza (V. Arquivo Privado).

com mais de trinta anos de atuação junto ao que ele chama de “archivos de família” (arquivos de família) e “archivos domésticos” (arquivos domésticos).

O país possui uma instituição dedicada à guarda da documentação das casas reais – o Archivo Histórico de la Nobleza -, o qual faz parte do sistema de arquivos espanhóis, conforme está informado em seu *site*:

El Archivo Histórico de la Nobleza es un centro perteneciente al Sistema de Archivos de la Administración General del Estado. Es de titularidad estatal, carácter nacional y gestión directa del Ministerio de Cultura y Deporte, a través de la Subdirección General de los Archivos Estatales.⁶⁶

Isso ocorre, porque a lei que rege os arquivos no país – Ley nº 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español – reconhece o valor cultural de documentos, especialmente de determinado recorte de tempo passado.

Artículo cuarenta y nueve

1. Se entiende por documento, a los efectos de la presente Ley, toda expresión en lenguaje natural o convencional y cualquier otra expresión gráfica, sonora o en imagen, recogidas en cualquier tipo de soporte material, incluso los soportes informáticos. Se excluyen los ejemplares no originales de ediciones.
2. Forman parte del Patrimonio Documental los documentos de cualquier época generados, conservados o reunidos en el ejercicio de su función por cualquier organismo o entidad de carácter público, por las personas jurídicas en cuyo capital participe mayoritariamente el Estado u otras entidades públicas y por las personas privadas, físicas o jurídicas, gestoras de servicios públicos en lo relacionado con la gestión de dichos servicios.
3. Forman igualmente parte del Patrimonio Documental los documentos con una antigüedad superior a los cuarenta años generados, conservados o reunidos en el ejercicio de sus actividades por las entidades y asociaciones de carácter político, sindical o religioso y por las entidades, fundaciones y asociaciones culturales y educativas de carácter privado.
4. Integran así mismo el Patrimonio Documental los documentos con una antigüedad superior a los cien años generados, conservados o reunidos por cualesquiera otras entidades particulares o personas físicas.⁶⁷

⁶⁶ Presentación. Disponível em:

<https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/archivos/nhn/presentacion>. Acesso em: 07 out. 2023. Em livre tradução: O Arquivo Histórico da Nobreza é um centro pertencente ao Sistema de Arquivos da Administração Geral do Estado. É estatal, de carácter nacional e gerido diretamente pelo Ministério da Cultura e Esportes, através da Subdireção Geral do Arquivo do Estado.

⁶⁷ BOE.es - BOE-A-1985-12534 Ley nº 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1985-12534>. Acesso em: 07 out. 2023. Em livre tradução: Artigo quarenta e nove. 1. Entende-se por documento, para os efeitos da presente Lei, qualquer expressão em linguagem natural ou convencional e qualquer outra expressão gráfica, sonora ou em imagem, recolhida em qualquer tipo de suporte material, incluindo suporte informático. Excluem-se cópias não originais das edições. 2. Fazem parte do Patrimônio Documental os documentos de qualquer época gerados, conservados ou reunidos no exercício da sua função por qualquer órgão ou entidade de carácter público, por pessoas jurídicas em cujo capital o Estado ou outras entidades públicas tenham participação maioritária, e por pessoas privadas, físicas ou jurídicas,

Além disso, o *site* institucional aponta para o art. 2 del Real Decreto nº 836/2017, que assim rege:

La conservación de los fondos de carácter nobiliario que custodia con independencia de supropiedad estatal o privada (fondos en depósito o comodato).

La descripción de los fondos de acuerdo con las normas recomendadas por el Consejo Internacional de Archivos y las normas nacionales existentes, para facilitar su consulta tanto presencial como a través de portales en línea nacionales e internacionales.

La difusión de su patrimonio documental, de forma libre y gratuita, para que pueda ser accesible a los investigadores y usuarios, de manera que el Archivo, como centro de estudios y transmisión del Patrimonio Documental Español de origen nobiliario, acreciente el desarrollo de la cultura y el conocimiento de nuestra historia.⁶⁸

No caso de Portugal, notam-se aspectos que valem a pena serem apontados. Como ressaltado na seção anterior, seu Arquivo Nacional tem um nome específico: Torre do Tombo. No *website* da instituição, não se encontram dicionários ou glossários de referência. O mesmo ocorre com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, a qual se identifica pela sigla BAD. Nela não se acham dicionários que poderíamos chamar de “oficiais”. Diante disso, buscando por referências que iluminem as reflexões do presente estudo, cabe destacar que o *site* oficial da Torre do Tombo chama a atenção por evidenciar os *arquivos de família*, a partir de entradas em páginas como a dedicada a “Genealogias e História Local”:

gestores de serviços públicos em relação à gestão desses serviços. 3. Fazem igualmente parte do Patrimônio Documental os documentos com uma antiguidade superior a quarenta anos desde a sua geração, conservados ou reunidos no exercício de suas atividades pelas entidades e associações de caráter político, sindical ou religioso, e pelas entidades, fundações e associações culturais e educativas de caráter privado. 4. Integram também o Patrimônio Documental os documentos com uma antiguidade superior a cem anos desde a sua geração, conservados ou reunidos por quaisquer outras entidades particulares ou pessoas físicas.

⁶⁸ Presentación. Disponível em:

<https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/archivos/nhn/presentacion>. Acesso em: 07 out. 2023. Em livre tradução: A conservação de fundos de natureza nobre que se encontrem sob custódia, independentemente de serem propriedade estatal ou privada (fundos em depósito ou fiança). A descrição do acervo de acordo com as normas recomendadas pelo Conselho Internacional de Arquivos e as normas nacionais existentes, para facilitar a sua consulta, tanto presencialmente como através de portais *on-line* nacionais e internacionais. A divulgação do seu patrimônio documental, de forma gratuita e gratuita, para que seja acessível a investigadores e utilizadores, para que o Arquivo, como centro de estudo e transmissão do Patrimônio Documental Espanhol de origem nobre, aumente o desenvolvimento da cultura e conhecimento da nossa história.

Figura 07 – Tela de referência à área designada como “Genealogia e História Local” do *website* da “Torre do Tombo”, em Portugal



Fonte: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/> . Acesso em: 10 jan. 2024.

Após o ingresso nessa página, é possível encontrar nova entrada, agora exclusiva para as genealogias:

Figura 08 – Tela de referência à área designada como “Genealogia” do *website* da “Torre do Tombo”, em Portugal



Fonte: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/genealogia/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Impressiona a riqueza de detalhes da página “Genealogia”, levando-nos a conjecturar sobre a valorização dos *arquivos de família* nos mesmos moldes da Espanha. O visitante *on-line* é convidado a elaborar sua própria genealogia, com orientações e “dicas” de pesquisa detalhadas e em várias mídias, as quais vão de textos a filmes nos moldes de tutoriais.

Figura 09 – Detalhe da tela de referência à área designada como “Genealogia”, voltada ao público jovem, do *website* da “Torre do Tombo”, em Portugal

Veja o vídeo para os mais jovens **Como fazer uma genealogia?**



Inspire-se na **árvore genealógica** de Alexandre Herculano e **faça a sua!**



Fonte: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/genealogia/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Após o convite, há orientações sobre fundos e coleções sob a guarda da Torre do Tombo que podem trazer informações de interesse aos pesquisadores/genealogistas:

Figura 10 – Detalhe da tela de referência à área que trará potenciais fundos e coleções para a elaboração de genealogias, do *website* da “Torre do Tombo”, em Portugal



Fonte: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/genealogia/> . Acesso em: 10 jan. 2024.

Conforme é possível ler, na Figura 10, o visitante é paulatinamente introduzido ao acervo e às suas especificidades. O *site* trará:

À medida que vai conhecendo os seus antepassados e construindo a sua árvore genealógica, com base nos registos paroquiais, poderá simultaneamente consultar outras fontes documentais manuscritas que se encontram à sua disposição nos Arquivos Distritais e sobretudo na Torre do Tombo, as quais lhe permitirão enriquecer as biografias das pessoas que são objecto do seu estudo.⁶⁹

A página *web* da Torre do Tombo explica e apresenta uma lista de fundos e coleções que poderá contribuir com os levantamentos dos genealogistas, cujos dados estruturamos no Quadro 10:

Quadro 10 – Fundos e coleções documentais da Torre do Tombo, sugerida para genealogistas

Fundos e Coleções
● Passaportes
● Cartórios notariais
● Registro Geral de Testamentos
● Câmara Eclesiástica de Lisboa
● Tribunal do Santo Ofício
● Inquisição – Processos-Crime da Inquisição de Lisboa, Coimbra e Évora
● Desembargo do Paço

⁶⁹ Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/genealogia/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Fundos e Coleções
● Ordens Militares de Cristo, de Santiago, de Avis
● Casa do Infantado/Ordem de Malta
● Registro Geral de Mercês
● Chancelaria Régia
● Processos de justificação de nobreza, do Cartório da Nobreza, Mordomia-mor da Casa Real
● Processos de justificação de nobreza da Casa de Suplicação – Arquivo dos Feitos Findos, para obtenção de cartas de brasão
● Inventários <i>post mortem</i>
● Nobiliários e genealogias manuscritas
● Morgados e Capelas
● Gavetas
● Corpo Cronológico

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/genealogia-ou-historia-local/genealogia/> Acesso em: 17 fev. 2024.

Não cabe ao presente estudo proceder a uma avaliação quanto às denominações dos conjuntos documentais, aplicadas pela Torre do Tombo. O que vale ressaltar, para fins de nossa análise, é que, quer fundos, quer coleções, as designações apresentadas refletem uma estrutura social de determinada época portuguesa e parecem relacionar-se a documentos analógicos (e não digitais), dado o fato de que, entre categorias sociais, há uma classificação como “Gavetas”⁷⁰.

Depois da lista, ao final da página, há *link* de acesso aos chamados “diversos Arquivos de Famílias”:

Quadro 11 – Lista de arquivos de família, disponíveis para pesquisa na Torre do Tombo

Arquivos de família – Torre do Tombo
● Casa de Abrantes (F)
● Casa de Aveiras e Vagos (F)
● Casa de Bragança (F)
● Casa de Cadaval (Col)
● Condes das Alcáçovas (F)

⁷⁰ Trata-se do acondicionamento dos diplomas no Arquivo Real. Cada “Gaveta” corresponde a um assunto de Estado.

Arquivos de família – Torre do Tombo
● Casa dos Condes de Sortelha e Senhores de Góis (F)
● Casa Fronteira e Alorna (F)
● Casa Galveias (F)
● Casa de Lafões (F)
● Casa de Marialva (F)
● Casa Palmela (F)
● Casa de Povolide (F)
● Casa de Santa Iria (F)
● Casa de Valadares (F)
● Casa da Várzea de Abrunhais e Castelo Melhor (F)
● Colecção São Lourenço (Col)
● Condes de Linhares (F)
● Condes da Ponte (F)
● Condes da Póvoa (F)
● Família Alão de Morais (F)
● Família Chalon (F)
● Família Costa Cabral (F)
● Família Ferreira do Amaral (F)
● Família Landerset (F)
● Família Lima Mayer (F)
● Família Matos Velez (F)
● Família Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria / Lima e Melo Falcão Trigoso (F)
● Família Serrão de Faria Pereira (F)
● Família Sinel de Cordes (F)
● Família Silvestre de Andrade (F)
● Francisco Sá de Miranda (Col)
● Maria Teresa Gomes Ferreira (F)
● Marqueses de Borba (F)
● Marqueses de Rio Maior (F)

Arquivos de família – Torre do Tombo
● Marqueses de Olhão (F)
● Morgado de Azevedo (F)
● Morgado de Barcarena (F)
● Morgado de Farrobo (F)
● Morgado de Diogo de Sousa Mexia
● Morgado de D. Gastão Coutinho (F)
● Morgado de Margarida Afonso (F)
● Morgado São Paio de Guimarães e da Torre da Marca do Porto (F)
● Morgado de Setúbal (F)
● Morgado de Soure (F)
● Visconde do Torrão (F)

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de <https://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/fundos-e-colecoes/arquivos-de-familia/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

Nesse arrolamento, o pesquisador encontrará entradas em função do título de nobreza, como “Condes das Alcáçovas” e “Marqueses de Rio Maior”. Haverá ainda a entrada por “Casas”⁷¹ como a “Casa de Bragança”; por “Família” como a “Família Silvestre de Andrade” e por “Morgado”⁷², como o “Morgado de Setúbal”. Como já identificado em outros momentos de nossa pesquisa, há conjuntos documentais que destoam dessa lógica: aqui destacamos nomes de pessoas, como “Francisco Sá de Miranda”, “Maria Teresa Gomes Ferreira” e “Visconde do Torrão”, sendo que este último diverge das demais entradas de títulos de nobreza por ser o único que está no singular, enquanto os demais estão no plural. Novamente, identifica-se o esforço de apontar a condição de fundo ou coleção de cada acervo, assim como é feito com os arquivos de “Pessoas Singulares”.

⁷¹ É necessário contextualizar que a palavra “casa”, no singular ou plural, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), nos remete a: “[...] 4. o conjunto dos membros de uma família a c. dos Nabuco; 5. Família soberana ou nobre; linhagem nobre a c. de Bragança; [...]” (Houaiss, 2021, p. 640).

⁷²A palavra “morgado”, por sua vez, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001), nos remete a: “[...] 1. Vínculo dado a certos bens que deveriam ser transmitidos ao primogênito sem que este os pudesse vender; morgadio [...]” (Houaiss, 2021, p. 1962).

No caso português, os *arquivos de família* não se concentram somente sob a guarda do Estado. Exemplo disso é a Casa de Mateus, morgadio que deu origem ao que hoje é designado como um centro cultural do país. Apesar de Portugal ser hoje uma república semipresidencialista, a Casa de Mateus segue sendo um local de monumentalização de um legado inicialmente financeiro, constituído a partir do casamento de famílias nobres e que, atualmente, lança mão dos aspectos culturais da instituição para continuar com o trabalho e a manutenção do morgadio.

A transformação da Casa de Mateus em um centro cultural pode ser lida como a institucionalização e abertura pública de um patrimônio cultural que detém várias materialidades, como, por exemplo, o patrimônio arquitetônico, além de possuir também um arquivo privado, referente à família Mateus. Esse amplo e múltiplo acervo é alçado à consulta pública, nos espaços da instituição Casa de Mateus. Apesar de constituir um morgadio particular, identifica-se que a instituição, hoje, busca reforçar o *status* de memória coletiva. Na apresentação da Fundação, em um de seus instrumentos de pesquisa, lê-se:

A escritura que institui a Fundação da Casa de Mateus data do dia 3 de Dezembro de 1970. Através deste documento, D. Francisco de Souza Botelho de Albuquerque, 3º Conde de Mangualde, 6º Vila Real e 5º de Melo, doava parte substancial do seu patrimônio a esta instituição. Ao fazê-lo, os seus objectivos eram claros: garantir a persistência no tempo de um patrimônio construído e de uma memória que a Casa de Mateus corporiza e simboliza.

Esta preocupação não era exclusivo apanágio do instituidor. Muito tempo antes dele, ao longo de sucessivas gerações, os seus antepassados foram construindo as bases e reunindo os meios que permitiram a salvaguarda desse patrimônio.

D. Francisco soube interpretar este padrão familiar, actualizando-o e criando as condições necessárias para a sua viabilização no século XXI, e gerações futuras.

Hoje, a Fundação da Casa de Mateus é uma organização dinâmica e voltada para a Comunidade. O seu valioso acervo, reunido durante séculos, encontra-se globalmente tratado e disponível ao público. Ao promover o conhecimento e a excelência nas suas mais variadas intervenções a Fundação da Casa de Mateus ocupa hoje o lugar de destaque para o qual apontou o esforço colectivo e individual da família do instituidor (A Casa de Mateus, 2005, p. 5, grifos nossos).

A Casa de Mateus abre ao público um acervo⁷³ de uma família que, no passado, soube atuar pela manutenção do poder financeiro e político que detinha e, hoje, lança

⁷³ Ainda em relação ao Morgado de Mateus, seja em consultas feitas nos arquivos brasileiros, seja na própria Casa, em Portugal, vale a pena destacar os trabalhos realizados por Heloísa Liberalli Bellotto, como *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-*

mão do poder simbólico dos quais a nobreza sempre se travestiu. Não por acaso, a construção arquitetônica da casa conta com uma capela que tem o seu frontal erguido em perfeito diálogo com a casa principal da propriedade, seguindo a tradição monárquica na qual o poder das famílias era conferido por Deus. No novo regime governamental do país, a Casa atualizou-se sob o *status* de espaço cultural voltado para a “rica” tradição portuguesa e segue valorizando a família detentora da propriedade. Ousamos dizer que há, na prática da instituição, uma espécie de mecenato modernizado aos dias atuais.

E, o que parece ser uma característica tipicamente europeia, devido ao legado monárquico, nos surpreende, quando passamos a analisar os mesmos ritos simbólicos aplicados agora no “novo mundo”, como veremos pelos levantamentos realizados nos Estados Unidos da América.

3.3.3 Os arquivos de família nos EUA

No instrumento *on-line Dictionary of Archives Terminology of Society of American Archivists (SAA) (Dicionário de Terminologia Arquivística da Sociedade dos Arquivistas Americanos)*, encontramos as seguintes variações terminológicas:

personal archive

n. (also personal archives) a set of documents in any format that provides evidence of an individual's activities.

Notes

The difference between personal papers and personal archive or personal archives seems to be one of usage by community. Archivists are the primary users of the term personal papers while non-archivists use personal archive or personal archives to refer to the same concept.⁷⁴

Personal papers

n. records created and originally kept by an individual

1775), de 2007 e *Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate*, de 2015, para citar apenas dois.

⁷⁴ Em livre tradução: arquivo pessoal n. (também arquivos pessoais) um conjunto de documentos em qualquer formato que forneça evidências das atividades de um indivíduo. Notas. A diferença entre documentos pessoais e arquivo pessoal ou arquivos pessoais parece ser uma questão de uso pela comunidade. Os arquivistas são os principais usuários do termo documentos pessoais, enquanto os não arquivistas usam arquivo pessoal ou arquivos pessoais, para se referir ao mesmo conceito.

document unrelated to work but maintained at a place of work by an employee of the United States federal government.⁷⁵

Family papers

n. records created or collected by a group of individuals closely related by ancestry and relating to their personal and private affairs.⁷⁶

Não há, na atual versão do dicionário, uma entrada direta para o que chamamos de *arquivos privados*. Entretanto, sabe-se da presença do termo “private papers”, a partir, por exemplo, de livros como *Arquivos modernos: princípios e técnicas* de Schellenberg (2006). No dicionário da SAA, as buscas por “private records” ou “private archives”, expressões sugeridas pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística Brasileira* (Arquivo Nacional, 2005), somente nos remetem a uma série de verbetes correlatos, tais como:

- Presidential Records Act
- personal papers
- genealogical value
- family papers
- presidential record
- Presidential Recordings and Materials Preservation Act
- papers
- fonds
- personal archive
- provenance⁷⁷

Esses termos, em sua maioria já identificados e tratados em nosso estudo, vão desde conceitos-base da Arquivologia, como “fonds” (fundos) e “provenance” (proveniência), até designativos mais específicos, como é o caso das palavras ligadas aos arquivos dos presidentes: “Presidential Records Act” e “Presidential Recordings

⁷⁵ Em livre tradução: Documentos pessoais n. registros criados e originalmente mantidos por um indivíduo. documentos não relacionados ao trabalho, mas mantidos em um local de trabalho por um funcionário do governo federal dos Estados Unidos.

⁷⁶ Em livre tradução: Documentos de família n. registros criados ou reunidos por um grupo de indivíduos estreitamente relacionados por uma linhagem e com relação aos assuntos pessoais e privados deles.

⁷⁷ Em livre tradução:

- Lei de Registros Presidenciais
- documentos pessoais
- valor genealógico
- papéis de família
- registro presidencial
- Lei de Registros Presidenciais e Preservação de Materiais
- documentos
- fundos
- arquivo pessoal
- proveniência.

and Materials Preservation Act”. É oportuno enfatizar que um termo como “collections” (coleções), tão presente na obra de Schellenberg, não aparece no resultado de busca, o que pode demonstrar uma atualização conceitual em uma obra de referência, como o *Dictionary of Archives Terminology of Society of American Archivists*.

No ponto em que estamos, de nosso trabalho, interessam-nos principalmente referências como “personal archive” (arquivo pessoal) e “family papers” (documentos de família), termos que estão diretamente associados à nossa revisão, a qual se debruçou sobre *arquivos privados*, *arquivos pessoais* e *arquivos de família*, tratados, em muitas escolas arquivísticas, como termos similares. Parece-nos que essa característica é especialmente marcante na linha norte-americana.

Ainda no diálogo com Schellenberg (2006), seu capítulo 15 se inicia com a evidente relação, também vista na Europa, entre os *arquivos privados* e os *arquivos de família*:

Até bem pouco tempo, nos Estados Unidos, a maioria dos métodos adotados no tratamento de papéis privados era formulada por bibliotecários. Os papéis com que tinham que lidar vinham-lhes às mãos como agregados das peças díspares e desorganizadas, originários de famílias importantes da história do país (Schellenberg, 2006, p. 269).

E isso não é uma característica exclusiva do manual de Schellenberg. Autores de referência, nos estudos de arquivos pessoais, como o arquivista Richard J. Cox (2017), tratará *arquivos pessoais* ou *familiares* praticamente como sinônimos. De seu livro *Arquivos pessoais: um novo campo profissional: Leituras, reflexões e reconsideração*, levando em conta apenas a introdução da obra, é possível coletar os seguintes exemplos:

p. 9: Os arquivistas devem ajudar os indivíduos a manter **arquivos pessoais e familiares**, apenas selecionando aqueles se significado especial ou extraordinário quando estes estiverem correndo algum risco.

p.10: O valor dos **arquivos pessoais e familiares** pode estar em ascensão – mas como podemos preservá-los?

p.10: É essa paixão que leva os indivíduos a manter **arquivos pessoais e familiares** e, em alguns casos, a cedê-los a instituições mantenedoras de arquivos.

p.11: De forma semelhante, os indivíduos talvez estejam começando a se relacionar com seus **arquivos pessoais e familiares** de maneiras diferentes de uma ou duas gerações anteriores.

p.12: A fim de lidarem eficazmente com **arquivos pessoais e familiares**, os arquivistas precisam explorar novas maneiras de se conectar com o público (Cox, 2017, p. 09-12, grifos nossos).

Existe uma tradição que se volta para a valorização da representação familiar. Certos estudos, como o de Levi (1977), utilizados anteriormente na análise da ausência de arquivos de família, no Brasil, nos sugerem que, ao contrário do que acontece na América Latina, os EUA e a Europa investem em pesquisas históricas, tendo como base as famílias e, conseqüentemente, seus acervos. Em breve análise dos arquivos pessoais dos presidentes estadunidenses, foi identificado um cuidado na representação da família Bush, assim nomeada em várias partes da apresentação do *site* oficial de guarda documental do presidente⁷⁸.

Detecta-se que a cultura estadunidense, talvez pelo seu processo de colonização muito diferente do regime exploratório ao qual o Brasil, por exemplo, foi submetido, adaptou-se à representação e monumentalização típicas da “nobreza europeia”. Nos EUA, constroem-se memoriais semelhantes aos castelos da Europa, mas aos moldes da sua própria natureza, marcada pelo poderio econômico. A “nobreza” estadunidense não está na ascendência, contudo, de fato, na riqueza granjeada em função do sistema capitalista. Centros de estudos fundados sob a égide da “filantropia” de famílias ricas estão espalhados por todo o território norte-americano. Exemplos disso são a Rockefeller Archive Center ou a Getty Foundation.

Voltando ao legado presidencial, instituições como o “John F. Kennedy Presidential Library and Museum” (Museu e Biblioteca de John F. Kennedy), voltadas à valorização de seu titular, abarcarão arquivos de vários membros do clã Kennedy. Para além do presidente, teremos:

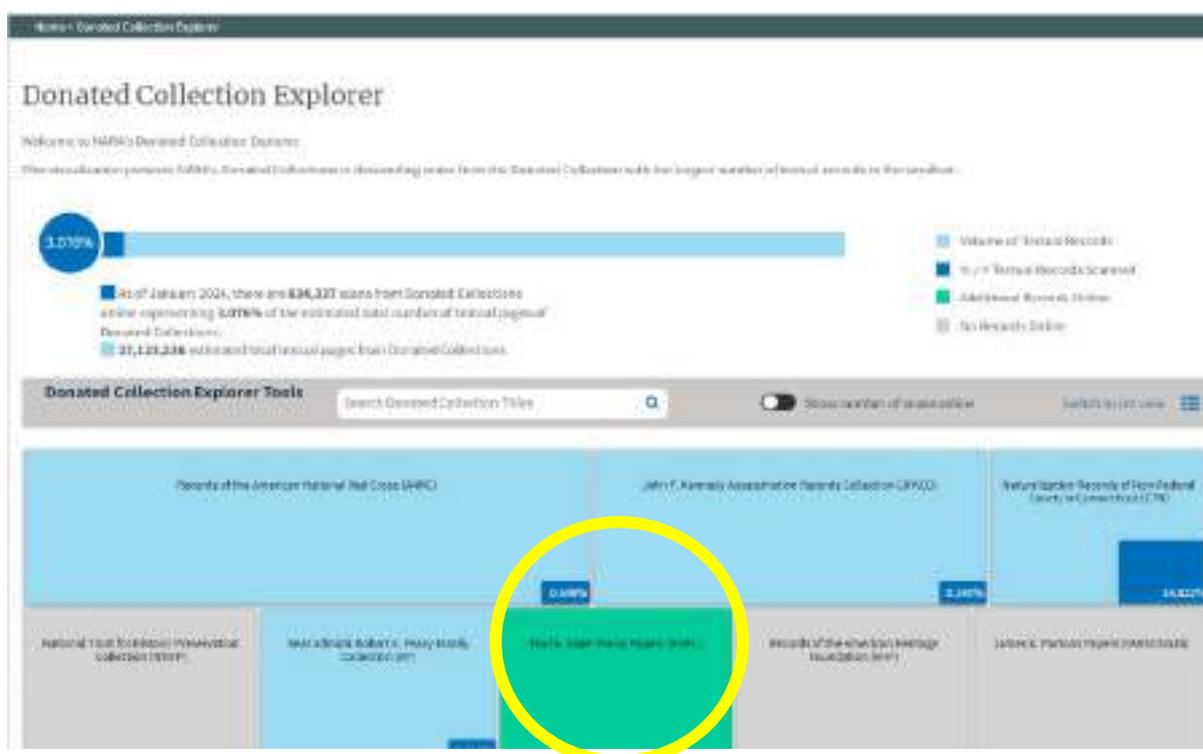
- Robert Francis Kennedy (1925-1968)
- Jacqueline Kennedy Onassis (1929-1994)
- Edward Moore Kennedy (1932-2009)⁷⁹

⁷⁸ Ver “Apêndice A”.

⁷⁹ Curiosamente, a instituição adquiriu o patrimônio documental do escritor norte-americano Ernest Miller Hemingway, assunto que não será pormenorizado em nosso estudo, mas vale o apontamento. Talvez, na mesma linha de instituições como a Fundação Mário Soares e Maria Barroso, em Portugal, ou mesmo o Instituto Fernando Henrique Cardoso, o Museu e Biblioteca Kennedy ampliará seu acervo, passando a captar outros arquivos pessoais.

Por fim, mas não menos importante: a despeito do poderio financeiro advir de empresários, industriais e agentes envolvidos com crédito e especulação, ainda assim, no Arquivo Nacional dos EUA, há espaço dedicado a coleções de família bem como a genealogias, sendo esse último muito semelhante ao que vimos na Torre do Tombo, em Portugal. Na Figura 11, a qual reproduz a página de acesso às coleções documentais recebidas pelo sistema de arquivos dos EUA, é possível ver referências a vários conjuntos ligados a famílias.

Figura 11 – Tela do Arquivo Nacional dos EUA, onde se veem coleções doadas, das quais destacamos um exemplo de documentação familiar



Fonte: <https://www.archives.gov/findingaid/donated-collection-explorer> . Acesso em: 10 jan. 2024.

Na mesma página, aparece a entrada para a coleção “Records of the American Heritage Foundation (AHF)”. A presença e a valorização de estudos de genealogia não se concentram apenas na *web*-página das coleções. Com mais de um tipo de entrada de acesso, a aba dedicada à elaboração de genealogias nos EUA, como visto no tópico dedicado aos arquivos pessoais, estará na listagem do tópico de pesquisa “People” (Pessoas), conforme foi possível ver na Figura 03.

Mas é possível acessá-la desde a página principal do Arquivo Nacional:

Figura 12 – Tela principal do website do “National Archives”, dos EUA. Destaque para a entrada “Genealogists”

The image shows the homepage of the National Archives website. At the top, there is a navigation bar with the National Archives logo and a search bar. Below the navigation bar are five main content blocks: 'RESEARCH OUR RECORDS', 'VETERAN'S SERVICE RECORDS', 'EDUCATOR RESOURCES', 'VISIT US', and 'AMERICA'S FOUNDING DOCUMENTS'. A large banner image of the National Archives Building is displayed, with the text 'National Archives Building Designated National Historic Landmark'. To the right of the banner is an 'Archives News' section. At the bottom of the page is a footer with six columns of links: 'Information For...', 'Publications', 'Orgs. & Offices', 'About Us', 'I Want To...', and 'Participate...'. A red arrow points to the 'Genealogists' link in the 'Information For...' column.

Fonte: <https://www.archives.gov/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Figura 13 – Tela de referência à área designada como “Resources for Genealogists”, do website do “National Archives”, dos EUA



Fonte: <https://www.archives.gov/research/genealogy>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Ainda em relação aos EUA, é importante que seja mencionado o trabalho desenvolvido pela plataforma *Family Search*. De foro privado, a proposta é mantida pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Além da plataforma *on-line*, a qual tem versões em mais de 40 idiomas, buscando, de maneira voluntária, por parte de seus usuários, coletar dados do maior número de nacionalidades do planeta, a sede da instituição, localizada na cidade de Salt Lake City, é composta por centenas de milhares de microfimes de documentação copiada e recolhida ao redor do mundo. O arquivo da *Family Search* é constantemente alimentado, estruturando informações que possam apoiar as pessoas na recomposição de suas árvores genealógicas. Juntamente com a guarda da documentação, a instituição detém uma biblioteca rica em obras e dicionários de referências genealógicas, com dados de famílias e sobrenomes de todos os continentes.

Exposto isso, resume-se que, na tradição norte-americana, os estudos sobre *arquivos pessoais* e *de família* partilham de características dos estudos brasileiros e da tradição europeia, anteriormente analisados. Em outras palavras: há a valorização

do arquivo pessoal, como vimos no Brasil, que se volta para evidenciar os indivíduos; e há o reconhecimento dos conjuntos familiares, como ocorre na Europa, que se foca predominantemente nos arquivos familiares, em detrimento dos indivíduos que compõem o clã.

Nosso estudo chega ao final do capítulo dedicado à revisão dos conceitos de *arquivos privados, arquivos pessoais e arquivos de família* e sua manifestação em localidades selecionadas. Antonio García Gutiérrez (2013) nos lembra que “[...] os processos de produção, transmissão e organização do conhecimento sofrem interferência, como todo o resto das práticas simbólicas, por ações colonizantes, culturais e cognitivas desde o início de sua sistematização”⁸⁰ (García Gutiérrez, 2013, p. 93). Sejam seus arquivos, sejam os conceitos arquivísticos aplicados a cada país, fica evidente que tais acervos trarão características próprias, fruto de culturas, tradições e histórias, quer oriundas do local de origem, quer absorvidas ou impostas de experiências estrangeiras.

⁸⁰ Do original: “Los procesos de producción, transmisión y organización del conocimiento son interferidos, como el resto de las prácticas simbólicas, por acciones colonizantes culturales y cognitivas desde los inicios de su sistematización” (García Gutiérrez, 2013, p. 93)

4 ESTUDO DE CASO – IEB USP

O presente capítulo é dedicado a contextualizar a instituição que deu origem ao nosso problema de pesquisa, surgido através do contato com os acervos pessoais de intelectuais do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB-USP), no qual constam, atualmente, os arquivos dos seguintes casais: Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e João Guimarães Rosa; Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins; Lídia Besouchet e Newton Freitas; Emilie Chamie e Mário Chamie; Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido. Até o presente, o tratamento documental aplicado a esses conjuntos, por parte de sua instituição de guarda, se deu de modo a designar a titularidade de um arquivo a um indivíduo; entretanto, o trabalho técnico cotidiano de organização do acervo para abertura à pesquisa evidenciou intersecções entre os fundos.

Apresentaremos brevemente o IEB-USP, avançando para o histórico de seu Serviço de Arquivo, lugar de guarda dos dez arquivos pessoais que poderão vir a suscitar a constituição de cinco arquivos de casais da instituição. Feito isso, passaremos a analisar o histórico de cada fundo pessoal, aplicando análise documental junto aos processos de incorporação dos arquivos do Instituto, bem como de seus instrumentos de pesquisa e páginas *web* oficiais. Além disso, sempre que identificados, estudos oriundos de tais acervos serão apontados e utilizados, quando pertinentes à nossa reflexão.

4.1 Contextualização da instituição de guarda – o IEB-USP

Criado em 1962 por Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros é uma instituição autônoma dentro da hierarquia da Universidade de São Paulo. Atualmente, ele compõe os chamados Institutos Especializados⁸¹, posto que a natureza de suas atividades dialoga diretamente tanto com as chamadas Unidades de

⁸¹ Os Institutos Especializados da USP são: Instituto de Estudos Avançados (IEA), Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Instituto de Energia e Ambiente (IEE), Instituto de Medicina Tropical. Eles gozam do mesmo *status* dos seguintes Centros: Centro de Biologia Marinha (CEBIMar) e Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA). Todos possuem um assento compartilhado no Conselho Universitário, ocupado em caráter rotativo e trocado anualmente entre os diretores desses respectivos órgãos.

Ensino, por meio dos seus cursos, disciplinas e pesquisas realizadas, quanto com os Museus Universitários, devido aos acervos que têm sob sua guarda.

Em junho de 1962, Sérgio Buarque de Holanda encaminhou carta ao diretor em exercício da FFCL⁸² da USP, Prof. Dr. Candido Lima da Silva Dias, propondo a criação do IEB. A proposta era de instalação de um Instituto e não de um Centro, porque este último, na estrutura da Faculdade, se restringia ao âmbito de um Departamento específico, estando sujeito, portanto, às restrições próprias de uma disciplina, ao passo que o Instituto seria dotado de um *status* igual ao de uma Faculdade, podendo agregar disciplinas diversas, contar com a colaboração de outras Unidades da Universidade, constituir unidade orçamentária, possuir seus próprios professores e funcionários, enfim, dispor de autonomia razoavelmente ampla. Justificando a sua proposição, Sérgio Buarque ressaltou a necessidade de criação de um Instituto na USP que possibilitasse superar as limitações da cátedra de História da Civilização Brasileira (Caldeira, 2002, p. 49-50).

Na década de 1950 e início de 1960, a cidade de São Paulo passava por aparente prosperidade pautada no crescimento urbano-industrial. No ano de criação do IEB, o cargo de Reitor era ocupado pelo professor Dr. Antonio Barros de Ulhôa Cintra, o qual, alinhado com os ideais do governador Carvalho Pinto, concretizou a construção da Cidade Universitária, a fim de “[...] reestruturar a Universidade, buscando promover a maior integração das suas diversas Unidades, incentivar a pesquisa científica e elaborar um planejamento global para a USP, visando seu maior comprometimento com os problemas do país” (Caldeira, 2002, p. 34).

Sérgio Buarque de Holanda ocupava a cátedra de História da Civilização Brasileira e já era conhecido por livros como *Raízes do Brasil* e *Visões do Paraíso*. Além de intelectual reconhecido no ambiente universitário, mostrou-se um homem prático e de várias ações. “Sua atuação na USP, onde permaneceu até 1969⁸³, foi marcada principalmente pelo seu empenho em contribuir para o aprimoramento do ensino e da pesquisa em História do Brasil na instituição” (Caldeira, 2002, p. 34).

Considerado um precursor da História Cultural, no Brasil, sua atuação como professor foi marcante e, segundo depoimentos de ex-alunos e assistentes, no âmbito

⁸² FFCL era a sigla para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Hoje, trata-se da FFLCH, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

⁸³ Ainda segundo Caldeira, “Sérgio Buarque requereu sua aposentadoria naquele ano, em solidariedade aos professores universitários aposentados pela ditadura militar” (Caldeira: 2002, p. 42).

de suas atividades, predominavam dois propósitos: “[...] o de formar professores e pesquisadores qualificados para o ensino e a investigação da História do Brasil, e o de introduzir perspectiva multidisciplinar nos estudos daquela História na Universidade” (Caldeira, 2002, p. 44).

Avesso ao regime de cátedras, Sérgio Buarque buscava com especial afincamento a possibilidade de diálogos e trocas interdisciplinares com outras áreas, de forma contínua. É daqui que detectamos o cerne da ideia do IEB como um espaço que “[...] atenderia às exigências necessárias à formação do pesquisador de temas brasileiros” por meio de “[...] estudos multidisciplinares sobre a história da civilização brasileira” que “[...] deveriam ser realizados continuamente” (Caldeira, 2002, p. 51).

Em cartas trocadas com Antonio Candido⁸⁴, é possível vislumbrar a construção e a consolidação da ideia de criação do IEB, antes mesmo da oficialização da proposta apresentada em 1962. E, em todas as interlocuções travadas entre os dois professores uspianos, as palavras “multidisciplinaridade”, “estudos de História do Brasil” e “órgão integrador” povoam, mais de uma vez, as missivas.

Hoje, o IEB é apresentado como

[...] um órgão de integração da Universidade de São Paulo, que tem como desafio fundador a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira por meio da articulação de diferentes áreas das humanidades. As atividades de pesquisa se fazem associadas à preservação dos acervos culturais sob sua guarda. Essa articulação é constitutiva do IEB e tem sido responsável pelo seu permanente e crescente reconhecimento acadêmico. No cumprimento de sua missão, o Instituto agrega trabalhos desenvolvidos por seu corpo docente e técnico, assim como pesquisas de outros professores da USP e de outras instituições nacionais e internacionais.⁸⁵

Dadas as devidas atualizações, é importante destacar que o IEB, em mais de 60 anos após a sua criação, permanece fiel às suas origens, sendo que,

[c]onforme se pode observar, Sérgio Buarque propôs a criação de um órgão de reflexão sobre o Brasil como um espaço democrático, aberto a pesquisadores de diferentes áreas interessados nos estudos brasileiros. Por um lado, o IEB deveria ampliar o acesso a documentos raros e à produção do conhecimento sobre o Brasil. Por outro, de acordo com seu criador, o Instituto não atribuiria precedência a nenhuma das áreas que o iriam integrar,

⁸⁴ Hoje, as cartas estão sob a guarda do Arquivo Central da UNICAMP, e também se encontram integralmente reproduzidas no livro *IEB: origem e significados*, de João Ricardo de Castro Caldeira.

⁸⁵ Sobre o IEB – IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/>. Acesso em: 07 out. 2023.

e deveria garantir transparência às suas atividades, decididas em conjunto pelos integrantes de sua direção (Caldeira, 2002, p. 55).

Em suma:

A criação do IEB significou, portanto, a concretização do projeto de Sérgio Buarque de Holanda de reunir em um mesmo instituto as diferentes cadeiras e disciplinas dedicadas aos estudos brasileiros na USP, proporcionando aos pesquisadores a oportunidade de dispor de espaço comum para a realização de investigações sobre a civilização brasileira (Caldeira, 2002, p. 55).

Voltando ao contexto histórico da época, sabemos que a USP gozava de prestígio político para a sua expansão, e a criação do IEB endossava os projetos da Universidade. Assim, a efetiva constituição do IEB aconteceu em relativo breve espaço de tempo e teve como primeira direção a pessoa do seu próprio fundador, Sérgio Buarque de Holanda, e como vice-diretor, o professor Aroldo de Azevedo⁸⁶. No primeiro ano de existência, foram empenhados todos os esforços para a sua oficialização, por meio da redação de estatuto e regimentos internos, contratação de pesquisadores e funcionários, e aquisição de um primeiro acervo: a coleção brasileira de Yan de Almeida Prado. Dessa forma, o acervo do IEB é originalmente alocado na Biblioteca do Instituto, primeiro setor técnico de guarda de acervo a existir na estrutura institucional.

Após sucessivas aquisições de novos conjuntos documentais – dos quais se destaca o acervo de Mário de Andrade, adquirido em 1967 e incorporado ao acervo do IEB, em 1968 –, fez-se necessária a expansão e especialização do tratamento técnico aplicado ao acervo do Instituto. Surge assim a necessidade de ampliação dos setores técnicos de guarda, dentre os quais, para o presente estudo, se enfatiza o Arquivo, para o qual passaremos a olhar, a partir do próximo tópico.

4.2 O Serviço de Arquivo do IEB-USP

Atualmente, na seção dedicada ao histórico do Serviço de Arquivo, no *site* oficial do IEB, lemos:

⁸⁶ O Prof. Dr. Aroldo de Azevedo era Professor Catedrático de Geografia da USP e foi pioneiro na elaboração de livros didáticos da sua área.

O Arquivo do IEB USP surgiu em 1968, integrado à Biblioteca. A partir de 1974, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, o crescimento do acervo motivou seu estabelecimento como setor independente. Com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar seus documentos, visando oferecer fontes primárias para pesquisas das mais diversas áreas, o Arquivo do IEB atualmente reúne cerca de 500 mil documentos, divididos em mais de 150 conjuntos.⁸⁷

É possível perceber que o Serviço de Arquivo é criado seis anos após a fundação do IEB, datada de 1962. O acervo do Instituto inicia-se sob a guarda da Biblioteca do IEB, coordenada por Rosemarie Erika Horch⁸⁸, profissional de referência na classificação de obras raras. Ela foi convidada por Sérgio Buarque a atuar junto ao IEB e morar em São Paulo, deixando para trás prestigioso posto alcançado na Biblioteca Nacional do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. O primeiro acervo recebido pelo IEB foi a Coleção Yan de Almeida Prado, acervo constituído de livros e códices que abarcam do século XVI ao XIX. Por se tratar de códices encadernados, eles foram tratados e armazenados pela equipe de funcionários da Biblioteca do IEB, que, à época, portanto, era responsável pela guarda de livros e documentos.

Em 1968, o IEB ganha a incumbência de receber o acervo de Mário de Andrade, composto pela biblioteca do autor, coleção de obras de arte e um arquivo documental. A intermediação da venda do acervo do escritor modernista é feita por Antonio Candido de Mello e Souza. Devido à natureza diversa dos itens recebidos, a chegada do acervo de Mário de Andrade modificou em definitivo a estrutura organizacional do IEB, dando origem ao que até hoje se mantém e é chamado de ABC do IEB⁸⁹, ou seja: um Arquivo, uma Biblioteca e uma Coleção de Artes.

Em 5 de abril de 1974, o Conselho do IEB se reúne para oficializar a regulamentação do então chamado setor técnico Arquivo-IEB. No documento de criação do Serviço de Arquivo⁹⁰, já é possível identificar um significativo número de *arquivos pessoais* sob a guarda do Instituto.

⁸⁷ Sobre Arquivo-IEB – IEB – Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/sobre-arquivo-ieb/>. Acesso em: 07 out. 2023.

⁸⁸ Rosemarie Erika Horch era especialista em obras raras na Biblioteca Nacional. Escolhida por Sérgio Buarque de Holanda para assumir o acervo do IEB, deixou o Rio de Janeiro e organizou obras de referência tanto junto ao IEB quanto à USP. Destaque para a *Bibliotheca Universitatis*, catálogo da USP que elenca os livros impressos entre os séculos XV e XVI.

⁸⁹ Nomenclatura dada por Marta Rossetti Batista, a qual dá nome ao primeiro Guia da Instituição: *ABC do IEB – Guia Geral do Acervo* (1997).

⁹⁰ Fonte: Arquivo IEB – USP, Fundo IEB, código de referência: IEB-001-01-0073.

Arquivos pessoais foram, até hoje, em muitos momentos, tratados como coleções especiais, não lhes tendo sido minimamente aplicados os princípios arquivísticos. Dessa maneira, infere-se que, no contexto dos primeiros anos do IEB, a Arquivologia não era o que é hoje e não havia quadros técnicos suficientes para o tratamento do acervo ou equipe técnica especializada em assunto tão recente, como a consideração de arquivos pessoais como fontes de pesquisa histórica. Como alternativa, utilizou-se da *expertise* de outras áreas de pesquisas, como Literatura e História, e a colaboração de pesquisadores associados. para organizar os conjuntos documentais⁹¹.

Para além do IEB, desde a década de 1970, com mais frequência, outras instituições de guarda de arquivos pessoais foram criadas, no Brasil, como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que recebeu a responsabilidade de salvaguardar o acervo do ex-presidente brasileiro que dá nome à instituição.

Foi o CPDOC-FGV a instituição pioneira em propor uma metodologia de organização do acervo sob a sua responsabilidade. A metodologia se constituía pela classificação com base nos mesmos protocolos empregados em arquivos correntes, mas com leves adaptações. As séries básicas a serem atribuídas ao arquivo e à documentação eram:

[...] a) correspondência (cartas, telegramas, cartões, bilhetes); b) documentos pessoais (certidões, diplomas, títulos, carteiras, diários, declarações de imposto de renda, biografias, currículos); c) produção intelectual (discursos, relatórios, artigos, entrevistas); d) recortes de jornais; e, às vezes, e) documentos complementares (coletados postumamente) (Martins; Lunardelli; Aleixo, 2023, p. 94).

Estudos posteriores apontaram questões semânticas que as séries acarretam ao pesquisador interessado em arquivos pessoais, paralelamente à dificuldade de

⁹¹ A primeira coordenadora do Arquivo do IEB foi Heloísa Liberalli Bellotto, referência nacional e pioneira da Arquivologia brasileira. Sendo pesquisadora do Instituto da área de História, Heloísa também tinha formação em Biblioteconomia. Na consolidação do Arquivo como setor especializado, Heloísa realizou curso de formação na área de arquivos, junto à Universidade Carlos III, na Espanha. Além de Heloísa, destacam-se também os trabalhos junto à organização dos fundos do Arquivo IEB-USP, por pesquisadores como Telê Ancona Lopes, Cecília de Lara e Yedda Dias Lima, na área de Literatura; Marta Rossetti Batista, na área de Artes; na área de História, para além de Heloísa Liberalli Bellotto, pesquisadoras como Arlinda Rocha Nogueira e Lucy Maffei Hutter. Os catálogos produzidos por elas seguem sendo referência para as atuais gerações de profissionais dedicados à organização do acervo do Arquivo IEB-USP.

localização de itens que, por sua pluralidade de tipos documentais, característica proeminente dos *arquivos pessoais*, fazem inchar, por exemplo, séries como “Diversos” ou “Miscelânea”. Algumas autoras, como Heymann (1997), mostram que a polissemia de tipos documentais presentes em um arquivo pessoal coopera para que o grupo “Diversos” passe a abrigar verdadeiros tesouros a serem desbravados pelo pesquisador de fontes primárias. Além disso, desde a década de 1980, Ana Maria Camargo se dedicou a produzir e aplicar um novo processo de tratamento de arquivos pessoais, com base na chamada abordagem contextual dos documentos⁹².

Todo pioneirismo tem seus ônus e bônus. Independentemente de necessárias atualizações que cabem a todas as instituições de guarda de arquivos, o trabalho com arquivos pessoais desempenhado pelo CPDOC-FGV foi e segue sendo uma referência, a tal ponto que levou outras instituições, como o IEB, a aplicar o mesmo método. Celina Vargas, a qual, além de ser a fundadora do CPDOC-FGV, foi dele diretora, de 1973 a 1990⁹³, em entrevista ao Programa de História Oral da instituição, reconhece o pioneirismo da entidade, a qual inspirou outros centros de guarda de arquivos pessoais:

[...] e a documentação e a pesquisa é uma inovação *tout court*, que acho que depois, eu acho que vai influenciar até os arquivos públicos, porque saem do CPDOC muitas pessoas para irem trabalhar comigo no Arquivo Nacional: Silvia Ninita, Vitor... Até hoje eles estão lá. A Odila, que já é falecida. Mas muitos passaram pelo CPDOC, ou como documentalistas, ou como pesquisadores, ou como estagiários. A gente empregava todo mundo. A própria Célia Camargo foi coordenar o convênio com a Fundação.⁹⁴

Atualmente, com o avanço dos estudos em Arquivologia, revisões de instrumentos de pesquisa segundo novas classificações são mandatórias⁹⁵. A informatização e a representação informacional alcançaram patamares de acesso inimagináveis àqueles que figuravam nas décadas de 1950, 1960 e 1980,

⁹² Cabe apontar que, desde 2010, o Serviço de Arquivo do IEB procura aplicar a proposta de Ana Maria Camargo, com adaptações, especialmente no tratamento dos conjuntos que passaram à custódia do IEB, a partir dessa data. Atualmente, os estudos técnicos têm se concentrado nas potencialidades da descrição documental.

⁹³ Celina Vargas | FGV CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/celinavargas> . Acesso em: 07 out. 2023.

⁹⁴ Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1982.pdf> (p. 41-42). Acesso em: 07 out. 2023.

⁹⁵ Exemplo disso foi evidenciado no Arquivo Nacional dos EUA, na seção dedicada aos arquivos pessoais, de nosso estudo.

especialmente no Brasil. A presente tese almeja auxiliar nesses avanços, de modo a alterar hierarquias informacionais, que, até o momento, seja pela antiga metodologia aplicada, seja pela forma analógica dos documentos salvaguardados e de seus instrumentos de pesquisa, apresentam deficiências diante da dinamicidade da sociedade atual.

Das inúmeras possibilidades de análise dos arquivos pessoais do IEB, realça-se a presença de cinco conjuntos que poderiam potencialmente ser classificados como *arquivos de casais*. São eles: (1) Aracy de Carvalho Guimarães Rosa e João Guimarães Rosa; (2) Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins; (3) Lídia Besouchet e Newton Freitas; (4) Emilie Chamie e Mário Chamie; (5) Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido

Os arquivos de casais que integram o acervo do IEB, ao que tudo indica, não foram aquisições realizadas pelo fato de se tratar de casais. Entretanto, as parcerias de vida e de obra, de certa forma, contribuíram para o duplo ingresso na instituição.

Para confirmarmos tal hipótese, passaremos a explicitar a política de incorporação de acervos do IEB, de modo a buscarmos nos aprofundar no *corpus* de nossa análise.

4.3 A política de acervos do IEB

Como apontado anteriormente, o primeiro acervo recebido pelo IEB foi a Coleção Yan de Almeida Prado. A coleção foi adquirida pela USP a pedido de Sérgio Buarque de Holanda, criador do Instituto. A constituição de um acervo fazia parte dos planos germinais de Sérgio Buarque de Holanda. Usando as palavras de seu fundador, sabemos que, desde sua concepção, o IEB procurava ser um espaço de formação de pesquisadores, a partir de fontes sobre o Brasil:

Presentemente o estudante que conclui o seu curso de História do Brasil, mormente quando não deseje devotar-se unicamente ao exercício do magistério secundário, tende a ignorar ou a desaprender, mais cedo ou mais tarde, a utilização das fontes, a localização do documentário conservado em arquivos de São Paulo ou fora de São Paulo – e neste caso há de consumir muito tempo e dinheiro para obter microfímes ou cópias fotostáticas – assim como o bom aproveitamento desse material (Holanda, 1966, p.163).

Após a incorporação da Coleção Yan de Almeida Prado, ainda na década de 1960, a expansão do acervo contará com a chegada da Coleção Alberto Lamego, transferida da guarda da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP para o IEB, e a aquisição do acervo de Mário de Andrade. A Coleção Alberto Lamego terá as mesmas características da Coleção Yan de Almeida Prado, composta de livros e códices dedicados ao Brasil. Por sua vez, como mencionado anteriormente, o acervo de Mário de Andrade será o responsável pela alteração da estrutura de guarda técnica do Instituto, pois trará arquivo, biblioteca e coleção de artes do múltiplo modernista. Deduz-se que Mário de Andrade se tornou um ímã captador de outros *arquivos pessoais*, a ponto de essa prática se consolidar como a principal especialidade do Serviço de Arquivo do Instituto, o qual atualmente detém mais de 50 fundos dessa natureza.

Após anos incorporando acervos, muitas vezes por intermediação de pesquisadores e conselheiros do Instituto, outras vezes por decisão de seus diretores, o IEB instituiu, em 2010, a sua atual política de acervos.

Mantido até hoje, o documento

[...] tem como elemento comum e articulador as temáticas afeitas aos Estudos Brasileiros, nas diversas áreas das humanidades. Nesse sentido, os eixos norteadores são constituídos por:

1. temas considerados notórios nas diversas áreas das humanidades, contempladas no regimento do IEB;
2. temas relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes, consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudo e demais ações acadêmicas;
3. temas que apresentem caráter interdisciplinar;
4. aquisições que visem à complementação do Acervo já existente e das linhas de pesquisa do Instituto. (Lanna, 2010, p. 37)

Nos pontos 1, 2 e 3, vê-se um coerente diálogo entre a formação do acervo e as áreas de pesquisa do Instituto, caras ao projeto fundador de Sérgio Buarque, o qual, segundo já frisado, voltava-se para “[...] estudos multidisciplinares sobre a história da civilização brasileira” (Caldeira, 2002, p. 51).

No tópico 4, identificamos a orientação para com o caráter complementar ao acervo já existente, que consideraremos de viés mais técnico e curatorial, e que, no que diz respeito aos casais, dá uma pista do motivo de um conjunto composto por dez arquivos pessoais, os quais poderiam ser lidos como acervos de casais, foi formado,

sem que essa caracterização – arquivo de casal –, esteja expressa nos eixos norteadores de composição do acervo.

Voltando ao documento que define a política de ampliação de acervos do Instituto, uma nova lista de cinco diretrizes é evidenciada:

O IEB incorpora acervos considerados notórios por:

1. Serem relacionados às áreas constitutivas do Instituto, a saber: Antropologia; Arquitetura; Artes Plásticas; Cinema; Direito; Economia; Educação; Geografia; História; Língua; Literatura; Música; Sociologia; Teatro; Toponímia;
2. Serem afeitos aos Estudos Brasileiros;
3. Estarem relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes no IEB consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudos, etc.;
4. Terem características multidisciplinares;
5. Preservarem a integralidade do acervo mantendo a indissociabilidade entre suas diferentes partes.

Os acervos a serem incorporados deverão ser avaliados pela CSA e CD do IEB a partir de parecer técnico circunstanciado elaborado por docentes e especialistas do IEB ou por ele convidado (Lanna, 2010, p. 33-34).

Junto às diretrizes, é possível perceber a ampliação dos eixos apresentados anteriormente, sendo que os pontos de 1 a 4 reforçam e delimitam os eixos de 1 a 3. Para melhor ilustrar nossa argumentação, dispomos, lado a lado, no Quadro 12, os “Eixos norteadores” e as “Diretrizes” da política de acervos do IEB:

Quadro 12 – Paralelo entre eixos e diretrizes da política de acervos do IEB-USP

<i>Política de acervo para o IEB/Eixos norteadores</i>	<i>Diretrizes que orientam a política de ampliação de acervos do IEB</i>
<i>1. temas considerados notórios nas diversas áreas das humanidades, contempladas no regimento do IEB;</i>	<i>1. Serem relacionados às áreas constitutivas do Instituto, a saber: Antropologia, Arquitetura, Artes Plásticas, Cinema, Direito, Economia, Educação, Geografia, História, Língua, Literatura, Música, Sociologia, Teatro, Toponímia;</i> <i>2. Serem afeitos aos Estudos Brasileiros;</i>
<i>2. temas relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes, consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudo e demais ações acadêmicas;</i>	<i>2. Serem afeitos aos Estudos Brasileiros;</i> <i>3. Estarem relacionados às áreas de pesquisa existentes e/ou emergentes no IEB consolidadas em projetos de pesquisa, grupos de estudos etc.;</i>
<i>3. temas que apresentem caráter interdisciplinar;</i>	<i>4. Terem características multidisciplinares;</i>

Política de acervo para o IEB/Eixos norteadores	Diretrizes que orientam a política de ampliação de acervos do IEB
4. aquisições que visem à complementação do Acervo já existente e das linhas de pesquisa do Instituto.	5. Preservarem a integralidade do acervo, mantendo a indissociabilidade entre suas diferentes partes.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Lanna (2010, p. 33-34, 37).

O item 4 dos “eixos norteadores” nos parece estar expandido no ponto 5 das “diretrizes”, considerando que, no item 4, há a orientação quanto à expansão do acervo a partir do caráter complementar da documentação e, no item 5, há a busca pela integralidade do acervo, a qual acreditamos que poderá ser alcançada por novas aquisições. E se, no caso dos eixos, já foi identificada uma indicação de caráter técnico, a nosso ver, tratando da materialidade do acervo, no ponto 5, palavras como “integralidade” e “indissociabilidade” nos aproximam de princípios arquivísticos, dos quais destacamos o *princípio de organicidade* e o da *indivisibilidade ou integridade arquivística*, caros à nossa reflexão.

Em relação aos demais tópicos, os quais chamaremos de mérito acadêmico, é importante ressaltar que as diretrizes instituídas em 2010 apresentam avanços que não podem ser ignorados, tais como o estabelecimento de uma comissão independente à qual se atribuiu a análise de propostas de incorporação de acervos. Restam, no entanto, pontos problemáticos, tais como a abrangência dos considerados “Estudos Brasileiros” e, em particular, a questão dos “acervos notórios”⁹⁶, na medida em que podemos perguntar: notórios para quem?

Essa pergunta já foi feita em certas instituições, como o CPDOC-FGV. Em entrevista de Celina Vargas concedida a Celso de Castro, pelo programa de História Oral da Instituição, é possível acompanhar o seguinte diálogo:

C.C. – Agora, o fato de lidar também... Você está falando de um centro de história contemporânea com cientistas sociais e historiadores, mas também é um centro que, pelo menos no início e em boa parte da sua trajetória, lidava com elites políticas. Em 1973, está ainda no regime militar – o CPDOC cresce nesse final dos anos 1970 –, mas depois, quando tem a abertura, a transição, outros temas começam a ficar mais em voga: a história dos oprimidos, dos vencidos, história a contrapelo. Também tinha esse... Nesse momento inicial,

⁹⁶ Salienta Caldeira (2002): “O IEB [...] é uma instituição aberta ao acolhimento de acervos de pessoas de profissões variadas que exerceram atividades importantes nos campos da produção literária, artística e científica, e que também colecionaram obras de arte, livros, documentos manuscritos, fotografias etc., de interesse para os estudos sobre o Brasil” (Caldeira, 2002, p. 94).

ainda nos anos 1970, de que “Ah, vocês fazem a história da direita, dos vencedores”.

C.V. – Dos vencedores...

C.C. – Isso acontecia também?

C.V. – ...da elite política brasileira. Sim, mas e daí? Qual é o problema? Nenhum. É preferível que se faça uma coisa bem feita e que se esgote e que se... Não que se esgote, porque eu acho que é inesgotável, mas que se faça bem feito. Aí começaram a surgir outros centros de pesquisa, como o de Campinas...

C.C. – O Edgard Leuenroth, o Arquivo?

C.V. – ...o Arquivo Leuenroth, que são importantíssimos, meu Deus do céu! Tudo é importante. Tem que ter a história dos vencedores e dos vencidos, da elite e do povo. É evidente que tem que ter de todos eles. Inclusive, a gente chegou, numa determinada época, a fazer uma divisão histórica, quando a Maria Amélia Miguez entrou. Porque tem o Museu Imperial. O Museu Imperial era um centro de pesquisa na época, então ele se especializou naquilo que era mais ou menos até o século XIX; a República Velha estava na Casa Rui, e a Maria Amélia Miguez era a historiadora e bibliotecária da Casa Rui... (Peixoto, Celina Vargas do Amaral. Celina Vargas do Amaral Peixoto III (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 31min), p. 31)⁹⁷

A última atualização da política de acervo do CPDOC-FGV buscou ampliar a atuação da instituição, ao adotar como meta a equiparação de gêneros dos titulares dos fundos sob a sua guarda. No *site* oficial da instituição, é possível ler:

Em 2015, o CPDOC reformulou e publicizou sua política de acervo, incluindo o marcador de gênero com o objetivo de promover a captação de arquivos de mulheres e estimular o debate sobre a importância da representatividade feminina nas instituições de arquivo. Para discutir o tema foi criada, em 2020, a Rede Arquivos de Mulheres (RAM). Além disso, a nova política de acervo ampliou o interesse na captação de arquivos de intelectuais das Ciências Sociais.⁹⁸

Sob a marca da estrutura universitária, o IEB privilegiou, até o momento, receber acervos de artistas, escritores e intelectuais que tiveram seu trabalho reconhecido como valiosos para a História e a Cultura Brasileira. As atuais condições sociais nos convidam a repensar nossas práticas. Segundo nos lembra Estela Morales, “[o] século que acaba de começar vive diariamente a globalização, a diversidade e o multiculturalismo, além de uma política cada vez mais comum de

⁹⁷ Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1982.pdf>, p. 31. Acesso em: 18 fev. 2024.

⁹⁸ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>. Acesso em: 18 fev. 2024.

respeito pela pluralidade, bem como de coexistência democrática” (Morales, 2006, p. 327, tradução nossa)⁹⁹.

Toda política de incorporação necessita de periódica atualização. Em um exercício básico de análise, tendo em vista os cerca de 50 fundos do IEB, é possível observar uma predominância de arquivos de homens em relação aos arquivos de mulheres; e, se nos ativermos à cor da pele, a proporção entre negros e brancos é extremamente desvantajosa para os primeiros. Infelizmente, questões de orientação sexual e diversidade de gênero só muito recentemente passaram a ser pensadas, de sorte que muitas informações que apoiariam tais análises inexistem nos históricos de identificação dos fundos pessoais oferecidos ao IEB.

No projeto de construção do IEB, desejava-se erigir um espaço ampliado de estudos e pesquisas sobre o Brasil: um alinhamento à aspiração da USP de estar mais sintonizada com as transformações sociais. O dinamismo da nossa atual sociedade nos mostra que a Política de Incorporação de Acervos do IEB está defasada, pois é sabido que documentos referenciais como esse necessitam de revisitações periódicas. E, em tempo de mudanças velozes, é fato que não é possível acompanhar tanta intensidade.

Percebe-se a necessidade de reavaliações, procurando atualizar as políticas institucionais com respeito ao dinamismo social que se torna imperativo em nosso tempo. O presente estudo visa a auxiliar nessa reflexão. Os arquivos de casais, os quais, em nosso mapeamento, apesar de retratarem apenas um tipo de união conjugal – ou seja, casais representados por um homem e uma mulher –, nos ajudam a refletir, quanto ao seu conteúdo, sobre a representatividade feminina em centros de memória como o IEB, sobre os protocolos de recolhimento arquivístico e sobre a importância dos princípios arquivísticos, no momento de seleção e incorporação de acervos. No caso dos arquivos de casais, a separação institucional poderia ferir não apenas a *proveniência*, mas outros princípios caros, como os da *organicidade*, *indivisibilidade* e *integridade*, conforme abordamos no capítulo “Revisitando os princípios arquivísticos”. Ainda sobre isso, nós nos aprofundaremos no capítulo “Arquivos de casais”. Passaremos, na sequência, aos pormenores e análises do nosso *corpus*.

⁹⁹ Do original: “[e]l siglo que recién empieza vive de manera cotidiana la globalización, la diversidad y el multiculturalismo, más una política cada vez más común de respeto a la pluralidad, así como la así como la convivencia democrática” (Morales, 2006, p. 327).

4.4 Arquivos de casais no Arquivo do IEB-USP

Como é possível inferir, com base em “A política de acervos do IEB” (Lanna, 2010, p. 37), as diretrizes institucionais não preveem uma linha curatorial dedicada exclusivamente à salvaguarda de arquivos de casais. Entretanto, detectou-se, entre os fundos documentais que hoje compõem o acervo do Instituto, dez arquivos de intelectuais que, organizados em pares, poderiam potencialmente vir a compor arquivos de casais. Eles são relacionados no Quadro 13, ordenados pelos casais, considerando a ordem cronológica de entrada na instituição:

Quadro 13 – Identificação de arquivos de casais presentes no acervo do IEB – USP.

	Fundo	Data de incorporação	Processo de incorporação	Modalidade de aquisição
Casal Rosa & Carvalho	João Guimarães Rosa	1973	Processo USP nº 72.1.35794.1.5	Compra
	Aracy de Carvalho Guimarães Rosa	2003	Processo USP nº 2003.1.188.31.4	Doação
Casal Lins & Ladeira	Osman Lins	1996/97	Processo USP nº 2010.1.407.31.5	Doação
	Julieta de Godoy Ladeira	1997	Processo USP nº 2010.1.406.31.9	Doação
Casal Besouche t & Freitas	Lídia Besouchet	2001	Processo USP nº 11.1.42.31.8	Doação
	Newton Freitas	[2001]	Processo USP nº 2002.1.203.31.2	Doação
Casal Chamie	Mário Chamie	2012	Processo USP nº 12.1.00093.31.2	Doação
	Emilie Chamie	2012 / 2014	Processo USP nº 2014.1.00133.31.6	Doação

	Fundo	Data de incorporação	Processo de incorporação	Modalidade de aquisição
Casal Mello e Souza	Gilda de Mello e Souza Antonio Candido [de Mello e Souza]	2017	Processo USP nº 17.1.00277.31.0	Doação

Fonte: Elaborado pela autora.¹⁰⁰

Na primeira coluna do Quadro 13, temos os casais distinguidos por cores, seguidos: a) pelo nome de cada membro do casal, que também identificará seu fundo, b) pela data de incorporação/regularização junto ao IEB, c) pela identificação do número do Processo USP e d) pela modalidade de aquisição: compra ou doação.

Diante desses dados, voltemos brevemente à gênese da presente pesquisa. Em 2012¹⁰¹, durante a incorporação do acervo de Mário Chamie (1933-2011), constatou-se que, no caso da biblioteca do escritor, não seria possível identificar quais seriam seus os livros e quais seriam os livros de Emilie Chamie (1927-2000), sua esposa. Por analogia, percebeu-se que a mesma situação se dava com os documentos, pois Mário e Emilie, para além da parceria íntima, também comungavam de parcerias intelectuais, colaborando entre si em projetos comuns, como livros e exposições.

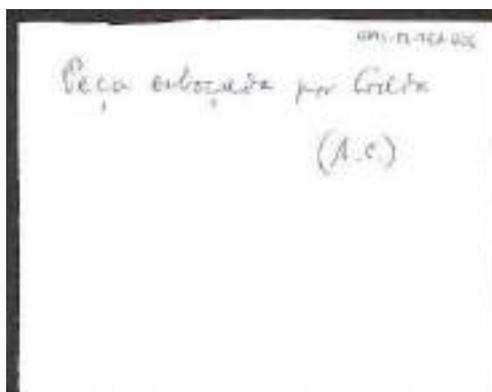
Estudos de Rita Sepúlveda de Faria (2022) nos auxiliam em nossa argumentação. Na época, optou-se pela retirada e incorporação de ambos os conjuntos. Mais tarde, em 2017, a questão ressurgiu, quando da incorporação do acervo de Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza¹⁰². Nesse caso, novamente, sabia-se que, em certo grau, os acervos eram facilmente separáveis, porque, como Antonio Candido sobreviveu à esposa por mais de 10 anos, ele trabalhou ativamente na constituição desses arquivos, identificando e separando documentos. Um exemplo disso segue aqui, a partir de etiqueta que hoje faz parte do *arquivo pessoal* de Gilda de Mello e Souza, na letra do próprio Antonio Candido:

¹⁰⁰ Parte dos dados e análises presentes aqui foram previamente publicados em Ribas (2021).

¹⁰¹ A autora passa a compor a equipe técnica do Serviço de Arquivo, por meio de aprovação em concurso público, a partir de 1º de dezembro de 2009.

¹⁰² Parte da reflexão sobre os arquivos de Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza foi previamente publicada em Ribas e Escorel (2020).

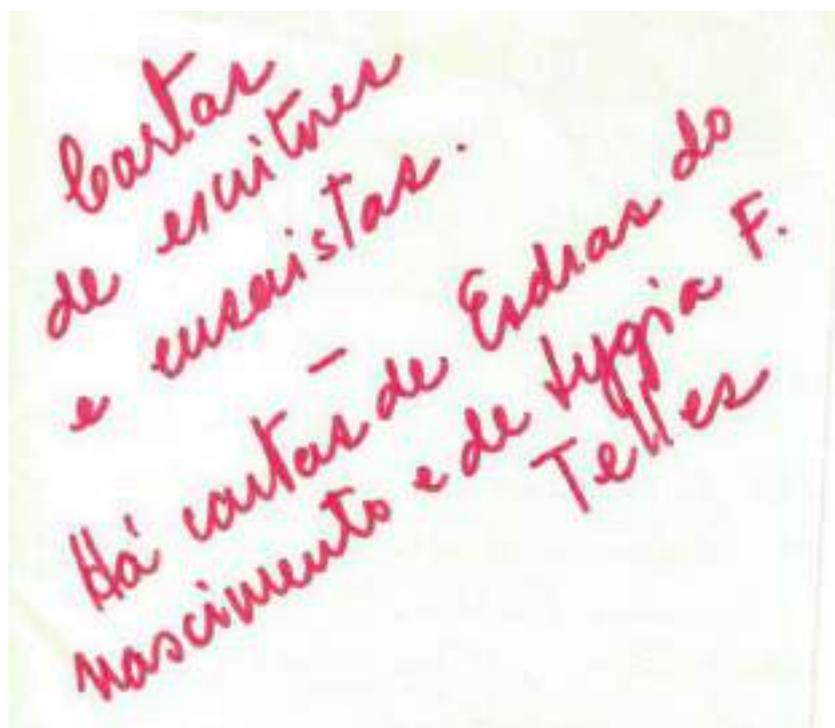
Figura 14 – Exemplo de nota explicativa deixada por Antonio Candido, onde se lê: “Peça esboçada por Gilda / (A.C.)”



Fonte: Arquivo IEB – USP, Fundo Gilda de Mello e Souza, código de referência: GMS-PL-TEA-002.

Vale destacar que, no Arquivo do IEB, esse não será um exemplo único. Julieta de Godoy Ladeira, viúva de Osman Lins, “etiquetará” da mesma forma o acervo do marido, antes de entregá-lo ao IEB:

Figura 15 – Exemplo de nota explicativa deixada por Julieta de Godoy Ladeira, onde se lê: “Cartas de escritores e ensaistas. Há cartas de Esdras do Nascimento e de Lygia F. Telles”



Fonte: Arquivo IEB – USP, Fundo Osman Lins.

Bellotto (2006, p. 258) reconhece tais interferências, comuns em acervos privados. Schellenberg (2006) também o faz, ao asseverar que,

[n]o caso de papéis de família, por exemplo, a coleta terá sido feita, provavelmente, por um determinado membro da família, talvez um filho da pessoa cujos papeis estão sendo preservados (Schellenberg, 2006, p. 271).

Nos nossos casos, não são os filhos, mas, sim, os cônjuges que sobreviveram ao falecimento da esposa, no caso de Antonio Candido, e do marido, no caso de Julieta. Entretanto, quando se trata de projetos produzidos conjuntamente, como livros escritos e trabalhados em intensa troca intelectual, a pergunta básica é: em qual arquivo a documentação de um projeto conjunto deve ser armazenado? Antonio Candido e Gilda produzirão, de forma colaborativa, ensaio sobre a obra de Manuel Bandeira. Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira publicarão juntos o livro *La paz existe?* Aqui, de modo mais ou menos explícito, vemos questões de autoria que podem auxiliar em práticas de identificação documental¹⁰³.

O quadro se complica, quando abordamos as fotografias de família. Em qual dos fundos individuais dos membros que compõem o casal ficariam os álbuns com fotografias dos filhos? Ou, ainda, no caso de álbuns de casamentos, em qual fundo essas imagens devem ser alocadas?

Voltando aos dados do Quadro 13, verifica-se o dilema imposto para o próprio IEB, enquanto instituição receptora de acervos de casais, pois, para acervos incorporados simultaneamente, pode-se ter dois processos diferentes de regularização de entrada de acervo, como os de Mário e Emilie Chamie, ou um único processo, como no caso de Gilda e Antonio Candido.

Nem todos os acervos de casais presentes no acervo do IEB se encontram plenamente organizados. Vale destacar que o método de organização dos conjuntos documentais aplicado pelo Arquivo do IEB visa à descrição no nível do item. Diante desse cenário, nossa análise fará inicialmente a leitura dos Processos USP que trazem o registro oficial de entrada dos fundos junto ao IEB. Ademais, sempre que existentes, recorreremos a dados de instrumentos de pesquisa produzidos pelo

¹⁰³ Entretanto, faz-se necessário salientar que autoria e produção documental são conceitos diferentes. Documentos produzidos no contexto de uma atividade podem ter autores variados. Ver Cruz Mundet (2011, p. 292-293).

Instituto ou a informações disponibilizadas de forma pública, no *site* oficial da instituição. Por sua vez, estudos oriundos dos titulares e seus acervos, quando pertinentes, serão apontados e utilizados. A ordem de apresentação e breve análise sobre os arquivos de casais seguirá a do Quadro 13, ordenado de modo cronológico. Mas não só, porque semelhanças entre tais conjuntos serão apontadas, assim como feito nesta parte inicial.

Como visto no Quadro 13, é possível verificar que parte dos chamados arquivos de casais foi incorporada no mesmo ano e outra parte deles foi incorporada em momentos diferentes. Nos exemplos de diferentes datas de incorporação estão os casais João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira. Em seguida, partiremos da análise dos arquivos de Aracy de Carvalho e Guimarães Rosa, sendo o do escritor o acervo pioneiro no ingresso ao IEB-USP.

4.4.1 Aracy de Carvalho e João Guimarães Rosa

Serás tudo para mim: mulher, amante, amiga e companheira. Sim, querida, hás de ajudar-me, ao escrever os nossos livros. Não só passarás à máquina o que eu escrever, como poderás auxiliarme muito. Tu mesma não sabes o que vales. Eu sei. Sei, e sempre disse que tens extraordinário gosto, para julgar coisas escritas. Muito bom gosto e bom senso crítico. Serás, além de inspiradora, uma colaboradora valiosa, apesar ou talvez mesmo por não teres pretensões de “literata pedante”. E estaremos sempre juntos, leremos juntos, passearemos juntos, nos divertiremos juntos, envelheceremos juntos, morreremos juntos.

Trecho de carta de João Guimarães Rosa a Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, publicada em Miné e Cavalcanti (2008, p. 426)

Segundo o *Guia do IEB* (2010), na parte dedicada às biografias dos titulares dos fundos João Guimarães Rosa e Aracy de Carvalho, é possível ler:

João Guimarães Rosa
(Cordisburgo, MG, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1967)
BIOGRAFIA

Escritor, diplomata e médico, nasceu em Cordisburgo, de onde se transferiu para Belo Horizonte para terminar o primário e cursar o secundário, época em que já mostrava paixão pelo estudo das línguas. Formou-se em Medicina e, apesar de ter abandonado a carreira, foi esta que o levou a percorrer, a cavalo, grande parte do sertão mineiro, espaço fundamental para a composição de sua obra. Em 1929, ainda estudante, estreou como escritor quando publicou o primeiro dos seus quatro contos selecionados no concurso

da revista O Cruzeiro. Em 1934, ingressou na carreira diplomática, atividade que o levou a residir na Alemanha, durante a Segunda Guerra Mundial, depois em Bogotá e Paris. Em 1936, obteve o primeiro prêmio no concurso de poesia da Academia Brasileira de Letras com Magma. No ano seguinte, concorreu ao Prêmio Humberto de Campos da Livraria e Editora José Olympio com o volume de contos que, em 1946, daria origem à Sagarana. Colaborou no suplemento “Letras e artes” de A Manhã (1953–1954), em O Globo (1961) e na revista Pulso (1965–1966), divulgando contos e poemas. Suas obras foram traduzidas em várias línguas, ressaltando-se o extraordinário êxito de Grande sertão: veredas na Alemanha. Em 1961, a Academia Brasileira de Letras lhe conferiu o Prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra. Eleito para essa mesma Academia em 1963, sua posse só ocorreria em 16 de novembro de 1967. Guimarães Rosa morreu três dias depois, deixando uma das obras mais importantes da literatura mundial (Lanna, 2010, p. 151).

Aracy C. Guimarães Rosa
(Rio Negro, PR, 1908 – 2011)

BIOGRAFIA

Segunda esposa do escritor João Guimarães Rosa, atuou de maneira significativa durante a Segunda Guerra Mundial quando, ao ocupar posto no Consulado Brasileiro em Hamburgo, auxiliou na fuga de diversos judeus, fornecendo passaportes em segredo e concedendo vistos para o ingresso no Brasil. Foi nesse mesmo período que conheceu Guimarães Rosa. Companheira do escritor durante o tempo de sua maior produção literária, a ela foi dedicado o romance Grande sertão: veredas. Em reconhecimento ao valor de seus atos, o Estado de Israel condecorou-a, dando seu nome a um bosque-memorial em 8 de julho de 1982 e incluindo-a no Yad Vashem. É homenageada também no Museu do Holocausto, em Washington (Lanna, 2010, p. 81).

É perceptível que, nas apresentações dos titulares dos fundos, enquanto João Guimarães Rosa tem sua minibiografia realçada a partir de seus afazeres, Aracy começa sendo identificada por sua vinculação ao casamento com o então escritor e diplomata.

Segundo o Processo USP nº 72.1.35794.1.5, a incorporação do acervo de João Guimarães Rosa ao IEB se dá por meio de compra e é realizada após o falecimento do escritor. Em 1973, ano da aquisição do arquivo, o valor de 70 mil cruzeiros será concedido pela Reitoria da USP ao IEB, o qual, por sua vez, arcará com os custos do transporte, considerando que o acervo se encontrava no Rio de Janeiro. A proposta de venda é formalizada pelas herdeiras do escritor mineiro. Na justificativa para a incorporação do acervo feita pelas proponentes, lê-se a apresentação de João Guimarães Rosa inicialmente como sendo um “Embaixador” (com a grafia em letra maiúscula), seguida da valorização de sua obra e da designação de seu acervo como sendo “[...] o acervo literário do grande escritor”.

Por parte da família, o processo é instruído por Eduardo Tess, enteado do escritor. Por parte do IEB, no encaminhamento do pedido à Reitoria feito pelo então vice-diretor em exercício, professor Eduardo Kneese de Mello, a argumentação de entrada valoriza a ampliação do acervo do IEB, bem como a oportunidade de expansão de *corpus* para os estudos brasileiros, tendo em vista o caráter nacional e internacional de potenciais pesquisas a serem desenvolvidas no Instituto. A argumentação é endossada por parecer assinado por Antonio Candido de Mello e Souza e Telê Ancona Lopes, que vão compor a comissão de análise da proposta. Destaca-se ainda a manifestação da própria Reitoria, conforme apontado por Duarte (2018):

O despacho de Miguel Reale, reitor da USP, posto manuscrito à folha de informação que confirma a possibilidade do direcionamento da verba solicitada pelo IEB para a compra, indica a inquestionabilidade e a “genialidade” do acervo: “De acordo. A USP não pode deixar de enriquecer-se com o acervo de Guimarães Rosa, de tão alto significado para a cultura brasileira.” (Processo RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 153 *apud* Duarte, 2028, p. 115).

Além do “mérito” do acervo, o processo traz informações sobre a representação da família em questões de direitos autorais. A negociação envolve desde a manutenção de um representante escolhido pela família, para atuar junto a atividades de publicação do acervo, até a eventual identificação de inéditos.

Em 2003, em vida, Aracy de Carvalho Guimarães Rosa oferece seu acervo ao IEB.

Assim como a transferência do fundo João Guimarães Rosa contou com o apoio de Eduardo Tess, filho de Aracy, novamente é ele quem intermediará as tratativas. Os pareceres de mérito para a efetiva incorporação são assinados por pesquisadores da casa, com destaque para Marta Rossetti Batista, a qual argumentará sobre o caráter complementar do acervo de Aracy em relação ao do marido:

Considero importante o arquivo de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa por vários motivos:

1. É sem dúvida um acervo que completa o de João Guimarães Rosa cuja carreira literária ela acompanhou de 1938 a 1967.
2. A trajetória da própria Aracy é das mais significativas pela sua personalidade e atividades desenvolvidas, como, por exemplo, a assistência humanitária prestada aos judeus perseguidos pelo nazismo.

3. De família alemã, Aracy reuniu documentos interessantes para o estudo da imigração no Brasil.
4. A extensa correspondência poderá contribuir para o estudo do período histórico em que viveu Aracy: Revolução Paulista de 24, Era Vargas, II Guerra Mundial.

Assim, o Acervo do IEB será enriquecido ainda mais com a vinda do Arquivo de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. (Processo USP nº 2003.1.188.31.4, p. 15).

Vale que nos debrucemos sobre a argumentação de Marta Rossetti Batista, sensível ao papel complementar que o acervo de Aracy exerce com respeito ao de Rosa, mesmo que este tenha chegado ao IEB quase vinte anos antes. Todavia, além disso, Marta evidencia o valor próprio do acervo de Aracy.

No arquivo de Aracy, vemos a documentação que reflete sua vida e suas funções e também a presença de Guimarães Rosa, em documentos produzidos por ele e acumulados por ela, assim como no recolhimento de documentos que o mencionam. Há recortes de jornal sobre o escritor mineiro que Aracy coleta e guarda e há documentos de própria autoria de Guimarães Rosa, que Aracy manterá com ela, após a morte repentina de Rosa. Conforme é possível ver, na Figura 16, um caderno de estudos de Guimarães Rosa ganhará uma anotação de Aracy: “Com este caderno meu Joãozinho passou as últimas horas de sua vida aqui.”¹⁰⁴

¹⁰⁴ Fonte: Arquivo IEB – USP, Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, código de referência: ACGR-2256. Anotação manuscrita de Aracy de Carvalho, presente na capa do caderno.

94. LIMA, Geraldo França de. Serras Azuis. Rio de Janeiro: GRD, 1965. [com dedicatória do autor para Aracy e G. Rosa]. (Processo USP nº 2003.1.188.31.4, p. 10-11, grifos nossos)

Como já apontamos anteriormente, é comum o reconhecimento de casais na composição de bibliotecas e outros itens colecionáveis, como obras de arte. Aracy e Guimarães também irão compartilhar livros recebidos e dedicados a ambos. Além disso, eles dividiam a “posse” de animais de estimação – dentre os quais destacamos o cachorro pequinês Sung e a gata Xizinha -, cujos documentos, como receituários de veterinários, se acham repartidos nos arquivos de Rosa e Aracy.

Ambos os fundos se encontram em estágio avançado de organização, realizada em diferentes momentos. Parte do histórico de organização do fundo de João Guimarães Rosa pode ser lida em Leonel e Vasconcelos (1982). Do fundo de Aracy de Carvalho, destaque para o estudo de Bonomo (2009). De potenciais trocas e produções conjuntas, advindas do casal, ressaltamos estudos que se detêm sobre sua vida conjugal, como Cavalcante e Miné (2008), Rebello (2014) e Biazioli (2020). Todas essas referências demonstram níveis de parceria desenvolvidos pelo casal, mas que não abordam as questões arquivísticas às quais nos atemos.

4.4.2 Julieta de Godoy Ladeira e Osman Lins

Uma noite em que líamos juntos, como habitualmente, Osman Lins olhou para mim com aquele seu olhar que ia tão longe e depois perguntou se eu sabia por que escrevíamos. Esse tipo de silêncio com que antecipava as perguntas e esse tipo de olhar geralmente indicavam um processo de reflexão que vinha de muito fundo, já próximo de conclusões, as palavras apenas aflorando de todo um inquieto universo intelectual que se desenvolvia em seu espírito. Não respondi de nenhum modo inteligente, nem me ocorreu alguma definição satisfatória. A pergunta surgiria depois, em situação semelhante, em seu romance *A Rainha dos Cárceres da Grécia*. Hoje, revendo as provas deste livro, creio saber melhor por que escrevemos. Estas páginas nos dão uma resposta. A abertura de caminhos, a procura, as descobertas realizadas por Osman Lins em seus contos, narrativas, romances, e através de sua vida – mostram que o essencial é, numa espécie de processo alquímico, com a arte ir se modificando a sombra, até se conseguir pelo menos um ponto pleno de claridade. E, então, deixar que ilumine. E que essa luz pratique, por nós, o gesto de ficar, transmitindo o que mais somos: essa obstinação de se criar outros mundos, onde novos códigos mostrem, de modo mais definido e com certa grandeza, que na palavra o homem transforma, ajuda, se dá e continua.

Julieta de Godoy Ladeira,
em Nota Preliminar da obra *Evangelho na taba*: outros problemas inculturais brasileiros (Lins, 1979, p.11).

Seguindo nas análises dos acervos sob a guarda do IEB que foram incorporados em momentos diferentes, temos Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira, ambos escritores, mas não só. No *Guia do IEB* (2010), quando das apresentações das minibiografias do casal, tomamos conhecimento dos seguintes pormenores:

Osman Lins

(Vitória de Santo Antão, PE, 1924 – São Paulo, SP, 1978)

BIOGRAFIA

Romancista, contista e teatrólogo, em 1941, transferiu-se para o Recife. Estudou Finanças na Faculdade de Ciências Econômicas e ingressou no Banco do Brasil, entretanto, sempre se dedicou à escrita. Publicou seu primeiro romance, *O visitante*, em 1955. Em 1960, concluiu curso de Dramaturgia na Escola de Belas Artes da Universidade do Recife, marco importante na formação do que chamou “seu projeto literário”. Em 1962, transferiu-se para São Paulo em busca de ampliar seu universo cultural. Também realizou viagens ao exterior. Foi professor de Literatura Brasileira na Universidade de Marília (SP). Em 1973, publicou *Avalovara*, romance traduzido em várias línguas. Colaborou na imprensa e publicou livros de ensaios, além de contos, romances e peças teatrais. Recebeu prêmios literários como Fábio Prado, Monteiro Lobato, Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras. Sua peça *Lisbela e o prisioneiro* foi recentemente adaptada para o cinema.

Julieta de Godoy Ladeira

(São Paulo, SP, 1935 – 1997)

BIOGRAFIA

Escritora e publicitária, deu aulas na Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. De suas funções na área, surgiu o livro *Criação de propaganda*. Como escritora, compôs romances, contos, literatura infantil e, ao lado do esposo e também escritor Osman Lins, idealizou projetos literários e escreveu *La paz existe?* Recebeu vários prêmios, entre eles Prêmio Jabuti de Melhor Livro de Contos pela obra *Passe as férias em Nassau*. Seus textos infanto-juvenis tratam sempre de temas como cidadania e ecologia, revelando a preocupação de despertar ao leitor o interesse pelos problemas da coletividade (Lanna, 2010, p. 171).

Assim como Aracy, Julieta sobreviverá ao marido, e é por meio dela que o arquivo do escritor pernambucano, o qual havia ficado sob sua custódia, chegará ao IEB. Conforme frisado anteriormente, Julieta “pré-organizará” o acervo do marido antes da doação. Como nos elucida Macêdo (2018), trata-se de uma situação comum, quando pensamos em *arquivos pessoais*:

Como tipo particular de arquivo, os fundos pessoais representam um desvio da formalidade coletiva e da organização sistêmica encontradas em outros tipos de conjuntos. Estes sofrem intervenções radicais que não são controladas ao longo do período em que existem sob a custódia do produtor e, depois, sob a custódia de seu sucessor ou sucessores até ingressarem em uma instituição (Macêdo, 2018, p. 13).

A proposta de doação do acervo de Osman Lins ao IEB é feita por Julieta, e a atuação dela sobre o arquivo do marido pode ser vista na carta de doação que a também escritora encaminha ao Instituto. Seleccionamos alguns trechos que corroboram nossa análise:

Na qualidade de viúva e inventariante do escritor Osman Lins, desde 1978 preservo e organizo sua obra. Isso inclui atendimento e correspondência com tradutores, editores, alunos e professores. Algumas conquistas, significativas, têm sido conseguidas. Mas com o tempo e o crescimento que envolve a obra, verifiquei ter chegado a hora de passar parte do material para uma instituição especializada e competente. Desejo que o que foi criado e está sendo preservado, passe a ter convivência, útil, com estudantes, tradutores, pesquisadores.

Há anos [...] a parte do acervo, com características de museu, passou para a Fundação casa de Rui Barbosa (Pró-Memória) no Rio de Janeiro. [...]

Esta carta se refere a outra face do acervo:

Tenho em meu poder, devidamente organizado, o acervo correspondente ao que pode ser destinado a estudos e pesquisas. Trata-se de uma parte muito rica em informações. Pelo que sei e observo também como professora que sou, além de escritora, esta parte deve (agora e depois) ter sua vida ligada a um meio adequado a consultas e a uma preservação profissional.

Sendo assim e estando certa disso pela viva experiência que venho tendo, separei e cataloguei o material. Fiz isso de um modo amador (não sou arquivista) mas suponho que está claro, fácil. (Processo USP nº 2010.1.407.31.5, p. 03-04).

Vê-se que Julieta realiza duas significativas mudanças no acervo de Osman Lins: há um desmembramento entre o que é doado ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, sediado na Fundação Casa de Rui Barbosa e identificado por Julieta como “parte do acervo com características de museu”, e o que fica em seu poder, que poderíamos classificar como parte relacionada ao “gerenciamento da obra”, função que Julieta assume de forma regular, após a morte do marido. Ela registra, na carta-proposta de doação, que atende “tradutores, editores, alunos e professores”.

Hoje, o acervo de Osman Lins, estando no IEB, realmente permite identificar as características que Julieta atribui à fração que havia ficado sob a sua responsabilidade. Mas é preciso apontar que a porção destinada ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira também traz características semelhantes, especialmente quanto à documentação presente no IEB. Para além dos tipos documentais, os quais são bem similares – cartas, planos de aulas e versões manuscritas originárias de obras literárias –, é necessário realçar que os dois arquivos são complementares. Seriam necessários estudos sistemáticos de levantamento documental que mapeassem o que está em São Paulo e o que está no Rio de Janeiro. De forma

prática, percebe-se que estudiosos dedicados à vida e à obra osmaniana são obrigados a considerar e, conseqüentemente, a se deslocar, no mínimo, para as duas instituições¹⁰⁵.

É importante ressaltar aqui que nossos apontamentos não devem ser considerados como juízo de valor sobre ações de Julieta. Pelo contrário, entende-se que a divisão do acervo tinha o potencial de ampliar o acesso à documentação do escritor, em tempos quando processos de reprodução digital não estavam avançados, como aconteceria posteriormente. Ademais, além de desempenhar funções de escritora, Julieta também tem em seu currículo significativa atuação como publicitária, tendo lecionado no curso da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (ESPM) e produzido obras de referência para a época, como o livro *Contato Imediato com Criação de Propaganda*, de 1987, o qual contou com uma segunda edição em 1997.

É dessa *expertise* que acreditamos que a escolha pela divisão do acervo buscou, mais que atender às “características de museu”, em realidade, de forma inteligente, colocar o acervo de seu marido em dois epicentros de desenvolvimento de pesquisas com fontes literárias – o Museu de Literatura Brasileira e o IEB –, ao lado de outros acervos de escritores de renome do século XX. O Arquivo-Museu de Literatura Brasileira tem a salvaguarda de nomes de peso, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Clarice Lispector, para citarmos apenas alguns. O IEB, por sua vez, já detinha o arquivo de Mário de Andrade, Graciliano Ramos e, como nosso estudo mostra, o de João Guimarães Rosa.

Voltando à análise, Julieta também expressa, nas próprias palavras, que “catalogou” o acervo, apesar de não ser “arquivista”. Exemplos disso são as inúmeras etiquetas que Julieta deixa, mapeando as “funções documentais” do acervo do marido, prática também adotada por Antonio Candido, junto ao arquivo de Gilda de Mello e Souza, conforme demonstrado anteriormente.

¹⁰⁵ Como exemplo, indicamos Eder Rodrigues Pereira e sua tese (Pereira, 2009).

Figura 17 – Exemplo de nota explicativa deixada por Julieta de Godoy Ladeira, onde se lê: “Amiga de OL no tempo de Paris, da Aliança Francesa”



Fonte: Arquivo IEB – USP, Fundo Osman Lins.

O trabalho realizado por Julieta, quando da institucionalização do acervo de seu marido, não deve ser visto como uma ação grave, considerando que, na guarda doméstica, os *arquivos pessoais* atendem às necessidades de seus titulares e sucessores, como é o caso de Julieta. Vale ressaltar que o próprio trabalho de profissionais junto a *arquivos pessoais* é dotado de seu grau de subjetividade. Conforme nos lembra Heymann (1997), Krakovitch (1994)

[...] busca chamar a atenção para as responsabilidades do arquivista na constituição dos *corpus* documentais, destacando a sutileza e abrangência da sua interferência: “não há recenseamento, inventário, trabalho arquivístico, por mais objetivo e repetitivo que ele seja, que não tenha uma parte de subjetivo, de pessoal [...]. A escolha, mesmo aquela de um termo de indexação, ou de um fundo entre outros a recolher e organizar, parte evidentemente do arquivista [...]” (Heymann, 1997, p. 49-50).

Para além do trabalho doméstico de “organização” do acervo, Julieta é ciente de suas responsabilidades como guardiã dos papéis do marido e procura resguardar o seu legado. Apesar de Francisco Borja de Aguinagalde ser nossa referência nos estudos a propósito de *archivos de familia*, como já demonstrado em nossa análise, as aproximações entre as características presentes nos *archivos privados*, *archivos pessoais* e *archivos de familia* nos permitem recorrer a suas reflexões a respeito dos legatários de patrimônios documentais, como é o caso de Julieta de Godoy Ladeira:

En mi larga experiencia me he topado con lo que denominaría tres perfiles de propietario:

- 1) quien conoce el archivo que ha heredado (no se olvide nunca que se integra en el imaginario familiar) y lo tiene en estima; forma parte de las ‘tradiciones familiares’, que es un elemento identitario personal y familiar universal
- 2) el simple heredero que ignora lo que posee, pero lo conserva por tradición y porque ha heredado también ese pathos tan característico del respeto a los antepasados
- 3) quien no acepta lo que considera una carga no deseada, se ha desentendido de la cuestión y está dispuesto a deshacerse del archivo (como es sabido, en ocasiones de cualquier forma). (Aguinagalde, 1991, p. 14)¹⁰⁶

O cuidado na preservação do legado intelectual de Osman Lins, a nosso ver, enquadra Julieta no primeiro perfil: conhece o arquivo, bem como os valores que ali estão representados. Julieta dedica-se à preservação do projeto literário de Osman Lins, e isso é evidenciado no processo de doação do acervo do esposo. Além de “etiquetar / mapear” o arquivo em guarda doméstica, Julieta escreve ao IEB e cobra, quando da demora de respostas. O Gráfico 01 busca demonstrar a cronologia de trocas de informações entre a doadora e o Instituto:

¹⁰⁶ Em livre tradução: “Na minha longa experiência, deparei-me com o que eu chamaria de três perfis de proprietários: 1) que conhece o arquivo que herdou (nunca esquecer que faz parte do imaginário familiar) e o tem em grande estima; faz parte das “tradições familiares”, que é um elemento de identidade pessoal e familiar, que é universal ; 2) o simples herdeiro que não tem consciência do que possui, que o conserva por tradição e porque herdou também aquele *pathos* que é tão característico do respeito pelos antepassados; 3) a pessoa que não aceita o que considera ser um fardo indesejado, que se desinteressou do assunto e que está pronta a livrar-se do arquivo (como é sabido, por vezes, sob qualquer forma)” (Aguinagalde, 1991, p. 14).

Gráfico 01 – Cronologia de cartas trocadas durante o processo de doação do acervo pessoal de Osman Lins junto ao IEB, coordenado por Julieta de Godoy Ladeira



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao receber, por parte do IEB, a confirmação do aceite de doação do acervo de Osman, Julieta responde ao Instituto, em um tom que vai além das meras tratativas de transporte. O estilo e as palavras empregadas nos remetem a uma demonstração da dimensão de afeto que Julieta nutria pelos documentos do marido, parecendo destoar da objetividade descritiva da primeira carta de oferta de doação do arquivo:

Essa aprovação honrosa me proporcionou satisfação pois sei estar confiando esse material a pessoas sensíveis e competentes que tudo farão por sua

preservação. E para que haja a possibilidade do material ser examinado e estudado por possíveis interessados.

Agradecendo toda a atenção comunico que o acervo está em ordem e disponível podendo ser transportado quando acharem mais conveniente.

Tenho procurado constantemente fazer pela cultura brasileira tudo o que posso. Não é muito, infelizmente. Tenho menos tempo e recursos do que gostaria – mas faço de coração o máximo que me é possível. O reconhecimento disso me emociona e agradeço profundamente.

Osman Lins dizia que precisaria de mais dez anos para desenvolver sua obra. Ele não teve esse tempo. Tenho procurado preservar e desenvolver as possibilidades de sua obra (estudos, traduções, debate) e esta determinação de enviá-la para esse instituto faz parte disso. Aí será preservado e ampliada através de conhecimento e pesquisa. Um modo de mantê-la presente, meio muito importante, complemento sério da própria obra. (Processo USP nº 2010.1.407.31.5, p. 15-16).

Em 30 de outubro de 1996, Julieta volta a escrever ao IEB, entregando novo lote documental de itens que foram encontrados posteriormente à retirada do acervo.¹⁰⁷ Vê-se, assim que a Instituição, mesmo antes da institucionalização de uma política, se mantém coerente quanto à incorporação de acervos, considerando “[...] aquisições que visem à complementação do Acervo já existente e das linhas de pesquisa do Instituto” (Lanna, 2010, p. 37)

Passado menos de um ano após a doação, Julieta falece. Seu arquivo também será incorporado ao IEB. Em carta de 8 de outubro de 1997, dirigida à direção do IEB, o parecer da equipe técnica do Arquivo IEB, coordenado por Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso, expressa:

Estivemos no dia 07 de outubro de 1997 juntamente com a Prof. Yedda Dias Lima, na residência de Julieta de Godoy Ladeira, falecida recentemente, para conhecimento do arquivo pessoal da escritora. Trata-se de um arquivo pessoal pequeno, com cerca de 1.200 documentos mas que reflete todas as atividades exercidas pela sua titular. Junto com as pastas deste arquivo estavam também algumas pastas pertencentes ao arquivo do escritor Osman Lins doado em 1996 ao IEB.

Após análise da documentação consideramos ser importante para o IEB possuir este arquivo pessoal em seu acervo que foi trazido até o Arquivo-IEB onde está aguardando regulamentação pelo Conselho Deliberativo. (Processo USP nº 2010.1.406.31.9, p. 03).

¹⁰⁷ Vale apontar que esse tipo de acréscimo posterior a uma primeira doação e institucionalização do acervo é comum e pode acontecer em tempo mais imediato ou mesmo após vários anos. Exemplo disso é o acervo da artista plástica Anita Malfatti, doado ao IEB em 1989, regularizado com procedimentos de assinatura de termos e devidas aprovações, em 2009, e recebimento de doação complementar, em 2010. Para confirmação de dados, ver Lanna (2010, p. 75) e Processo USP nº 2008.1.270.31.7.

Seguindo a carta, encontra-se inventário sumário do conteúdo do acervo, apontando pastas e pacotes, modo tradicionalmente utilizado em guarda doméstica. A carta de abertura do processo de regulamentação de entrada do acervo de Julieta junto ao IEB ilumina nossa hipótese de que a titular da documentação, que faleceu de câncer, no momento da proposta de doação do acervo de Osman Lins, já sabia da existência de sua doença e, por isso, a premência da doação do *arquivo pessoal* de seu esposo. Fato é que, em menos de um ano, Julieta também viria a falecer e seu acervo é incorporado ao IEB. Novamente com Aguinagalde (1991), dentre as recomendações quanto à recepção de *archivos privados*, ele sugere aos profissionais envolvidos:

El profesional experto debe de:

1. ser capaz de valorar adecuadamente los fondos de familia: ni todos tienen el mismo interés ni es aceptable conformarse con lo que nos llega
2. estar preparado para sorpresas, hallazgos, ofertas... Hay que conocer el mundo de los propietarios de estos bienes, de la misma manera que se reclama conocer el de los proveedores de soluciones informáticas.
- 3. Ser muy consciente de que se trata de un patrimonio en peligro, sobre el que en ocasiones va a ser necesario actuar de manera muy ágil** (Aguinagalde, 1991, p. 13, grifos nossos).¹⁰⁸

Reconhece-se a agilidade do IEB – corpo diretivo, professores e equipe técnica –, tanto na incorporação do acervo de Osman Lins quanto no de Julieta de Godoy Ladeira, que, certamente, contribuiu para a preservação do patrimônio documental do casal. No momento, o acervo de Osman encontra-se parcialmente organizado, descrito no nível do item documental, enquanto o de Julieta está pré-classificado e aguardando refinamento de tratamento. No caso do fundo de Osman Lins, grande parte do avanço descritivo do arquivo deu-se nos anos 2000, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Sandra Margarida Nitrini¹⁰⁹, sendo um dos primeiros do arquivo do IEB a passar pela proposta de classificação funcional, hoje, sempre que possível, aplicada aos demais fundos.

¹⁰⁸ Em livre tradução: “O perito profissional deve: 1. ser capaz de avaliar corretamente os fundos familiares: nem todos têm o mesmo interesse nem é aceitável contentarmo-nos com o que nos aparece. 2. estar preparado para surpresas, descobertas, ofertas... É preciso conhecer o mundo dos proprietários desses ativos, da mesma forma que é preciso conhecer o mundo dos fornecedores de soluções informáticas. 3. estar bem consciente de que se trata de um patrimônio em vias de extinção, sobre o qual será por vezes necessário agir de forma muito ágil” (Aguinagalde, 1991, p. 13, grifos nossos).

¹⁰⁹ Além do apoio ao acervo, a professora mantém *site* dedicado à vida e à obra do escritor: <https://www.osman.lins.nom.br/vida/>.

Entre papéis que pertenceram conjuntamente ao casal, tendo sido produzidos por uma atividade compartilhada, temos os documentos de processo para a composição da obra *La paz existe?*, hoje alocados no arquivo de Osman Lins. Outro traço de interseção são os itens de autoria de Osman que permaneceram sob a posse de Julieta, mesmo depois das transferências particionadas do acervo do escritor pernambucano. Para além da obra *La paz existe?*, escrita a quatro mãos e anteriormente citada, não localizamos estudos acadêmicos que se dediquem ao casal. Como já explicado, Julieta, dedicada em dar continuidade à obra do esposo, após o seu falecimento, escreverá sobre ele, seja em periódicos, seja prefaciando textos republicados. Destaque-se, nesse sentido, a organização póstuma da coletânea *Evangelho na taba: outros problemas inculturais brasileiros*¹¹⁰, publicada em 1979.

4.4.3 Lídia Besouchet e Newton Freitas

A existência peregrina de Newton e Lídia, sua vivência fragmentada pelo mundo, foi, como acreditamos, um dos testemunhos mais evidentes sobre como a experiência do exílio marcou profundamente suas vidas. Nesta transitoriedade em que se conformou a textura de suas trajetórias, o horizonte parecia sempre querer apontar para um futuro de viagem, que eles cumpriram como uma missão.

(Rangel, 2016, p. 241)

Outro casal presente no acervo do IEB-USP é o formado por Lídia Besouchet e Newton Freitas. A partir do *Guia do IEB* (2010), conhecemos um pouco mais do casal:

Lídia Besouchet
(Porto Alegre, RS, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1997)
BIOGRAFIA

Escritora e ensaísta, suas atividades literárias tiveram início em Buenos Aires durante seu exílio nos anos 1920. Casada com Newton Freitas, viveu em diversas cidades de vários continentes. Sua produção intelectual apresenta ensaios sobre crítica literária, romances, contos, livros infantis, obras teatrais. Abordava temas diversos sobre pedagogia, história do Brasil, literatura, folclore, arte, a condição da mulher na sociedade. Autora de diversas biografias de personagens significativos tais como Aleijadinho, Nassau, Visconde do Rio Branco e Barão de Mauá (Lanna, 2010, p. 183).

¹¹⁰ Organizada por Julieta, a obra segue a mesma linha editorial de *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros* (1977), organizada e publicada em vida por Osman Lins.

Newton Freitas
(Vitória, ES, 1909 – Rio de Janeiro, RJ, 1996)
BIOGRAFIA

Escritor e adido cultural, trabalhou no Ministério das Relações Exteriores na Bélgica, na Inglaterra, no México, na Argélia, na França e na Espanha. Durante o Estado Novo, foi obrigado a deixar o país acompanhado de sua esposa, a também escritora Lídia Besouchet, passando longo tempo na Argentina. Foi diretor da Agência e autor de *Maracatu: motivos típicos e carnavalescos*, *Cantos e lendas brasileiras* e *Jaburuna: contos e relatos* (Lanna, 2010, p. 215).

Ao que tudo indica, ambos os fundos chegaram concomitantemente ao Instituto, em 2001. A partir da leitura dos processos, verifica-se que o documento responsável pela incorporação do arquivo de Newton Freitas está sob o número 2002.1.203.31.2. O primeiro documento do processo remete ao ano de 2002 e corresponde a uma carta dirigida à procuradoria jurídica da USP, relacionada à consulta sobre a doação de obras de arte que o filho do casal almeja doar ao IEB, após a sua morte. Paralelamente a isso, o *Guia do IEB* (Lanna, 2010, p. 215), em entrada dedicada ao acervo de Newton Freitas, informa que o acervo foi incorporado ao Instituto em 2001, ou seja, um ano antes da abertura do processo que, em sua maior parte, se deterá mais sobre os trâmites da incorporação de um conjunto de cinco retratos do que da documentação em si. Percebe-se uma atenção quanto à regularização, para fins de incorporação do acervo de Newton Freitas, no que tange à parte dedicada às obras de arte. Os expedientes legais têm início em 14 de outubro de 2002 e só serão finalizados no ano de 2023, quando cinco quadros, de autorias diferentes, são devidamente registrados como patrimônio do IEB.

O processo de Lídia, por sua vez, assim como ocorreu com os acervos de Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira, será aberto, extemporaneamente, apenas em 2011¹¹¹. De todos os acervos analisados na presente pesquisa, ele é o de menor consistência documental em relação aos dados concernentes à patrimonialização.

A doação dos acervos será feita por Augusto Newton Goldman, filho do casal, sobre quem nos deteremos mais adiante. Seu diálogo com a instituição está registrado

¹¹¹ Destaca-se que a abertura desse processo administrativo que visava a regularizar a presença do patrimônio documental de Lídia Besouchet junto ao IEB faz parte de um movimento ocorrido entre os anos de 2009 e 2011, o qual, paralelamente ao estabelecimento da Política de Acervos do Instituto, almejou a normalização do patrimônio documental sob a guarda do IEB. Assinale-se aqui o trabalho de Maria Inês Bento, secretária da Direção à época, que buscou, com a orientação legal obtida junto a certos órgãos da Universidade de São Paulo, como a PG-USP, abrir processos para acervos que não detinham documentação legal. Além de Lídia Besouchet, Osman Lins e Julieta de Godoy Ladeira, conjuntos de nosso recorte de análise, passaram pela mesma oficialização legal. Por essa razão, os números de seus processos remetem à suas aberturas, ocorridas nos anos de 2010 e 2011.

sobretudo no que tange à regularização das obras de arte a serem doadas após a sua morte. Após receber a proposta de doação do quadros, nos termos de usufruto, por meio de *e-mail* datado em 2 de outubro de 2002, o IEB abrirá um processo e realizará consulta junto à Procuradoria Jurídica da USP, para fins de regularizar tal trâmite; a Procuradoria Jurídica acompanhará a mudança de Regimento do IEB e orientará para a elaboração de Instrumento Particular de Doação com Reserva de Usufruto Vitalício (páginas 24 a 26 do Processo USP nº 2002.1.203.31.2), devolvendo o processo ao IEB, em 2003. O contrato será assinado em 25 de agosto de 2003 (páginas 35 e 36 do Processo USP nº 2002.1.203.31.2).

Durante as tratativas de incorporação dos quadros, os acervos documentais de Newton Freitas e Lídia Besouchet já estavam no Instituto¹¹². No processo de incorporação, a identificação dos documentos de arquivo só terá lugar a partir da página 39, quando da anexação do parecer de mérito para a incorporação dos dois arquivos. Ela é feita por Telê Ancona Lopes, já citada anteriormente e importante colaboradora na consolidação do Instituto como centro de referência dedicado à guarda de arquivos pessoais. É por intermédio dela que se dará o interesse de oferta dos acervos por parte de Augusto Newton Goldman. Na página 03 do processo USP, lemos:

Através das diversas entrevistas que mantive com o IEB para a feitura do livro sobre a correspondência de Mário de Andrade e Newton Freitas e de uma visita ao Instituto, achei por bem doar alguns quadros da coleção Newton Freitas/Lídia Besouchet, por achar que estariam mais prestigiados em melhores condições de conservação (Processo USP número 2002.1.203.31.2, p. 3).

Na carta, o doador se concentra nas obras de arte, nomeando os acervos como uma coleção composta pelo casal. Newton Freitas e Lídia Besouchet possuíam cartas trocadas com Mário de Andrade, donde derivou a importância da chegada de seus acervos junto ao IEB. Voltamos a ver a presença da complementaridade, a qual, a nosso ver, esboça uma coerência curatorial quanto à composição do acervo do Instituto. Telê Ancona Lopes registrará:

¹¹² Essa predileção por regularizar obras de arte, em detrimento de documentos de arquivo, também se dá em outros acervos pessoais. O arquivo de Mário de Andrade, por exemplo, não terá valor financeiro mensurado, enquanto sua biblioteca e sua coleção de obras de arte, sim. Isso poderá ser visto no Processo USP nº 67.1.107.31.8. Identifica-se, no histórico dos acervos do IEB, que o conjunto documental a ser doado é visto em importância secundária em comparação a conjuntos de livros e obras de arte, itens de acervo que detêm, de forma mais acessível, comprovação de preço de mercado.

Os Arquivos do escritor Newton Freitas e da historiadora Lídia Besouchet, constituídos por várias séries, tais como correspondência, produção intelectual e fotografias, foram conservados pelo Sr. Newton Goldman, filho e herdeiro do casal (Processo USP nº 2002.1.203.31.2, p. 39).

A dupla nomeação como coleção Newton Freitas/Lídia Besouchet se faz presente em vários documentos que constituem o processo. É possível localizar tal nomenclatura nas páginas 03, 21, 30, 31 e 37. Ousamos afirmar que, dessa forma, desde a origem, é reconhecido, tanto pelo doador quanto pela equipe responsável pela recepção, a proximidade dos dois acervos, muitas vezes tratados como um único conjunto que leva o nome de ambos os seus titulares.

No interior dos fundos de Newton e Lídia, há alguns documentos, como cartas, que vêm atestar a presença do casal, na sua vida íntima e na sua parceria intelectual. Exemplo disso está na Figura 18, que reproduz carta dirigida ao casal, apesar de estar alocada junto ao arquivo pessoal de Newton Freitas.

Figura 18 – Carta de Celso Ferreira, enviada ao casal de amigos Lídia Besouchet e Newton Freitas.

Madrid 7-11-78

Para Lídia Besouchet e Newton Freitas:

Meus caros amigos:

Com muita gratidão aceso-recebimento da "Correspondência de Mario Andrade" e de "Mauá e seu tempo", dois trabalhos excelentes, cada um ao seu jeito, que vieram a enriquecer os meus conhecimentos da cultura brasileira, tão apreciada e querida por mim pelo seu parentesco com galego; e também pela minha vinculação através do meu pai, velho emfrante galego na vossa terra, e começo de século, ~~estou~~ quando eu ainda não nascera. As mulheres dos emfrantes - viúvas de vivos, lhe chamou Rosália - cantavam então:

Si o mar tivesse varandas
 iriate ver ao Brasil;
 mas como não tem varandas,
 meu amor, não posso ir.

Com um cordial abraço

Celso Ferreira

Como já mencionado, de todos os protocolos de incorporação até aqui analisados, trata-se da documentação administrativa com mais lacunas, característica também identificada nos dois fundos pessoais, especialmente no de Newton. Aponta-se ainda que, novamente, de todos os acervos que fazem parte de nosso *corpus* de análise, Lídia é o único arquivo pessoal de uma mulher que é maior do que o arquivo pessoal do seu marido.

Tais lacunas ou ausências observadas podem ser características inerentes dos arquivos. Henry Rousso nos auxilia no desenvolvimento de nossa reflexão:

[...], o testemunho assim como o arquivo dito escrito revelam por sua própria existência uma falta, ideia esta tomada emprestada a Michel de Certeau. O vestígio é, por definição, o indício daquilo que foi irremediavelmente perdido: de um lado, por sua própria definição, o vestígio é a marca de alguma coisa que foi, que passou, e deixou apenas o sinal de sua passagem; de outro, esse vestígio que chega até nós é, de maneira implícita, um indício de tudo aquilo que não deixou lembrança e pura e simplesmente desapareceu... sem deixar vestígio - todos os arquivistas sabem que perto de nove décimos dos documentos são destruídos para um décimo conservado. Que historiador um dia não foi tomado de desespero diante da tarefa que o espera e dos milhões de documentos a serem lidos, para, no dia seguinte, ser tomado de vertigem diante de tudo o que jamais poderá saber, de tudo o que nunca será nem "memória" nem "história"? (Rousso, 1996, p. 90).

No caso dos arquivos pessoais de Lídia Besouchet e Newton Freitas, um fato da biografia do casal nos parece não poder ser ignorado: o exílio. É fato que os arquivos refletem as funções e atividades de seus titulares. Dessa forma, um evento que impõe a condição de exilado para quem por ele passa implica a perda de uma série de questões: residência, convívio social, profissão, planos, sonhos. Aos indivíduos que por ele passam, muitas vezes na busca pelo direito à sobrevivência, lhes será cobrado um preço alto. Um exemplo será a perda do direito à memória, como acreditamos ser o caso de Newton e Lídia. Estudo de Lívia de Azevedo Silveira Rangel (2016) vem amparar nossa hipótese. Dedicada à atuação do casal, a tese analisa as colaborações políticas de Lídia e Newton, porém, detém-se com especial atenção nos impactos do exílio, o qual deixa marcas profundas na vida daqueles que por ele passam. Com o casal não será diferente. Uma delas será a necessidade de, após o nascimento do filho, deixá-lo no Brasil, enquanto os pais seguem viagem. A autora ressalta:

Lídia Besouchet e Newton Freitas providenciaram a viagem para São Paulo antes da data prevista para o nascimento. Ficaram hospedados na casa de

José Goldman e Sophia Itkis Goldman, um casal de origem judaica, simpático ao Partido e ligado a muitos comunistas judeus, que dentro em breve registrariam com seu sobrenome a criança que nasceria (Rangel, 2016, p. 73).

É no mesmo estudo de Rangel que localizamos trecho de diário de Lídia, onde se veem resquícios do impacto dessa decisão:

O novo ano me encontra outra vez como um convalescente. Convalescência que o regresso ao Brasil me provocou, como sempre. Pouco a pouco, as feridas vão se cobrindo de pequenas capas endurecidas... Esquecidas ficam as caras dos amigos e dos parentes... Deixo para atrás (sic.), como em outras viagens, a estatura de uma criança; quando volto é quase a silhueta de um adulto que encontro. No entanto, o tempo parece correr insensível sobre mim: fecho os olhos pelo ano que terminou e nada de particular... Apenas uma imperceptível poeira de estrada... (Rangel, 2016, p. 238).

A política, o exílio, as decisões de vida de Newton Freitas e Lídia Besouchet nos lembram que,

[a] despeito do valor histórico que orbita esses personagens, ainda hoje eles permanecem como figuras herméticas, tanto para o público especializado, como para o público em geral. Pouco conhecidos, eles podem, contudo, ser encontrados em algumas dezenas de trabalhos acadêmicos e em livros de memórias, sempre ocupando planos secundários, sem qualquer passado ou referência mais aprofundada. Suas biografias mal começaram a ser investigadas, assim como seus livros e a participação influente e decisiva que tiveram no universo político-cultural, especialmente nos anos 1940 (Rangel, 2016, p. 18-19).

Os arquivos pessoais de Newton Freitas e Lídia Besouchet encontram-se parcialmente organizados, o que vem acentuar ainda mais a dificuldade de acesso a seus documentos e o pouco conhecimento de suas trajetórias, bem como a respeito do período em que viveram. Que estudos como o de Rangel (2016), assim como a presente tese, possam apontar para a necessidade de atenção a tais fundos e arquivos pessoais daqueles que, por questões de perseguição política, precisaram abrir mão de sua residência e, de certa forma, de toda uma história de vida. A partir da reflexão sobre a condição dos exilados, lembremos, na atualidade, os refugiados políticos, de guerra, das questões climáticas. Que, como profissionais dedicados à informação, procuremos o registro dessas histórias e a preservação dessas memórias. E começando de forma imediata, na busca por atenuar o esquecimento imposto ao casal Lídia e Newton, será por ele que, no próximo capítulo, apresentaremos proposta de aplicação do conceito de *arquivo de casal*.

4.4.4 Emilie Chamie e Mário Chamie

Eu diria que sem a Emilie seria impossível esse tal de Mário Chamie existir. E acho que também fui bom para ela. Nós construímos uma vida boa, uma vida feliz e temos uma filha que amamos. Eu digo temos porque a Emilie é muito presente na minha vida, no meu pensamento, no que eu faço, no meu silêncio, no meu trabalho, no meu humor. Eu sou uma pessoa bem humorada, a Emilie era também uma pessoa muito bem humorada. Eu às vezes revejo as fotos, nós estamos sempre rindo, gozando. A Emilie e eu estamos sempre rindo, a vida era um motivo ou de uma boa piada ou de uma boa gargalhada. Eu amo a Emilie no céu e na terra.

Mário Chamie¹¹³

Da lista de doações recém-chegadas ao IEB¹¹⁴ encontram-se os arquivos de Emilie Chamie e Mário Chamie, um casal de intelectuais que estruturou parcerias em suas áreas de trabalho e vidas pessoais. Ela, predominantemente identificada como *designer* e ele, escritor. Casaram-se e tiveram uma filha, a hoje cineasta Lina Chamie, responsável pela doação do acervo dos pais ao IEB.

Apesar de recém-incorporado ao IEB, o arquivo de Emilie Chamie já conta com uma dissertação de mestrado a ele dedicado. Trata-se da já citada pesquisa de Rita Sepúlveda de Faria (2022). É de lá que recolhemos:

Segundo a amiga, médica e cliente Angelita Habr-Gama, Emilie e Mário tinham suas diferenças, mas eram inseparáveis: Emilie era calma, reservada,

¹¹³ Faria (2022, p. 165).

¹¹⁴ Tendo sido publicado em 2010, o Guia do IEB, principal obra de referência para a coleta de minibiografias dos titulares dos fundos em análise, não traz informações sobre o casal Chamie, o qual teve seu acervo doado em 2012. Diante disso, suas minibiografias seguem aqui como nota, a partir de informações coletadas em atividades de contextualização do acervo, que contou com a colaboração desta pesquisadora:

Mário Chamie (Cajobi – SP, nasceu em 1º/04/1933): o poeta e crítico Mario Chamie estudou na Faculdade de Direito da USP, tendo se formado em 1956. Na década de 1950, participou do movimento de poesia concreta até o início de 1961, quando cria o movimento da poesia-práxis. A partir de 1963, apresenta uma série de conferências internacionais sobre a Nova Literatura Brasileira, em países da Europa e Oriente Médio. No ano de 1964, faz palestras sobre os problemas da vanguarda artística em universidades norte-americanas. Entre 1979-1983, é Secretário Municipal da Cultura, período em que inaugura o Centro Cultural São Paulo e reorganiza a Pinacoteca Municipal. Em 1994, faz o doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em 2004, tornou-se professor titular de Comunicação Comparada na ESPM. Durante sua vida, recebeu diversos prêmios literários e publicou mais de 140 trabalhos, entre livros de poesia, ensaios etc. Seus poemas foram publicados em inglês, francês, italiano, espanhol, alemão, árabe e tcheco. Mario Chamie faleceu em 3 de julho de 2011.

Emilie Chamie (Beirute - Líbano em 16/06/1927): Artista gráfica. De 1951 a 1953, estuda no Instituto de Arte Contemporânea – IAC do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – Masp, onde é aluna de Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi, de Roger Bastide, Flávio Motta e Leopold Haar, entre outros. Sua habilitação é em comunicação visual.

meditava antes de falar, diferente do Mário que era extrovertido, falante. Nossos encontros eram recheados de gargalhadas. Emilie e Mário eram dois seres diferentes, porém ambos intelectuais divertidos, companheiros inseparáveis. (Habr-Gama em entrevista à autora em 2020) Segundo Lina Chamie, durante o processo de doação da biblioteca dos pais, ela percebeu a importância que Emilie teve na formação cultural do Mário. O casal era extremamente culto. Emilie fez capas de diversos livros de Mário desde os anos 1960 até o fim da sua vida, ele produziu textos para campanha “Rota” da qual ela fez o projeto de sinalização em 1971, foi cliente de Emilie pela Olivetti e depois pela Secretaria de Cultura, dentre muitas outras colaborações e cooperações profissionais. Emilie e Mário eram superparceiros, almoçavam juntos todo dia. Ele dava aula na ESPM na época que eu trabalhava lá, ele era sem dúvida o maior fã do trabalho dela, então todos os alunos tinham que comprar o livro dela. Tinham que comprar não, ele falava muito dela e eles acabavam comprando. Ele viu essa beleza no trabalho dela, ele enxergou que era muito além do que só um design funcional, tudo tinha uma poética por trás e como ele é poeta, eles tinham muita afinidade nesse ponto de vista, ele achava que ela era uma poeta das artes visuais. (Moreno em entrevista à autora em 2020) O casal tinha uma importante rede de relações sociais muito ligada ao meio cultural de São Paulo, que também abriu uma série de portas para Emilie. Não bastasse ser mulher e imigrante, nesse casamento que foi uma conjunção intelectual, com toda a certeza, eles eram um casal bastante profícuo nos relacionamentos, nas intelectualidades e toda aquela coisa efusiva que acontecia em São Paulo (Faria, 2022, p. 165).

Conforme frisado anteriormente, foi o contato com os arquivos de Emilie e Mário que despertou a inquietação de nossa pesquisa¹¹⁵. Devido ao seu breve tempo no IEB, a biografia e trajetória dos titulares não estão incluídas no *Guia do acervo*, de 2010. No Processo USP nº 2012.1.00093.31.2, há a oferta de venda do arquivo e da biblioteca de Mário Chamie. Quem faz o contato com o IEB é a filha do casal, Lina Chamie. O mesmo processo apontará biografia do titular e resumirá a configuração do acervo:

Mário Chamie (Cajobi, SP, 1 de abril de 1933 – 3 de julho de 2011) foi poeta, crítico, professor, publicitário, advogado e membro da Academia Paulista de Letras. No ano de 1948, mudou-se para a cidade de São Paulo, onde, em 1956, concluiu o curso de ciências jurídicas e sociais na faculdade de Direito do Largo São Francisco. Estreou na literatura com o livro Espaço inaugural, em 1955. Em 1962 lançou a Poesia Praxis no Brasil, através de seu livro de poemas Lavra lavra, que conquistou o Prêmio Jabuti de Melhor Livro do ano. Neste mesmo ano, fundou e dirigiu a revista Praxis, que contou com a colaboração do modernista Cassiano Ricardo (1895-1974), do crítico literário José Guilherme Merquior (1914 – 1991), do cineasta Cacá Diegues (1940) e dos críticos de cinema Jean-Claude Bernadet (1936) e Maurice Capovilla (1936). Sua poesia exerceu influência nacional abrangendo cinema e música popular. No Brasil e no exterior foi e ainda é objeto de estudos e análises,

¹¹⁵ Neste ponto, é preciso salientar que, diferentemente dos demais arquivos de casais até o momento analisados, a partir de Emilie e Mário Chamie, esta pesquisadora passa a fazer parte das decisões – e podemos considerar interferências –, nos processos de incorporação dos acervos que integram o *corpus* desta pesquisa.

comparecendo em antologias e obras críticas dedicadas à Literatura Brasileira. Em 1963, convidado pela Itamaraty, pronunciou uma série de conferências sobre literatura brasileira em países da Europa e do Oriente Médio. No ano de 1964, realizou palestras sobre os problemas da vanguarda artística em diversas universidades dos Estados Unidos: Harvard, Califórnia, Columbia, New York, Princeton e Wisconsin. Em 1974 apresentou o programa Dimensão 2 na TV Cultura de São Paulo, recebendo o Prêmio de Melhor Programa Cultural da Televisão, concedido pela Associação Paulista de Críticos de Arte. Entre 1979 e 1983, ocupou o cargo de secretário municipal de Cultura de São Paulo, quando criou a Pinacoteca Municipal de São Paulo, o Museu da Cidade de São Paulo e o Centro Cultural São Paulo. Foi membro do Conselho Federal de Cultura de 1982 a 1990. Em 1991, concluiu doutorado em ciência da literatura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus poemas foram publicados em francês, inglês, italiano, alemão, holandês, árabe e tcheco. Por muitos anos foi professor titular de comunicação comparada na Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, e, na mesma escola, em 2010, passou a exercer também o cargo de Diretor do Instituto Cultural. Morreu em 2011, na cidade de São Paulo (Processo USP nº 2012.1.00093.31.2, p. 5-6).

O acervo de Mário Chamie é mensurado contendo cerca de seis mil livros, que comporiam a sua biblioteca, e cerca de 200 pastas, abrangendo rico e variado conjunto documental com a multiplicidade tradicional de tipos documentais presente em *arquivos pessoais*. Inicialmente, a proposta é de venda e, paralelamente ao oferecimento ao IEB, o acervo também teve demonstração de interesse de recebimento por parte do CEDAE – Unicamp.

Zelando pelas boas relações entre instituições de guarda, a comissão de avaliação do IEB aguardará parecer da Unicamp e, quando as tratativas entre a Universidade de Campinas e Lina Chamie não se concretizam, retomam-se os procedimentos junto ao IEB, de sorte que, após ajustes nas negociações, conclui-se: (i) o IEB receberá a incorporação, por meio de doação; (ii) haverá uma seleção, por parte do IEB, em relação aos livros ofertados, sendo rejeitados títulos que já existissem em abundância em outras bibliotecas pessoais mantidas pela Biblioteca do IEB. Além disso, Lina Chamie registrará o interesse em doar o acervo de sua mãe, Emilie Chamie.

Vale destacar aquilo que já foi apontado anteriormente: no momento de retirada do acervo de Mário Chamie, percebeu-se a interseção entre o seu acervo e o de Emilie Chamie, tanto no escopo da documentação, quanto na biblioteca, de modo que uma cisão desses materiais poderia acarretar o ferimento dos princípios arquivísticos, os quais, até o momento, foram defendidos na presente tese.

A equipe técnica à época, responsável pela retirada, era treinada e versada no processo de institucionalização de acervos, especialmente quanto à gestão de

arquivos pessoais. Para além dessa experiência, amparamo-nos também em considerável bibliografia, das quais citamos, primeiramente, Priscila Moraes Varella Fraiz e Célia Maria Leite Costa, em seu manual *Como organizar arquivos pessoais*, produzido para a Oficina Como Fazer da ARQ-SP e do Arquivo do Estado de São Paulo, em 2001. Nele, temos a clara orientação sobre a importância do manejo documental na embalagem de um acervo pessoal, em seu lugar de origem. Elas explicitam:

De preferência, não se devem desfazer prévias organizações antes da identificação completa do arquivo. Se, durante a transferência, não for possível manter os conjuntos e/ ou documentos da mesma forma que se encontravam no seu lugar de origem, recomenda-se que estas informações sejam anotadas. Às vezes, caixas, pastas, documentos amarrados contém alguma informação do titular indicativa de seu conteúdo, mas precisam ser substituídas por se encontrarem deterioradas. Neste caso, deve-se proceder à sua substituição, anotando na nova embalagem a indicação anterior. Também é recomendável que não se disperse material que se encontrava reunido no local de origem em várias caixas e caixotes. Mantê-los o mais perto possível uns dos outros, com indicação da disposição originária no exterior da embalagem, é outro procedimento que deve ser seguido. Essas medidas iniciais auxiliarão na observância do princípio da ordem original, o qual poderá ou não ser seguido na definição do arranjo, como veremos adiante (Fraiz; Costa, 2001, p.15)

Mesmo nisso que parece ser uma simples retirada de documentos múltiplos de uma guarda doméstica rumo ao seu destino institucional, o profissional comprometido com a *integridade* do acervo deve atentar aos princípios arquivísticos, os quais, como realçado anteriormente em nosso estudo, são intrínsecos e extrínsecos ao acervo.

Atualmente, o arquivo pessoal de Emilie Chamie encontra-se pré-classificado. O arquivo pessoal de Mário Chamie, mensurado em cinco vezes o tamanho do de Emilie, segue em higienização e pré-classificação. Ainda que, após a incorporação, a organização dos arquivos tenha prosseguido de forma separada e independente, foi novamente possível observar, nesse processo, a complementaridade deles e variados pontos de interseção que nunca teriam sido verificados, caso apenas um dos acervos tivesse sido admitido na instituição. No âmbito doméstico, fotografias relacionadas à vida familiar cotidiana estavam originalmente alocadas no arquivo de Emilie. E, na esfera profissional, projetos culturais encampados por Mário Chamie têm comumente colaboração direta da esposa – uma história que só pode ser completada, quando papéis de ambos os fundos são compulsados. Que o tratamento dos acervos avance

a passos largos e que possamos descobrir ainda mais parcerias estabelecidas entre o poeta da palavra e a poesia artística do casal de intelectuais e artistas.

4.4.5 Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido

Eu não gosto de dizer, mas é verdade: eu era “a sobrinha de Mário de Andrade” e “a mulher de Antonio Candido”. A imagem do marido é muito poderosa para definir no casal a imagem feminina. Quando defendi a tese, Antonio Candido já tinha imposto o seu perfil e eu era sobretudo a mulher de Antonio Candido, como eu mesma, sem nenhum ressentimento e um laivo de humour gostava de me apresentar. (...)

Anotação encontrada em entrevista, Arquivo IEB-USP, Fundo Gilda de Mello e Souza, código de referência: GMS-ENT-006.
Autoria atribuída a Gilda de Mello e Souza.

O último *arquivo de casal* recebido no IEB¹¹⁶, dentro do nosso recorte temporal, é o de Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza¹¹⁷. Gilda morre em 2005 e Antonio Candido, em 2017. O arquivo pessoal de Gilda permanece com o seu marido até a morte dele, quando os dois conjuntos são doados e incorporados ao acervo do Instituto.

¹¹⁶ Assim como ocorreu anteriormente com o casal Chamie, o acervo de Gilda e Antonio Candido são recebidos posteriores à publicação do *Guia do IEB* (2010). Seguem aqui breves minibiografias feitas para atividades de divulgação de seus acervos:

Gilda de Mello e Souza (São Paulo – SP, nasceu em 24/03/1919): Ensaísta e professora universitária, Gilda de Mello e Souza integrou uma das primeiras turmas da recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Como estudante de filosofia, foi aluna de algum dos mestres franceses que integraram a primeira geração de professores do setor de humanidades da USP. Foi assim que se tornou discípula de Roger Bastide, Jean Mougûé e Claude Lévi-Strauss. Teve os estudos iniciais feitos em Araraquara com a própria mãe até mudar-se para São Paulo, em 1930, onde os continuou no colégio Stafford, dirigido por uma grande educadora, Blandina Ratto. Nesse período, bem como no da faculdade, viveria na casa de sua madrinha e tia-avó Maria Luisa de Moraes Andrade, mãe de Mário de Andrade. Nos anos do curso superior, participaria do Grupo Universitário de Teatro e da *Revista Clima*, que fundou, em 1941, juntamente com Alfredo Mesquita e com colegas como Antonio Candido (com quem se casaria), Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Ruy Coelho e Lourival Gomes Machado, todos futuros professores na USP. Após a formatura, foi assistente de Roger Bastide por 10 anos, no departamento de Sociologia I, antes de passar a professora de Estética, fundando a disciplina no Departamento de Filosofia, para onde tinha migrado em 1954, a convite de João Cruz Costa. Foi chefe desse Departamento de 1969 a 1972, enfrentando inúmeras dificuldades impostas pela Ditadura Militar. Nesse intervalo, fundou a revista *Discurso*, que segue sendo publicada pelo departamento até os dias de hoje. Em 1999, recebeu o título de professora emérita pela FFLCH – USP.

Antonio Candido (Rio de Janeiro- RJ em 24/07/1918): Sociólogo, crítico literário e professor universitário brasileiro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), onde, entre outros feitos, introduziu, em 1962, a literatura comparada, transformando a disciplina de Teoria Literária em Teoria Literária e Literatura Comparada.

¹¹⁷ Parte das reflexões aqui presentes encontram-se publicadas em Ribas e Escorel (2020).

Na carta de oferecimento de doação de ambos os arquivos, dirigida ao IEB, as filhas do casal, responsáveis pela oferta, apresentam o conteúdo do acervo:

Antonio Candido reuniu ao longo da vida um considerável acervo documental, que por ocasião de sua morte encontrava-se bastante bem organizado. Composto por cadernos de notas e comentários de leituras com vistas à elaboração de cursos, pastas, envelopes, papéis avulsos e esparsos, diplomas, objetos – prêmios na forma de medalhas e estatuetas -, vasta coleção de fotografias, correspondência pessoal e profissional, recortes de jornais de natureza variada, relatórios, pareceres, processos, contratos editoriais, o conjunto abarca praticamente a totalidade de sua vida. Os documentos mais antigos remontam ao meado do século XIX – documento de família como inventários post-mortem e correspondência -, os mais recentes chegando ao ano de seu falecimento, ou seja, 2017.

[...]

O acervo que ora se pretende doar ao IEB constitui a integralidade dos documentos que se encontravam com o autor e proprietário, Antonio Candido de Mello e Souza, entre eles incluindo-se documentos referentes a seus pais, familiares e a sua mulher, Gilda Rocha de Mello e Souza. Salvo melhor juízo, e excetuando-se algumas cartas já doadas pela autor ao IEB – notadamente sua correspondência com Mário de Andrade e com Pio Lourenço Corrêa -, o acervo compreende a totalidade de seus documentos e a quase totalidade de sua correspondência passiva (Processo USP nº 2017.1.277.31.0, p. 10-11).

O processo de institucionalização de fundos pessoais, especialmente nesse formato em que estão envolvidos arquivos de casais, é fértil em nuances. A carta acima, nos trechos citados, evidencia algumas delas, de forma exemplar. Não seria de todo ocioso especular a razão por que o arquivo de Gilda levou 12 anos para ser oferecido a uma instituição de pesquisa, considerando a importância da personalidade – professora emérita da Universidade de São Paulo, intelectual de renome na sua área e esposa de outro docente da Universidade de São Paulo e igualmente intelectual brasileiro de grande importância (sem contar outros atributos e conexões, como o parentesco com Mário de Andrade).

A decisão de reter o arquivo pode passar pela questão do apego afetivo, reação natural dos que perdem entes queridos; ou pelo receio de que os papéis não encontrassem o lugar de guarda e tratamento mais adequados ou desejados; ou, enfim, pela intuição ou convicção, por parte de um dos cônjuges ou de familiares, de que os arquivos do marido e da mulher só fazem sentido se mantidos juntos, assim como se enterram casais em lápides adjacentes. Não pode também passar despercebido que, no tecido discursivo da carta-proposta, não se trata da doação de dois arquivos independentes – o fundo arquivístico de Gilda e o fundo arquivístico de

Candido –, mas da doação de um arquivo único – o de Candido – no interior do qual está engastado o arquivo de Gilda (“[...] incluindo-se documentos referentes a seus pais, familiares e a sua mulher, Gilda Rocha de Mello e Souza”).

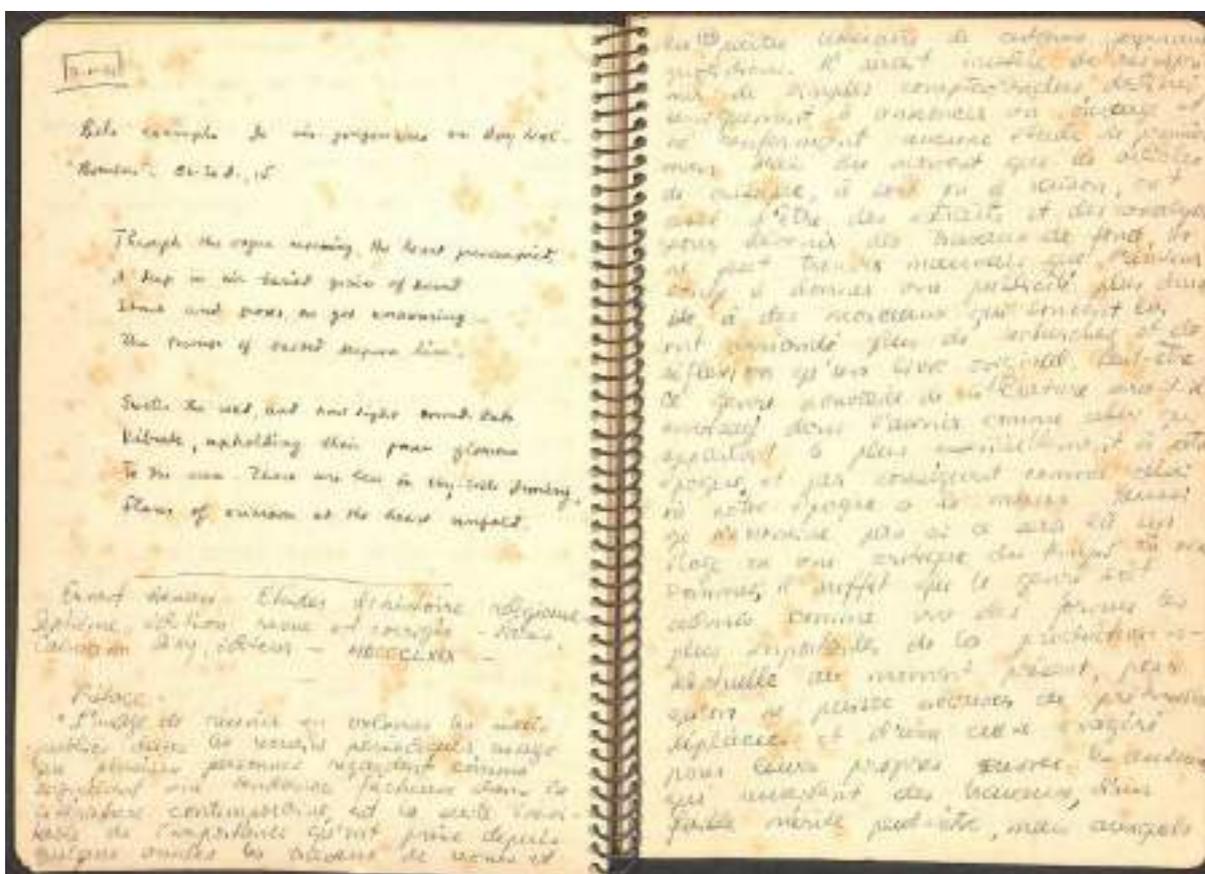
Uma leitura superficial poderia levar à interpretação de que se reitera aqui a prática de valorização do arquivo do homem sobre o da mulher. Numa análise fria, trata-se antes, é verdade, de uma descrição “fiel”: há 12 anos, o arquivo de Gilda “pertence” a Antonio Candido e dele já não poderia ser mais separado. A questão, no entanto, pode ser mais sutil: no jogo incerto de oferecimentos e aceites de acervos, é menos laborioso e arriscado submeter à avaliação um único arquivo do que dois, bastando torcer um pouco a semântica das delimitações e fronteiras. Que o arquivo oferecido seja o do homem e que o arquivo “embutido” seja o da mulher é circunstância que pode ser dependente da efeméride (o falecimento mais recente) e de uma eventual acomodação às expectativas do receptor quanto às importâncias relativas de cada titular.

Posto que oferecido conjuntamente, um único processo administrativo rege a incorporação dos dois fundos, chamados de “acervo pessoal do casal de professores Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza”, sendo tratado no singular na quase totalidade do texto do “Relatório de Visita Técnica” (em particular no “Parecer Final”) e no termo de aceite do Conselho Deliberativo do IEB (chamado de “acervo documental de Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza”).

De qualquer forma, uma vez incorporados, os arquivos são finalmente divididos, durante o processo de tratamento documental, conduzido com a colaboração de membros da família e das próprias anotações de Antonio Candido. Mas é essa mesma atividade de divisão e tratamento documental que vem patentear o estabelecimento de parcerias entre os titulares e a dificuldade de univocamente determinar o lugar de pertença de uma grande série documentos.

Do vasto conjunto de cadernos presentes no arquivo pessoal de Candido, localizamos item que traz anotações do titular da documentação e de Gilda:

Figura 19 – Caderno de estudos de Antonio Candido, com anotações de Gilda

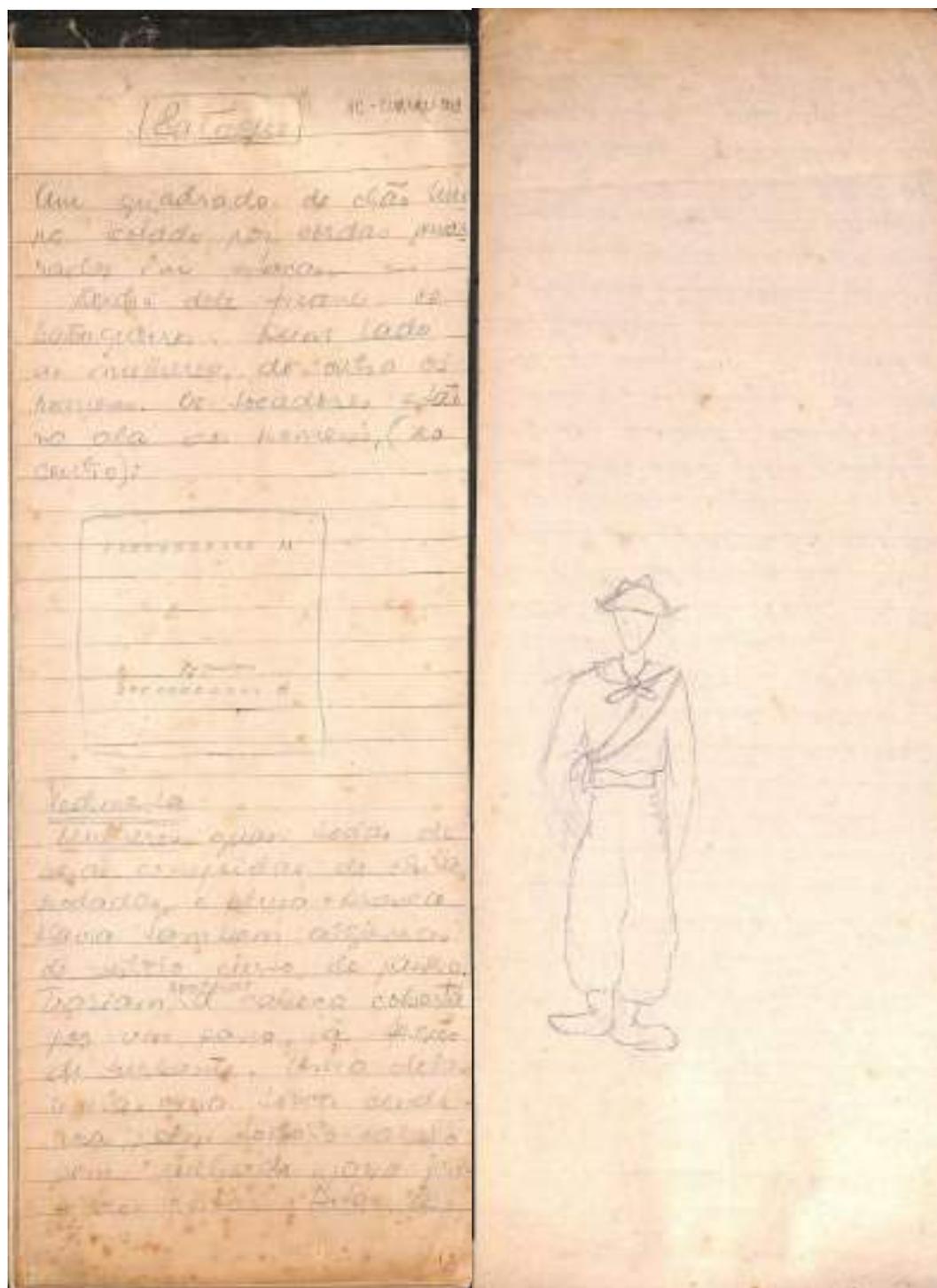


Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Antonio Candido, código de referência: AC-CAD-007.

Casal discreto, no caso de Gilda e Antonio Candido, essa parceria está materializada, por exemplo, em cadernos como o presente. Nele, vemos a letra de Gilda a complementar as ideias registradas por Antonio Candido, objetivando em cadernos um traço habitual de seu processo de criação, uma vez que, em seu acervo, teremos mais de uma centena de itens desse tipo, trazendo reflexões acerca de suas leituras, roteiros de aulas e pequenos apontamentos autobiográficos.

Para além de uma vida privada e estudos compartilhados, destaca-se a produção conjunta do casal que abre a obra *Estrela da Vida Inteira*, publicada em 1965, por Manuel Bandeira. Mas, como consequência do avanço do trabalho descritivo do acervo do professor, por meio dos documentos do Fundo Antonio Candido, encontramos uma parceira intelectual, talvez pouco conhecida na vida pública. Gilda atuará em pesquisas sobre o Cururu, a qual dará origem a *Parceiros do Rio Bonito*, tese de Antonio Candido, posteriormente publicada em livro:

Figura 20 – Caderno de estudos presente no Fundo Antonio Candido, com anotações e desenhos atribuídos a Gilda



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Antonio Candido, código de referência: AC-CURURU-003.

No caderno salvaguardado no arquivo de Candido, sob o código AC-CURURU-004, há anotações e desenhos, em grafia atribuída a Gilda. Em entrevista concedida

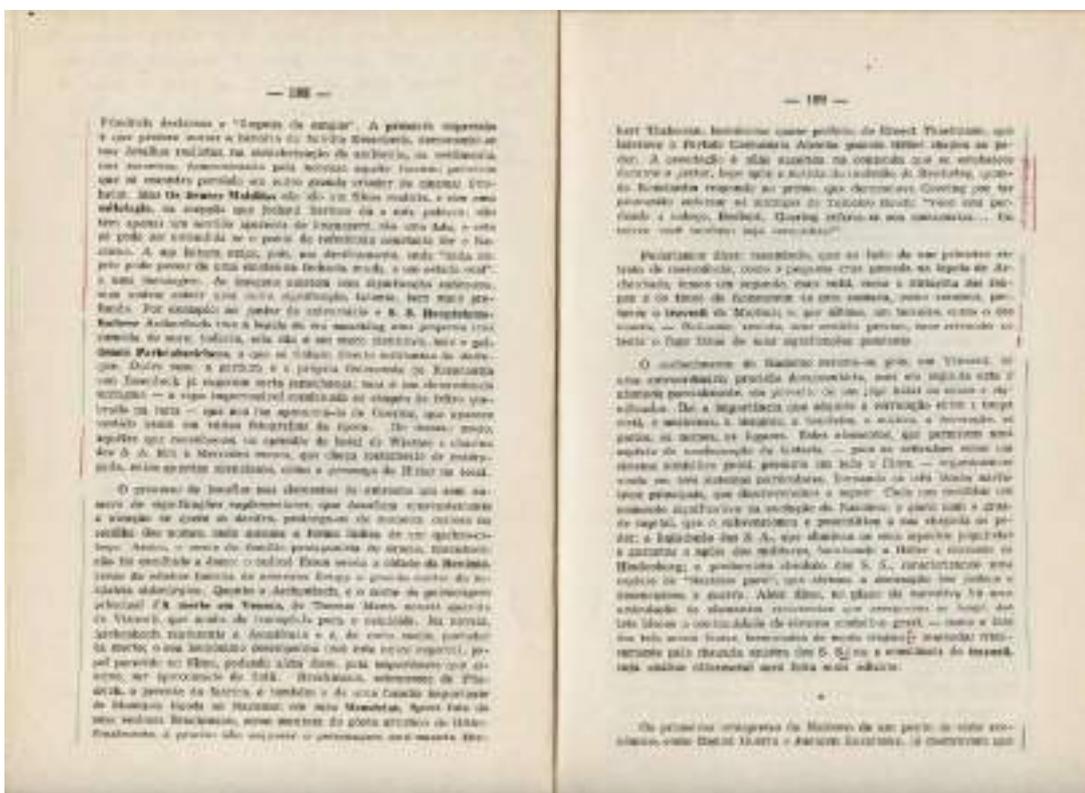
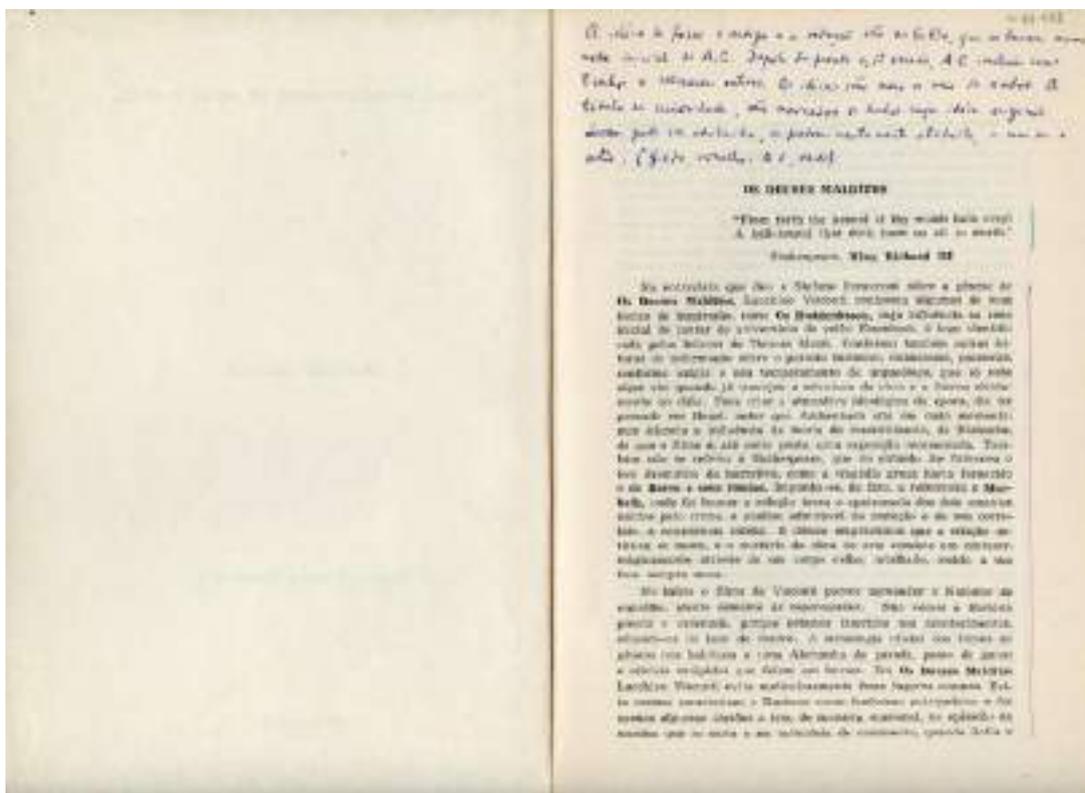
a Heloísa Pontes, identificamos o depoimento de Antonio Candido, que menciona o apoio de Gilda aos estudos sobre o cururu:

Heloisa - Foi aí que nasceu a idéia de escrever a tese sobre os parceiros?

Antonio Candido - Foi pouco depois, mas é preciso dizer que antes eu pensei em fazer coisa diferente. Inscrito para doutorado em 1942, pensei primeiro em estudar os norte-americanos que vieram depois da guerra de Secessão e fundaram a cidade de Americana. Depois Willems me sugeriu os alemães da região de Santo Amaro, ambos os temas dentro dos processos de aculturação, que estavam então em grande voga por aqui. **Mas a coisa não ia nem vinha quando Roger Bastide me pediu para ir com Gilda e uns alunos a Piracicaba recolher dados sobre o cururu, dança e canto dos caipiras, e sobre os "língua de fogo", nome dado aos pentecostais.** Gostei muito da experiência e decidi escolher novo assunto, mais próximo do meu conhecimento e da minha experiência de vida: relação do cururu com a urbanização. **Fui muitas vezes a Piracicaba e sua zona rural, algumas delas com Gilda, recolhi material e cheguei a escrever cem páginas, a partir de 1946.** A tese se chamaria *Poesia popular e mudança social*, mas acabei percebendo que sem conhecer música seria impossível estudar direito uma manifestação essencialmente musical. Então resolvi, creio que ali por 1950, pôr de lado o cururu e aproveitar noutra sentido o material recolhido, de modo que o que deveria ser a parte inicial da tese, uma vista geral sobre a cultura caipira, se tornou a própria tese, baseada sobretudo no trabalho de campo na zona rural de Bofete, com dois momentos principais: cerca de um mês no começo de 1948 e mais de um mês no começo de 1954, quando já estava em trabalho de redação. A tese ficou pronta no começo do segundo semestre e foi defendida em outubro. José Olympio se ofereceu imediatamente para publicá-la na coleção Documentos Brasileiros e eu não quis, achando que era fraca e precisava ser muito retocada. Foi uma tolice. Saiu em 1964 sem alteração ponderável, a não ser simplificação de linguagem e coisas menores, quando a sociologia já tinha avançado muito aqui e ela deixara de ter o impacto que poderia ter tido em 1954 ou 1955 (Pontes, 2001, p. 25-26, grifos nossos).

Além disso, o casal colaborará em textos como “Os deuses malditos”, publicado na *Revista Discurso*, em 1971. No exemplar presente no Fundo Antonio Candido, é possível ler a seguinte anotação manuscrita: “A idéia de fazer o artigo e a redação são de Gilda, que se baseia numa nota inicial de A. C. Depois de pronta a 1ª versão, A. C. incluiu mais trechos e reescreveu outros. As ideias são meio a meio de ambos. A título de curiosidade, vão marcados os trechos cuja ideia original [rasura] pode ser atribuída, ou predominantemente atribuída, a um ou outro. (Gilda, vermelho; A. C., verde).”

Figura 21 – Texto “Os deuses malditos” em que Gilda e Antonio Candido compõem juntos



Fonte: Arquivo IEB-USP, Fundo Antonio Candido, código de referência: AC-EA-483.

Nesse documento celebramos o ápice de nossa pesquisa, dedicada à legitimação de uma parceria: mesmo que a impressão pudesse apagar os traços de autoria de cada um dos intelectuais, com lápis de cor, atribui-se a Antonio Candido o cuidado com os créditos. E ele nos estimula em nossa argumentação, quando registra, de forma manuscrita: “As ideias são meio a meio de ambos”.

No acervo de Gilda, Antonio Candido também estará presente. Como ele organizará ambos os arquivos, assim como Julieta de Godoy Ladeira o fez com seu marido, Candido deixará etiquetas de identificação, buscando contextualizar o arquivo de sua esposa, especialmente quanto às suas atuações menos conhecidas, por exemplo, como escritora ficcional. Das mais conhecidas, destacamos, a partir das palavras de Heloisa Pontes:

[...] ensaísta, intelectual acadêmica e professora da Faculdade de Filosofia onde se formou em 1939, antes de se tornar assistente de Roger Bastide na cadeira de Sociologia I (Pontes, 2010, p. 120).

Além disso, fotografias familiares encontram-se em ambos os fundos, estabelecendo conexões e interseções, como já apontamos anteriormente. Assim como os demais arquivos pessoais, os arquivos de Gilda e Antonio Candido refletem as atividades de seus titulares, que traçam parcerias de vida e no trabalho, especialmente mesclando-as com a história de uma geração que foi pioneira nos estudos das Ciências Sociais, no Brasil, além de atuarem, de modo importante, na construção, resistência e reconhecimento da Universidade de São Paulo, onde se conhecem enquanto estudantes de graduação, se formam e trabalham até receberem o título de professores eméritos. Ambos participam ainda de momentos e grupos basilares que formam o pensamento sociológico brasileiro, especialmente no Sudeste, mais especificamente na cidade de São Paulo. Um desses grupos será conhecido como *Clima*, o qual também dará nome à revista homônima. Novamente com Pontes, sabemos:

Se o grupo de *Clima* foi pródigo em encontros afetivos que deram certo, foram poucos, no entanto, os casais que conseguiram realizar carreiras paralelas, como Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza. Durante o período de circulação da revista (1941 – 1944), Gilda, embora tivesse uma formação acadêmica em filosofia, sociologia e estética, escreveu apenas duas críticas literárias e jamais se aventurou nas artes plásticas. Na revista, Lourival Gomes Machado respondia pela crítica de artes e Antonio Candido pela crítica literária (Pontes, 2010, p. 119).

Vale ressaltar que os estudos de Heloisa Pontes tematizam pertinentes questões de gênero, as quais aqui não serão abordadas. Além dos trabalhos de Heloísa Pontes, outra referência na abordagem da parceria intelectual do casal estará em Pereira e Camargo (2020), que analisam as colaborações do casal Gilda e Antonio Candido no ensaio publicado na introdução de obra de Manuel Bandeira, já anteriormente citado.

5 ARQUIVOS DE CASAIS

Chega-se ao presente capítulo, buscando-se, por meio da teoria arquivística, refletir sobre a necessidade e aplicabilidade do conceito *arquivo de casal*.

Daremos início à nossa reflexão, fazendo um breve levantamento de literatura científica que dialoga com o nosso tema. De modo involuntário, a percepção da existência de uma linha de continuidade entre arquivos que pertencem a pessoas casadas pode ser flagrada em vários estudos que tomam os arquivos pessoais dos cônjuges como um objeto unificado de pesquisa, embora o estatuto ontológico-conceitual desses acervos não seja problematizado. Fernanda Azeredo de Moraes (2011, 2012), por exemplo, trabalha com as relações intelectuais estabelecidas entre André e Dorine Gorz e entre Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre, examinando cada um dos quatro arquivos organizados de forma individualizada. Luisa Valentini (2010, 2013) investiga o papel do casal Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss na criação, ao lado de Mário de Andrade, da Sociedade de Etnografia e Folclore, compulsando os arquivos correspondentes. Valentini e Moraes são estudos da área de Antropologia com foco em arquivos pessoais de casais, apesar de eles não serem assim identificados, em suas instituições de guarda.

Outro tipo de configuração identificada é o arquivo pessoal feminino enxertado (e subsumido) no arquivo pessoal do esposo. O fundo Álvaro Moreyra, salvaguardado pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Casa de Rui Barbosa, encerra o arquivo de Eugênia Moreyra, que faleceu de maneira repentina, num acidente de carro, como mostra Rouchou (2011). Outro exemplo de documentação de esposa, encontrada no interior do arquivo do marido, é o de Maria Isabel Silveira, esposa de Valdomiro Silveira, cujo arquivo se encontra depositado no IEB-USP, como descobriu a pesquisadora Mendes (2020, 2021). Devido à circunstância de a documentação de Maria Isabel não ser um conjunto individualizado, como as demais esposas que fazem parte do *corpus* de nossa tese, ele não compõe nosso recorte. Os estudos de Rouchou e Mendes, a despeito de publicados em revistas acadêmicas de caráter multidisciplinar, aproximam-se dos estudos literários.

Na Arte, o livro de Whitney Chadwick e Isabelle de Courtivron, *Amor & Arte: duplas amorosas e criatividade artística* (1995) dedica-se a casais de artistas e sonda as dinamicidades e complexidades que essas parcerias guardam:

As biografias e monografias tradicionais quase sempre descreveram a criatividade como uma luta solitária, individual (em geral masculina) e extraordinária pela autoexpressão artística. Em vez disso, decidimos explorar as complexidades das parcerias e colaborações, simultaneamente penosas e enriquecedoras. Optamos por focar casais (do mesmo ou de diferentes sexos) porque são infinitamente fascinantes na diversidade de suas interações (Chadwick; Courtivron, 1995, p. 9).

As reflexões de Chadwick e Courtivron não abordam a questão dos arquivos, mas muitos pontos enumerados pelas autoras servem ao nosso interesse relativo aos arquivos de casais: produção conjunta, atribuição de autoria (a qual, muitas vezes, prioriza o papel masculino), complexidade das trocas e diversidade.

Já no âmbito institucional, embora a incorporação de ambos os arquivos pessoais de pessoas casadas esteja longe de ser uma prática-padrão e estabelecida, ocorrências desse tipo podem ser encontradas em número até apreciável. De qualquer forma, como regra, em termos de tratamento documental, os fundos são organizados independentemente e, quase sempre, sem questionamentos sobre suas fronteiras¹¹⁸. Um mapeamento desses arquivos foi realizado, de forma exploratória e não exaustiva, e está disponível nos “Apêndices” desta tese.

Começaremos nossos trabalhos, procurando estabelecer uma definição e caracterização de *arquivo de casal* e, em seguida, considerando a Arquivologia como uma ciência aplicada, buscaremos elencar as principais características que configuram um *arquivo de casal*. Com isso, esperamos balizar outras pesquisas, pesquisadores e instituições, que poderão aplicar a identificação de tais conjuntos aos acervos sob a sua responsabilidade, de modo que a proposta aqui desenvolvida possa ser largamente empregada, para além de nosso *corpus* identificado no Arquivo IEB-USP.

5.1 Arquivo de casal: por uma definição

Nosso estudo chega, assim, ao ponto da definição e caracterização de *arquivo de casal*. Faremos isso tendo em vista, inicialmente, cada parte do conceito,

¹¹⁸ Uma maior problematização se deu na Fundação Fernando Henrique Cardoso, quando da organização do arquivo pessoal de Ruth Cardoso, como será possível constatar no “Apêndice A – Arquivos de casais: identificação de casos para além do IEB-USP”.

almejando conciliar a teoria arquivística até aqui discutida e revisada e, então, ampliar nosso escopo de análise para dicionários de outras áreas.

Partindo da definição linguística elementar de *casal*, com base no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, extraímos os seguintes dados que, em um primeiro movimento de análise, nos interessam: “**Casal** s.m. (870 cf. Jm) [...] 3. Par formado por macho e fêmea 3.1 marido e mulher 4. P. ext. duas coisas iguais; par, parelha [...]” (Houaiss, 2001, p. 641).

O termo, no âmbito do Direito (que é considerado, assim como a Administração, uma das áreas-irmãs da Arquivologia), nos auxilia na identificação da

[...] existência da sociedade conjugal, isto é, a união legal entre homem e mulher.

Neste sentido, encontramos várias expressões, como sejam bens do casal, cabeça do casal, domicílio do casal, filhos do casal, todas dando a nítida ideia da existência da associação de interesses havidos entre marido e mulher, em decorrência da sociedade que eles legalmente constituíram, e da qual decorrem direitos e deveres recíprocos (Plácido e Silva, 1980, p. 311).

É preciso apontar que ambas as definições aqui apresentadas, especialmente no que diz respeito às questões de binaridade de gênero, trazem conceituação datada, tornando-se hoje parcialmente anacrônicas para os atuais padrões de relacionamento. Contudo, elas são utilizadas aqui para mostrar que o termo “casal” sempre se refere a duas entidades que se relacionam, de maneira conjunta, com certas ações, interesses e objetos do mundo. Além disso, especialmente no Direito, há a alusão à instauração de uma sociedade. Desse modo, aos olhos do Direito, um casamento formalizado detém o mesmo *status* e reconhecimento legal que uma sociedade jurídica. Essa equivalência nos permite aproveitar a teoria arquivística dedicada a arquivos institucionais, conforme indica Macêdo (2018, p. 13):

A teoria arquivística se desenvolveu tradicionalmente com base na compreensão e experiência com os arquivos do governo e outras organizações, onde os documentos são criados como parte de transações comerciais ou de serviços e retidos como evidência. Ou seja, privilegiou seu olhar e seu estudo para arquivos do âmbito corporativo e público, e, nesse sentido, grande parte dos trabalhadores pioneiros na área defendiam que tal teoria não poderia explicar a individualidade e a idiosincrasia que caracterizam os arquivos pessoais (Macêdo, 2018, p. 13).

Ainda em nosso diálogo com a consolidada área dos arquivos administrativos, procurando manter a analogia em relação aos *arquivos pessoais*, a constituição do

arquivo de casal teria várias equivalências ao arranjo de um arquivo corrente que contemplasse uma fusão empresarial¹¹⁹.

Em outras palavras: se o estabelecimento do casal pode ser interpretado como o surgimento de uma instituição, um tipo documental como a certidão de casamento, frequente nos arquivos de casais, poderia ser equiparada, por exemplo, a um contrato social. Dessa maneira, muitos dos princípios que regem os arquivos institucionais poderiam ser aplicados a arquivos de casais, de modo que, de forma simplificada, documentos produzidos no âmbito das atividades relacionadas à vida conjugal não pertenceriam ao arquivo de um determinado “sócio”, todavia, ao arquivo da própria “instituição”, como uma entidade terceira. Pela nossa análise, essa entidade terceira seria o *arquivo de casal*, ou seja, um fundo autônomo.

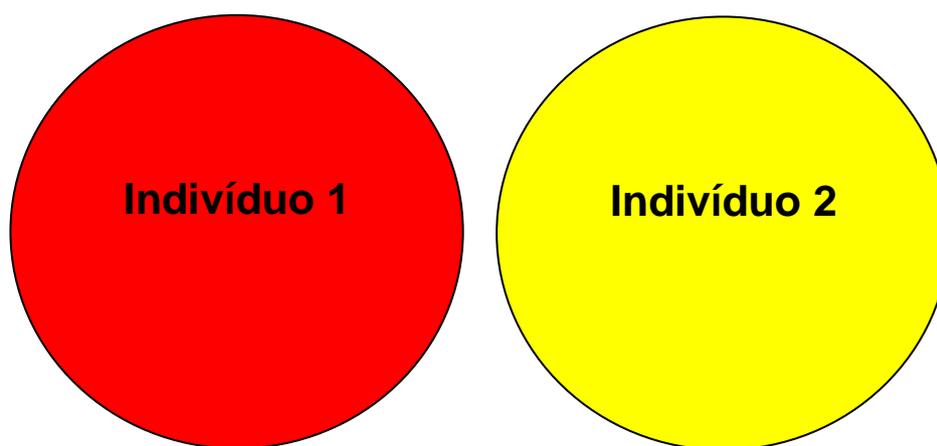
A produção documental de uma pessoa jurídica deve subordinar-se e delimitar-se às fronteiras do “negócio” visado pelo empreendimento. Num casamento, esse “negócio”, esse rol de atividades comuns é de limites mais imprecisos. De qualquer forma, fora desses limites, assim como os sócios de uma empresa, os indivíduos que compõem o casal também continuam produzindo e acumulando documentos individual e independentemente. Uma questão relevante à nossa reflexão, aliás, se estende ao momento de dissolução do matrimônio, seja por separação, seja por morte de um dos cônjuges, quando o arquivo compartilhado deixa de existir e ambos (ou apenas um dos consortes) voltam a produzir e acumular documentos para o seu próprio arquivo. Nesse momento, seguindo a mesma lógica de um arquivo empresarial ou governamental, chega-se à conclusão de que o fundo do casal se fecha, assim como uma empresa que encerra as suas atividades ou, ainda, como determinado ministério de um governo é extinto em uma nova gestão.

Buscando ilustrar, de maneira gráfica, o que foi desenvolvido até aqui, apresentamos três estilizações de nosso problema. Na Figura 22, representamos a manutenção da classificação tradicional que mantém separados os arquivos dos titulares; na Figura 23, a soma de dois fundos individuais, em um novo e único fundo,

¹¹⁹ Infelizmente, em bases como a BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação - 2010-2014), não encontramos referencial ou estudos de casos de arquivos empresariais que representem processos de fusão. Em áreas como Administração, Direito, Economia e Contabilidade, é possível verificar, por meio do Código Civil Brasileiro, a regulamentação das chamadas Sociedades Anônimas, sendo identificadas três principais possibilidades: (i) a fusão, conforme descrita no artigo de número 225 da Lei das Sociedades Anônimas e artigo 1.119 do Código Civil Brasileiro; (ii) a cisão, conforme o artigo 229 da Lei das Sociedades Anônimas e (iii) a incorporação, prevista no artigo 227 da Lei de Sociedades Anônimas e no artigo 1.116 do Código Civil Brasileiro.

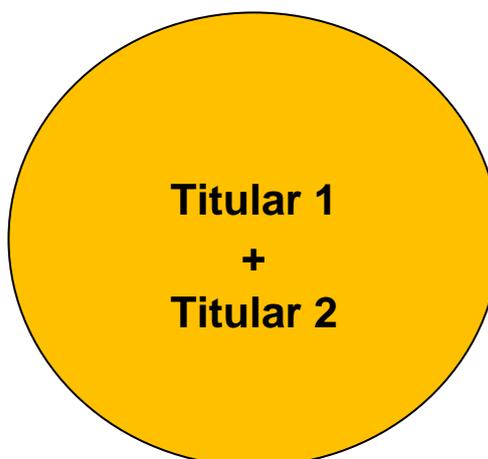
a ser classificado com ambos os nomes dos membros do casal; e, na Figura 24, a intersecção de partes dos conjuntos, que poderia ser tomada como uma terceira entidade produtora, contudo, mantendo-se a possibilidade de produção e acumulação individualizada.

Figura 22 – Estilização de *arquivo de casal*, considerando dois fundos individualizados



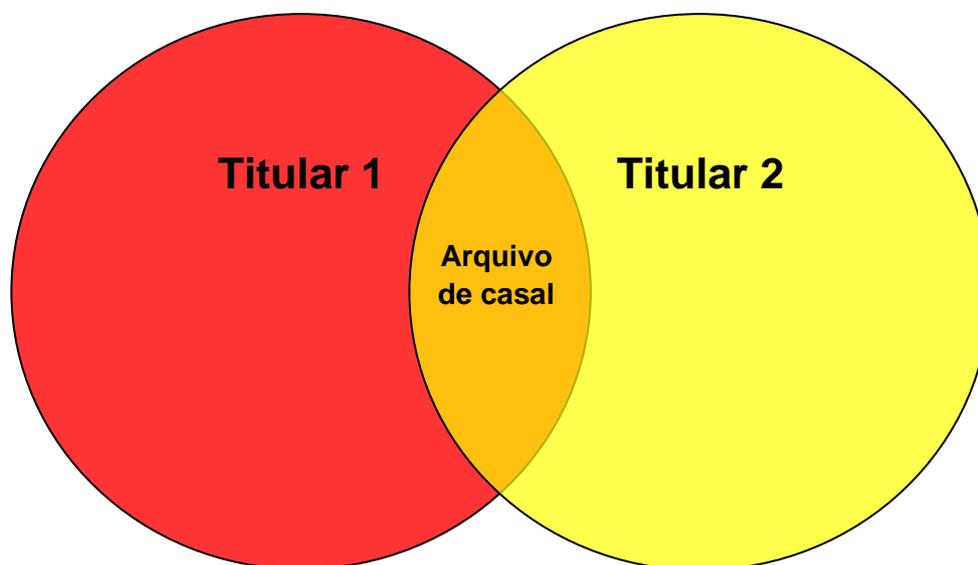
Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 23 – Estilização de *arquivo de casal*, considerado como um único fundo, a partir da soma de dois fundos



Fonte: Elaborado pela autora.

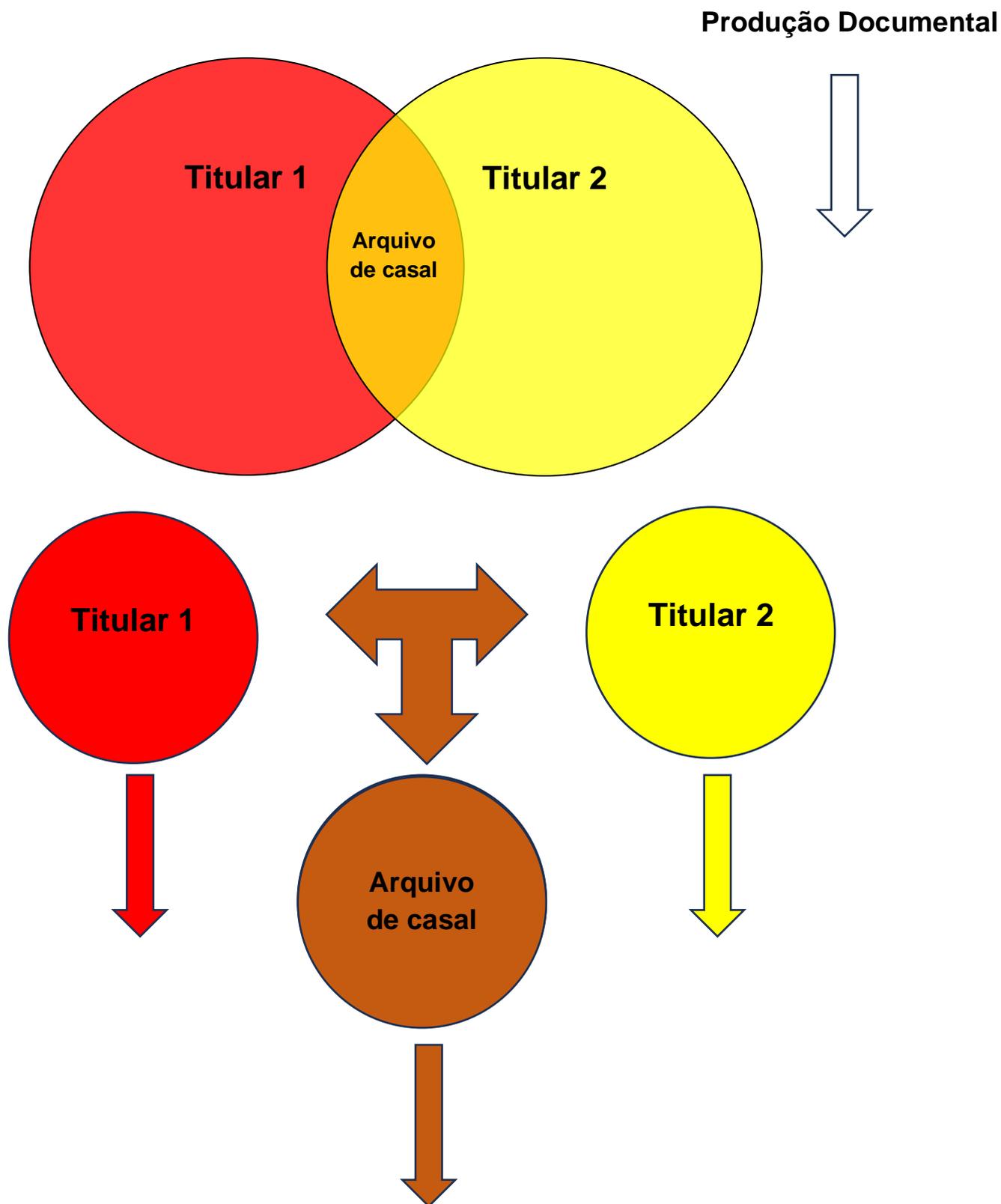
Figura 24 – Estilização de *arquivo de casal*, com intersecção entre dois fundos, de modo a criar um novo fundo



Fonte: Elaborado pela autora.

Chegamos ao ponto de nossa análise que, levando-se em conta todas as revisões teóricas e levantamentos de casos práticos que realizamos, nos parece que a Figura 24 é a que, de forma coerente e à luz da Arquivologia, concretiza nossas hipóteses levantadas. Entretanto, sua representação ainda dá margem a uma interpretação de “sobreposição” e “mistura” dos fundos. Assim, propomos nova estilização, tendo como base o fluxo de produção documental, demonstrada na Figura 25.

Figura 25 – Estilização de *arquivo de casal*, como novo fundo a ser criado, considerando o fluxo de produção documental – reflexão avançada

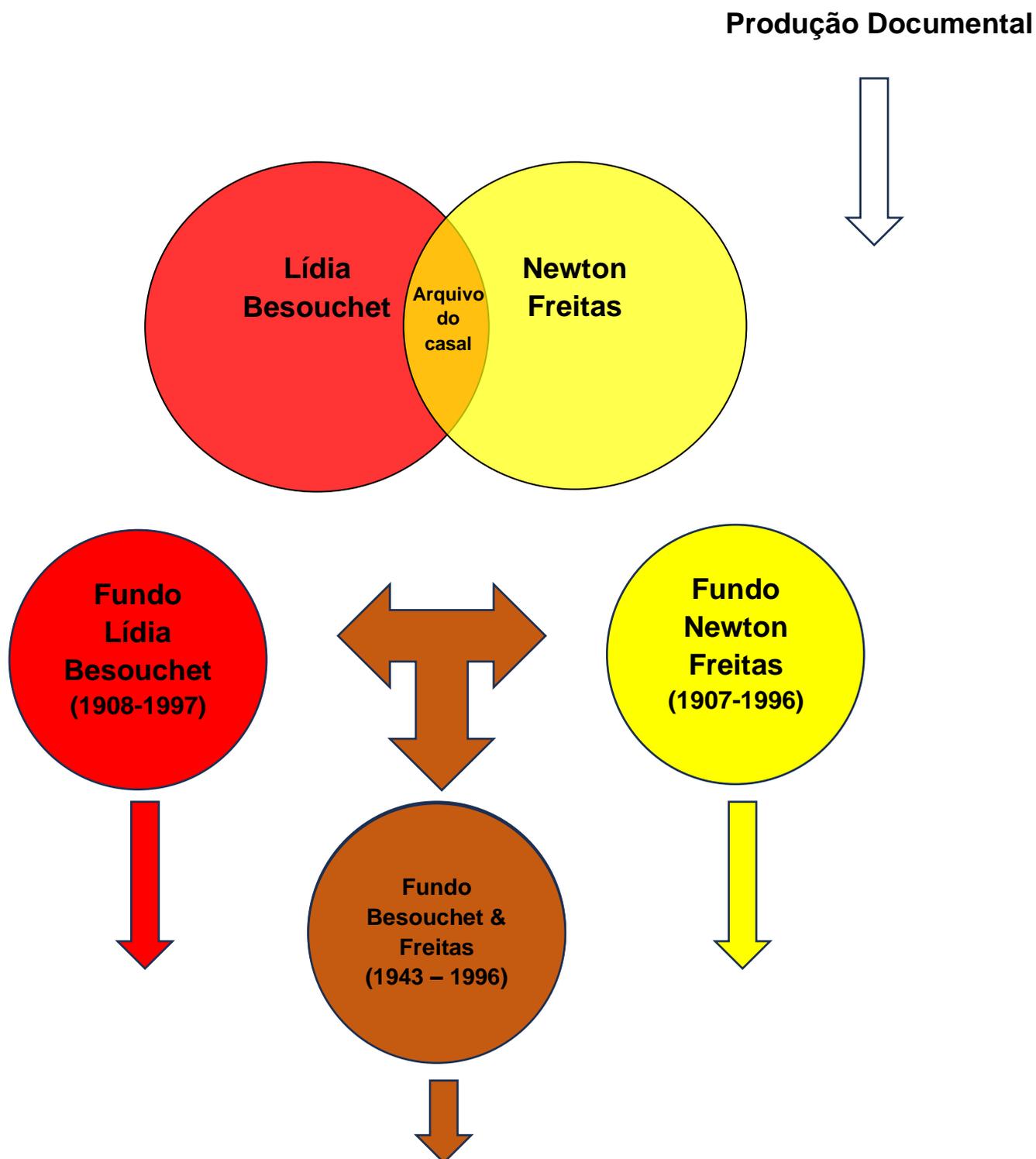


Fonte: Elaborado pela autora.

Na imagem, fica claro que há o fundo de cada um dos indivíduos que compõem o casal, os quais terão início e fim em função de documentos referentes a eventos que vão do seu nascimento até sua morte, prática comumente aceita no tratamento de *arquivos pessoais*. A partir do encontro desses indivíduos, estabelece-se uma parceria, que, no nosso caso, se foca na composição de um casal. Quando esse casal implementa a formalização do matrimônio, por exemplo, documentos como a certidão de casamento podem balizar a data de início desse novo fundo, o qual representa o casal. E seu encerramento, no caso de um divórcio, será a documentação de formalização da separação. Há ainda a possibilidade de morte de um dos cônjuges e, por conseguinte, a certidão de óbito do indivíduo falecido abrirá a designação de viuvez do membro sobrevivente, e será esse tipo de documentação que balizará o também encerramento do fundo do casal.

Novamente, lançando mão de esquema pictórico, aplicado, por exemplo, aos arquivos de Newton Freitas e Lídia Besouchet, expostos anteriormente, ousamos apresentar nomenclatura própria para o arquivo do casal, o qual poderia ser chamado de fundo Besouchet & Freitas. A Figura 26 demonstrará nossa proposta, incluindo bases cronológicas para a abertura e o fechamento de cada fundo:

Figura 26 – Aplicação de proposta de identificação de arquivo de casal, a partir de exemplo retirado do acervo do Arquivo IEB-USP



Fonte: Elaborado pela autora.

A escolha de uma organização arquivística separada, conjunta ou interseccional de *arquivos pessoais* de casais depende unicamente de decisões de instituições de guarda e de suas equipes técnicas. Fato é que isso influenciará na recuperação informacional por parte do pesquisador e, conseqüentemente, resultará em interferência nos resultados de pesquisas. Retomando nosso diálogo com Macêdo (2018),

[r]essaltamos que os amadorismos e improvisações no tratamento dos arquivos, que têm como consequência, inclusive, a desvirtuação do caráter arquivístico dos documentos pessoais, não gera apenas os problemas visíveis na consulta dos documentos. Hoje, essas posturas acabam por “implodir” os arquivos, como escreveu Camargo (2003), prejudicando a sua utilização futura (Macêdo, 2018, p. 20).

O presente trabalho defende que o *arquivo de casal* seja um espaço intersticial junto aos *arquivos pessoais*, podendo ser tratado como um fundo, para além daqueles de seus titulares. Do ponto em que estamos agora, ensaiamos, com o apoio da teoria arquivística, especialmente quanto aos princípios arquivísticos revisitados, consolidar nossa hipótese.

Pela definição de proveniência dada por Bellotto (2006, p. 88),¹²⁰ depreendemos que, enquanto não ocorre a união entre duas pessoas – o casal –, a produção documental se dá separadamente, proveniente de cada indivíduo. Uma possível convergência poderia ter lugar apenas após o estabelecimento do casal. Mas, numa interpretação estrita das palavras de Bellotto, a somatória dos dois *arquivos pessoais* em um único arquivo configuraria uma operação indevida, posto que a autora não se preocupa em considerar uma eventual produção compartilhada. Assim, apesar de ser claro que se trata de dois indivíduos independentes, os quais, em determinado ponto da vida se unem – união muitas vezes caracterizada pelo casamento, mas não só –, a questão que se coloca é se a união do casal acarreta ou não a união de dois arquivos, formando, assim, um único conjunto orgânico de documentos.

Nossa hipótese dirá que não, pois sua soma feriria, além da *proveniência*, a *ordem original* e o *respeito aos fundos*, os princípios da *organicidade* e da *indivisibilidade ou integridade arquivística*, lembrando que “[...] os fundos de arquivo

¹²⁰ Ver p. 42 desta tese.

devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não-autorizada ou adição indevida” (Bellotto, 2006, p. 88).

Um exemplo prático: em dois *arquivos pessoais*, cada produtor terá sua documentação identitária, representada por certos documentos, como carteira de motorista, certidão de nascimento, passaporte etc. –, todos eles produzidos de forma individualizada. A partir do estabelecimento formal e legal da parceria como casal, a certidão de casamento pode se configurar como um documento de acumulação conjunta, pois se trata de um item cuja produção só se justifica no momento da fixação dessa parceria conjugal. Com efeito, muito mais do que um signo das juras de amor e dos sentimentos envolvidos, a certidão de casamento funciona como um contrato que regerá, inclusive, o regime de divisão de bens, antes e depois do casamento. Logo, não seria equivocado argumentar que, juridicamente, o patrimônio documental se torna um bem a mais a ser compartilhado entre os cônjuges e disputado, no caso de uma separação. Além disso, na criação de um novo fundo, a certidão de casamento pode ser um excelente tipo documental para marcar o arco temporal, com a data de início do novo fundo.

Em acréscimo à certidão de casamento – documento originário que instaura um novo fundo –, uma série de outros documentos passa a subordinar-se a uma dinâmica de produção conjunta: o convite de casamento produzido pré-contrato matrimonial, o álbum de casamento¹²¹, os registros audiovisuais da cerimônia, os álbuns de bebês, as fotografias dos filhos, os cuidados com bichos de estimação e todo um rol de registros comuns e papéis endereçados a uma única entidade condensada pelo casal. Em todos esses casos hipotéticos, a produção e/ou acumulação é obrigatoriamente conjunta. Em outras palavras, com base em ambos os membros do casal, produz-se um mesmo documento.

Estamos chegando, assim, ao final da concepção teórica do conceito de *arquivo de casal*. Defendemos que, a partir da consumação dessa parceria, na maioria dos casos, envolvendo a vida privada e produções de projetos públicos, estabelece-se um novo fundo. Se um arquivo pessoal tem como eixo balizador da documentação o nascimento e a morte do titular, no caso dos arquivos de casais, esse mesmo eixo

¹²¹ No caso de álbuns fotográficos, mais questões e estudos estão na seção “Arquivos de família: uma definição”, do capítulo “Arquivos privados, pessoais e de família: questões terminológicas”, quando se identificam estudos tanto dedicados à fotografia, como tipo documental, quanto aos álbuns, quando da sua classificação de “álbuns de família”.

considerará o início (que pode ser desde um namoro até a formalização de um casamento, por exemplo) e o fim dessa parceria (o qual poderá se dar a partir de uma separação ou da morte de um dos titulares).

Trata-se de uma identificação simples? De forma alguma. O presente estudo é o exemplo claro das dificuldades encontradas no trabalho de organização documental, cotidiano imposto a tantos profissionais da nossa área. Bellotto (2006) nos orienta quanto a isso:

A identificação de fundos é um trabalho complexo que requer conhecimento profundo da estrutura administrativa e das competências (e suas mutações) dos órgãos produtores de documentação, nos respectivos níveis da administração pública e nos vários setores da administração privada, se for o caso. Desse conhecimento depende todo o arranjo de um arquivo permanente, arranjo sem o qual o trabalho posterior de descrição e levantamento de conteúdo de documentos componentes será seriamente prejudicado. Esse prejuízo fatalmente atingirá toda a otimização da informação administrativa e da pesquisa histórica, cuja eficiência é, afinal, a própria razão de ser do arquivo permanente (Bellotto, 2006, p. 134).

O “conhecimento profundo” dos órgãos produtores envolverá o estudo da biografia, bem como a aplicação dos princípios arquivísticos ao fundo dos dois titulares que compõem o casal. Ademais, cabe sugerir que, na elaboração de instrumentos de pesquisa de tais acervos, as equipes técnicas responsáveis registrem suas decisões, de sorte que fique claro ao pesquisador o motivo da configuração final do arranjo da documentação. A proposta que apresentamos envolveria a identificação do *arquivo de casal*, a partir do atento manejo documental dos fundos dos titulares que compõem o casal.

No caso dos arquivos administrativos, Bellotto (2006) convoca os já citados estudos de Michel Duchein e orienta para nos atermos à hierarquização institucional:

Michel Duchein chama a atenção para as dificuldades que precedem a identificação de fundos. Em um artigo antológico ele anuncia algumas normas para facilitar esse trabalho. Mostra que um dos grandes obstáculos é a questão da hierarquia dos órgãos. Que nível administrativo constituirá fundos? A complexidade da organização funcional e dos vínculos de subordinação faz com que seja necessário estabelecer critérios. Um deles é, a meu ver, identificar a função primordial de um órgão maior, capaz de globalizar as atividades de suas várias repartições (Bellotto, 2006, p. 132).

Em teoria, não deveria haver uma hierarquização na parceria, quando pensamos no caso de casais. Ela deveria ser tomada como horizontal, com direitos e deveres compartilhados.¹²²

Nessa perspectiva, por meio de analogia e do uso do pensamento lógico, tracemos um paralelo entre as definições de *arquivo pessoal*, anteriormente identificadas por Bellotto (2006) e Oliveira (2012), com o conceito derivado de *arquivo de casal*, finalmente proposto por nós:

Quadro 14 – Definição de *arquivo de casal*, a partir da definição de *arquivo pessoal*

Definições de arquivo pessoal	Proposta de definição de arquivo de casal
<p>A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/ recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os gestos de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento (Bellotto, 2006, p. 256).</p>	<p>Trata-se de documentos produzidos e/ou acumulados por um casal, em decorrência de suas atividades e funções sociais, a partir do estabelecimento e continuidade temporal dessa parceria entre os dois membros.</p> <p>Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida privada e familiar, acumulação patrimonial e gestão financeira, obras em seus vários estágios de produção, relações sociais e as demais múltiplas atividades desempenhadas de maneira conjunta, nessa configuração unificada que compõe o casal.</p>
<p>Entendo “arquivo pessoal” como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em</p>	

¹²² Vale apontar que as próprias instituições formais, como empresas, por exemplo, adotam novas linhas de organização que avançam para além da hierarquização estática, levando em conta as complexidades da sociedade moderna. Isso pode ser constatado em alguns estudos, como Jorge (2017), Choo (2011), Mandelli (2018), Davenport (2005), Morgan (1996), Morin (2005), entre outros.

Definições de arquivo pessoal	Proposta de definição de arquivo de casal
<p>decorrência de suas atividades e função social.</p> <p>Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo (Oliveira, 2012, p. 33).</p>	

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 14 busca demonstrar que os mesmos termos usados para caracterizar o *arquivo pessoal* – conceito focado na produção e acumulação documental de um único titular – podem, numa operação analógica, ser transferidos para o conceito de *arquivo de casal*, atenta a ampliar a ideia de titularidade para uma parceria entre duas pessoas, que regerá a nova definição. Como destacado anteriormente, o casal será reconhecido como a entidade produtora e acumuladora de documentação. E, apesar de nosso esforço em esboçar definições e diretrizes, cada caso deve ser atentamente analisado, de modo a averiguar se especificidades deverão ser consideradas.

Exemplo disso ocorreu, em nosso estudo, quando nos debruçamos sobre os dez arquivos pessoais que comporiam cinco arquivos de casal, no acervo do Arquivo do IEB. Após a análise, as decisões não devem ser arbitrárias, mas tomadas à luz da Arquivologia. Cada arranjo de uma vida de uma pessoa e, em nosso caso, de um casal, será único. Entretanto, a lógica deve seguir sempre uma mesma linha, pautada sobretudo nos princípios e conceitos arquivísticos.

Para além do conceito, nosso estudo pretende abordar, em seguida, na tentativa de auxiliar outros estudos, indicações das principais características que podem auxiliar na identificação de um *arquivo de casal*. Não constituem uma fórmula, muito menos um método de classificação. São indícios, que, quando rastreados, poderão basilar novos tratamentos de acervos dessa natureza.

5.2 Arquivo de casal: características

Para além do significado, passaremos ao levantamento das principais características que apoiam e justificam a atribuição do conceito de *arquivo de casal* a determinados conjuntos documentais. Sempre que possível, com base no levantamento de caracterização do acervo, aqui concentrados em cinco tópicos, será dada breve indicação de tipos documentais que marcam produção documental compartilhada. Vale apontar que as características aqui reunidas são cumulativas, não estanques ou exclusivas, não estando alheias a questões sociais, culturais, legais, financeiras, religiosas e históricas¹²³.

Em suma, desejando implementar um raciocínio lógico e coerente: se o que define um fundo pessoal é a produção e/ou acumulação de documentos, a partir das funções desempenhadas no exercício das atividades por um “titular”, em se tratando de funções e atividades que podem ser legais, sociais ou culturalmente estabelecidas, de forma compartilhada, tal fundo será compartilhado. No nosso caso, o compartilhamento se dá em torno de um casal.

- **Característica 01 - vida privada e familiar compartilhada**

No âmbito do privado¹²⁴, o “viver junto” pode ser marcado ou não por um processo legal e formal de união do casal. Essa vida pode estar conectada a uma estrutura familiar que promova uma ampliação de atores, como filhos, parentes próximos e/ou animais de estimação. Assim, atividades, antes de alçada individual, passam a ser compartilhadas, no que tange à sua escolha e execução.

Aponta-se que, mesmo na esfera da vida privada, existe legislação regulamentando ações e/ou protegendo os indivíduos nela englobados. Por exemplo, em algumas culturas ou momentos históricos, o cuidado dos filhos foi atribuído a um

¹²³ Phillippe Willemart (1993, p. 26), ao analisar o escritor, assevera: “[...] o escritor não é esta mônada isolada que poderia reivindicar para ele só o que produz; como todos, é o resultado de uma série de desejos escalonados sobre várias gerações e o fruto de um momento cultural preciso”. Essa mesma premissa nos orienta, quando aos arquivos de casais.

¹²⁴ Optamos por utilizar o termo “privado”, cientes de todas as variações e questões que ele carrega, identificadas no Brasil desde estudos clássicos e basilares, como Holanda (1995), até reflexões mais recentes, como Costa (1998), Lafer (2005) e Sibilía (2016). No âmbito internacional, nosso marco teórico partirá de Sennett (2018), MacNeil (2019) e Giddens (1993).

gênero específico: o feminino. No domínio legal, no caso do Brasil, conforme a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Código Civil (Brasil, 2002) preside sobre o casamento e o regime de guarda dos filhos. Ou seja, há questões culturais e há ordenamento jurídico para tal, quando considerado um país como o Brasil.

Nesse contexto, as atividades compartilhadas geram documentos cujo pertencimento não pode ser atribuído a apenas um dos cônjuges, sobretudo quando há participação simultânea na concepção ou cumprimento delas. Exemplos paradigmáticos são praticamente todos os procedimentos que envolvem a saúde e a vida escolar dos filhos. Contratos, apólices, boletins, informes e, mais que todos esses, certidões de nascimento, rotineiramente (e obrigatoriamente) referenciam ambos os pais e a ambos são sempre endereçados, nominalmente, não sendo razoável que sua posse seja concedida exclusivamente a um único titular.

Outros tipos documentais ligados ao âmbito privado envolvem álbuns de fotografias, receitas médicas, carteiras de vacinação, lembranças de viagem (*souvenirs*), entre outros.

- **Característica 02 – partilha de finanças e patrimônio**

Em decorrência do estabelecimento da união do casal, haverá implicação quanto ao regime de bens progressos a essa parceria e aqueles acumulados, conjuntamente ou não, após o seu encerramento. Aqui dialogamos diretamente com o Direito, a Administração e a Economia. No campo do Direito, termos como “comunhão total de bens” e “comunhão parcial de bens” já preveem a gestão do patrimônio pré- e pós-casamento.

Assim, por exemplo, a aquisição de um imóvel pelo casal compreende não somente a posse conjunta do bem material, mas também de toda a documentação correlata: contratos de compra e venda e de financiamento, matrículas, apólices de seguro etc.

Aponta-se que, para além de patrimônios materiais, como imóveis e automóveis, é inegável que haja uma significativa documentação financeira produzida e compartilhada pelo cotidiano, especialmente quando o casal coabita o mesmo espaço. Exemplo disso são avisos de vencimento de energia, água, condomínio, gás, internet, telefonia, documentação bancária, entre várias outras despesas, que, muitas

vezes, apesar de levarem oficialmente o nome de um dos membros do casal, dizem respeito a ambos, em termos de responsabilidade de administração, no escopo da economia doméstica.

- **Característica 03 – parcerias criativas e/ ou profissionais**

Aqui passamos para a produção intelectual conjunta de obras, considerando-se a produção entre os dois membros do casal, as quais podem ser amplas e múltiplas, abarcando áreas como Literatura, Cinema, Artes Visuais, Música, História, Antropologia, Sociologia, Filosofia e tantas outras. Produtos coletivos podem ser desde poemas de poucas palavras a livros de dezenas de páginas; podem ser álbuns musicais ou tratados filosóficos; podem ser descobertas científicas. Vão desde projetos formais de trabalho a parcerias criativas livres. Os exemplos são infinitos, e os *documentos de processo*¹²⁵ (Salles, 2007, p. 17) que representam esse tipo de colaboração podem abranger desde esboços e rascunhos germinais a versões finais de obras publicadas. Por meio de letras manuscritas e ideias registradas em guardanapos de papel, muitas vezes vemos um trabalho ser elaborado a várias mãos, desafiando, assim, desde a atribuição de autoria até as estratégias de guarda documental.

Não são raros os casos nos quais a obra ou produto gerado originalmente por um dos cônjuges recebe a colaboração do outro cônjuge, em questões logísticas ou técnicas de produção e divulgação (datilografia, tradução, revisão, editoração, publicidade etc.), em graus de interferência muitas vezes difíceis de precisar. Mas se ressalta que, no *arquivo de casal*, poderemos vir a identificar parcerias nos bastidores que ocultaram ações e nomes, quando vindos a público, em suas versões finais.

- **Característica 04 – relações sociais**

Em um primeiro momento, aqui se identificam especialmente a participação em eventos e o estabelecimento de relações sociais com colegas de trabalho e amigos. Determinados tipos documentais, como convites para a celebração de casamentos ou

¹²⁵ Para Cecília Almeida Salles, “[o]s documentos de processo são, portanto, registros materiais do processo criador” (Salles, 2007, p. 17).

lançamentos de livros, podem ser endereçados ao casal. Em decorrência do comparecimento ao lançamento do livro, é comum que dedicatórias de livros sejam atribuídas a ambos os consortes; cartas com os mais diversos assuntos e cartões de Natal são outros tipos que marcam a parceria e a amizade com o casal.

- **Característica 05 - múltiplas atividades desempenhadas de forma conjunta**

O quinto e último tópico de caracterização que abordamos se abre para a multiplicidade de funções que um casal pode assumir, conjuntamente, para além das quatro primeiras delimitações. Questões mais específicas, ligadas a tradições familiares, religiosas, interesses colecionistas e idiosincrasias podem ser aqui consideradas e devidamente caracterizadas pelas equipes de tratamento do acervo, novamente tendo em vista especificidades sociais, culturais, regionais, históricas e tantas variações que podem se apresentar.

É importante registrar aqui que, especialmente nesse último tópico, nosso estudo chega a uma caracterização ampla demais e, de certa maneira, vazia de significado. Durante a escrita da presente tese, revisitamos exemplos de conceitos e métodos de classificação, principalmente quando tratamos dos *arquivos privados*, *arquivos pessoais* e *arquivos de família*, e, em inúmeros momentos, enfatizamos incoerências de classificação ou nomenclaturas de significados insuficientes, julgando o uso de certas palavras, como *diversos*, justificando-se que tal uso não auxilia em nada a pesquisa daqueles que recorrem aos arquivos assim organizados.

O exercício de identificação de características dos arquivos de casais nos mostrou o quão difícil é identificá-las e organizá-las, a partir de uma lógica ou coerência. A delimitação do conceito certamente precisará ser revisitada, questionada e aprimorada. Nosso estudo chega ao fim, reconhecendo suas limitações e agradecendo o esforço de tantos profissionais e instituições arquivísticas, especialmente as brasileiras, as quais ousaram ampliar conceitos, métodos e a própria teoria arquivística. Foram inspirações importantes. Conforme salientado, todo pioneirismo tem seu ônus e seu bônus, e nosso estudo tem o privilégio de seu pioneirismo, mas também peca pela ausência de diálogo ou paralelos da nossa área. Estamos cientes disso e, apesar de exaustos, ansiosos por poder aplicar nossa

proposta, ouvir nossos pares e ampliar nossos estudos para outros tipos de parcerias. Aqui, estivemos circunscritos aos casais. Que possamos avançar para outras configurações, múltiplas, coletivas, colaborativas, diversas e plurais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa concentrou-se no levantamento bibliográfico, revisão de literatura e identificação da existência daquilo que se ousou chamar de *arquivo de casal*, conceito que visa a expandir a classificação e o tratamento de *arquivos privados*, junto à Arquivologia. Devido à constatação do ineditismo da investigação, fez-se necessária a revisitação dos princípios arquivísticos, inicialmente considerando os *princípios da proveniência, ordem original e de respeito aos fundos*, ampliando-se a recapitulação também para os *princípios da organicidade e da indivisibilidade ou integridade arquivística*. Nesse processo de revisão, constatou-se a necessidade de reavaliação de determinados conceitos, como *arquivos privados, arquivos pessoais e arquivos de família*.

Tendo isso em vista, nossos estudos estiveram circunscritos às seguintes escolas: (i) europeia, especialmente a ibérica, centrada nos países da Espanha e Portugal; (ii) norte-americana, focada nos Estados Unidos e (iii) brasileira. Foi, assim, efetuado um levantamento exploratório que buscou apontar, a partir dos dados encontrados, similaridades e diferenças que distinguem acervos e instituições arquivísticas, em cada um dos países citados.

Na Espanha e Portugal, atribuímos que, em função da vigência de regimes monárquicos por séculos, há um maior número de estudos e instituições de guarda dedicadas aos arquivos de família. Salta aos olhos que, na Espanha, parte significativa do que podemos denominar arquivos de família é subsumida sob a designação de *arquivos da nobreza* ou *arquivos nobiliárquicos*¹²⁶, tendo instituição de guarda oficializada junto ao Archivo Historico de la Nobleza. Trata-se de material dedicado aos arquivos documentais das famílias nobres da Espanha, com sede na cidade de Toledo, o qual, apesar de concentrar arquivos privados, faz parte do sistema de arquivos públicos espanhol.

Em Portugal, por sua vez, nós nos debruçamos sobre instituições como a Torre do Tombo, a Casa de Mateus e a Fundação Mário Soares e Maria Barroso. A primeira, equivalente ao nosso Arquivo Nacional, estando na esfera pública, salvaguarda arquivos institucionais do país, além de deter arquivos pessoais e de família. A

¹²⁶ Os termos, na língua original, são, respectivamente, *archivos de la nobleza* e *archivos nobiliárquicos*.

segunda, de foro privado, é hoje um centro cultural, formado inicialmente para a guarda do patrimônio do morgadio de Mateus, do qual destacamos o arquivo da família. A última salvaguarda os arquivos pessoais do ex-presidente português e de sua esposa, cujos nomes batizam a instituição, a qual passou a receber significativo número de arquivos pessoais.

Inversamente, nos Estados Unidos, vê-se certo hibridismo no que diz respeito tanto à natureza das instituições de guarda de arquivos privados quanto à presença dos arquivos pessoais e de família, em espaços públicos. Há múltiplas instituições – arquivos, bibliotecas, museus, dentre outras – que valorizam arquivos pessoais individuais, assim como entidades que valorizam acervos de família. Para o caso dos arquivos pessoais e de famílias, observamos algumas instituições norte-americanas, como o Arquivo Nacional, localizado na cidade de Washington, e a Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*)¹²⁷, onde há coleções documentais dedicadas a pessoas, em sua maioria intelectuais, artistas e políticos. No caso dos arquivos de políticos – com atenção especial aos seus presidentes –, para além da guarda em instituições públicas, destacam-se instituições privadas, com características memorialísticas e monumentais.

No Brasil, principal fonte de coleta de dados e reflexões deste trabalho, localizam-se poucos exemplos de acervos e estudos sobre arquivos de família, como demonstrado. Por outro lado, impressiona a quantidade de produção científica dedicada a discutir problemas relativos aos arquivos pessoais, bem como o número de instituições de guarda especializadas em sua recepção e tratamento.

Concordamos com Macêdo (2018), que identifica, em nível global, a fragilidade de produção dedicada à aplicação da teoria arquivística, em especial, seus princípios, junto aos arquivos pessoais. Com perspectiva semelhante, o presente estudo buscou apresentar reflexões a propósito da importância das considerações da teoria arquivística, sobretudo, da utilidade de seus princípios no desenvolvimento de produção científica e metodológica aplicada a arquivos de pessoas. Diante do volume de estudos publicados e da quantidade considerável de instituições de guarda

¹²⁷ A seleção da Biblioteca do Congresso como instituição a ser mencionada aqui vem destacar a presença da colaboração de bibliotecários na organização dos arquivos privados e pessoais, tradição dos EUA, que muitas vezes exportou seus conceitos para outras partes do mundo, incluindo o Brasil. Exemplo disso está em Schellenberg (2006, p. 269-288, 313-334). *Library of Congress Finding Aids: Browse by Collection Title*. Disponível em: <https://findingaids.loc.gov/browse/collections/a>. Acesso em: 07 out. 2023.

voltadas para a preservação de acervos documentais, procuramos apontar, neste trabalho, o papel central que o Brasil ocupa hoje, no que se refere à Arquivologia dedicada aos arquivos pessoais.

Para além das importantes e tradicionais instituições arquivísticas governamentais, outros centros especializados se têm sobressaído na guarda, desenvolvimento de novas metodologias e abordagens e experimentações práticas para o tratamento de arquivos de pessoas. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), o Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) são entidades reconhecidas pelo trabalho que desenvolvem com arquivos pessoais. E é do espaço deste último que frutificou a presente tese, como resultado da experiência prática da autora, a qual compõe a equipe técnica do Serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros.

Da prática cotidiana, nós nos aventuramos ao retorno à academia. Demos início à nossa análise, buscando pela definição e caracterização do *arquivo de casal* e, em seguida, considerando a Arquivologia como uma ciência aplicada, procuramos, em função de casos práticos, identificar o estado da arte da existência de tais acervos, fixando-nos nos espaços do Arquivo IEB-USP. Mas eles não estão apenas lá, de sorte que dados sobressalentes, os quais surgiram em nossa busca, estão nos “Apêndices”. Com isso, espera-se demonstrar que as ocorrências de tais conjuntos existem e que a proposta, aqui focalizada, poderia ser aplicada para além do IEB-USP.

Entretanto, é necessário alertar que, em certo ponto do trabalho, ficou nítido que a proposta de reconhecimento não se limita a parcerias conjugais. De maneira ainda embrionária, reconhece-se o potencial da reflexão sobre *arquivos de parcerias*, que, em certa medida, são arquivos de caracterização semelhante à de *arquivo de casal*, ampliada para outros tipos de trabalhos conjuntos, como ocorre, por exemplo, em grupos teatrais ou musicais e em tantas outras formas de colaborações artísticas, científicas, criativas e intelectuais. O que se apresentou aqui foi um caso, a partir de breve amostragem, o qual precisa ser mais amplamente trabalhada, levando-se em conta algo maior, que são os *arquivos de parcerias*, em suas múltiplas formas de existência e representação.

Este trabalho é ciente de suas limitações – dentre elas, a temporal – para alcançar o esgotamento teórico, metodológico e prático que o problema, em face de seu ineditismo, nos impôs. Nossa reflexão busca ecoar a frase segundo a qual “arquivos pessoais são arquivos” e, por assim serem, deverão ser tratados como tais. Ele se esforça em contribuir, à luz da Arquivologia, especialmente em respeito aos seus basilares princípios, a fazer jus àquilo que Heloísa L. Bellotto nos ensinou:

Todos esses princípios devem estar na raiz da organização e do funcionamento dos arquivos. Com isso, e tendo sua organização direcionada por uma teoria e metodologias corretas, que deem a base adequada às suas práticas, o arquivo cumprirá as finalidades de sua existência (Bellotto, 2002, p. 21).

A área e, conseqüentemente, seus conceitos, não devem estar apartados do dinamismo social que vigora em nosso tempo. Desde o início, procuramos situar a função social da Arquivologia. Quer como ciência dedicada aos estudos dos arquivos, quer como norteadora de princípios pelos quais instituições detentoras de arquivos deverão se balizar, faz-se fundamental que o ramo se consagre como agente de apoio à sociedade na qual seus objetos de estudos estão inseridos.

Deseja-se que nosso estudo estimule a identificação de outros estabelecimentos de parcerias afetivas, criativas e/ou intelectuais, e, conseqüentemente, a reflexão sobre a organização da produção documental oriunda de tais encontros, bem como as potencialidades de ampliar sua representação informacional.

Na década de 1950, Schellenberg já esboçava tais desafios, ao escrever e refletir sobre os *arquivos modernos* e o que tais arquivos demandariam do *arquivista moderno*. Na introdução de seu livro dedicado ao tema, o autor nos adverte para os desafios que seriam enfrentados, ao considerar que “[...] os documentos modernos existem em grande volume, são de origem complexa e sua criação é, muitas vezes, casual” (Schellenberg, 2006, p. 39). Assim, novos tipos de arquivo ou modos de arquivamento que divirjam da acumulação monádica ou do paradigma familiar precisarão ser reconhecidos, principalmente aqueles que reflitam melhor o papel de minorias marginalizadas. Em nosso caso, almejamos alertar para a representação feminina, no caso de casais heteronormativos, cientes da falta de identificação de casais homoafetivos ou não heteronormativos, em instituições oficiais de guarda.

Desde a nossa epígrafe, procuramos chamar a atenção para que o conceito de casal a ser observado parte de uma ideia e não de um modelo estático. A configuração familiar, pautada durante muito tempo em casamentos que deveriam durar a vida toda e no estabelecimento de um contrato social entre pessoas de sexo diferente, felizmente, nos dias atuais, tem sido reconsiderada. A duras penas? Certamente.

A pergunta quanto à caracterização do que será admitido como um *arquivo de casa* pode catapultar outras configurações de arquivos que existem e precisam ser organizados, respeitando suas multiplicidades e complexidades. Muitos outros questionamentos se desprendem deste: na produção artística, qual seria a organização a ser aplicada, por exemplo, ao arquivo de Fernando Pessoa e seus múltiplos heterônimos, detentores de personalidades próprias? No caso da arte performática das *drag queens*, um fundo de um artista dedicado a tal arte teria o nome do *performer* ou da persona por ele desenvolvida? Esses são questionamentos necessários. Dessa forma, nossa tese tenta alimentar tais indagações, pretendendo encarar os desafios futuros das novas configurações sociais. Todavia, a busca pelas respostas não pode ser um pulo no abismo. Ela almeja penetrar o futuro, com base no sólido porto no qual ela buscou se amparar, construído a partir da teoria arquivística.

REFERÊNCIAS

- A CASA de Mateus: [roteiro]/textos de Agostinho Ribeiro... [et al.]; fot. Albano Costa Lobo... [et al.]. Vila Real : Fundação da Casa de Mateus, 2005.
- AGUINAGALDE, Francisco Borja de. *Notas de Historia de los Archivos de Familia en Gipuzkoa – Siglo XVI a XIX*. S.I., 1991.
- AGUINAGALDE, Francisco Borja de. *Archivos de Familia y Archivos Doméstico: Treinta años de experiências*. Portugal: Fundação Casa de Mateus, 2013.
- ARCHIVO FAMILIAR. In: *Diccionario de Terminología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023.
- ARCHIVO NOBILIARIO. In: *Diccionario de Terminología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023.
- ARCHIVO PRIVADO. In: *Diccionario de Terminología Archivística*. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html>. Acesso em: 07 out. 2023.
- ARDAILLON, Danielle. In: CALDEIRA, Alfredo *et al.* *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. Palavras de abertura de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005. p. 07-20.
- ARQUIVO IEB-USP. *Fundo Antonio Candido* – código de referência: AC-CAD-007.
- ARQUIVO IEB-USP. *Fundo Antonio Candido* – código de referência: AC-CURURU-003.
- ARQUIVO IEB-USP. *Fundo Antonio Candido* – código de referência: AC-EA-483.
- ARQUIVO IEB – USP. *Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa* – código de referência: ACGR-2256.
- ARQUIVO IEB-USP. *Fundo Gilda de Mello e Souza* - código de referência: GMS-ENT-006.
- ARQUIVO IEB-USP. *Fundo Gilda de Mello e Souza* – código de referência: GMS-PL-TEA-002.
- ARQUIVO IEB-USP. *Fundo Newton Freitas* – código de referência: NF(2)2-15.
- ARQUIVO IEB – USP. *Fundo IEB* – código de referência: IEB-001-01-0073.
- ARQUIVO NACIONAL. *Novo portal reúne acervos dos presidentes da República*. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/novo-portal-reune-acervos-dos-presidentes-da-republica. Acesso em: 07 out. 2023.

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: CENADEM, 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura – Departamento de Museus e Arquivos, 1996.

AZEVEDO, Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro. Arquivos de família e teatro. *In: CAMPO, José Francisco Guelfi (org.). Arquivos pessoais: fronteiras*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.argsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

AZEVEDO, Thales de. *Namoro, religião e poder*. São Paulo: Cátedra, 1980.

AZEVEDO, Thales de. Família, casamento e divórcio no Brasil. Tradução de Agnes Toward. (Reprint of) *Journal of Inter-American Studies*, v. III, n. 2, p. 213-237, 1961.

BARRETO, Aldo de A. O tempo e o espaço da Sociedade da Informação no Brasil. Conferência inaugural do “Seminário em Ciências da Informação”, promovido pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, 22 a 25 de agosto de 2001. Publicada em: *Inf. Inf.*, Londrina, v. 8, n. 1, jan. / jun. 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44846>. Acesso em: 22 set. 2023.

BATISTA, Marta Rossetti (coord.) *ABC do IEB: Guia Geral do Acervo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos para administração e para a história. *Ágora*, v. 2, n. 3, p. 10-13, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/12500>. Acesso em: 22 set. 2023.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate. *Revista do Arquivo*, v. 1, n. 1, p. [14], 2015. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/01/artigo_07.php. Acesso em: 20 ago. 2024.

BIAZIOLI, Tânia. Receitas para o amor, por Aracy e João Guimarães Rosa. *Revista do IEB*, n. 75, 2020, p. 18-35. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/169160>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BIBLIOTECA Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/hist%C3%B3ria/>. Acesso em: 07 out.2023.

BOE.es - BOE-A-1985-12534. *Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español*. Disponível em: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1985-12534>. Acesso em: 07 out. 2023.

BONOMO, D. R. A Correspondência do Fundo Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 48, p. 155-165, 2009. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i48p155-165. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34635>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. *Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm#:~:text=L8159&text=LEI%20No%208.159%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201991.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20nacional,privados%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 03 mar. 2024.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em: 03 mar. 2024.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CALDEIRA, Alfredo *et al.* *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB, origem e significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: iFHC, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi: 10.11606/D.8.2014.tde-11122014-190123. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/pt-br.php>. Acesso em: 23 set. 2023.

CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). *Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas*. São Paulo: ARQ-SP, 2017. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Arquivos-pessoais_experiencias_reflexoes-perspectivas_1_e-book.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Recortes de jornal: da prática social aos arquivos*. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-04042019-125418. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04042019-125418/pt-br.php>. Acesso em: 23 set. 2023.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. (org.). *Arquivos pessoais: experiências e perspectivas*. São Paulo: ARQ-SP, 2019. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/CAMPOS-2019-Arquivos-pessoais-experiencias-e-perspectivas.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). *Arquivos pessoais: fronteiras*. São Paulo: ARQ-SP, 2020. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique. Palavras de Abertura. In: CALDEIRA, Alfredo *et al.* *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005. p. 23-29.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Neuma; MINÉ, Elza. Memória da leitura e rememoração da viagem: cartas de João Guimarães Rosa para Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. In: FANTINI, Marli. (org.). *A poética migrante de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 426-443.

CELINA Vargas | FGV CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/celinavargas>. Acesso em: 07 out. 2023.

CELINA Vargas | FGV CPDOC. (Entrevista) Disponível em: Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/storage/historal/arq/Entrevista1982.pdf> (p. 41-42). Acesso em: 07 out. 2023.

CHADWICK, Whitney; COURTIVRON, Isabelle de (org.). *Amor & Arte: duplas amorosas e criatividade artística*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHOO, C. W. Aprendizado como inteligência organizacional. In: TARAPANOFF, Kira (org.). *Aprendizado organizacional: fundamentos e abordagens multidisciplinares*. Curitiba: IBPEX, 2011. p. 33-54.

COLOMBO, Ana Beatriz; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Memorial dos Governantes: Estudo de caso sobre aquisição de arquivos privados. In: NAPOLEONE, Luciana Maria; SCARPELINE, Rosaelena. (org.). Programação e livro de resumos. *I Encontro Paulista de Patrimônio Histórico-Documental*. 1. ed. São Paulo, v. 95, p. 7-96, 2019. Disponível em: <http://www.memorias.cpsctec.com.br/arquivos/EBOOK-I-1EPPHD.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

COLOMBO, Ana Beatriz; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Arquivos privados em espaço público: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros: estudo de caso em arquivos públicos brasileiros. *Ágora*, v. 31, n. 63, p. 1-16, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161434>. Acesso em: 22 set. 2023.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 09-34, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2062> . Acesso em: 23 out. 2023.

COSTA, Célia Leite. Intimidade *versus* Interesse público: a problemática dos Arquivos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 189-199, 1998.

COUGO JUNIOR, Francisco Alcides. Histórico e origens do princípio de respeito aos fundos. *Ágora: Arquivologia em Debate*, v. 28, n. 57, p. 343–358, 2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/715>. Acesso em: 15 jan. 2024.

COX, Richard J. The record in the manuscript collection. *Archives and Manuscripts*. 24, p. 46-61, May 1996.

COX, Richard J. *Arquivos pessoais: um novo campo profissional: Leituras, reflexões e reconsideração*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Manual de archivística*. Madrid: Fundación German Sanchez Ruipérez; Pirámide, 1994.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Diccionario de Archivística (con equivalência em inglês, francês, alemão, português, catalão, euskera y gallego)*. Estudio preliminar de Carmen Díez Carrera. Madrid: Alianza, 2011.

CRUZ MUNDET, José Ramón. *Archivística: Gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid: Alianza, 2012.

CUNHA, Maria Teresa Santos. *(Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*. São Paulo; Florianópolis: Rafael Copetti, 2019.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalino de Oliveira. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília (DF): Briquet de Lemos Livros, 2008.

DAVENPORT, Thomas H. *Pense Fora do Quadrado*. S.L.: Campus, 2005.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. 1967. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DIAS, Cláudia Cristina de Mesquita Garcia; RODRIGUES, Ana Célia; SILVA, Carlos Guardado da. Archivo, ciudad y familia: el archivo de familia como patrimonio documental del municipio de Niterói-RJ. *Revista EDICIC*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/222>. Acesso em: 04 jan. 2024.

DUARTE, Renato Crivelli. *Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias*. 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, da Faculdade de Filosofia e Ciências - Câmpus de Marília, Marília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153526>. Acesso em: 22 set. 2023.

DUARTE, Renato Crivelli; BIZELLO, Maria Leandra. Institucionalização e trajetórias dos arquivos pessoais no Brasil. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, v. 34, p. 131-153, 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1598>. Acesso em: 22 set. 2023.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, v. 10-14, n. 2, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49818>. Acesso em: 22 set. 2023.

DURANTI, Luciana. Principle of provenance. In: DURANTI, Luciana; FRANKS, P. C. (ed.). *Encyclopedia of archival science*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015. p. 284-288.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 20 set. 2023 (Número dedicado aos Arquivos Pessoais).

FARIA, Rita Sepulveda de. Emilie Chamie, trajetória de uma (mulher/*designer*/artista gráfica/poeta visual) pioneira. 2022. Dissertação (Mestrado em *Design*) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: doi:10.11606/D.16.2022.tde-11112022-161125. Acesso em: 09 jan. 2024.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2060>. Acesso em: 2 set. /2023.

FRAIZ, Priscila; COSTA, Célia Maria Leite. *Como organizar arquivos pessoais*. São Paulo, 2001 (Projeto Como Fazer – ARQ SP).

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. *“Uma civilização vegetal”*: a contribuição de Berta G. Ribeiro para a antropologia brasileira no século XX. 2023. Tese (Doutorado em História) –Escola de Ciências Sociais, FGV CPDOC, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/9f583d13-3734-46b9-b386-fba5c0cfed18>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FUKUHARA, Rodrigo; TROITIÑO, Sonia. Fundo ou coleção? Um debate contínuo na Arquivologia. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 29, p. 124736, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245.29.124736. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade;www.scielo.br/index.php/EmQuestao/article/view/124736>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FUNDAÇÃO CASA DE MATEUS. Disponível em: <https://www.casademateus.pt/paginas/arquivo-e-biblioteca/>. Acesso em: 07 out. 2023.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/>. Acesso em: 07 out. 2023.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES E MARIA BARROSO. Disponível em: <https://fmsoaresbarroso.pt/>. Acesso em: 07 out. 2023.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial. Itinerarios de la paraconsistencia. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 4, p. 93-111, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/sJHkFnJbJhqnybkYPWRFx9C/>. Acesso em: 20 out. 2023.

GIANOTTI, José Arthur. Ruth Cardoso. *Novos estudos CEBRAP*, v. 81, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/jHsNkFvjX3PdTJxQWPNqW9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 212-127, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2069>. Acesso em: 23 out. 2023.

GOMES, Angela de Castro. *A escrita de si, a escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. Prefácio. In: HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

GUIDANCE on Presidential Records from National Archives and Records Administration. [2020]. Disponível em: <https://www.archives.gov/files/guidance-on-presidential-records-from-the-national-archives-and-records-administration-2020.pdf>. Acesso em: 20 jan., 2024.

HARRIS, Verner. On back of a tiger: deconstructive possibilities in “Evidence of Me”. *Archives and Manuscript*, n. 29, p. 8-21, 2001.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Manual de Archivística Básica*. Gestión y Sistemas. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, Luciana Quillet; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 303-341.

[HOLANDA, Sérgio Buarque]. Regulamento, histórico, organização. *Revista do IEB*, n. 01, p. 183-195, 1966. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45634>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Disponível em: www.ieb.usp.br. Acesso em: 20 set. 2023.

INSTRUMENTOS de Pesquisa. Arquivo Histórico – Museu Imperial. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/catalogos/>. Acesso em: 07 out. 2023.

INVENTÁRIO dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/07/acervo.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JORGE, Carlos Francisco Bitencourt. *Análises de fatores críticos na gestão do conhecimento e no processo de inteligência em organizações complexas: uma*

análise teórico-prática em múltiplas organizações. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp, Marília. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e87033f5-d32b-4c5c-8fb5-f4203d6f9900>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LADEIRA, Julieta de Godoy. *Contato Imediato com Criação de Propaganda*. São Paulo: Global, 1987.

LADEIRA, Julieta de Godoy; LINS, Osman. *La paz existe?* São Paulo: Summus, 1997.

LAFER, Celso. In: CALDEIRA, Alfredo et al. *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. Palavras de abertura de Fernando Henrique Cardoso; apresentação Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2005. p. 33-49.

LANNA, Ana Lúcia Duarte (org.). *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2000.

LEONEL, M. C. M.; VASCONCELOS, S. G. T. Arquivo Guimarães Rosa. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 24, p. 177-180, 1982. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i24p177-180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69715>. Acesso em: 03 jan. 2024.

LEVI, Darrell E. A família Prado. São Paulo: Brasiliense, 1977. (Destaca-se que seu título, publicado originalmente no exterior era: *The Prados of São Paulo: an Elite Brazilian Family in a Changing Society, 1840-1930*. Tradução para o português de José Eduardo Mendonça).

LIBRARY OF CONGRESS. Disponível em: <https://www.loc.gov/>. Acesso em: 07 out. 2023.

LIMA, Marcel VillemorJofily de. A pesquisa em arquivos como fonte de originalidade. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). *Arquivos pessoais: fronteiras*. São Paulo: ARQ-SP, 2020. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CAMPOS-2020-Arquivos-pessoais-fronteiras.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.

LINS, Osman. *Evangelho na taba: novos problemas inculturais brasileiros*. São Paulo: Summus, 1979.

MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. *Um estudo sobre o princípio da ordem original em arquivos pessoais*. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14588>. Acesso em: 22 set. 2023.

MACNEIL, Heather. *Sem consentimento: a ética na divulgação de informações pessoais em arquivos públicos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

MANDELLI, Pedro. *Muito além da hierarquia: revolucione sua performance como gestor de pessoas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, Maria Paz. *La construcción teórica em archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidade Carlos III/BOE, 1996.

MARTINS, Priscila Rosa; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; ALEIXO, Diana Vilas Boas Souto. Organização de arquivos pessoais: uma revisão de Teorias e práticas. *Revista Officina*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 85-108, 2023. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associação-de-arquivi/article/view/77/59>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MARQUES, Reinaldo. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MASSARO, Tatiana. Berta Ribeiro: enlace de saberes, plantas e antropologia. *Mana*, v. 29, n. 2, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442023v29n2e2023022.pt>. Acesso em: 04 jan. 2024.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*, v. 45, n. 3, p. 174-187, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757>. Acesso em: 22/09/2023.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: HEYMANN, Luciana Quillet; TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 17-43.

MENDES, Mariana Diniz. Diários de Maria Isabel Silveira: vestígio e inscrição de uma voz. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 1, n. 77, p. 220-250, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178834>. Acesso em: 25 fev. 2023.

MENDES, Mariana Diniz. *Diários de Maria Isabel Silveira (1880-1965): vestígio e inscrição de uma voz comedita*. 2021. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: doi:10.11606/D.8.2021.tde-14022022-215336. Acesso em: 25 fev. 2023.

MINÉ, Elza; CAVALCANTI, Neuma. Memória da leitura e rememoração da viagem: cartas de João Guimaraes Rosa para Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. In: FANTINI, Marli. *A poética migrante de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 326-443.

MORAES, Fernanda Azeredo de. Pensando Casais de intelectuais a partir de André e Dorine Gorz e Simone de Beauvoir e Jean Paul Sartre. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, XXVI, 2011, São Paulo. *Anais Eletrônicos* [...], São Paulo, 2011.

MORAES, Fernanda Azeredo de. "*Pântanos de relações e colchões de cumplicidade*": academia e conjugalidade na perspectiva de quatro mulheres intelectuais. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MORALES, Estela. Diversidad, pluralidad e información: uma riqueza multicultural. *Documentación de las Ciencias de La Información*, v. 29, p. 325-334, 2006. Disponível em: <https://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/081205.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*: São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, Edgard. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MUSEU IMPERIAL (Brasil). Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges. Indexação em coleções familiares quais aspectos considerar? *Arquivo & Administração*, v. 9, n. 1, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51207>. Acesso em: 21 set. 2023.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa*: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Os desafios da arquivologia ao lidar com acervos eletrônicos íntimos e familiares. *Comunicação e Memória*, v. 3, p. 52-58, 2021.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Reflexões metodológicas sobre a coleção. *In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. (org.). A coleção Família Barbosa de Oliveira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. p. 29-39.

PALAVRAS, imagens e sons: o arquivo Ruth Cardoso. (Documentário) Produção: Mira Filmes. São Paulo: Mira Filmes, 2013. (23min).

PARA BERTA, com amor. (Documentário) Produção: Bianca França. Rio de Janeiro, Bianca França, 2023. (48:33 mim).

PEREIRA, Carlos Speck; CAMARGO, Maria Lucia de Barros. Gilda e Candido: leituras sobre Manuel Bandeira na Revista Brasileira de Poesia e depois. *Boletim de Pesquisa NELIC*, v. 19, n. 30, 2019. Poesia, memória e arquivo II: Manuel Bandeira, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1984-784X.2019v19n30p46>. Acesso em 15 jan. 2024.

PEREIRA, Eder Rodrigues. *A chave de Jano*: os trajetos da criação de *Avalovara* de Osman Lins: uma leitura das notas de planejamento à luz da Crítica Genética. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: doi:10.11606/D.8.2009.tde-25112009-102113. Acesso em: 08 jan. 2024.

PERSONAL Archive. In: SAA – SOCIETY AMERICAN ARCHIVIST. *Dictionary of Archival Terminology*. [s/l], 23 set. 2023. Disponível em: <https://dictionary.archivists.org/entry/personal-archive.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PLÁCIDO E SILVA, Oscar Joseph. *Vocabulário Jurídico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980 (5 v.).

PONTES, Heloisa. Entrevista com Antonio Candido. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, v. 16, n. 47, p. 05-30, out. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300001> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/V9ddL5TWwShzzqSZ6QSM3Ts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PONTES, Heloisa. *Intérpretes da metrópole: história social e relações de gênero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2010.

PORTADA del Archivo Histórico de la Nobleza. Disponível em: <https://www.culturaydeporte.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/archivos/nhn/portada.html>. Acesso em: 30 set. 2023.

Processo USP número 67.1.107.31.8 (MA)

Processo USP número 72.1.35794.1.5 (JGR)

Processo USP número 2003.1.188.31.4 (ACGR)

Processo USP número 2008.1.270.31.7 (AM)

Processo USP número 10.1.26579.1.6 (Biblioteca GMS)

Processo USP número 2010.1.407.31.5 (OL)

Processo USP número 2010.1.406.31.9 (JGL)

Processo USP número 2011.1.42.31.8 (LB)

Processo USP número 2002.1.203.31.2 (NF)

Processo USP número 2012.1.00093.31.2 (MC)

Processo USP número 2014.1.00133.31.6 (EC)

Processo USP número 2017.1.00277.31.0 (GMS e AC)

RANGEL, Livia de Azevedo Silveira. *Lídia Besouchet e Newton Freitas: mediações políticas e intelectuais entre o Brasil e o Rio da Prata (1938-1950)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: doi:10.11606/T.8.2016.tde-21122016-123136. Acesso em: 18/02/2024.

REBELLO, Ivana Ferrante. Arquivo secreto: dedicatória e cartas de amor na escrita de Grande sertão: veredas. *Letras de Hoje*, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 180-189, 2014. DOI: 10.15448/1984-7726.2014.2.15366. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15366>. Acesso em: 01 fev. 2024.

REDE ARQUIVOS DE MULHERES: Disponível em: <https://redearquivosdemulh.wixsite.com/website-2> . Acesso em: 20 jan. 2024.

RIBAS, Elisabete Marin. Arquivos pessoais de casais: reflexões sobre sua classificação. *In: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos: anais do Simpósio Internacional de Arquivos. Anais [...]*. São Paulo (SP), Eventus, 8, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/289048-arquivos-pessoais-de-casais--reflexoes-sobre-sua-classificacao>. Acesso em: 29 jan. 2022.

RIBAS, Elisabete Marin; ESCOREL, Laura. Os arquivos pessoais de Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 1, n. 76, p. 275-289, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/173643>. Acesso em: 03 jan. 2024.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Restaurando com imagens um percurso intelectual: a trajetória de Ruth Cardoso. *História Oral*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2011. DOI: 10.51880/ho.v13i2.145. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/145>. Acesso em: 24 jan. 2024.

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño; RIBAS, Elisabete Marin. Os arquivos de família como espaços de memória individual e coletiva: reflexões a partir das experiências no Brasil, Europa e EUA. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), XXII., 2022, Porto Alegre. Anais [...]*. Porto Alegre: BRAPSI, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/207387>. Acesso em: 04 jan. 2024.

ROUCHOU, Joëlle. Álvaro Moreyra: um arquivo delicado. *Verbo de Minas*, v. 11, n. 19, p. 187-199, 2011. Disponível em: <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/verboDeMinas/article/view/356/248>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o Indício de uma Falta. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SALLES, Cecília Almeida. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2007.

SANTOS, Cristina Ribeiro dos; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Álbuns fotográficos familiares: reflexões sobre a transição do âmbito privado para o público. *Informação Arquivística*, v. 3, n. 1, p. 60-82, 2014. Disponível em: DOI: 10.18377/2316-7300/informacaoarquivistica.v3n1p% Acesso em: 21 set. 2023.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. *Acrônimos, siglas e termos técnicos*: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas (SP): Átomo, 2003.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de Cientistas*: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos; SILVA, Maria Celina Soares de Mello (org.). *Arquivos pessoais*: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

SCHELLENBERG, Theodore R. Arrangement of private papers. **Archives and Manuscripts**, v. 1, p. 1-20, Aug. 1957. Disponível em: <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/issue/view/7>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore R. Description of private papers. **Archives and Manuscripts**, v. 1, p. 1-9, Aug. 1958. Disponível em: <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/67>. Acesso em 05 fev. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore R. *ModernArchives: Principles and Techniques*. EUA: Society of American Archivists, 2003. Disponível em: <https://files.archivists.org/pubs/free/ModernArchives-Schellenberg.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos*: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. *Archival Science*, Dordrecht, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 65-98.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIBILIA, Paula. *O show do eu*: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti; ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Apresentação do Dossiê: Mulheres, arquivos e memórias. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 71, 2018.

SOBRE Arquivo – IEB – *Instituto de Estudos Brasileiros*. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/sobre-arquivo-ieb/>. Acesso em: 07 out. 2023.

SOBRE o IEB. *Instituto de Estudos Brasileiros*. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/>. Acesso em: 07 out. 2023.

SOUZA, Eneida Maria de. *Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011a.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo. *Crítica e coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011b.

SOUZA, Eneida Maria de; TOLENTINO, Eliana da Conceição; MARTINS, Anderson Bastos. *O futuro do presente: arquivo, gênero e discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TORRE do Tombo. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

TROITIÑO, Sonia Maria. *Patrimônio documental e Arquivologia: fundamentos para o reconhecimento e a organização de acervos permanentes*. 2023. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, câmpus de Marília, Marília, 2023.

TROITIÑO, Sonia Maria; LUCA, Tania Regina de. *Sobre a arte de guardar: reflexões a respeito do acervo de Lívio Xavier*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

VALENTINI, Luisa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss*. São Paulo: Alameda, 2013.

VASSALLO, Jaqueline; TRUEBA, Yolanda de Paz; CALDO, Paula (coord.). *Género y documentación: relecturas sobre fuentes y archivos*. Córdoba: Brujas, 2016.

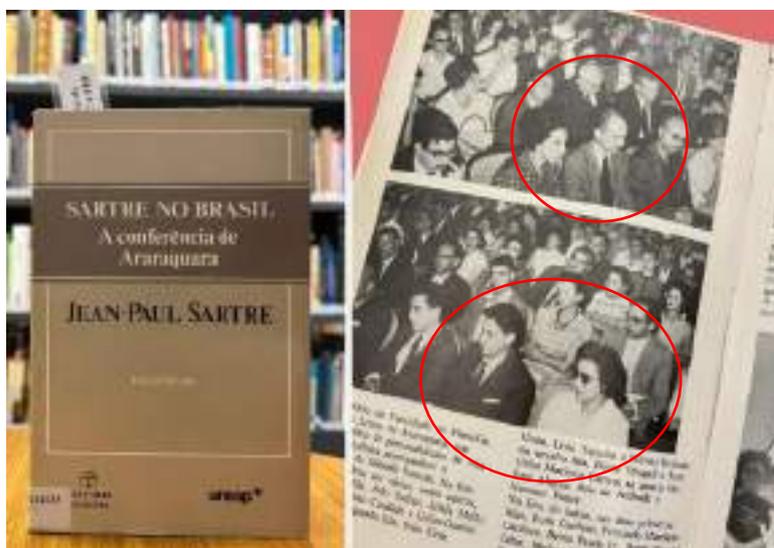
VELHO, Gilberto. Ruth Corrêa Leite Cardoso. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. v. 51, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/7d3vwSWj9gnbm73K76hgn9t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.

WILLEMART, Philippe. *Universo da criação literária: crítica genética, crítica pós-moderna?* São Paulo: EDUSP, 1993.

APÊNDICES

Apêndice A – Arquivos de casais: identificação de casos para além do IEB-USP

Atividades acadêmicas se eternizam em fotos e publicações. A visita de Jean-Paul Sartre e de Simone de Beauvoir ao Brasil foi um evento notável pela importância dos acadêmicos no panorama científico internacional. A passagem do casal por Araraquara (SP), em agosto de 1960, ficou registrada em livro da Biblioteca, que aborda a palestra proferida na atual Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e registra a presença dos que seriam os futuros dirigentes acadêmicos das ciências sociais em São Paulo.



128

Texto e imagem retirados da exposição *on-line* “Uma viagem a Ruth Cardoso pela lente de seu arquivo pessoal”.¹²⁹

No âmbito institucional, embora a incorporação de ambos os arquivos pessoais de pessoas casadas esteja longe de ser uma prática-padrão e estabelecida, exemplos desse tipo de ocorrência podem ser encontrados num número até apreciável. De qualquer forma, como regra, em termos de tratamento documental, os fundos são organizados independentemente e, quase sempre, sem questionamentos sobre suas

¹²⁸ A imagem traz, ao lado esquerdo, o livro de Jean-Paul Sartre, oriundo de palestra na qual foi acompanhado por Simone de Beauvoir. Do lado direito, temos fotografias nas quais identificamos, na imagem superior, Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza e, na imagem inferior, Ruth e Fernando Henrique Cardoso. Desse modo, em uma mesma referência, temos três casais de intelectuais, que, de alguma forma, alimentaram as reflexões da presente tese.

¹²⁹ Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/exposicoesvirtuais/uma-viagem-a-ruth-cardoso-pela-lente-de-seu-arquivo-pessoal/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

fronteiras¹³⁰. Exceção identificada encontra-se na Fundação Fernando Henrique Cardoso, quando da organização do arquivo pessoal de Ruth Cardoso, como demonstraremos, de maneira mais atenta, adiante. Identificou-se o questionamento, mas vale apontar que a organização dos arquivos segue separada, sendo conjuntamente mantida quando da “biblioteca do casal Cardoso” (Ardaillon, 2005, p.11).

Um mapeamento desses arquivos foi realizado, de forma exploratória e não exaustiva, e está disponível nos Apêndices B, C e D. Aqui, a partir de recorte circunscrito a arquivos de pessoas públicas, traçaremos breves reflexões, especialmente com base em instituições oficiais de guarda, que nos parecem representar melhor, na prática, as questões que apresentamos até o momento. Partiremos da identificação dos casais que compõem os arquivos de presidentes e primeiras-damas, sob a guarda do Arquivo Nacional dos EUA. Nessa linha, identificou-se certa tradição americana, a qual foi absorvida e adaptada por instituições pelo mundo, como a Fundação Mário Soares, em Portugal, e a Fundação Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, ambas organizações que guardam os arquivos de presidentes de seus países e suas respectivas esposas. Ainda no âmbito de figuras públicas brasileiras, também será analisada a Fundação Darcy Ribeiro, que salvaguarda os arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro.

O mapeamento que aqui será brevemente exposto busca identificar a presença de arquivos de casais, em outras instituições, que expandam o recorte de nossa pesquisa, circunscrito ao IEB-USP. Afinal, almeja-se que a caracterização de *arquivo de casal* como conceito, conseqüentemente, leve a novo método de tratamento documental. E que este possa ser aplicado a outros acervos para além dos aqui discutidos, sob o compromisso de “[...] não aceitar a proposição de que ‘cada caso é um caso’, máxima essa que em arquivos pessoais é ainda mais latente” (Macêdo, 2018, p. 16).

Vale ressaltar que, assim como, durante o processo de construção do termo *arquivo de casal*, foi preciso dialogar com os conceitos de *arquivos privados*, *arquivos*

¹³⁰ Exceção identificada encontra-se na Fundação Fernando Henrique Cardoso, quando da organização do arquivo pessoal de Ruth Cardoso, como demonstraremos, de forma mais atenta, adiante. Identificou-se o questionamento, mas vale apontar que a organização segue separada junto aos arquivos, sendo conjuntamente mantida quando da “biblioteca do casal Cardoso” (Ardaillon, 2005, p.11).

peçoais e arquivos de família, e que, ao fazê-lo, foi detectado que, muitas vezes, tais termos eram tratados como sinônimos ou eram conceitualmente muito próximos entre si, o mesmo fenômeno de ambiguidade ou sobreposição terminológica acontece no reconhecimento dos arquivos de casais aqui identificados, nos seus locais de guarda. Conforme já explorado no caso dos *arquivos pessoais*, é tradição nos EUA aquilo que, amparando-nos nas palavras de Heymann (1997, p. 50), chamaremos de “monumentalização da memória”, e que Cardoso (2005, p. 26 e 27) abordará como “aspecto monumental”, reconhecendo tal tradição junto aos acervos dos presidentes norte-americanos.

Vê-se sua aplicação, por exemplo, junto à construção de legado de cada presidente e vice-presidente estadunidense, a ponto de cada um deles deter espaço de destaque no Arquivo Nacional do país, além de instituições próprias, de foro privado, geralmente sediadas em seus estados de origem. Dessa forma, para além dos documentos oficiais que são recolhidos após cada gestão¹³¹, o Arquivo Nacional norte-americano terá, em seu *website*, espaço dedicado aos “Presidential Records” (Documentos Presidenciais), com as seguintes divisões e subdivisões:

- Presidential Records
 - Explore Our Records
 - Laws and Regulations
 - Vice Presidential Records
 - Support to the White House
- Presidential Libraries¹³²

A parte dedicada aos “Presidential Records” (Documentos Presidenciais) trará catálogos de acesso, leis que regulamentam a gestão documental, espaço dedicado aos documentos dos vice-presidentes e a apresentação do apoio que o programa dá à “White House” (Casa Branca), sede do governo federal dos EUA, quanto às políticas de recolhimento e preservação documental.

Em seguida, haverá espaço às “Presidential Libraries” (Bibliotecas dos Presidentes). Explicita o *site* do Arquivo Nacional estadunidense:

¹³¹ Segundo o atual *site* do Arquivo Nacional norte-americano, há dois principais marcos que regem a gestão documental dos seus presidentes: trata-se da Lei de Registros Presidenciais (*Presidential Records Act* (PRA)), de 1978, e da agência federal do Arquivo Nacional e Gestão Documental (*National Archives and Records Administration* (NARA)). No Brasil, legislação equivalente será a de número 8.394, de 25/12/91 e o Decreto número 4.344, de 26/02/2002.

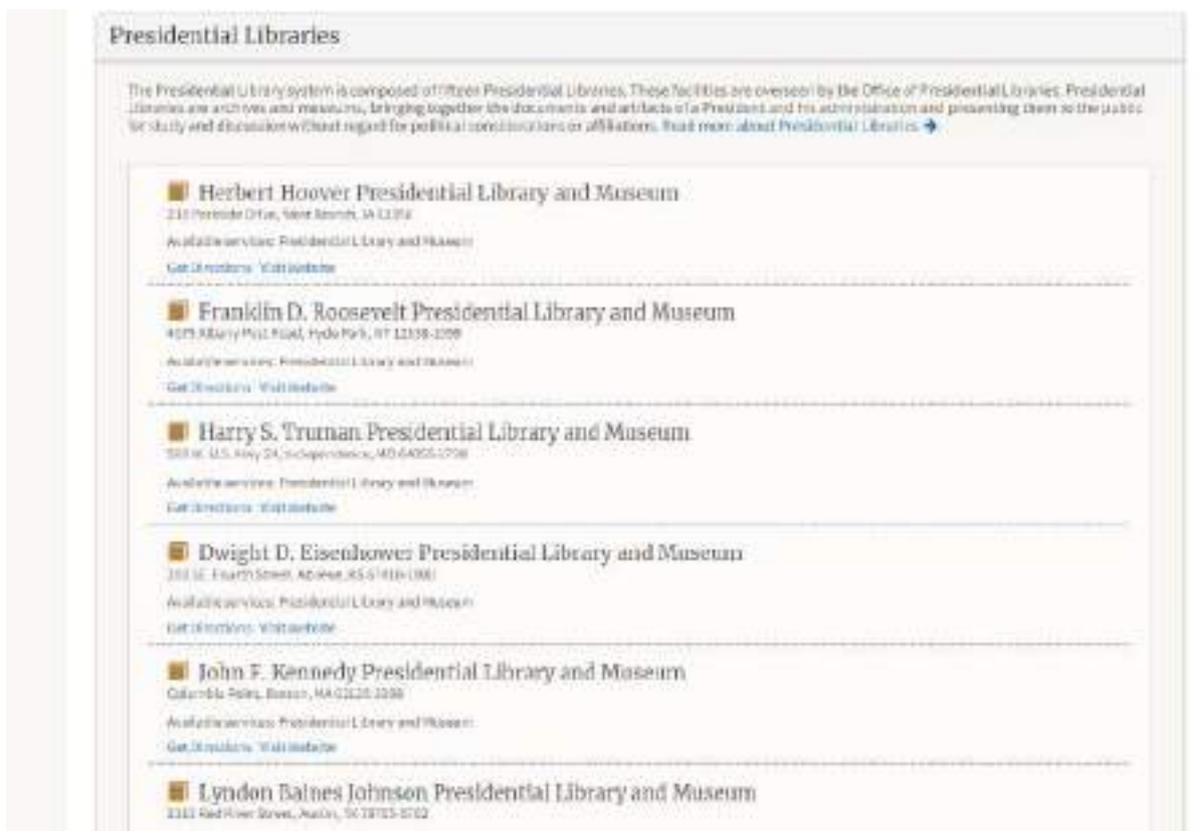
¹³² Disponível em: <https://www.archives.gov/presidential-records>. Acesso em: 11 jan. 2024.

The Presidential Library system is composed of fifteen Presidential Libraries. These facilities are overseen by the Office of Presidential Libraries. Presidential Libraries are archives and museums, bringing together the documents and artifacts of a President and his administration and presenting them to the public for study and discussion with outregard for political considerations or affiliations.¹³³

A principal lei que regulamenta os documentos dos presidentes é de 1978. Segundo já abordado no capítulo “Arquivos privados: uma definição”, Theodor Schellenberg, que chega a ser vice-diretor do Arquivo Nacional dos EUA, identificou que, no país, era comum que *arquivos privados* fossem tratados inicialmente por bibliotecários. Talvez seja dessa tradição que surgem as bibliotecas presidenciais que guardam parte dos documentos, livros e objetos de seu titular, e que são referenciadas pelo Arquivo Nacional estadunidense. De caráter privado, elas são fundações que levam o nome do chefe de estado dos EUA. Cada presidente detém a sua e o *site* do Arquivo Nacional norte-americano as indexa e as apresenta:

¹³³ Em livre tradução: “O sistema da Biblioteca Presidencial é composto por quinze Bibliotecas Presidenciais. Essas instalações são supervisionadas pelo Escritório de Bibliotecas Presidenciais. As Bibliotecas Presidenciais são arquivos e museus, reunindo os documentos e artefatos de um Presidente e sua administração e apresentando-os ao público, para estudo e discussão, sem levar em conta considerações políticas ou afiliações.” Disponível em: <https://www.archives.gov/presidential-libraries>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Apêndice A - Figura 01: Parte da lista das chamadas “*Presidential Libraries*”



Fonte: https://www.archives.gov/presidential-libraries?_ga=2.264733836.2040435059.1706200781-250074791.1694895567. Acesso em: 11 jan. 2024

Deduz-se que o tratamento aplicado às chamadas bibliotecas dos presidentes norte-americanos criará outra tradição, no mundo, adaptadas às culturas locais. Corroboram nossa hipótese as palavras de Fernando Henrique Cardoso (2005), presidente brasileiro de 1995 a 2003, quando ele afirma:

Meu acervo é volumoso: a mudança de Brasília – depois de oito anos acumulando papéis, livros e objetos – trouxe 16 contêineres com uma enorme quantidade de documentos.

[...]

Na Presidência preocupei-me com a preservação desses documentos e pedi a Danielle Ardaillon, hoje curadora do meu Acervo, que fizesse uma pesquisa sobre o que pode ser feito com esse tipo de material. Me incomodaria pensar em algo como as bibliotecas presidenciais americanas. Tenho horror a mausoléus, monumentos, tumbas e similares, porque se trata então de documentos, e não mais de mim. O que está depositado no iFHC não tem a ver diretamente com a minha pessoa do ponto de vista sentimental; sua natureza é outra. É preciso organizar essa documentação com vistas à sua utilidade para o país, sempre questionando o que se deve fazer para tornar possível a sua preocupação e permitir seu acesso aos interessados. E por que digo “possível”? Porque isso tudo custa caro.

Onde procurar recursos? Ano passado, nos Estados Unidos, conversei a respeito com presidente Clinton. Ele estava prestes a inaugurar sua Presidential Library em Little Rock, no Arkansas. Na ocasião, disse-me: “Aqui é muito simples, porque a gente pede doações pela internet. Eu mesmo recebi não sei quantos milhões de dólares...”; ao que respondi: “Bom, se eu pedir dinheiro pela internet, vou receber milhões de insultos”. Mas essa tradição americana tem um aspecto monumental, que não condiz com a nossa história.

[...]

O que procuramos fazer no Instituto é algo inspirado no que Mário Soares implantou em Portugal, que não é um monumento, não é algo majestoso, mas funciona [...] (Cardoso, 2005, p. 26-27).

Sua fundação – a Fundação Fernando Henrique Cardoso, inicialmente nomeada como Instituto Fernando Henrique Cardoso –, portanto, buscará se aproximar da experiência portuguesa, a Fundação Mário Soares. Entretanto, apesar de contestar que desejasse para si algo semelhante às bibliotecas presidenciais norte-americanas, a legislação brasileira, parte dela promulgada pelo próprio Fernando Henrique quando presidente¹³⁴, dialogará com a legislação estadunidense.

Mas, se estamos tratando de um estudo sobre arquivos de casais, qual a função da apresentação do contexto dos arquivos dos presidentes dos Estados Unidos? Além de acreditarmos que as práticas norte-americanas, as quais, como frisado, de certa forma, inspiram outras instituições mundo afora, fato é que a presença e a atuação das esposas dos presidentes como primeiras-damas tem sido destacada, a ponto de hoje integrarem as atividades da National Archives and Records Administration (NARA):

How the National Archives and Records Administration Assists the White House NARA has had a special relationship with Presidents and their staffs since the agency's establishment in 1934. **NARA provides a Variety of archival and records management assistance to the President, First Lady, Vice President and their staffs.** This special relationship has included the following services: Providing, at White House request, archival and records management guidance on Presidential records and the requirements of the Presidential Records Act, personal papers and gifts (Guidance, [2020], p. 10, grifos nossos).¹³⁵

¹³⁴ Aqui nos referimos ao Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, a qual dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências.

¹³⁵ Em livre tradução: “Como a Administração Nacional de Arquivos e Registros auxilia a Casa Branca, a NARA tem um relacionamento especial com os presidentes e suas equipes, desde a criação da agência, em 1934. A NARA fornece uma variedade de assistência de gerenciamento de arquivos e registros ao presidente, à primeira-dama, ao vice-presidente e seus funcionários. Esse relacionamento especial inclui os seguintes serviços: fornecimento, a pedido da Casa Branca, de orientação de arquivo e gerenciamento de registros sobre registros presidenciais e os requisitos da Lei de Registros Presidenciais, documentos pessoais e presentes”.

Analisando as páginas oficiais disponíveis no *site* do Arquivo Nacional, das três últimas gestões presidenciais – Donald Trump (de janeiro de 2017 a janeiro de 2021), Barack Obama (de janeiro de 2009 a janeiro de 2017), George W. Bush (de janeiro de 2001 a janeiro de 2009) –, percebe-se que, no caso da gestão Trump (ver Apêndice A – Figura 02) e da gestão Obama (ver Apêndice A – Figura 03), a presença da primeira-dama ganha destaque, colocada ao lado da figura do marido-presidente:

Apêndice A - Figura 02: The Trumps



Fonte: https://www.trumphlibrary.gov/trumps#nara_banner_content. Acesso em: 11 jan. 2024.

Apêndice A - Figura 03: The Obamas



Fonte: <https://www.obamalibrary.gov/obamas>. Acesso em: 11 jan. 2024.

No caso de George W. Bush, um pouco diferente das páginas da gestão Obama e da gestão Trump, parece-nos ter sido dado destaque mais para a família como um todo, devido às fotografias e à página de entrada, identificada como “The Bush Family”.

Apêndice A - Figura 04: The Bush Family



Fonte: <https://www.georgewbushlibrary.gov/bush-family>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Sob o menu “The Bush Family”, revelam-se entradas para páginas exclusivas do presidente George W. Bush, da primeira-dama Laura Bush e do casal de cachorros de estimação da família, Barney e Miss Beazley:

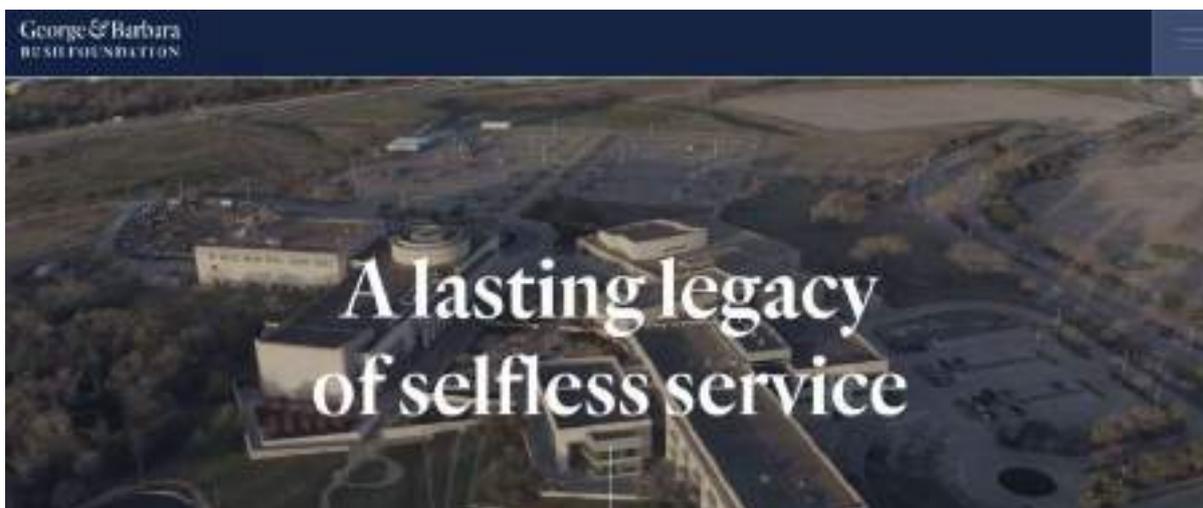
Apêndice A - Figura 05: The Bush Family



Fonte: <https://www.georgewbushlibrary.gov/bush-family>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Entretanto, é preciso apontar que a fundação que fica fora dos registros oficiais do Arquivo Nacional levará o nome do casal: “George & Barbara Bush Foundation” (Fundação George e Barbara Bush).

Apêndice A - Figura 06: The Bush Family



Fonte: <https://georgeandbarbarabush.org/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Apêndice A - Figura 07: The Bush Family



Fonte: <https://georgeandbarbarabush.org/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Constata-se, atualmente, que a valorização da chamada História das Mulheres amplia as possibilidades de guarda do arquivo de esposas, sobretudo das esposas de políticos que alcançaram o alto posto de presidente. Segundo Johan Scott (2011),

[a] história das mulheres apareceu como um campo definível principalmente nas duas últimas décadas. Apesar das enormes diferenças nos recursos para ela alocadas, em sua representação e em seu lugar no currículo, na posição a ela concedida pelas universidades e pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvida de que a história das mulheres é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo (Scott, 2011, p. 66).

E, assim como os arquivos dos presidentes americanos parecem inspirar instituições pelo mundo, a valorização da participação feminina junto à política é percebida, por exemplo, na apresentação da Fundação Mário Soares, em Portugal.

Apêndice A - Figura 08: Fundação Mário Soares



Fonte: <https://fmsoaresbarroso.pt/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

Dedicada ao legado do presidente Mário Soares, a fundação recentemente mudou de nome, incluindo o nome de Maria Barroso, esposa de Mário Soares, conforme é possível consultar no histórico institucional da fundação, disponível em seu *website*:

A Fundação Mário Soares e Maria Barroso é uma instituição de direito privado e utilidade pública sem fins lucrativos, criada a 12 de setembro de 1991, com início de atividade em março de 1996.

A Fundação decorre da iniciativa e da ação do ex-Presidente da República Portuguesa, Mário Soares. **Em agosto de 2020 a Fundação promoveu uma revisão dos seus estatutos, passando a integrar na sua designação o nome de Maria Barroso.**

A Fundação tem sede em Lisboa, onde se encontram o arquivo e a biblioteca Mário Soares, e um pólo em Cortes, Leiria, onde está instalada a Casa-Museu. Centro Cultural João Soares, que integra a Biblioteca João Soares e diversos serviços culturais e educativos.

A atividade da Fundação desenvolve-se no plano cultural, humanitário, social, científico e educativo, destacando-se a organização e disponibilização em acesso aberto do seu património cultural (Arquivo, Biblioteca, Casa Comum

e Casa-Museu João Soares), a programação de eventos científicos e culturais, a promoção de programas de formação e de debate, a cooperação com os países da lusofonia e o estímulo à criação e disseminação de conhecimento de base científica, em particular sobre a ação de Mário Soares e Maria Barroso.

A Fundação acolhe um dos mais extensos e relevantes arquivos políticos portugueses do século XX, compreendendo documentação pessoal e política de Mário Soares e de Maria Barroso e diversos acervos essenciais para o conhecimento da História de Portugal, da Europa e do Mundo, abordando temas como o republicanismo, colonialismo, anticolonialismo, oposição e resistência à ditadura, transição democrática, construção europeia, biologia, oceanos, matemática, literatura e artes plásticas.¹³⁶

No Brasil, a Fundação Fernando Henrique Cardoso também fortalece esse movimento. A apresentação institucional, feita pelo próprio titular, realça:

Ainda estava na presidência da República, quando comecei a pensar sobre o que faria com toda a minha documentação pessoal. Pela Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991 - que disciplina os “acervos privados dos presidentes da República”, teria a responsabilidade de organizá-la e colocá-la à disposição do público. No meu caso, um imenso e variado acervo composto de textos, cartas, livros, anotações, fotografias, objetos, vídeos etc., que acumulara não apenas em alguns anos no Palácio do Planalto, mas em muitas décadas como sociólogo, senador e ministro.

Nasceu assim a ideia de fundar um instituto. Quis que ele fosse **não só um centro de memória histórica, mas também um lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento**. Duas causas com as quais estive envolvido desde muito cedo. Desempenhando um ou outro papel, sua missão para mim seria uma só: **contribuir para ampliar a compreensão e disseminar conhecimento sobre o País e seus desafios, com os olhos abertos para o mundo**.

Inaugurado em maio de 2004, com um debate internacional que reuniu políticos e intelectuais do Brasil e do exterior, entre eles, Bill Clinton e Manuel Castells, o Instituto transformou-se em Fundação em 2010. O objetivo da mudança foi o de fortalecer o iFHC - hoje chamado Fundação FHC, como instituição perene, comprometida com a missão definida em sua origem.¹³⁷

Apesar de manter apenas o nome do presidente que governou o Brasil, de 1995 a 2003, a instituição dá cada vez mais espaço à memória de Ruth Cardoso, seja como decorrência da organização de seu acervo e referência explícita no *site* (conforme Apêndice A – Figura 09), seja por eventos e exposições a ela dedicados.

¹³⁶ Disponível em: <https://fmsoaresbarroso.pt/fundacao/apresentacao/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

¹³⁷ Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/sobre/apresentacao-por-fhc> . Acesso em: 11 jan. 2024.

Apêndice A - Figura 09: Tela principal da *website* da Fundação Fernando Henrique Cardoso



Fonte: <https://fundacaofhc.org.br/#>. Acesso em: 11 jan. 2024.

No documentário *Palavras, imagens e sons: o arquivo Ruth Cardoso*, de 2013, já emerge a questão central dos arquivos de casais. Transcrevemos o trecho que conflui para o cerne de nossa pesquisa:

Nem sempre é possível distinguir com clareza as fronteiras que separam os documentos de Ruth dos documentos de Fernando Henrique. Se os vínculos do casamento e da convivência terão muitos documentos comuns, há aqueles que se referem à individualidade de cada um. Examinando a Biblioteca do casal, percebemos o que pertence a Ruth, a Fernando Henrique ou a ambos. Aqui figuram obras representativas das afinidades intelectuais que eles mantiveram ao longo de suas atividades profissionais. As marcas de propriedade ou dedicatórias, evidenciam suas individualidades (Palavras, 2013, minutagem: de 2min e 25 segundos a 3 min e 22 segundos, transcrição e grifos nossos).

Essa questão da duplicidade presente nos arquivos de casais não é só verificável em conjuntos documentais. Outro exemplo comum é a ambivalência da composição das bibliotecas de casais. No caso da Fundação Fernando Henrique Cardoso, desde seu início, a biblioteca sempre foi atribuída ao “casal Cardoso”. Nas palavras da curadora, Danielle Ardaillon (2005),

[...] [o]s livros acumulados durante dois mandatos presidenciais foram anexados à biblioteca do casal Cardoso. Assim, a Biblioteca abrigada no Instituto reflete os interesses intelectuais e políticos de Fernando Henrique Cardoso e de Ruth Corrêa Leite Cardoso, antropóloga e professora da Universidade de São Paulo, que manteve intensas atividades na chefia do Conselho da Comunidade Solidária, entre 1995 e 2003 (Ardaillon, 2005, p. 10-11).

Na exposição *Uma viagem a Ruth Cardoso pela lente de seu arquivo pessoal*, disponível *on-line*, observamos novamente o dilema de nossa pesquisa. Quando apresentado um livro de Manuel Castells, o texto curatorial revela:

Um exemplar de “Luttés urbaines”, do sociólogo espanhol Manuel Castells, traz a assinatura de Ruth logo na primeira página, identificando a posse. **Considerando que a Biblioteca da Fundação é formada pelo acúmulo de temas de interesse do casal Cardoso, é raro existirem livros que tenham esse tipo de marca, já que muitos eram intercambiáveis entre os dois.** A obra pertencia ao acervo de seu escritório na USP. Possui um carimbo de NÃO CIRCULA – expressão que indica itens proibidos de sair da biblioteca – e o nome da professora. Pode ter sido usado para pesquisa e planejamento de aulas, visto que o autor é uma fonte obrigatória nos estudos sobre movimentos sociais e urbanização¹³⁸(Grifos nossos).

Dessa forma, vemos que itens colecionáveis, como livros, especialmente para casais de intelectuais que atuam na mesma área, trazem a dualidade da posse¹³⁹.

Mesmo que a valorização do arquivo pessoal de Ruth Cardoso esteja cada vez mais em evidência, percebe-se ainda um resquício da predominância da representação maior de Fernando Henrique, ainda que ele tenha se declarado avesso aos processos de monumentalização da própria memória. Em 2005, seu fundo pessoal ainda era o foco do tratamento documental – fato identificado pela profusão de instrumentos de pesquisa e livros sobre o tema – e nele, são identificadas e salientadas características caras a um arquivo. Ainda com Danielle Ardaillon (2005), lemos:

A importância do material depositado no iFHC deve-se a sua **integridade**, já que são raras a existência e a preservação de um conjunto tão completo num arquivo pessoal, cuja organização inicial possibilita refazer os laços entre a construção de um **arquivo orgânico** e, por isso mesmo, com vocação para a guarda **permanente** (Ardaillon, 2005, p. 10, grifos nossos).¹⁴⁰

¹³⁸ Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/exposicoesvirtuais/uma-viagem-a-ruth-cardoso-pela-lente-de-seu-arquivo-pessoal/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

¹³⁹ Conforme apontado anteriormente, na seção “Justificativa da pesquisa” desta tese.

¹⁴⁰ Vale registrar que, além da curadoria de Ardaillon, desde 1996, o acervo de Fernando Henrique Cardoso contou com os trabalhos de Silvana Goulart e Ana Maria de Almeida Camargo, referências na

Identificamos aqui que, a partir do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso, são evidenciados dois princípios caros à nossa reflexão: o princípio da organicidade e o princípio da indivisibilidade ou integridade arquivística. A presença de tais princípios vem fortalecer o *status* de arquivo ao fundo de Fernando Henrique. A presença do arquivo pessoal de Ruth Cardoso na instituição nos parece corroborar com as mesmas características do arquivo de Fernando Henrique. Dessa maneira, haveria elementos suficientes para que fosse criado um novo fundo, denominado a partir do casal Ruth e Fernando Henrique Cardoso.

Passamos agora a outro exemplo de casal que atuou de forma conjunta e que hoje tem os seus acervos preservados, em instituição própria: Berta Gleizer Ribeiro e Darcy Ribeiro¹⁴¹, ambos antropólogos.

No *website* institucional, a fundação se apresenta da seguinte forma:

A Fundação Darcy Ribeiro é uma instituição dedicada à pesquisa e o desenvolvimento de projetos educacionais, culturais, sociais e científicos. Criada em 1996 por Darcy Ribeiro é uma Fundação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e detém os direitos autorais de seu instituidor. Tem sede própria na cidade do Rio de Janeiro, e mantém representação em Brasília, no Memorial Darcy Ribeiro, localizado no campus da UnB – Universidade de Brasília, onde abriga o acervo documental e as bibliotecas dos antropólogos Darcy e Berta Ribeiro.¹⁴²

Novamente, vemos que a instituição leva o nome do marido e que, apesar de, num primeiro momento, a apresentação dar a entender ao visitante que os acervos sejam um conjunto único (como se pode verificar no Apêndice A – Figura 10), a realidade é que apenas a biblioteca é mantida de forma conjunta, enquanto os fundos documentais são tratados separadamente.

atuação junto a arquivos pessoais. Ousamos argumentar que a guarda integral de um arquivo pessoal é um passo importante na sua preservação, mas o tratamento especializado aplicado pela equipe, coordenada por historiadoras, certamente auxiliou na manutenção de sua organicidade e integridade.

¹⁴¹ Além dos instrumentos e dados a respeito de Darcy Ribeiro e de sua vida e obra, faz-se importante registrar que o arquivo de Darcy Ribeiro é a base de reflexão do trabalho de Luciana Q. Heymann, *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro* (2012), já citado e significativamente utilizado em nossa pesquisa. Dadas as devidas especificidades de cada caso, acreditamos que o reconhecimento de personagens como Fernando Henrique Cardoso e Darcy Ribeiro proporcionou não apenas a manutenção de um legado documental, mas também a possibilidade de profissionais especializadas no tratamento dessa documentação.

¹⁴² Disponível em: <https://fundar.org.br/a-fundacao/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

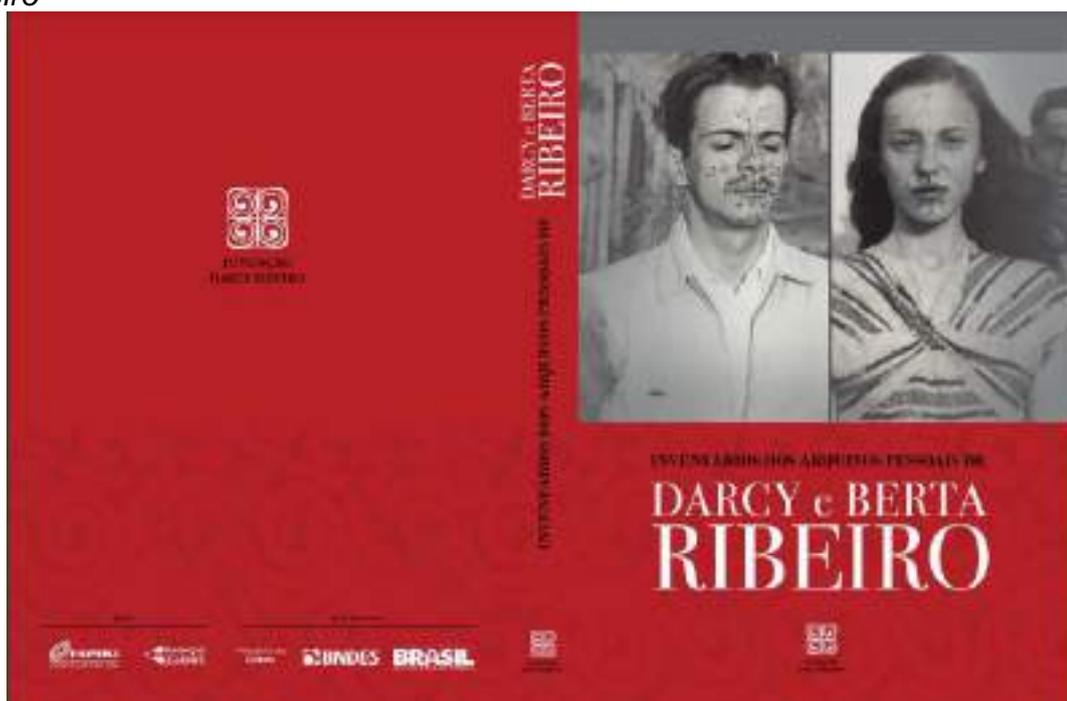
Apêndice A - Figura 10: Tela de apresentação do acervo de Darcy e Berta Ribeiro



Fonte: <https://fundar.org.br/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

A imagem que se encontra no *site* é a mesma que vai ilustrar o instrumento de pesquisa – inventário – que está disponível para livre acesso *on-line* e onde é possível ver a separação dos dois arquivos, já no próprio índice da publicação:

Apêndice A - Figura 11: Capa do *Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro*



Fonte: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/07/acervo.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Apêndice A - Figura 12: Detalhe do Sumário do *Inventário dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro*

Sumário

Apresentação, 7	Arquivo Berta Ribeiro: descrição, 341
Arquivo Darcy Ribeiro: descrição, 9	Série Atividades Acadêmicas, 351
Série Assuntos Gerais, 21	Série Atividades de Pesquisa, 365
Série Correspondência Geral, 27	Série Atividades Editoriais, 373
Série Documentos Pessoais, 45	Série Consultorias, 377
Série Edições, 49	Série Exposições, 379
Série Fotografias, 57	Série Filmes, 383
Série Governo João Goulart, 119	Série Formação Acadêmica, 385
Série Governo Newton Cardoso, 121	Série Fotografias, 389
Série 1º Governo Leonel Brizola, 123	Série Militância, 421
Série 2º Governo Leonel Brizola, 131	Série Museus, 423
Série Indigenismo, 139	Série Produção Intelectual, 423
Série Instituições Diversas, 149	Série Publicações, 527
Série Política Partidária, 155	Série Recortes de Jornal, 533
Série Produção Intelectual, 163	Série Vida Privada, 535
Série Recortes de Jornal, 251	Série Áudio, 541
Série Senado, 253	Série Vídeo, 547
Série Áudio, 263	
Série Vídeo, 327	
Índice, 551	

Fonte: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/07/acervo.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

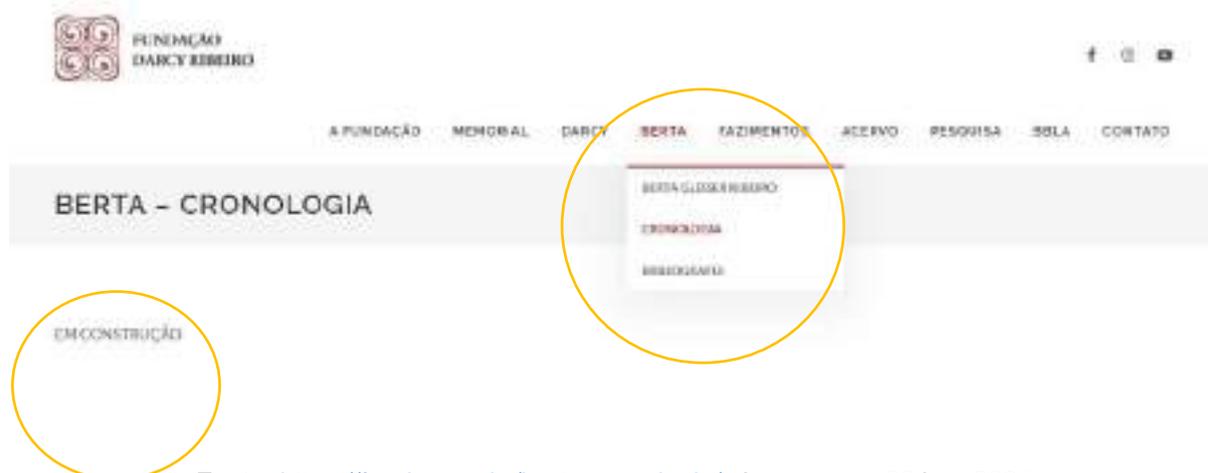
Pelo *site* da instituição, é possível perceber um número maior de informações dedicadas a Darcy Ribeiro:

Apêndice A - Figura 13: Detalhe de guia que se abre quando de página web dedicada a Darcy Ribeiro



Fonte: <https://fundar.org.br/cronologia/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Apêndice A - Figura 13: Detalhe de guia que se abre, quando de página web dedicada a Berta Ribeiro, ainda em construção



Fonte: <https://fundar.org.br/berta-cronologia/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

Nos estudos e levantamentos realizados por esta pesquisa acerca dos titulares dos arquivos pessoais sob a guarda da Fundação Fernando Henrique Cardoso e da Fundação Darcy Ribeiro, observa-se que a parceria estabelecida entre Fernando e

Ruth é diferente daquela que Berta e Darcy firmaram. Segundo Gianotti (2008), em depoimento sobre Ruth, dado à *Revista Novos Estudos Cebrap*,

[q]uando estudante, muitos queriam namorar aquela araraquarense bonita e estudiosa, e foi Fernando Henrique quem venceu a disputa. Casaram-se muito cedo, mas, a despeito de passarem juntos quase sessenta anos, nenhum deles perdeu o gosto por suas identidades. Pelo contrário, cada um fez seu próprio caminho, sempre mais largo para que o outro pudesse nele encontrar estâncias de diferenças, de diálogo e de abrigo. Logo no início da carreira pública de Fernando Henrique, quando este recebeu seu primeiro título da Legião de Honra do Governo Francês, quando cumprimentei o casal, ela me falou: “Não venha me dizer que atrás de um grande homem sempre há uma grande mulher”. O sentido era claro: “estou contente e solidária, mas não abro mão de meu próprio caminho” (Gianotti, 2008, p. 5).

No caso de Berta, identifica-se uma parceria mais devotada. Em estudo recente dedicado à reconstituição de sua trajetória, o acervo da Fundação Darcy Ribeiro será utilizado como *corpus* pela pesquisadora Bianca Luiza Freire de Castro França (2023). Na tese, a autora levanta o contexto social da época em que Berta e Darcy atuaram juntos, contexto no qual a esposa se mostrou especialmente empenhada em auxiliar o marido em sua obra. Novamente nos deparamos com questionamentos sobre produção conjunta e complexidade das trocas, já mencionados em nosso estudo:

Berta não era casada com militar, mas foi casada com um antropólogo e político. Monnerat (2018) fala que ao se casarem com militares as mulheres sabiam da vida nômade que iriam levar devido às constantes transferências inerentes às carreiras dos maridos. Também há a cobrança para que essas mulheres se dediquem aos maridos e suas carreiras em ascensão, enquanto ficam em casa, não optando por suas vidas profissionais. O mesmo ocorria com as esposas de antropólogos até a década de 1940, era isso o que se esperava das mulheres na geração de Berta (década de 1940/1960), que elas fossem esposas.

Muitas foram as mulheres de antropólogos da geração de Berta, como suas amigas Clara Galvão (bibliotecária e esposa de Eduardo Galvão) e Cecília Wagley (bibliotecária e esposa de Charles Wagley); Helen Pierson (esposa de Donald Pierson); Diná Lévi-Strauss (esposa de Claude Lévi-Strauss), entre outras, que se dedicaram a cuidar da família e dar auxílio à carreira dos maridos acompanhando-os em campo, inclusive. É o que se esperava dessas mulheres, que fossem donas de casa devotadas e que se pesquisadoras deveriam ser pesquisadoras dublês de esposas ou esposas dublês de pesquisadoras, como indica Corrêa (2003).

Monnerat (2018) diz que as formas de organização familiar vêm sofrendo constantes transformações, desde os anos 1960. Essas transformações dizem respeito às relações de gênero e à diminuição do número de unidades estruturadas em torno de um pai provedor e da mãe responsável pelo cuidado dos filhos. Ainda que observe uma maior incidência no número de mulheres que passaram a ocupar um lugar no mercado de trabalho.

Berta e Darcy não tiveram filhos, conforme já abordado, e Berta era uma mulher que desde os 16 anos havia galgado certa independência financeira e estava inserida no mercado de trabalho. Ela começa a fazer Antropologia

acompanhando Darcy em campo, e mais tarde, renuncia à carreira em um hiato de 18 anos para viajar com Darcy para Brasília, depois indo para o exílio onde mudando-se para vários países se dedica, com orgulho, à auxiliar na escrita da obra de Darcy Ribeiro (França, 2023, p. 88).

Apesar de longo, o trecho citado vem dialogar com vários pontos nos quais nossa pesquisa não poderá se aprofundar, mas que merecem nossa atenção: questões de gênero, papéis sociais, parcerias e trocas de sentimentos e de ideias entre casais.

Identificamos que Darcy reconhecerá o apoio de Berta, em sua obra *Confissões*:

Colaborou de forma assinalável comigo como auxiliar de pesquisa e teve sua primeira formação como etnóloga capacitada para observação direta. Nos anos seguintes, Berta aprofundou seus estudos me ajudando a elaborar os materiais colhidos na redação de meus livros sobre a arte, a religião e a mitologia dos Kadiwéu (Ribeiro, 2012, p. 19).

França (2023) também confirmará essa colaboração, estendendo-a para outras qualidades de Berta e sua dedicação a Darcy:

Exímia datilógrafa, Berta datilografou todos os manuscritos de Darcy, de 1948 a 1974, ano em que se divorciaram. Fez fichas catalográficas, pesquisas bibliográficas, traduções para o Português de livros em Inglês, Francês e Espanhol (França, 2023, p. 72).

No documentário *Para Berta, com amor* (2023), França (2023) desdobrará sua tese para a linguagem audiovisual e coletará significativos depoimentos de colegas, alunos e amigos de Berta. Parte deles também alude à parceria que Berta manteve com Darcy, mesmo após a separação. Em *Confissões* (2012), Darcy relatará detalhes do motivo da separação matrimonial e voltará a fazer juras de amor a Berta, que, muitas vezes cética, voltará a viver ao lado de Darcy, porém, com um sentimento diferente do período conjugal:

Ao final da vida, ambos acometidos pelo câncer voltaram a conviver e se (re)apaixonaram. Disse Darcy em *Confissões*, que após 25 anos de casados e 25 anos separados, ambos voltaram a conviver de forma pacata e com muito amor. “Gosto de dizer que a estou namorando e dou beijos na boca. Também a peço em casamento. Ela aquiesce, mas quando ainda falava, dizia as suas amigas “Para casamento, Darcy não é confiável” (Ribeiro, 2012, p. 126 *apud* França, 2023, p. 93).

Vemos, assim, um casal que estabeleceu muitas parcerias que os levaram a encontros e desencontros, até o encontro final, o qual perdurará até a morte de Darcy. Tais idas e vindas, certamente, trazem um desafio maior na gestão de seus acervos.

Analisando o índice do Inventário dos arquivos de Berta e Darcy, em função da classificação inicial atribuída, não é possível identificar a dedicação de Berta para com a produção do esposo. Todavia, no interior do instrumento, na parte que representa o arquivo de Darcy, encontramos, rapidamente, a presença de Berta. Na série “Correspondências”, o verbete dedicado a “Ribeiro” menciona “[...] muitas cartas respondidas por Berta Ribeiro” (Inventário, 2011, p. 41).

Apêndice A – Figura 15: Verbetes dedicados a cartas recebidas pelo casal Berta e Darcy Ribeiro

DR eg e RIBEIRO, J.A.S. E OUTROS
Descrição: correspondência de caráter pessoal entre o titular e seus familiares, tais como mãe, irmão, cunhada, tios e primos. Trata de assuntos pessoais e também de comentários aos livros e à atuação profissional de Darcy, bem como da saúde de seus familiares. Há muitas cartas respondidas por Berta Ribeiro.
Autoridade(s): Ribeiro, Josefina Augusta da Silveira (D. Fininha); Ribeiro, Darcy.; Ribeiro, Berta Gleizer.; Ribeiro, Maria; Ribeiro, Jacy; Ribeiro, René.
Total de documentos: 153
Período: 8/1/1956 até 26/11/1996
Assunto(s): assuntos pessoais, Moraes Claros, “Maira”, “O Mulo”.

Fonte: Inventário, 2011, p. 41.

A dupla autoria de cartas é comum, assim como pudemos perceber, no exemplo presente no Fundo Newton Freitas e endereçadas conjuntamente a ele e a Lídia Besouchet. No caso do arquivo de Darcy Ribeiro, cartas simultaneamente endereçadas a ele e Berta também existem. Exemplo disso é detectado no verbete que explica a troca de cartas do casal com Aparecida Gouveia:

Apêndice A – Figura 16: Verbetes dedicados a cartas recebidas pelo casal Berta e Darcy Ribeiro, por Aparecida Gouveia

DR e Gouveia, A.

Descrição: correspondência entre o titular, Berta Ribeiro e Aparecida Gouveia, cientista social vinculada ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE. Trata principalmente de sua permanência em Chicago, nos Estados Unidos, para doutoramento em Sociologia e da inserção de seu projeto na Divisão de Pesquisas Sociais daquela instituição.

Autoridade(s): Gouveia, Aparecida; Ribeiro, Darcy; Ribeiro, Berta Gleizer.

Total de documentos: 9

Período: 30/10/1958 até 2/6/1960

Assunto(s): assuntos acadêmicos, assuntos pessoais, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, pedidos.

Fonte: Inventário, 2011, p. 35.

E, conforme já apontado por França (2023, p. 88), há permuta de documentos entre casais que atuam em áreas afins. Aqui temos o exemplo de Berta e Darcy trabalhando com o casal Betty Meggers e Clifford Evans. A descrição documental mostra pontos que o nosso estudo defende:

[...] correspondência entre o casal Darcy Ribeiro e Berta Ribeiro, por um lado, e o casal Betty Meggers e Clifford Evans. Trata da colaboração acadêmica entre os casais, como formalizações de parcerias entre o Serviço de Proteção aos Índios e a Smithsonian Institution, a publicação do “Processo civilizatório” em inglês, as publicações em português do livro da arqueóloga, entre outros. Nas cartas, destacam-se comentários do titular e de Berta Ribeiro à situação de asilado político e ao papel do cientista para transformação da realidade (Inventário, 2011, p. 38).

Apêndice A – Figura 17: Verbete dedicado a cartas trocadas entre o casal Berta e Darcy Ribeiro e o casal Betty Meggers e Clifford Evans

DR eg e MEGGERS, B.; EVANS, C.

Descrição: correspondência entre o casal Darcy Ribeiro e Berta Ribeiro, por um lado, e o casal Betty Meggers e Clifford Evans. Trata da colaboração acadêmica entre os casais, como formalizações de parcerias entre o Serviço de Proteção aos Índios e a Smithsonian Institution, a publicação do "Processo civilizatório" em inglês, as publicações em português do livro da arqueóloga, entre outros. Nas cartas, destacam-se comentários do titular e de Berta Ribeiro à situação de asilo político e ao papel do cientista para transformação da realidade.

Autoridade(s): Evans, Clifford; Meggers, Betty; Ribeiro, Darcy; Ribeiro, Berta Gleizer.

Total de documentos: 314

Período: 11/10/1952 até 1/11/1996

Assunto(s): "As Américas e a civilização", "Configurações histórico-culturais dos povos americanos", "O dilema da América Latina", "O processo civilizatório", "Os brasileiros: teoria do Brasil", América Latina, Antropologia, assuntos acadêmicos, assuntos pessoais, Brasil, Chile, direitos políticos, ditadura, exílio, formas e sistemas de governo, Peru, Serviço de Proteção aos Índios - SPI, Sociologia, Teoria Social, Uruguai, Venezuela.

Fonte: Inventário, 2011, p. 38.

Enfim, apesar da predominância da figura do marido, constatada nos acervos dos presidentes americanos, na fundação portuguesa e nas instituições brasileiras, a representação do acervo de suas respectivas mulheres tem ganhado espaço.

No caso estadunidense, vê-se que, nos arquivos dos últimos dois presidentes, a primeira-dama aparece de uma forma mais igualitária, apesar de sabermos que os papéis assumidos pelas mulheres são bastante diferentes em relação aos dos homens. Entretanto, como enfatizamos, na legislação atualizada pela NARA e publicada em seu guia de 2020, observa-se a preocupação para com o recolhimento da produção documental advinda da primeira-dama, de maneira oficializada, assim como já ocorria com os presidentes e vice-presidentes. Aqui vale apontar que, até o momento, não houve nenhuma presidente mulher, nos EUA.

Em Portugal, a Fundação Mário Soares, criada em 1996, mudará de denominação, a partir de 2020, passando a levar também o nome de Maria Barroso.

No Brasil, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e a Fundação Darcy Ribeiro, a despeito de levarem o nome do marido, guardam os acervos de Ruth Cardoso e Berta Ribeiro, respectivas esposas, em algum momento da vida, dos titulares das instituições. Pela disposição dos dados em seus *sites*, pela produção de instrumentos de pesquisa e refinamento de informações sobre Ruth e Berta, percebe-se uma crescente na valorização de suas histórias e memórias. Exemplo disso se concretizará no número de estudos dedicados a Ruth e Berta¹⁴³, especialmente nos últimos anos.

Para além da já citada História das Mulheres, realçada por Scott (2011), nosso diálogo se amplia com Bourdieu (2010), o qual irá se ater ao valor simbólico, que, no nosso caso, é verificado pelas representações informacionais. Segundo o autor,

[o]s “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica [...]. Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da “ordem social [...]” (Bourdieu, 2010, p. 9-10).

Como foi destacado até aqui, a sociedade muda e suas representações, presentes nos arquivos, principalmente por meio da disposição informacional, devem estar atentas a tais mudanças. Apesar de todos os acervos, tomados aqui como potenciais arquivos de casais, seguirem sendo organizados de modo independente, nota-se, especialmente nos últimos anos, uma valorização quanto à ampliação do tratamento e disponibilização de dados dos arquivos das esposas. Já é uma mudança. Que as mudanças informacionais aqui identificadas possam instigar mudanças sociais e vice versa. Assim, os acervos poderão servir às comunidades nas quais estão inseridos, esperando-se que suas representações inspirem uma sociedade mais igualitária, diversa e democrática, quanto a oportunidades e desempenho de papéis sociais.

¹⁴³ Em um recorte temporal, considerando os últimos vinte anos, destacam-se, em relação a Berta Ribeiro, a já citada tese de França (2023) e o artigo de Massaro (2023); sobre Ruth Cardoso, é oportuno frisar que sua obra foi reunida e publicada em 2011 e, desde sua morte, há os estudos de Velho (2008), Gianotti (2008) e Rocha e Eckert (2010).

Apêndice B – Mapeamento de casais no Brasil, que detêm/detiveram parcerias na vida e no trabalho

Indivíduo 1	Indivíduo 2	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
Ana Dias (1943-)	Santo Dias (1942-1979)	Após a morte de seu marido, Santo Dias, pela Ditadura Militar brasileira, Ana dedicou-se a manter viva a memória do marido, bem como lutou por direitos do território onde vivia, por condições dignas de moradia e trabalho, atingindo positivamente a todos os que a rodeavam.	Centro de Memória das Lutas Populares Ana Dias. (https://www.facebook.com/CentroAnaDias/)	BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana. (org.) <i>Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura</i> . São Paulo: Instituto Vladimir Herzogh; Belo Horizonte: Autêntica, 2019. https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/ana-dias/ DIAS, Luciana; Azevedo, Jô; BENEDICTO, Nair. <i>Santo Dias: quando o passado se transforma em história</i> . São Paulo: Cortez, 2004.

Indivíduo 1	Indivíduo 2	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997)	Darcy Ribeiro (1922-1997)	<p>Berta Gleizer Ribeiro nasceu na Romênia. Foi uma antropóloga, etnóloga e museóloga moldavo-brasileira, autoridade em cultura material dos povos indígenas do Brasil. Foi casada, entre 1948 e 1975, com o também antropólogo e senador Darcy Ribeiro.</p> <p>Darcy escreveu os seus <i>Diários Índios</i>, em 1949, “[...] como uma carta a minha mulher, Berta, que era minha amada”, [...] no prefácio, a Berta:</p> <p>“Então, no tempo deste diário, éramos jovens ou apenas maduros. Envelhecemos depois, uma pena. Saltamos já a barreira dos setenta. Ao fim, fomos atingidos por dois tiros: o câncer. Estamos ambos lutando, cada qual contra o seu. O de Berta a pegou na cabeça, justamente na área da fala. Não pôde ser extirpado, porque ela perderia a memória e o ser. Viraria um vegetal em coma perpétuo. Mas aguenta bem. Voltamos até a namorar, depois de vinte anos de separação. Eu a beijo na boca e prometo casar de novo com ela”.</p>	<p>Fundação Darcy Ribeiro: https://fundar.org.br/</p> <p>Memorial Darcy Ribeiro (https://fundar.org.br/memorial/)</p>	<p>CALLADO, Ana Arruda. <i>Berta Ribeiro - Aos índios, com amor: uma biografia</i>. Rio de Janeiro: Batel, 2016.</p> <p><i>Inventários dos arquivos pessoais de Darcy e Berta Ribeiro</i>. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/07/acervo.pdf</p>
Célia Regina Vilas Bôas Gouvêa - Célia Gouvêa (1949-)	Maurice Vaneau (1926-2007)	<p>Célia Gouvêa é uma autora, coreógrafa e diretora teatral. Maurice Vaneau (Bélgica 1926-São Paulo SP 2007) foi diretor, cenógrafo e figurinista. Belga de nascimento, Vaneau é um dos diretores do</p>	<p>www.acervogouvêa-vaneau.com.br</p>	<p>GOUVÊA, C. Retorno Renovado: a constituição do acervo Gouvêa-Vaneau.</p>

Indivíduo 1	Indivíduo 2	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
		Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), nos anos 1950, estabilizando uma carreira no Brasil, nos anos subsequentes.	(Infelizmente o acervo digital encontra-se, no momento, fora do ar)	<i>Dança</i> : Revista do Programa de Pós-Graduação em Dança, v. 4, n. 2, 2017. https://doi.org/10.9771/2317-3777dana.v4i2.16129
Eclea Bosi (1936 – 2017)	Alfredo Bosi (1936-2021)	Professores universitários. Casados de 1961 a 2017.	Guarda doméstica com os filhos do casal.	
Guita Kauffmann Mindlin (1916 - 2006)	José Ephim Mindlin (1914 - 2010)	Advogados, empresários e bibliófilos.	BBM - USP:	https://www.bbm.usp.br/pt-br/
Lélia Wanick Salgado (1947-) - arquiteta	Sebastião Ribeiro Salgado Júnior (1944-) - fotógrafo	Casados desde 1967. Atuam juntos especialmente na consolidação da carreira e obra fotográfica de Sebastião. Também desenvolvem sólido trabalho como ambientalistas, sendo os fundadores do Instituto Terra.	Não identificada. / Presume-se guarda doméstica com os titulares.	https://institutoterra.org/
Lina Bo Bardi (1914-1992)	Pietro Maria Bardi (1900-1999)	Casados de 1946 a 1992.	Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi – Casa de Vidro.	https://institutobardi.org.br/

Indivíduo 1	Indivíduo 2	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
Nidia Quincas Pincherle Cardoso/Nome artístico: Licia Nydia Licia (1926-2015)	Sérgio da Fonseca Mattos Cardoso (1925-1972)	Atores.	O acervo encontra-se em guarda doméstica, com a filha, Sylvia Leão.	LICIA, Nidia. <i>Ninguém se livra dos seus fantasmas</i> . São Paulo: Perspectiva, 2002.
Ruth Correia Cardoso (1930-2008)	Vilaça Leite (1930-2008) Fernando Henrique Cardoso (1931-)	Sociólogos e professores universitários. Casados de 1952 a 2008.	Fundação FHC	https://fundacaofhc.org.br/

Fonte: Elaborado pela autora.

Apêndice C – Mapeamento de casais no exterior, que detêm/detiveram parcerias na vida e no trabalho

Indivíduo 1	Indivíduo 2	País	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
Dina Dreyfus/Dina Levi-Strauss (1911-1999)	Claude Lévi-Strauss (1908-2009)	França	Casados de 1932 a 1945.	IMS - Brasil (https://ims.com.br/titular-colecao/claude-levi-strauss/)	VALENTINI, Luisa. <i>Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss</i> . São Paulo: Alameda, 2013.
Flora de Oliveira Lima (1863-1940)	Manuel de Oliveira Lima (1867-1928)	Brasil/EUA	Flora de Oliveira Lima era uma <i>socialite</i> brasileira, esposa de diplomata e filha de um fazendeiro rico. Ela passou a vida seguindo os compromissos diplomáticos do marido e colecionando livros. (Texto de sua apresentação, na Internet). Apesar de ter colaborado na consolidação da coleção, ao lado do marido, seu nome não está atribuído ao título do acervo, que leva apenas o nome de Manuel.	Biblioteca Oliveira Lima - EUA	https://libraries.catholic.edu/special-collections/oliveira-lima-library/index.html
Frida Kahlo (1907-1954)	Diego Rivera (1886-1957)	México/EUA	Diego Rivera ainda era casado com a segunda esposa, Guadalupe (Lupe) Marin, quando	Archives of American Art, Smithsonian	HERRERA, Hayden. Bela para sua Fera: Frida Kahlo & Diego

Indivíduo 1	Indivíduo 2	País	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
			<p>conheceu Frida Kahlo, em 1928. Diego e Kahlo se casaram em 21 de agosto de 1929, se divorciaram em 1939 e se casaram novamente em São Francisco, EUA, em 8 de dezembro de 1940.</p>	<p>Institution Washington, Estados Unidos. https://artsandculture.google.com/story/ygWxUtETc0ZEKA?hl=pt-BR</p>	<p>Rivera. <i>In: CHADWICK, Whitney; COURTIVRON, Isabelle de (org.) Amor & Arte: duplas amorosas e criatividade artística.</i> Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.</p>
<p>Maria de Jesus Simões Barroso Soares (1925-2015)</p>	<p>Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1924-2017)</p>	<p>Portugal</p>	<p>Mário Soares, de seu nome completo Mário Alberto Nobre Lopes Soares, nasceu em Lisboa, em 7 de dezembro de 1924, filho de João Lopes Soares, professor, pedagogo e político da I República, e de Elisa Nobre Soares.</p> <p>Casou-se com Maria de Jesus Simões Barroso Soares, em 1949, falecida em 7 de julho de 2015. Tiveram dois filhos, Isabel Soares, psicóloga e diretora do Colégio Moderno, e João Soares, advogado e deputado à Assembleia da República, e cinco netos - Inês, Mafalda, Mário,</p>	<p>Fundação Mário Soares e Maria Barroso</p> <p>Observação: a fundação tinha apenas o nome dele; recentemente, passou a ter o nome dela também.</p>	<p>https://fmsoaresbarroso.pt/</p>

Indivíduo 1	Indivíduo 2	País	Resumo da parceria na vida privada e no trabalho formal	Instituição de guarda	Referências
			Jonas e Lilah. Faleceu em Lisboa, no dia 7 de janeiro de 2017.		

Fonte: Elaborado pela autora.

Apêndice D - Mapeamento de casais que, no andamento da pesquisa, se separaram

Indivíduo 1	Indivíduo 2	País	Área(s) de atuação
Alexandre Herchcovitch	Fábio Souza	Brasil	Moda e <i>Design</i>
Melinda Ann French Gates	Bill Gates	EUA	Informática, Tecnologia e Educação

Fonte: Elaborado pela autora.